

**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO
REGIONAL – MESTRADO E DOUTORADO
ÁREA DE CONCENTRAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO REGIONAL**

Janete Stoffel

**A INFLUÊNCIA DA AGRICULTURA FAMILIAR NO DESENVOLVIMENTO
RURAL NA REGIÃO SUL DO BRASIL**

Santa Cruz do Sul

2013

Janete Stoffel

**A INFLUÊNCIA DA AGRICULTURA FAMILIAR NO DESENVOLVIMENTO
RURAL NA REGIÃO SUL DO BRASIL**

Tese apresentada ao Programa de Pós Graduação em Desenvolvimento Regional – Mestrado e Doutorado, Área de Concentração em Desenvolvimento Regional, Linha de Pesquisa Organizações, Mercado e Desenvolvimento, Universidade de Santa Cruz do Sul – UNISC, como requisito parcial para a obtenção do título de Doutora em Desenvolvimento Regional.

Orientador: Prof. Dr. Silvio Cezar Arend
Co-orientadora: Profª Drª Cidonea Machado Deponti

Santa Cruz do Sul

2013

Janete Stoffel

**A INFLUÊNCIA DA AGRICULTURA FAMILIAR NO DESENVOLVIMENTO
RURAL NA REGIÃO SUL DO BRASIL**

Esta tese foi submetida ao Programa de Pós Graduação em Desenvolvimento Regional – Mestrado e Doutorado, Área de Concentração em Desenvolvimento Regional, Linha de Pesquisa Organizações, Mercado e Desenvolvimento, Universidade de Santa Cruz do Sul – UNISC, como requisito parcial para a obtenção do título de Doutora em Desenvolvimento Regional.

Dr. Silvio Cezar Arend
Professor Orientador UNISC

Dr^a Cidonea Machado Deponti
Professora co-orientadora – UNISC

Dr^a Erica Karnopp
Professora Examinadora – UNISC

Dr^a Virginia Elisabeta Etges
Professora Examinadora – UNISC

Dr. Sergio Schneider
Professor Examinador – UFRGS

Dr. Pery Francisco Assis Shikida
Professor Examinador – UNIOESTE

Santa Cruz do Sul
2013

Dedico este trabalho a vocês, meus queridos Rafael, mãe, Elder,

Marcelo, Rose e Julia!

E ao pai, Elio Stoffel (*in memoriam*),
um agricultor familiar que me inspirou.

AGRADECIMENTOS

Agradecer é um gesto nobre, mas deveras difícil quando se encerra uma fase como a dessa pesquisa. Há situações em que palavras não são suficientes para expressar a gratidão a aqueles que foram importantes no decorrer desta caminhada; por esse motivo, para além das palavras aqui apresentadas, espero no decorrer da vida expressar meu agradecimento com ações e atitudes a todos aqueles que de alguma forma são importantes e a quem sou grata.

Agradeço de forma inicial àqueles que me motivaram a ingressar no doutorado, amigos e familiares, que de formas distintas contribuíram para que esse se tornasse realidade. Em seguida aos colegas da turma do doutorado de 2009 pela convivência nos dois anos de aula, pelo apoio e amizade, mesmo que à distância, em especial à Adilene, Gleimíria, Oleides, Viviane e Fernanda.

Aos docentes do Curso de Pós Graduação em Desenvolvimento Regional - Doutorado que com seu conhecimento e sabedoria permitiram a todos ampliarmos nosso conhecimento, em sua convivência. Sem vocês simplesmente este trabalho não existiria!

Em se tratando dos docentes faço uma distinção aos meus orientadores Dr. Silvio Cezar Arend e Dr^a Cidonea Machado Deponti que exerceram de forma efetiva e eficiente a função de orientadores. *Serei eternamente grata pelo papel que vocês desempenharam nessa fase da minha vida e os guardarei para sempre no coração, como amigos!*

Agradeço ainda ao IPEA (Instituto de Pesquisas Econômicas e Aplicadas) e à FEE (Fundação de Economia e Estatística) pela possibilidade de atuar por nove meses no projeto Apoio a Redes de Pesquisa – PROREDES inserido no Programa de Pesquisa para o Desenvolvimento Nacional (PNPD) e coordenado pelo Prof. Dr. Carlos Águedo Nagel Paiva. Outro agradecimento especial à UNISC (Universidade de Santa Cruz do Sul), que, através do Edital BIPSS 01/2011, possibilitou-me uma bolsa de 12 meses.

Por fim, mas não de forma menos importante, agradeço à minha mãe Irena pelo apoio e torcida incondicional. Ao Rafael companheiro na vida, que tornou momentos difíceis mais leves. Ao Elder, meu irmão, que assumiu responsabilidades familiares importantes, deixando-me tranquila para que eu pudesse estudar e ficar distante. Com vocês, as dificuldades deixaram de ser tão grandes! Que a vida nos dê muito tempo para convivermos, permitindo que eu possa continuar agradecendo.

RESUMO

O tema da pesquisa tratou da influência da agricultura familiar no desenvolvimento das regiões em que está inserida. O problema norteador da pesquisa consistiu em identificar o desempenho de algumas variáveis de dimensões demográficas, sociais, econômicas e ambientais, as quais indicam condições de desenvolvimento rural nos municípios da Região Sul do Brasil. Essas áreas estão estratificadas com base na participação da agricultura familiar na produção agropecuária municipal, conforme dados censitários de 2000 e 2010. Para responder ao problema proposto, primeiramente, explanou-se sobre a importância da agricultura familiar para o desenvolvimento através das abordagens teóricas marxista, neoclássica e chayanoviana. Posteriormente, procurou-se identificar argumentos para justificar o apoio à agricultura familiar, considerando seu papel preponderante sobre o desenvolvimento das regiões onde se faz presente. Analisando a história brasileira, demonstrou que houve o favorecimento aos produtores não familiares. Ademais, a evolução da agricultura familiar na Região Sul através dos anos e suas características atuais foram apresentadas com base em estudos bibliográficos e tratamento estatístico de dados secundários do Censo Agropecuário de 2006. Além disso, buscou-se avaliar a tendência ao êxodo rural, entre os anos 2000 e 2010, dos agricultores familiares da Região Sul. Constatou-se que a população rural da região estudada segue o comportamento nacional, mas em um nível mais elevado – migração rural principalmente entre os mais jovens. Por fim, analisou-se a contribuição da maior presença de agricultores familiares para melhores condições de desenvolvimento. A tese defendida foi de que as regiões com maior presença da agricultura familiar apresentaram melhores índices de desenvolvimento. Isso foi constatado considerando as dimensões estudadas – demográfica, social, econômica e ambiental.

Palavras-chave: Desenvolvimento Rural. Agricultura Familiar. Região Sul.

ABSTRACT

The following search concerns about the family farming's influence in the development of its regions. The question raised consist in identify the performance of some variables related to demographic, social, economic and environmental conditions which indicate the rural development from areas located in the Southern of Brazil. Those areas are arranged based on the family farming's importance to the farming production – 2000 and 2010 cense databases. On account of that, the first purpose was to explain the family farming's importance to the development relying on the Marxist, Neoclassical and Chayanovian approaches. Secondly, it aimed to give evidence to justify the family farming's support, taking into consideration its essential role to the development of the regions in which it is inserted. It was also important to demonstrate how it occurred in Brazilian history, where the manufacturer was assisted against the local farm. The family farming's evolution from the Southern of Brazil through the years and its currently properties were also presented based on printed work and statistic investigation from 2006 Agricultural cense database. Furthermore, it intended to evaluate the rural migration trend between the years 2000 and 2010 of domestic agriculture from the Southern of Brazil. It could be certify the rural population from this region follows the national trend, but in a highest level – rural migration mainly from the young ones. Finally, it proposed to analyze if the increased presence of family farming contributes to a better development conditions. The thesis supported that the areas in which there are highest level of family farming show better development indicators. It also could be testify in all measure variables studied – demographic, social, economic and environmental.

Key-words: Rural Development. Family Farming/Agriculture. South Region.

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 -	Número de tratores nos estabelecimentos agropecuários e área média de lavoura por trator, no Brasil, de 1920 a 2006.....	72
Tabela 2 -	Participação da Agricultura Familiar na produção agropecuária brasileira, em 1996 e 2006 (variáveis selecionadas no Censo Agropecuário em %).....	79
Tabela 3 -	Número e área dos estabelecimentos agropecuários, por condição do produtor em relação às terras na agricultura familiar nos Estados da Região Sul, em 2006	92
Tabela 4 -	Participação percentual da produção de origem vegetal nas atividades agropecuárias da agricultura familiar, nos Estados da Região Sul, no ano de 2006	95
Tabela 5 -	Distribuição do valor da produção de origem animal, nas atividades agropecuárias praticadas pela agricultura familiar, nos Estados da Região Sul, no ano de 2006 (em%)	96
Tabela 6 -	Pessoas ocupadas na agricultura familiar, nos Estados da Região Sul, em 2006.....	103
Tabela 7 -	Evolução da população (total, urbana e rural) da Região Sul em relação à população Brasileira, por situação de domicílio, entre 1970 e 2010.....	104
Tabela 8 -	Crianças de 0 a 14 anos, por gênero, residentes nos meios rural e urbano dos Estados da Região Sul, em 2000 e 2010.....	114
Tabela 9 -	Crianças de até 14 anos na agricultura familiar nos Estados da Região Sul em 2000 e 2010	115
Tabela 10 -	Escolas rurais nos Estados da Região Sul em 2010	116
Tabela 11 -	Jovens dos 15 aos 24 anos de idade, distribuídos por gênero, residentes nos meios rural urbano dos Estados da Região Sul, em 2000 e 2010 (em %)	121
Tabela 12 -	Jovens de 15 a 24 anos da agricultura familiar nos Estados da Região Sul em 2000 e 2010	122
Tabela 13 -	Taxas de variação do número de mulheres por tipo de domicílio em cada faixa etária, na Região Sul em 2000 e 2010 (em %)	131
Tabela 14 -	Mulheres por faixa etária nos meios rural e urbano, por Estado da Região Sul, em 2000 e 2010 (em %)	132

Tabela 15 - Mulheres com mais de 15 anos na agricultura familiar dos Estados da Região Sul nos anos de 2000 e 2010.....	133
Tabela 16 - Mulheres e homens, que atuam na direção de estabelecimentos agropecuários nos Estados da Região Sul, no ano de 2006	134
Tabela 17 - Mulheres que dirigem estabelecimentos agropecuários, por faixa etária e nível de instrução, nos Estados da Região Sul no ano de 2006	136
Tabela 18 - Taxas de variação do número de homens, por tipo de domicílio e faixa etária, na Região Sul em 2000 e 2010.....	141
Tabela 19 - Homens, por faixa etária, nos meios rural e urbano em cada Estado da Região Sul, em 2000 e 2010 (em %).....	142
Tabela 20 - Proporção entre o número de homens e de mulheres no meio rural dos Estados da Região Sul em 2000 e 2010	143
Tabela 21 - Homens com mais de 15 anos na agricultura familiar dos Estados da Região Sul em 2000 e 2010.....	143
Tabela 22 - Homens que atuavam na direção de estabelecimentos agropecuários nos Estados da Região Sul, em 2006	144
Tabela 23 - Faixa etária e nível de instrução dos homens que dirigem estabelecimentos agropecuários nos Estados da Região Sul em 2006.....	145
Tabela 24 - Esperança de vida de homens e mulheres nos Estados da Região Sul entre 2000 e 2010	148
Tabela 25 - População rural nas faixas etárias com possibilidade de aposentadoria, para os Estados da Região Sul, em 2000 e 2010.....	149
Tabela 26 - Quantidade e valor de aposentadorias rurais ativas nos Estados da Região Sul em dezembro de 2010	151
Tabela 27 - Municípios da Região Sul distribuídos por estrato em 2010	163
Tabela 28 - Densidade demográfica total por estrato em 2000 e 2010	168
Tabela 29 - População rural e urbana (%) e taxa de urbanização, por estrato, em 2000 e 2010	169
Tabela 30 - População rural nas faixas etárias por estrato em 2000 e 2010 (em %).....	174
Tabela 31 - População rural em cada faixa etária por estrato em 2000 e 2010 (em %).....	176
Tabela 32 - Domicílios no meio rural por quantidade de moradores, por estrato, em 2000 e 2010 (em %)	177
Tabela 33 - Evolução percentual de domicílios rurais por número de moradores em cada estrato entre 2000 e 2010	178

Tabela 34 - Taxas de alfabetização, no meio rural, por estrato em 2000 e 2010	180
Tabela 35 - Homens e mulheres alfabetizados, no meio rural, por estrato em 2000 e 2010 (%).....	181
Tabela 36 - Nível educacional concluído das pessoas maiores de 25 anos, residentes no meio rural, por estrato em 2000 e 2010 (em %).....	182
Tabela 37 - Índice de Desenvolvimento Humano Municipal, por estrato, em 2000.....	185
Tabela 38 - Índice Firjan de Desenvolvimento Municipal por estrato em 2000 e 2010	186
Tabela 39 - População rural maior de dez anos de idade, com rendimento, por estrato em 2000 e 2010 (em %)	188
Tabela 40 - Homens e mulheres, maiores de 10 anos e residentes no meio rural, com rendimentos por estrato em 2000 e 2010 (%)	189
Tabela 41 - Rendimento médio mensal da população rural com mais de dez anos por estrato em 2000 e 2010 (em R\$)	190
Tabela 42 - Valor Adicionado Bruto por estrato em 2000 e 2010 (em %)	192
Tabela 43 - Participação percentual das receitas da agricultura familiar e de recursos oriundos de aposentadorias e pensões, por estrato, em 2006.....	193
Tabela 44 - Bolsas Família pagas, por estrato, entre os anos de 2004 e 2012	194
Tabela 45 - Domicílios rurais com energia elétrica, por estrato, em 2000 e 2010 (%).....	195
Tabela 46 - Domicílios rurais com eletrodomésticos, por estrato, em 2000 e 2010 (%)	196
Tabela 47 - Domicílios com acesso à linha telefônica e internet, por estrato, em 2000 e 2010 (em %)	197
Tabela 48 - Domicílios proprietários de automóvel e/ou motocicleta por estrato em 2000 e 2010 (em %)	199
Tabela 49 - Domicílios no meio rural por tipo de abastecimento de água, em 2000 e 2010, por estrato (em %)	202
Tabela 50 - Domicílios rurais por tipo de esgotamento sanitário em cada estrato em 2000 e 2010	204

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Evolução do número médio de tratores e de pessoas ocupadas no Brasil e na Região Sul entre 1970 e 2006.....	73
Gráfico 2 - População rural nos estados da Região Sul entre 1940 e 2010	86
Gráfico 3 - Crianças com idade de até 14 anos nos meios urbano e rural, na Região Sul, em 2000 e 2010	113
Gráfico 4 - Jovens dos 15 aos 24 anos nos meios urbano e rural, na Região Sul, em 2000 e 2010	120
Gráfico 5 - Mulheres com idade superior aos 15 anos, por faixa etária, nos meios urbano e rural na Região Sul em 2000 e 2010	130
Gráfico 6 - Homens maiores de 15 anos, por faixa etária, nos meios urbano e rural da Região Sul em 2000 e 2010.....	140
Gráfico 7 - Benefícios rurais ativos nos Estados da Região Sul, pagos pela espécie idade, e tamanho da população rural em idade de aposentadoria em 2010	151
Gráfico 8 - População feminina no meio rural, por estrato, em 2000 e 2010.....	174
Gráfico 9 - Domicílios rurais com banheiro por estrato em 2000 e 2010 (em %)......	203
Gráfico 10 - Domicílios rurais com coleta de lixo, por estrato, em 2000 e 2010.....	205

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 -	Estabelecimentos agropecuários nos estados da Região Sul de 1940 a 2006.....	87
Figura 2 -	Área total dos estabelecimentos agropecuários nos estados da Região Sul de 1940 a 2006	88
Figura 3 -	Estabelecimentos agropecuários por tipo de propriedade, nos estados da Região Sul, no ano de 2006 (em %).....	89
Figura 4 -	Área ocupada pelos estabelecimentos agropecuários, por tipo de propriedade nos estados da Região Sul, no ano de 2006 (em %).....	90
Figura 5 -	Pessoas ocupadas nas atividades agropecuárias nos estados da Região Sul, para agricultura familiar e não familiar, no ano de 2006 (em %).....	91
Figura 6 -	Forma de obtenção das terras, na agricultura familiar da Região Sul, em 2006.....	93
Figura 7 -	Tempo em que o estabelecimento da agricultura familiar está sob a direção do produtor, nos Estados da Região Sul, em 2006.....	94
Figura 8 -	Distribuição dos municípios da Região Sul nos estratos com base na participação da agricultura familiar no VBP agropecuário	165

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Comparativo entre características dos modelos patronal e familiar de agricultura.....	35
Quadro 2 – Critérios utilizados para classificar os municípios da Região Sul em estratos.....	161

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AEPS	Anuário Estatístico da Previdência Social
A.F.	Agricultura Familiar
A.N.F.	Agricultura Não Familiar
BACEN	Banco Central do Brasil
CONTAG	Confederação dos Trabalhadores na Agricultura
CUT	Central Única dos Trabalhadores
CV	Coefficiente de Variação
DATASUS	Base de dados do Sistema Único de Saúde
DESVIP	Desvio padrão
EMATER	Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural
EMBRAPA	Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária
EPAGRI	Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina
FAO	<i>Food and Agriculture Organization</i>
FEE	Fundação de Economia e Estatística
FETRAF	Federação dos Trabalhadores na Agricultura Familiar
FIRJAN	Federação das Indústrias do Rio de Janeiro
FNDE	Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IDH	Índice de Desenvolvimento Humano
IFDM	Índice Firjan de Desenvolvimento Municipal
INCRA	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
INEP	Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira
INSS	Instituto Nacional de Seguridade Social
INPC	Índice Nacional de Preços ao Consumidor
IPARDES	Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social
IPEA	Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas
IPVA	Imposto sobre Propriedade de Veículos Automotores
MAPA	Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento
MAX	Valor Máximo
MDA	Ministério do Desenvolvimento Agrário
MDS	Ministério do Desenvolvimento Social
MEC	Ministério de Educação e Cultura

MIN	Valor Mínimo
MST	Movimento dos Sem Terra
OCB	Organização das Cooperativas Brasileiras
OCDE	Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico
OCEPAR	Organização das Cooperativas do Estado do Paraná
OCERGS	Organização das Cooperativas do Estado do Rio Grande do Sul
OCESC	Organização das Cooperativas do Estado de Santa Catarina
PAA	Programa de Aquisição de Alimentos
PAC	Política Agrícola Comum Europeia
PIB	Produto Interno Bruto
PNAE	Programa Nacional de Alimentação Escolar
PNUD	Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
PR	Paraná
PRONAF	Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar
RS	Rio Grande do Sul
SC	Santa Catarina
SIDRA	Sistema IBGE de Recuperação Automática
SUDENE	Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste
TSE	Tribunal Superior Eleitoral
VAB	Valor Adicionado Bruto
VBP	Valor bruto da produção agropecuária
VBPA	Valor Bruto da Produção Animal

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	18
2 DO CAMPONÊS AO AGRICULTOR FAMILIAR: DEFINIÇÕES E ABORDAGENS ...	27
2.1 Do camponês ao agricultor familiar: definições.....	28
2.2 A abordagem marxista para a agricultura familiar	36
2.3 A abordagem econômica neoclássica para a agricultura familiar	40
2.4 A abordagem de Chayanov para a agricultura familiar.....	46
2.5 Considerações finais	50
3 O PAPEL DA AGRICULTURA FAMILIAR NO DESENVOLVIMENTO	
REGIONAL.....	55
3.1 A agricultura familiar no Brasil.....	68
3.2 A agricultura familiar na Região Sul do Brasil	81
3.3 Considerações finais	97
4 AGRICULTORES FAMILIARES NA REGIÃO SUL: TENDÊNCIA À	
PERMANÊNCIA OU AO ÊXODO?	101
4.1 Menores de 14 anos no meio rural e na agricultura familiar.....	112
4.2 Os jovens do meio rural e da agricultura familiar	119
4.3 As mulheres da agricultura familiar	129
4.4 Os homens da agricultura familiar.....	138
4.5 Homens e mulheres em idade de aposentadoria no meio rural	147
4.6 Considerações finais	153
5 AGRICULTURA FAMILIAR E DESENVOLVIMENTO RURAL NA REGIÃO SUL ..	158
5.1 Dimensão demográfica.....	167
5.2 Dimensão social.....	179
5.3 Dimensão econômica.....	188
5.4 Dimensão ambiental	201
5.5 Considerações finais	206
6 CONCLUSÕES	213
REFERÊNCIAS	221
APÊNDICES	236
Apêndice A - Evolução da população urbana, rural e total nos estados da Região Sul no período de 1940 até 2010.....	237

Apêndice B - População rural (%) em relação à população total em cada estado da Região Sul entre 1940 e 2010	238
Apêndice C - Crianças com idade até 14 anos, residentes nos meios rural e urbano, na Região Sul em 2000 e 2010	239
Apêndice D – Jovens entre 15 a 24 anos de idade, residentes nos meios rural e urbano, distribuídos por gênero, nos estados da Região Sul em 2000 e 2010.....	240
Apêndice E – População por gênero e faixa etária, residente nos meios rural e urbano do Brasil, em 2000 e 2010	241
Apêndice F – Mulheres por faixa etária nos meios urbano e rural nos estados da Região Sul - 2000 e 2010.....	242
Apêndice G – Homens por faixa etária nos meios urbano e rural nos estados da Região Sul - 2000 e 2010.....	243
Apêndice H – Municípios por estrato.....	244
Apêndice I – População por tipo de domicílio em cada estrato - 2000 e 2010.....	268
Apêndice J – Parâmetros estatísticos para as taxas de urbanização em cada estrato - 2000 e 2010.....	269
Apêndice K – População rural por gênero em cada estrato -2000 e 2010.....	270
Apêndice L – População rural por faixa etária nos estratos - 2000 e 2010.....	271
Apêndice M – Domicílios rurais conforme o número de moradores por estrato em 2000 e 2010	272
Apêndice N – Parâmetros estatísticos para as taxas de alfabetização no meio rural por estrato - 2000 e 2010.....	273
Apêndice O - Homens e mulheres residentes no meio rural, maiores de 10 anos, alfabetizados e não alfabetizados em cada estrato - 2000 e 2010.....	274
Apêndice P - Pessoas de 25 anos ou mais de idade, residentes no meio rural, nível educacional concluído, por estrato - 2000 e 2010	275
Apêndice Q – Parâmetros estatísticos para os índices de desenvolvimento IDHM em cada estrato no ano 2000	276
Apêndice R – Parâmetros estatísticos para os índices de desenvolvimento IFDM em cada estrato - 2000 e 2010.....	277
Apêndice S - População rural com mais de dez anos, com e sem rendimento, em cada estrato - 2000 e 2010.....	278
Apêndice T - Homens e mulheres maiores de 10 anos, residentes no meio rural, com rendimento (valores absolutos e relativos), em cada estrato - 2000 e 2010	279

Apêndice U - Rendimento médio da população rural com mais de dez anos em cada estrato e parâmetros estatísticos - 2000 e 2010.....	280
Apêndice V - PIB e VAB municipal e agropecuário (mil r\$) em cada estrato - 2000 e 2010	281
Apêndice X - Participação percentual das receitas da agricultura familiar e de recursos oriundos de aposentadorias e pensões em cada estrato no ano de 2006.....	282
Apêndice Y - Domicílios rurais conforme disponibilidade de energia elétrica em cada estrato - 2000 e 2010.....	283
Apêndice W – Domicílios, proprietários de bens, no meio rural em cada estrato - 2000 e 2010	284
Apêndice Z - Domicílios rurais por disponibilidade de serviços de comunicação em cada estrato - 2000 e 2010.....	285
Apêndice AA - Domicílios rurais por disponibilidade de meios de transporte em cada estrato - 2000 e 2010.....	286
Apêndice AB - Tipo de abastecimento de água no meio rural em cada estrato - 2000 e 2010	287
Apêndice AC - Domicílios rurais por disponibilidade de banheiros em cada estrato - 2000 e 2010.....	288
Apêndice AD - Domicílios rurais por tipo de esgotamento sanitário em cada estrato - 2000 e 2010.....	289
Apêndice AE - Domicílios rurais em que havia coleta de lixo, por estrato, em 2000 e 2010	290

1 INTRODUÇÃO

A influência da agricultura familiar no desenvolvimento rural da Região Sul é o tema da pesquisa que aqui passa a ser relatada. Trata-se de uma categoria inserida no contexto agropecuário e que no Brasil passou a ser estudada sob essa denominação no início da década de 1990. Isso não significa que ela tenha surgido nesse período, pois conforme será demonstrado no decorrer dessa pesquisa suas características são observadas desde os produtores que utilizavam mão de obra familiar, administrando a propriedade conjuntamente com sua família, sem a utilização de mão de obra familiar e obtendo a renda a partir das atividades de sua propriedade. No caso da Região Sul, por exemplo, pode-se remontar aos açorianos e mais tarde aos alemães e italianos que vieram para a região produzir em terras de sua propriedade e com as características já elencadas anteriormente.

A pesquisa aqui apresentada inicia discorrendo sobre aspectos teóricos e históricos que envolvem o papel da agricultura familiar no desenvolvimento, utilizando-se de revisão bibliográfica. Na sequência, utilizando dados secundários, disponíveis nos Censos Agropecuários e Demográficos, foram identificadas as tendências dos agricultores familiares quanto à evasão ou permanência no meio rural da Região Sul. Por fim e com a utilização de variáveis demográficas, sociais, econômicas e ambientais foi demonstrada a influência da categoria no desenvolvimento rural da Região Sul, a partir dessas dimensões.

Antes de apresentar os argumentos e resultados sobre a influência da agricultura familiar no desenvolvimento rural da Região Sul entende-se necessário situar a categoria no contexto da agropecuária e do agronegócio brasileiro. Nesse sentido, Guilhoto et al. (2005), apontaram que o segmento familiar da agropecuária brasileira, composto pela agricultura e pecuária familiar foi responsável por aproximadamente 10% do PIB (Produto Interno Bruto) Brasileiro entre 1999 e 2003. De acordo com essa fonte os agricultores familiares geraram 1/3 do agronegócio brasileiro no período considerado, quando o agronegócio foi responsável por 30,6% do PIB do país.

No Censo Agropecuário de 2006, efetuado pelo IBGE e publicado em 2009, foram apresentadas informações sobre o tamanho da agricultura familiar no Brasil. A partir desses resultados França, Grossi e Marques (2009) constataram que 84,4% (4.367.902) dos estabelecimentos agropecuários existentes no Brasil pertenciam à agricultura familiar. A área total ocupada por esses estabelecimentos correspondia a 24,3% da totalidade. Em relação aos aspectos monetários, o Valor Bruto da Produção (VBP) no ano de 2006 da agricultura familiar correspondia a 38% do total gerado na agropecuária, equivalendo na época a R\$ 54 bilhões. A

título de comparação a agricultura não familiar era responsável por 62% do VBP agropecuário, correspondentes a R\$ 89 bilhões. Essas informações oferecem uma dimensão inicial da importância da agricultura familiar na economia brasileira.

A mesma fonte informa ainda que 74,4% das pessoas ocupadas (12,3 milhões de indivíduos) estavam envolvidas na agricultura familiar no ano de 2006. Ao mesmo tempo, a agricultura não familiar ocupava 4,2 milhões de pessoas, ou 25,6% do total das pessoas ocupadas na agropecuária brasileira. França, Grossi e Marques (2009) apontam ainda a distribuição percentual dos estabelecimentos familiares pelas regiões brasileiras. Nessa demonstração constatam que no Nordeste estão 50% do total de estabelecimentos familiares existentes no Brasil, na Região Sul são 20%, na Região sudeste 16%, no Norte 9% e Centro-Oeste 5%.

Outro dado apresentado pela fonte supracitada é relativo ao crescimento no número de estabelecimentos pertencentes à agricultura familiar, entre 1996 e 2006. No primeiro ano havia 4,139 milhões de estabelecimentos, pertencentes à agricultura familiar, em 2006 esse número aumentou para 4,551 milhões de estabelecimentos. Cabe ressaltar que, apesar de ter aumentado o número de estabelecimentos a área média desses diminuiu. A área ocupada pelos estabelecimentos familiares que em 1996 correspondia a 107,8 milhões de hectares diminuiu para 106,8 milhões de hectares no ano de 2006 (FRANÇA, GROSSI e MARQUES, 2009).

As informações mencionadas acima são ilustrativas da importância que os agricultores familiares tem na agropecuária e no agronegócio brasileiro. Entretanto, no decorrer da história brasileira estiveram ausentes as políticas que pudessem permitir um apoio ao desenvolvimento desse grupo. Na Região Sul, a atividade agrícola se destaca pela capacidade de ocupação de pessoas e geração de renda, havendo locais nos quais o dinamismo parece ser maior do que em outros. Em muitas dessas regiões, tidas como mais dinâmicas, há forte presença da agricultura familiar, em que a relação dos proprietários com a terra é a principal garantia de reprodução da família. A mobilização dos fatores endógenos e os efeitos multiplicadores da renda das atividades praticadas pelos agricultores familiares se inserem nesta importância.

Regiões com maior participação de agricultura familiar são apontadas por Abramovay (1997; 1998b; 1999a; 2007) e Veiga (1996, 2007) como aquelas em que há tendências a uma melhor distribuição de renda em que as variáveis socioeconômicas, conseqüentemente, evoluem de forma mais positiva. Mas, para que isso seja de fato a realidade, supõe-se que os agricultores familiares consigam garantir o acesso a bens e serviços dos quais necessitem para que, então, sua opção seja pela permanência no meio rural.

Autores como Schneider (2009) e Carneiro (1996; 1998; 2001) apontam para o fato de que as escolhas dos agricultores familiares não são decorrentes unicamente da disponibilidade de renda, mas também de fatores subjetivos como o ‘gosto pelo trabalho na terra’, a possibilidade de ser seu próprio patrão, o apego à integração entre vida familiar e vida laborante, a possibilidade de participar de associações, cooperativas e empreendimentos coletivos, etc... Na pesquisa aqui retratada entende-se que todos estes fatores não excluem as variáveis econômicas como a renda (total e monetária) aliada à possibilidade de acesso a bens duráveis e a serviços de educação e saúde.

O agricultor familiar e sua família devem ser compreendidos como agentes inseridos no sistema econômico capitalista, cuja satisfação depende do acesso aos distintos recursos hoje demandados para as diferentes necessidades. Ter acesso à saúde, educação, habitação de qualidade, comunicação e opções de lazer são fatores que estimulam a permanência no meio rural. Para que este acesso ocorra, naturalmente é preciso ter renda e essa ser oriunda das atividades agropecuárias desenvolvidas na propriedade ou de outras atividades (pluriatividades), sendo necessária a gestão eficiente da propriedade, levando em conta as especificidades da agricultura familiar.

Acredita-se que, à medida que os agricultores familiares puderem garantir melhores condições de vida no meio rural, os estímulos para migrarem do campo para a cidade serão menores. Para alcançar este nível de bem-estar ou qualidade de vida, todavia, é necessário que os agricultores familiares atuem em atividades produtivas agropecuárias que contribuam para o alcance dessas condições de vida, medidas em dimensões econômicas, sociais, ambientais, demográficas. Nesse sentido é primordial que o acesso a bens e serviços seja possível e esse depende do conjunto de atividades com o qual os agricultores familiares se envolvem.

Quando o foco é direcionado para a obtenção de renda, considera-se que a inserção dos agricultores familiares no sistema capitalista de produção é um fato do qual não se pode fugir, sendo importante a produção de bens nos quais existam excedentes comercializáveis. No entanto, para que estes produtores possam atuar sem serem subservientes ao sistema, é necessário que estejam organizados em grupos associativos, tais como as cooperativas ou mesmo associações de produtores. Exemplos como os condomínios rurais para a utilização de máquinas agrícolas, a formação de cooperativas para a comercialização de produtos agropecuários servem para demonstrar quão grande é a importância de que os agricultores familiares estejam articulados para potencializar a utilização dos recursos de que dispõem e obter a renda suficiente para dar conta de suas necessidades.

Neste contexto uma primeira compreensão que se tem é de que o meio rural não pode estar isolado do meio urbano, pois as melhores condições de vida para o agricultor familiar dependem das relações que são estabelecidas com o entorno urbano em que esses agricultores vivem. O meio urbano exerce papel importante enquanto mercado consumidor para os produtos do meio rural ou mercado ofertante de bens e serviços para os agricultores familiares. Os argumentos aqui exposto não defendem uma urbanização do rural, mas tratam da importância de uma inter-relação entre os espaços urbano e rural.

Os serviços de saúde são um exemplo desta afirmação, uma vez que as unidades de atendimento em geral estão disponíveis no meio urbano. Assim, entende-se que nos dias atuais, no início da segunda década do século XXI, não é mais possível imaginar que o meio rural possa oferecer todos os recursos de que o agricultor familiar necessita para ter adequadas condições de vida, sendo fundamental sua integração com o meio urbano. Isso não significa que o rural passará a ser urbano. Trata-se de uma inter-relação na qual existam ganhos recíprocos entre os dois espaços, uma vez que será no rural que os agricultores familiares desenvolvem suas atividades que podem gerar excedentes a serem comercializados no meio urbano. Já o meio urbano pode dispor de bens e serviços demandados pelos agricultores familiares e que não estejam disponíveis no espaço em que ele vive. Assim, as trocas entre os dois meios podem permitir ao agricultor familiar a satisfação das necessidades de bens e serviços.

A partir do que foi exposto no parágrafo anterior, neste estudo entende-se que alcançar melhores condições de vida depende da renda oriunda das atividades agropecuárias, da maior proximidade dos agricultores em relação a alguma sede urbana onde possam acessar bens e serviços e ofertar sua produção. E essas melhores condições resultarão na permanência no campo. Quanto aos serviços, esses podem estar relacionados às atividades produtivas ou às demandas da família como saúde e educação, por exemplo. Em relação aos bens entende-se primordial o acesso aos meios de comunicação e de transporte, que aproximem os agricultores familiares tanto de seus familiares, quanto do mercado seja demandante ou ofertante, evitando o isolamento e acessando melhores condições de vida para a família.

Assim, tendo enquanto tema a influência da agricultura familiar no desenvolvimento das regiões em que está inserida, a presente pesquisa procura investigar respostas para o seguinte problema: como evoluíram as condições de desenvolvimento rural nos municípios da Região Sul do Brasil, nos quais a agricultura familiar apresenta maior importância na produção agropecuária municipal, observadas as dimensões demográficas, sociais,

econômicas e ambientais, entre os anos de 2000 e 2010? Os resultados são comparados com os municípios nos quais a presença da agricultura familiar é menor.

Diante da verificação de que os agricultores familiares, e neste grupo com mais ênfase os jovens, têm continuado a migrar do meio rural em direção às cidades, esse estudo propôs-se a investigar a influência da agricultura familiar no desenvolvimento rural na Região Sul. Na investigação são analisados os municípios em que há maior participação da agricultura familiar na produção agropecuária, buscando verificar se nesses as dimensões demográfica, econômica, social, ambiental apresentem condições mais favoráveis.

A contribuição que os agricultores familiares trazem para as regiões nas quais estão inseridos já é apontada por pesquisas anteriormente realizadas, as quais serviram como estímulo para a realização desta. Sabe-se que a presença da agricultura familiar não é relevante na totalidade dos municípios da Região Sul. Há aqueles nos quais sequer existem agricultores familiares. Entretanto, naqueles em que os agricultores familiares são predominantes entende-se que a categoria influencia no desenvolvimento desses lugares.

Com base nas diversas literaturas investigadas constatou-se que discutir agricultura familiar consiste em entrar numa seara polêmica, em que correntes teóricas como a marxista, neoclássica e chayanoviana, não são consensuais no modo de análise utilizado. No caso desta pesquisa buscou-se analisar como evoluem variáveis socioeconômicas em regiões que apresentam participação diferenciada da agricultura familiar, tendo enquanto espaço geográfico os municípios da Região Sul do Brasil.

Na busca pelas respostas ao problema de pesquisa já apresentado, o objetivo geral foi analisar as condições de desenvolvimento rural nos municípios da Região Sul. Para isso os municípios da região foram estratificados pela participação da agricultura familiar na produção agropecuária municipal. As variáveis utilizadas nas análises estão inseridas nas dimensões demográfica, econômica, social e ambiental, observando a evolução entre os anos de 2000 e 2010.

Para alcançar o objetivo geral, a pesquisa foi desdobrada nos seguintes objetivos específicos: a) Demonstrar teoricamente, a partir das abordagens marxista, neoclássica e chayanoviana a importância da agricultura familiar para o desenvolvimento; b) Identificar argumentos que justificam o apoio à agricultura familiar, considerando-a com papel relevante para o desenvolvimento das regiões em que estiver inserida; c) Avaliar, com base nos grupos que integram a família de agricultores familiares da Região Sul, se estes apresentaram tendência ao êxodo ou à permanência no meio rural entre 2000 e 2010; d) Analisar se a maior presença de agricultores familiares contribui para melhores condições de desenvolvimento

nos municípios, medidas essas a partir das dimensões demográfica, econômica, social e ambiental, entre 2000 e 2010.

Na busca pelas respostas ao problema de pesquisa, os objetivos descritos permitiram a estruturação do estudo em busca das questões relevantes. Considerando a heterogeneidade de categorias, termos e conceitos empregados para tratar os grupos existentes no meio rural, a primeira ação foi apresentar definições que possam ser sinônimas ou antônimas dos agricultores familiares, indicando desde o início sobre quais termos o texto se ampara.

Os agricultores familiares são considerados produtores que utilizam de maneira predominante a mão de obra da família, em que a propriedade é gerenciada pelo proprietário em conjunto com sua família e na qual a principal fonte de renda provém das atividades agropecuárias. Neste contexto é importante a distinção entre os agricultores familiares e os produtores não familiares (ou patronais), sendo que esses utilizam mão de obra contratada, em que a gestão da propriedade é feita pelo proprietário ou por um administrador.

Nessa linha teórica, optou-se por utilizar abordagens de autores cujos enfoques divergem, tais como o marxista, o neoclássico e o de Chayanov, mas que, em alguns aspectos, permitem que deles se extraiam sínteses sobre as condições de existência e decisões dos agricultores familiares. Nas abordagens marxista e neoclássica podem ser observadas análises sobre fatores externos aos agricultores familiares. Já da abordagem de Chayanov são extraídas explicações referentes aos fatores internos que determinam comportamentos e decisões. Nesta parte, a pesquisa procurou explorar as convergências e contradições das diferentes abordagens sobre a agricultura familiar. Procurou-se ainda explicitar que as discussões desses autores são contraditórias entre si, mas não incompatíveis, servindo de base para a construção de uma nova síntese, na qual seja possível identificar aspectos que contribuam para o entendimento dos motivos pelos quais os agricultores familiares permanecem ou evadem do meio rural. Nesse contexto também é importante considerar o modo de produção capitalista que domina e articula esse processo.

Ainda na linha teórica, mas já buscando dados empíricos como balizadores na argumentação, buscou-se demonstrar como a agricultura familiar foi tratada no decorrer da história brasileira. A constatação é de que desde o princípio, o favorecimento foi concedido aos agricultores não familiares, com ações e políticas que em determinados momentos poderiam até mesmo provocar a extinção da categoria familiar.

Somente no final do século XX medidas ainda incipientes passaram a ser adotadas para estimular os agricultores familiares. E, nesse contexto na Região Sul, foco das análises empíricas, também é efetuada uma avaliação teórica de como a agricultura familiar

influenciou a formação e desenvolvimento da região, finalizando com a apresentação de dados do Censo Agropecuário de 2006, que ilustram a importante presença da categoria na região. O foco do estudo, nessa parte, passa a ser a avaliação sobre a opção de agricultores familiares em permanecer no meio rural ou dele evadir. Utilizando-se de dados dos Censos Demográficos de 2000 e 2010 (IBGE, 2012) e do Censo Agropecuário de 2006 (IBGE, 2009), procurou-se conhecer a tendência de crianças, jovens, mulheres, homens e idosos da agricultura familiar sobre permanecer ou evadir do meio rural entre 2000 e 2010.

No capítulo em que é observada a tendência à evasão ou permanência de crianças, jovens, mulheres, homens e idosos da agricultura familiar foram utilizados dados secundários dos Censos Demográficos de 2000 e 2010 e do Censo Agropecuário de 2006. Tendo em vista que os dados demográficos referem-se ao meio rural, sem desdobramentos para agricultores familiares e não familiares, optou-se em efetuar uma estimativa para chegar ao percentual de pessoas ocupadas na agricultura familiar em relação à população rural dos Estados da Região Sul. Para encontrar essa informação foram utilizadas as informações da população rural de 2000 e 2010, calculando a taxa média anual de evolução. Utilizando essa taxa média anual a população rural foi estimada para o ano de 2006. Para esse ano, o Censo Agropecuário informa o número de pessoas ocupadas na agricultura familiar e não familiar, com base nesse dado calculou-se o percentual da população rural de cada estado que estava ocupada na agricultura familiar. E a partir desse percentual calculou-se o número médio de crianças, jovens, mulheres, homens e idosos existentes nos estabelecimentos familiares.

Para a análise dos municípios, conforme a presença da agricultura familiar foi elaborada uma estratificação utilizando enquanto variável-chave a participação VBP da agricultura familiar no VBP agropecuário total de cada município. Os municípios da Região Sul foram classificados em quatro estratos conforme a maior ou menor presença da agricultura familiar no VBP agropecuário total do município. Essa análise efetua comparações entre dados disponíveis nos censos demográficos de 2000 e 2010, direcionando o olhar para as variáveis escolhidas no âmbito municipal, preferencialmente no meio rural. Além das informações dos censos demográficos, também são utilizados dados do censo agropecuário de 2006 (no caso do VBP). Assim, os municípios da Região Sul, classificados em estratos conforme a participação da agricultura familiar no VBP agropecuário municipal, constituem o objeto de estudo desta pesquisa, sendo os agricultores familiares os sujeitos.

Em relação à natureza esta pesquisa tem caráter empírico ou aplicado, por se pretender que suas investigações e constatações sejam aplicáveis, úteis e práticas ao conhecimento (RAMPAZZAO; CORREA, 2008). Enquanto abordagens da pesquisa empírica ou aplicada,

utilizou-se de levantamentos de dados secundários disponibilizados por pesquisas anteriormente realizadas, seja em trabalhos de tese ou nos Censos Agropecuário e Demográfico. Assim, realizou-se uma pesquisa aplicada, de natureza quantitativa, de delineamento descritivo-exploratório. Em relação às variáveis utilizadas, as fontes foram principalmente os Censos Demográficos de 2000 e 2010, bem como o Censo Agropecuário de 2006.

Sobre os métodos de investigação ou de procedimento neste estudo foram utilizados os métodos comparativo e estatístico. O primeiro foi utilizado procurando estabelecer semelhanças e diferenças no que tange à evasão ou permanência de agricultores familiares no meio rural da Região Sul entre 2000 e 2010 e em relação aos resultados para os estratos de municípios com base na participação da agricultura familiar no VBP agropecuário municipal. No caso da estratificação dos municípios o estudo comparativo leva em conta quatro estratos, separados com base no VBP agropecuário e comparados com a utilização das variáveis, extraídas dos Censos Demográficos de 2000 e 2010, classificadas nas dimensões demográfica, social, econômica e ambiental. Para efetuar essa comparação foi utilizado o método estatístico de forma a tornar possível verificar as relações dos fenômenos entre si.

No que tange à estrutura utilizada na pesquisa, além dessa introdução, há quatro capítulos textuais, seguidos pela conclusão, referências e apêndices. O capítulo que sucede à introdução aborda definições e abordagens, que envolvem o agricultor familiar. Está subdividido em cinco seções, sendo que essas tratam sobre definições sinônimas ou antônimas de agricultura familiar, sobre enfoques teóricos marxista, neoclássico e chayanoviano a respeito da categoria e por fim apresenta considerações finais do capítulo, tal como ocorre em todas as demais unidades.

No capítulo seguinte, a temática envolve discussões sobre o papel da agricultura familiar no desenvolvimento, discorrendo sobre teorias de autores que amparam a argumentação de que a presença dessa categoria no meio rural contribui para que o desenvolvimento ocorra. O capítulo está desdobrado em três seções que, após a apresentação de teorias sobre o desenvolvimento no meio rural, procura demonstrar de que forma agricultores familiares foram tratados pelas políticas brasileiras, cuja preferência, desde os primórdios, no meio rural, foi pela agricultura patronal (não familiar). A segunda seção desse capítulo caracteriza a agricultura familiar na Região Sul do Brasil, procurando demonstrar que a formação e a constituição das bases econômicas tiveram forte influência da categoria e que, apesar das políticas brasileiras desfavorecerem o grupo, há uma presença relevante no meio rural dos estados da região, de agricultores familiares.

No capítulo quatro é efetuada uma análise sobre grupos que compõem as famílias de agricultores familiares: crianças, jovens, mulheres, homens e idosos e para cada um dos grupos. Procura-se verificar se, no período entre 2000 e 2010, houve tendência a evadir ou permanecer no meio rural. Cada grupo é analisado em relação aos motivos que estimulam a migração ou a permanência, amparando-se em argumentos teóricos de pesquisas anteriormente realizadas e analisando-as no contexto em que os dados apontam. Nesse capítulo algumas das verificações feitas foram de que ocorre um envelhecimento no meio rural e na agricultura familiar da Região Sul, espaço no qual predominam os homens. Entretanto, não é possível falar em masculinização no período em questão, uma vez que as proporções de homens e mulheres entre 2000 e 2010 se mantiveram praticamente inalteradas. As seções desse capítulo são seis, havendo uma seção para cada grupo e, na finalização, a que apresenta as considerações finais.

Por fim, o capítulo cinco procura analisar os municípios da Região Sul, estratificados a partir da presença da agricultura familiar no seu espaço rural e nas atividades agropecuárias. São constituídos quatro estratos a partir dos quais são realizadas as análises sobre as condições de desenvolvimento medidas em quatro dimensões: demográfica, social, econômica e ambiental. Em cada dimensão estão inseridas variáveis obtidas nos Censos Demográficos de 2000 e 2010 e no Censo Agropecuário de 2006. A partir dessas variáveis são efetuadas análises comparativas sobre como evoluíram as condições em cada estrato, objetivando avaliar se nos estratos em que a presença da agricultura familiar é maior pode-se apontar para melhores condições de desenvolvimento. Esse capítulo é constituído por cinco seções, sendo as quatro primeiras as abordagens sobre as dimensões consideradas e para o fechamento constam as considerações finais.

Na continuidade estão disponíveis as conclusões extraídas a partir do estudo realizado, seguidas pela lista das fontes utilizadas enquanto referência e, por fim, constam nos apêndices informações complementares ao que foi trabalhado no texto.

2 DO CAMPONÊS AO AGRICULTOR FAMILIAR: DEFINIÇÕES E ABORDAGENS

A partir do problema de pesquisa já mencionado a hipótese que orienta esse estudo é a de que a maior presença de agricultores familiares torna possível um nível mais elevado de desenvolvimento rural, o que torna importante o enfrentamento das causas da não permanência desses no meio rural. Neste sentido, esse primeiro capítulo procura explicar o emprego de diferentes termos, conceitos ou categorias que culminam em definições para o agricultor familiar, bem como demonstrar como as abordagens marxista, neoclássica e chayanoviana explicam as opções e decisões da categoria.

Apesar de agricultura familiar ser uma denominação que, no Brasil, passou a ser adotada de forma mais frequente a partir do final do século XX, suas características não são novas. Propriedades que utilizam a mão de obra familiar, que praticam a gestão da propriedade conjuntamente com a família e que retiram o sustento da terra são características que, na Região Sul, já podiam ser observadas desde a presença dos açorianos e mais tarde nas propriedades dos colonos imigrantes, que chegaram aos estados a partir de 1824 (BERNARDES, 1997). No entanto, a utilização da categoria agricultor familiar não é consensual entre as diferentes correntes teóricas a serem abordadas neste capítulo. Em função disso, concordamos com Navarro e Pedroso (2011) que os agricultores familiares não são um grupo homogêneo e que é preciso considerar a diversidade que dele faz parte.

Antes de apresentar as definições e abordagens do capítulo é preciso ressaltar que nessa pesquisa considera-se que o capitalismo é o modo de produção em que a sociedade está inserida e dentro do qual é necessário efetuar as análises propostas. A propriedade privada dos meios de produção, a busca pelo lucro para acumular e centralizar capital são a realidade e dentro desse contexto a agricultura familiar é abordada.

Entende-se que o capitalismo pode ser analisado dialeticamente, ao mesmo tempo em que beneficia quem obtém lucro, caracteriza-se por prejudicar aqueles que ficam excluídos ou à margem do sistema. Apesar de ser remoto o tempo em que Marx descreveu o capitalismo, esta obra ainda hoje retrata o sistema em que vivemos. Diante das tentativas socialistas já efetuadas, observa-se que o capitalismo a cada crise tem redescoberto meios de se reformar, o que torna necessário olhar para o sistema com a potencialidade de permanecer em vigor. É verdade que os ciclos demonstram que há momentos de queda nos lucros, quando o Estado é demandado a atuar mais intensivamente, e há outros em que ele é praticamente ‘descartado’. Nesses ciclos se inserem o liberalismo, as políticas de *welfare state*, o neoliberalismo.

No presente capítulo, em especial, além da discussão sobre definições que remetem para a categoria agricultor familiar, busca-se contemplar o objetivo específico em que se propõe demonstrar, a partir das abordagens marxista, neoclássica e chayanoviana, características da categoria. A corrente marxista é citada por grande parte dos estudos sobre agricultura familiar devido às suas referências sobre as condições desta categoria de persistir ou não no meio rural. A partir dos neoclássicos, compreendem-se diversas políticas e ações adotadas no campo brasileiro a partir dos anos 1960, principalmente aquelas denominadas de modernizadoras. E, por fim, a partir das concepções de Chayanov, é possível refletir sobre as decisões tomadas pelos integrantes da agricultura familiar, no que tange à racionalidade de suas opções.

2.1 Do camponês ao agricultor familiar: definições

Inicialmente, cabe ressaltar que a agricultura familiar como categoria política não tem uma definição *consensuada* entre os diferentes autores que a tomam por objeto. Há disputas de espaço com categorias sociais como: colono, camponês, pequeno produtor/proprietário, exploração familiar, produtor familiar. Dessa forma, no presente capítulo a discussão apresenta essas diferentes definições e suas convergências em relação à agricultura familiar, objeto desta pesquisa.

Um primeiro termo a ser citado é '*colono*', que se tornou popular no período da colonização nos estados da Região Sul. Sua utilização perdura até hoje em algumas regiões, havendo agricultores que se autodenominam assim. No Rio Grande do Sul, Bernardes (1997, p. 92) afirma que o termo '*colono*' "correspondeu ao pequeno proprietário agricultor em terras de mata". A ele cabia derrubar as matas e efetuar o cultivo das lavouras. As principais características dessa categoria estão relacionadas à utilização da mão de obra da família em terras com pequenas extensões, de sua propriedade, cultivando produtos que pudessem ser consumidos e cujos excedentes fossem comercializados, numa época em que as técnicas eram em sua maior parte manuais e a policultura era também uma característica de produção.

A denominação de '*colono*' tem, então, sua base explicativa na caracterização dos produtores que imigravam para o Brasil, oriundos da Europa e que recebiam terras nos processos de colonização público ou privado, ocorridos durante o século XIX, principalmente no sul do Brasil. Nas obras de Bernardes (1997), Pesavento (1980), Silva Neto e Basso (2005) e Schneider (2006), observa-se que, ao mencionar os imigrantes europeus instalados nas terras dos estados da Região Sul, estes são denominados colonos. Não raro, há regiões rurais onde é

possível observar que os produtores continuam se autodenominando desta forma. Cabe frisar que ‘colono’ também tem sido um termo que em algumas regiões surge como ‘pejorativo’, como sinônimo de caipira ou com conotações semelhantes.

No entendimento de Schneider (2006, p. 7), o “colono de antigamente é o agricultor familiar de hoje em dia”, sendo que a principal diferença entre as duas definições está no fato de que os agricultores familiares passaram a ter vínculos mercantis e relações sociais distintas a partir de sua inserção na divisão social do trabalho. Assim, para o autor, a origem social da agricultura familiar está relacionada à colonização europeia realizada pelos imigrantes a partir da primeira metade do século XIX em municípios da Região Sul. Na pesquisa aqui apresentada, com base em Schneider (2006), Bernardes (1997), Pesavento (1980), Silva Neto e Basso (2005), concordamos que o agricultor familiar da atualidade carrega parte das características do colono.

Outra categoria bastante utilizada é ‘camponês’. Essa denominação perpassou séculos - originada no feudalismo, empregada por Marx, no século XIX, e por Chayanov no início do século XX -, mantendo-se presente nos dias atuais em diversos autores, dentre os quais se pode citar Wanderley (1996; 2009b) e Ploeg (2008). Wanderley (1996) considera que o campesinato consiste numa das formas sociais de agricultura familiar, pois o camponês apresenta a relação entre propriedade, trabalho e família. Para a autora, a agricultura camponesa não é simplesmente uma agricultura de subsistência, mas também um meio de produzir excedentes comercializáveis.

A despeito de a pequena dimensão da propriedade ser uma característica essencial da produção camponesa - que dispõe de recursos limitados para potencializar suas forças produtivas -, é preciso entender que a produção não é camponesa por ser pequena, mas sim, pelas relações de produção que o estabelecimento e seus gestores estabelecem interna e externamente. Para Wanderley, (2009b, p. 109). “o único limite à continuação da atividade produtiva do camponês é dado pelo trabalho necessário à sua reprodução, uma vez repostas suas condições de trabalho”.

Na opinião de Ploeg (2008, p. 39), “o modo camponês de fazer agricultura está enraizado na condição camponesa e provém dela”. Segundo o autor, as principais características da condição camponesa são a luta pela autonomia num contexto de dependência, marginalização e privações. Nessa condição, há formas de coprodução entre o homem e a natureza, interagindo com o mercado, mas, acima de tudo, fomentando a autonomia e reduzindo a dependência.

Assim, com base nas definições sobre o camponês e valorizando as ideias de Wanderley e Ploeg, constata-se que a agricultura familiar leva em si características que se originam do camponês, ancoradas tanto na concepção da primeira autora, quando argumenta sobre as relações sociais, quanto na de Ploeg, à medida que o autor fala da necessidade de autonomia diante do sistema.

Uma terceira definição a ser mencionada é ‘pequeno produtor’. É importante ressaltar que, na história da agricultura brasileira, a partir dos anos 1970, no contexto do discurso desenvolvimentista estatal, em que a modernização da agricultura era o foco, passa-se a uma utilização crescente da categoria *pequeno produtor*. Essa definição correspondia ao contraste em relação à *grande produção*, por isso o tamanho era o principal diferencial entre as duas categorias e o emprego de ambas continha o juízo de valor das concepções dominantes (KAGEYAMA; BERGAMASCO, 1989 e 1990). Naquela época os camponeses eram considerados como produtores de baixa renda ou de pequena produção. Segundo Moraes (1998), a preocupação não era mais com a existência ou não de um campesinato no Brasil, mas, sim, se essa existência enquanto pequena produção era funcional ao capital.

Guanziroli, Di Sabato e Vidal (2011) afirmam que, até o final do século XX, as propriedades caracterizadas por ‘pequena produção’ eram entendidas como aquelas unidades que tinham parte de sua produção destinada à subsistência, e os excedentes eram comercializados nos mercados locais. Segundo os autores, “alguns a consideravam como ‘depósito e reserva de mão de obra’ com baixo custo de oportunidade, inserindo-se no mercado de trabalho rural como trabalhador temporário” (GUANZIROLI; DI SABBATO; VIDAL, 2011, p. 19). Já em relação ao termo ‘pequena produção’ Weisheimer (2009, p. 91) entende que “há uma conotação menos politizada do que na noção de campesinato”.

Observando diferentes estudos, verifica-se que naqueles em que a agricultura dos anos 1970 é comentada, o termo mais utilizado é o de ‘*pequena produção*’. Na década de 1980, a partir da redemocratização do país, surgem novas demandas e movimentos sociais que estimulam a construção de novas categorias. Segundo Moraes (1998), nessa época os conceitos de campesinato e pequena produção perdem autonomia e passam a ser inseridos em outras temáticas e questões.

Outra definição utilizada é ‘*exploração familiar*’, cujas referências são encontradas na obra de Lamarche et al. (1993, p. 15), caracterizada como uma unidade de produção em que trabalho e propriedade estão intimamente ligados à família. Nessa mesma obra, observa-se que há diversas formas de denominar o explorador agrícola. Algumas carregam simbologias, enquanto outras, não. Para Lamarche et al. (1993), termos como produtor, explorador agrícola

ou cultivador são neutros enquanto camponês, agricultor, chefe de empreendimento, trabalhador da terra são termos que carregam simbologias. De acordo com a obra referida, constata-se que as explorações familiares agrícolas não são um grupo social homogêneo, por isso não deve ser considerado como uma classe social no sentido marxista, já que “a exploração familiar contém nela toda a diversidade e pode ser definida pelas condições de produção, tais como superfície, grau de mecanização, nível técnico, capacidade financeira” (LAMARCHE et al., 1993, p. 18).

De acordo com os mesmos autores, é frequente a exploração familiar ser confundida com a exploração camponesa, mas esta se constitui em um conceito que analisa e define um modelo particular de exploração agrícola, descrito e analisado por autores como Alexander Chayanov, retomado mais tarde por H. Mendras (1978) e por J. Tepicht (1973). Para Lamarche et al. (1993, p. 16), “a exploração camponesa é familiar, mas nem todas as explorações familiares são camponesas”, ideia com a qual concordamos nesta pesquisa.

Abramovay (1997) fala das mudanças nos enfoques intelectuais após o esgotamento do tema *pequena produção*, argumentando que, a partir de então, os teóricos passaram a verificar que a *agricultura familiar* é o espaço de discussão mais valioso. As ideias do autor convergem com os apontamentos que Schneider (2009) e Navarro (2010) fizeram mais tarde, mencionando que, no campo teórico/intelectual, a categoria ‘agricultor familiar’ passou a ser importante após 1990.

Schneider (2009) menciona que agricultura familiar é uma expressão cuja emergência no contexto brasileiro ocorre a partir de meados da década de 1990, relacionada com os movimentos sindicais. Schneider (2009) e Navarro (2010) argumentam que o surgimento da expressão agricultura familiar está correlacionado com a assinatura do Tratado de Assunção, o qual deu origem ao Mercosul em 1991, época na qual ações político-sindicais comandadas pela Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG) e o departamento rural da Central Única dos Trabalhadores (CUT) deram origem à Federação dos Trabalhadores na Agricultura Familiar (FETRAF). Essas instituições, buscando defender interesses dos pequenos produtores, passaram a organizar-se em torno dos agricultores familiares. A consagração da expressão agricultura familiar aconteceu, conforme os dois autores citados, a partir da consolidação do PRONAF (Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar), que institucionalizou a noção de agricultores familiares, delimitando o grupo de produtores que do programa podem participar.

A obra de Guanziroli et al. (1996) disponibiliza um conjunto de informações sobre a agricultura familiar brasileira, apresentando as seguintes características para este grupo:

[...] a) a direção dos trabalhos exercida pelo produtor; b) inexistência de despesas com serviços de empreitada; c) não ter empregados permanentes e uma média de empregados temporários de até quatro pessoas; ou com um empregado permanente, e média de empregados temporários igual ou inferior a três; d) área total menor ou igual a quinhentos hectares para as regiões sudeste e sul e mil hectares para as demais regiões (GUANZIROLI, et al, 1996, p. 5)¹.

Em obra mais recente, Guanziroli, Di Sabato e Vidal (2011) argumentam que, em termos gerais, a agricultura familiar é caracterizada por três aspectos centrais: a) gestão da unidade produtiva e de investimentos realizados por pessoas que têm entre si laços consanguíneos ou de casamento, e onde a direção é exercida pelo produtor; b) o trabalho é fornecido de forma igual entre os membros da família e é superior ao trabalho contratado; c) os meios de produção são de propriedade da família, havendo transmissão em seu interior. Os mesmos autores ressaltam a importância de que a propriedade e gestão do negócio se confundem e que o controle é passado de geração em geração dentro da família.

Em Schneider (2009), há quatro elementos explicativos para compreender as formas familiares em sociedades capitalistas. O primeiro elemento diz respeito à forma e ao uso do trabalho. A força de trabalho utilizada é a dos membros da família e eventualmente de trabalho temporário. O segundo elemento consiste nos obstáculos que a natureza impõe, impedindo que a agricultura familiar desenvolva economias de escala e assim possa funcionar como uma indústria. Como terceiro elemento, o autor menciona que a teoria social privilegia o enfoque macrossocial e econômico deixando de considerar a capacidade que as formas familiares têm de se adaptarem e interagirem com o ambiente social e econômico. Por fim, destaca as relações de parentesco e herança como elemento central da natureza das unidades agrícolas.

Para Radomsky e Schneider (2007), nos estabelecimentos da categoria familiar, uma das características consiste no saber que os membros têm sobre a gestão e organização do trabalho, conhecimento que se transmite de geração em geração. Essa regra é válida tanto para a agricultura familiar no meio rural quanto para empresas familiares no meio urbano. Essas organizações mantêm entre si relações de interconhecimento e proximidade, de reciprocidade e autoridade.

¹ Guanziroli et al. (1996) efetuam a classificação utilizando dados do Censo Agropecuário, mas alertam de que estas informações apresentam limitações.

Na Lei 11326/06, que regulamenta o PRONAF, são definidos como agricultores familiares os produtores cuja atividade seja executada em área de até quatro módulos fiscais²; que utilizem predominantemente mão de obra familiar nas atividades produtivas exercidas no estabelecimento; cuja renda seja oriunda predominantemente do estabelecimento; e onde o proprietário, em conjunto com a família, dirija o estabelecimento (LEI 11326/06, 2010). Essa classificação é também utilizada pelo IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) quando da elaboração do Censo Agropecuário de 2006, separando os produtores em familiares e não familiares. Cabe ressaltar, no entanto, que não há consenso por parte dos diferentes autores que tratam da agricultura familiar em relação a essas características, sendo o tamanho da área o motivo principal de divergência.

A respeito dessa divergência, Navarro e Pedroso (2011) fazem críticas argumentando que o tamanho de área previsto na lei obedeceu a critérios político-sindicais e não tem justificativa econômica³. Outra fonte que discorda do tamanho de área utilizado pelo IBGE na delimitação de agricultura familiar é Guanziroli; Di Sabbato; Vidal (2011), pois, segundo essa, a extensão máxima que um produtor familiar pode administrar é variável, uma vez que depende da capacidade de exploração que a família tem, combinando volume de trabalho e tecnologia disponível.

Nas abordagens da FAO (*Food and Agriculture Organization*), o tamanho do empreendimento não é decisivo para a categorização como agricultura familiar. O que determina seu enquadramento é a forma e intensidade de produção. No âmbito interno de um país, esse tamanho pode até ser importante, mas, em nível comparativo entre países, deixa de ser. Uma observação que estudos da FAO fazem é de que, no geral, a produção e os afazeres são maiores à medida que o tamanho do empreendimento é menor, devido ao caráter familiar da mão de obra empregada. Pois, enquanto no estabelecimento familiar a intensidade da utilização da mão de obra é maior, numa propriedade não familiar as atividades utilizam processos menos intensivos em mão de obra, sendo mais intensivo nos fatores terra ou capital (MELICZEK, 2003).

Segundo a mesma fonte, a FAO considera familiar o empreendimento agrícola administrado pela família, no qual os integrantes da unidade familiar empregam todo o seu

² O módulo fiscal consiste numa unidade de medida agrária que corresponde à área mínima considerada necessária para viabilizar economicamente as propriedades rurais. São levados em conta na definição dos módulos fiscais: o tipo de exploração predominante no município; a renda obtida com essas explorações e o conceito de propriedade familiar. No Brasil um módulo fiscal varia entre 5 e 110 hectares, enquanto nos estados da Região Sul no Paraná o módulo varia de 12 a 30 hectares, no Rio Grande do Sul de 7 a 40 hectares e em Santa Catarina de 7 a 20 hectares (INCRA, 2013a; 2013b; LANDAU et al. 2012).

³ Navarro e Pedroso (2011, p. 110) afirmam que a Lei do PRONAF foi criada a partir da influência de sindicalistas com viés anticapitalista e com leitura marxista.

tempo de trabalho nas atividades do empreendimento, que é de propriedade da família e cujo rendimento é fruto da produção agrícola. Quanto aos resultados dos empreendimentos familiares, estes podem ser de subsistência ou produzir gerando excedentes comercializáveis.

Em relação ao trabalho enquanto fator produtivo, para Wanderlei (1996) a agricultura familiar se caracteriza pelo fato de que a família é ao mesmo tempo proprietária dos meios de produção e assume o trabalho no estabelecimento produtivo. O caráter familiar associando família-produção-trabalho resulta em consequências sobre a maneira como a agricultura familiar age econômica e socialmente. Na opinião de Weisheimer (2009, p. 90), é uma categoria “adequada para interpretar a produção familiar no contexto de domínio do modo de produção capitalista na agricultura”.

Em momento anterior deste estudo, já foi mencionado que o sistema capitalista é o sistema vigente e a partir do qual são feitas as considerações dessa pesquisa. Diante desse contexto, nesse estudo concorda-se que o agricultor familiar está inserido no mercado, usufruindo de mobilidade dos fatores, com relações objetivas quanto aos fatores terra, capital e trabalho, de forma que “os agricultores familiares respondem aos sinais de preços de mercado e têm flexibilidade e adaptação” (GUANZIROLI; DI SABBATO; VIDAL, 2011, p. 25). Assim, cabe destacar que para os agricultores familiares poderem usufruir de autonomia é necessário que estejam organizados de forma a evitar dependências que sistemas integrados de produção provocam.

Kageyama e Bergamasco (1989; 1990, p. 62) concordam que a racionalidade econômica da produção familiar “não pode escapar do mecanismo geral vigente na sociedade capitalista, de busca de um excedente da produção”, mesmo que tenha a particularidade de depender do trabalho da família proprietária dos meios de produção.

Sobre a inserção dos agricultores familiares no mercado, Ploeg (2011, p. 129) apresenta argumentos interessantes. Ao discorrer sobre mercado, o autor compara-o com “a água que circunda o peixe”, mencionando que o peixe dificilmente estará consciente da importância da água, pois ela sempre esteve ali. Quando a água/mercado não mais estiver lá, será tarde demais uma vez que o peixe estará morrendo. O objetivo do autor é explicar comparativamente a importância de que se conheça o mercado, pois, quando novos bens e serviços estiverem focando novos mercados, será necessária a adoção de práticas distintas.

De acordo com Ploeg (2011) todos os mercados estão imersos em marcos institucionais regulados por modos de governança. O autor aborda as características dos impérios alimentares e dos mercados emergentes, sendo que os primeiros são os grandes mercados de produtos agrícolas e alimentares e o segundo grupo é formado por novas redes

sociotécnicas, a partir das quais a busca é pela construção de trajetórias de desenvolvimento nas quais o regime imperial não exerça domínios.

Tendo por base as definições já apresentadas para a agricultura familiar, entende-se importante distinguir esta da agricultura não familiar (patronal). Reforça-se que aquela é definida a partir da utilização prioritária da mão de obra da família, de uma renda majoritariamente oriunda da propriedade, de um produtor que administra sua propriedade em conjunto com a família. O produtor não familiar (patronal), por sua vez, é identificado pela utilização de mão de obra assalariada, buscando na gestão da propriedade o retorno do investimento.

No íterim da discussão sobre propriedades familiares ou não familiares, FAO/Incr (1994 e 1996) e Veiga (1996; 2000; 2001b) apresentam um conjunto de características que contribuem para a distinção dos estabelecimentos enquadrados nestes dois tipos, conforme consta no Quadro 1.

Quadro 1 – Comparativo entre características dos modelos patronal e familiar de agricultura

Modelo patronal (não familiar)	Modelo familiar
Completa separação entre gestão e trabalho	Trabalho e gestão intimamente relacionados
Organização centralizada	Direção do processo produtivo assegurado pelos proprietários
Ênfase na especialização	Ênfase na diversificação
Ênfase em práticas agrícolas padronizáveis	Ênfase na durabilidade dos recursos e na qualidade de vida
Predominância do trabalho assalariado	Trabalho assalariado como complementação
Tecnologias dirigidas à eliminação das decisões ‘de terreno’ e ‘de momento’	Decisões imediatas, adequadas ao alto grau de imprevisibilidade do processo produtivo.
Tecnologias voltadas principalmente à redução das necessidades de mão de obra	Tomada de decisões <i>in loco</i>
Pesada dependência de insumos comprados	Condicionalizada pelas especificidades do processo produtivo
	Ênfase no uso de insumos internos

Fonte: FAO/INCRA (1994, p. 2) e VEIGA (1996, p. 396, e 2001b).

Ao comparar a agricultura patronal e a familiar, Veiga (1996; 2000; 2001b) aponta que aquela tem empregado cada vez menos pessoas, enquanto a agricultura familiar apresenta maior capacidade de ocupação de mão de obra. A evolução da população ocupada na agricultura familiar contribui para reforçar os argumentos de Veiga e também para reforçar a justificativa de estudá-la. Os dados do Censo Agropecuário de 2006 indicam a existência, no Brasil, de 4.367.902 estabelecimentos da agricultura familiar, ou 84,4% do total dos estabelecimentos, ocupando 24,3% (80,25 milhões de hectares) da área (SILVA, 2010). Já nos estados da Região Sul do Brasil, a agricultura familiar responde por 80,54% da mão de obra ocupada na agricultura do Rio Grande do Sul; 82,04% em Santa Catarina e 69,85% no Paraná.

Além das definições já apresentadas até esta parte do capítulo, cabe mencionar que existe um grupo significativo de autores que abordam a agricultura familiar no contexto da pluriatividade e das ocupações não agrícolas. Autores como Silva (1999; 2001) e Schneider (2009) defendem que os agricultores buscam em atividades não agrícolas a complementação da renda. Se, antes, na produção de subsistência, eram utilizados basicamente os fatores terra e mão de obra familiar na produção de excedentes, agora será preciso aumentar a produtividade da mão de obra familiar e buscar no trabalho assalariado o complemento de sua renda ou a ampliação de sua produção.

Em virtude da heterogeneidade dos produtores e das críticas a respeito da delimitação de área na qual atuam agricultores familiares, foram utilizados os critérios da Lei 11326/06 como norteadores desta pesquisa. Essa ação decorre da utilização de dados do Censo Agropecuário de 2006, no qual a delimitação segue a lei mencionada. Quanto às definições que abriram este capítulo, parte-se do pressuposto de que cada uma contribui para a constituição das características do agricultor familiar, mesmo que nenhuma delas possa ser adotada enquanto sinônimo da agricultura familiar.

Além das definições citadas nesta seção, cabe nesse estudo apresentar as diferentes abordagens relacionadas aos autores clássicos da pesquisa. A seguir serão ilustradas três abordagens: de enfoque marxista, neoclássica e chayanoviana, as quais são consideradas relevantes no que tange à discussão desta pesquisa, que se propõe a oferecer argumentos para a caracterização da agricultura familiar na atualidade apontando para a importância da categoria no desenvolvimento das regiões em que está inserida.

2.2 A abordagem marxista para a agricultura familiar

A abordagem de enfoque marxista em relação à agricultura familiar apresenta relevância, uma vez que argumentos de autores relacionados indicam na direção de uma tendência ao desaparecimento da agricultura familiar, principalmente quando são retomadas as concepções de Lênin e Kautsky⁴. A esse respeito, Schneider (2006, p. 4) ressalta que, ao estudar a agricultura familiar, é preciso ter consciência de que este é “um tema umbilicalmente arraigado no pensamento social marxista, embora não seja, evidentemente, de

⁴ Sobre estes autores é importante ressaltar que em suas obras não há menção ao agricultor familiar, mas sim ao camponês. Abramovay (2007), afirma que na obra de Marx não há referência à questão agrária, pois seu foco está na mercadoria e não na produção familiar na agricultura.

seu domínio exclusivo”. As ideias marxistas ancoradas em Lênin e Kautsky, passaram a ser defendidas principalmente a partir de meados da década de 1970.

Observando individualmente, Lênin (1982) apontava para a tendência de mudanças na dinâmica capitalista, na qual o campesinato desapareceria para ser substituído por novos tipos de população rural, formando uma sociedade dominada pela economia mercantil e pela produção capitalista. Para o autor, o camponês não teria como estar desvinculado do mercado, pois era relevante a escala de produção, o que inviabilizaria a pequena produção, por não alcançar as escalas necessárias. Como resultado, o autor apontava que os camponeses estariam fadados ao desaparecimento, restando-lhes permanecerem em zonas periféricas nas quais o capital não tivesse interesse em investir ou tornarem-se proletários por perderem seus meios de produção.

Kautsky (1972), por sua vez, defendia a existência de traços do sistema pré-capitalista. Para ele, à medida que aumenta a necessidade de insumos, também aumenta a dependência em relação ao mercado, o que torna necessária a utilização de maiores quantidades de terras. Isso se tornará possível pela migração de pessoas para o meio urbano. Na agricultura, a tendência é a elevação da subordinação em relação à indústria de insumos e de processamento, o que torna o camponês um agente que passa a atender as demandas da indústria. Assim, de acordo com esse autor, haveria a necessidade de que os produtores agrícolas operassem com uma escala mínima, devido às exigências do contexto capitalista.

Para Favareto (2006b, p. 15) Kautsky procura demonstrar que “com o progresso das forças produtivas, os pequenos estabelecimentos não teriam como incorporar as inovações tecnológicas, organizacionais e econômicas em igualdade de condições com a produção capitalista”. Schneider (2009), analisando as ideias de Kautsky, comenta que para o autor marxista a agricultura tende a subordinar-se à indústria, à medida que o capitalismo se desenvolve, com superioridade técnica das grandes propriedades sobre as pequenas, sendo que essas fornecem mão de obra para aquelas.

Em relação aos argumentos de Kautsky, a autora dessa pesquisa concorda parcialmente no que tange às afirmações relativas a uma maior interrelação dos produtores com o mercado. Atualmente há dificuldades quanto à inserção de agricultores familiares nos mercados tradicionais. Neste sentido cabe mencionar Ploeg (2011) o qual compara o mercado com a água na qual o peixe está mergulhado, sendo importante a busca de novos mercados para produtos específicos gerados na agricultura familiar.

Sobre as posições marxistas em relação ao camponês, Abramovay (2007) afirma que, no início do século XX, predominava a ideia de que o camponês teria a extinção como

destino, devido à dinâmica da diferenciação entre os produtores, sendo incapaz de resistir à concorrência das grandes empresas agrícolas. Nesse viés, as atividades produtivas estariam inseridas no contexto capitalista e haveria duas possibilidades para quem atua na agricultura: ou transformar-se em capitalista, sendo proprietário dos meios de produção; ou então compor a classe proletária, vendedora destes mesmos meios de produção. Ao Estado caberia a possibilidade de modificar a tendência, agindo de maneira a subsidiar o camponês e evitando que o mesmo desapareça.

Na opinião de Abramovay (2007) e Schneider (2009), na obra original de Marx não havia uma teoria do campesinato, pois para o marxismo não faz sentido a ideia de uma economia camponesa. Camponês seria uma definição necessariamente negativa, pois esta categoria não vende a força de trabalho, também não explora o trabalho alheio, e à medida que tentasse integrar-se ao mercado capitalista, o resultado seria a sua extinção. Para Abramovay (2007), em sendo uma categoria que é ao mesmo tempo proprietária da força de trabalho e do estabelecimento produtivo, não é possível considerar o camponês nem como burguês, nem como proletário, dentro dos quadros teóricos da análise marxista do sistema capitalista. Foi localizado um questionamento sobre as dificuldades para definir economicamente o rendimento que o camponês recebe, quando o autor afirma que “[...] Se ao camponês for atribuído lucro, ele se torna um capitalista. Se receber um salário, vira operário. Se viver da renda da terra, é então um proprietário fundiário” (ABRAMOVAY, 2007, p. 46).

Sobre essa base, Navarro e Pedroso (2011) afirmam que o modelo de agricultura familiar europeu (em especial o francês) está mais centrado nos enfoques marxistas, enquanto os estudos dos cientistas sociais norte-americanos sobre agricultura familiar não tiveram influências marxistas. No Brasil, o referencial marxista clássico foi utilizado nas décadas de 1950 e 1960 para “explicar o caráter do desenvolvimento capitalista do país, onde minifúndio e latifúndio correspondiam às categorias que conformavam a estrutura agrária brasileira” (WEISHEIMER, 2009, p. 90). Já nos anos 1970, durante a modernização agrícola, predominou a ideia de que os pequenos produtores seriam inviáveis, pois não conseguiriam se modernizar, nem adotar pacotes tecnológicos.

Sobre as relações capitalistas na agricultura brasileira, Silva (1993) é um autor que apresenta enfoque marxista, mencionando que as particularidades da agricultura são distintas da indústria. Para o marxismo, a terra é um meio de produção que não pode ser multiplicado por escolha do homem, uma vez que o volume existente não se altera, podendo transitar entre as mãos dos produtores e sua posse trocando de propriedade. A tendência, segundo o autor, é de que, em épocas favoráveis de expansão, os grandes produtores (agricultores não familiares)

prosperam e absorvem as propriedades pequenas à sua volta. Já em épocas de crise, os grandes se retraem buscando reduzir custos variáveis e riscos, repassando, assim, parte de suas terras para parceiros e arrendatários.

A análise das posições de autores com enfoque marxista indica que a previsão feita por Lênin e Kautsky não se confirmou totalmente. Mesmo que algumas mudanças tenham confirmado as hipóteses, a produção familiar não desapareceu. As estatísticas comprovam que, apesar de quase um século passado após as afirmações de Kautsky e Lênin, os agricultores familiares não desapareceram. Pode-se concordar que alguns se tornaram proletários, outros capitalistas, mas há muitos que permanecem nas atividades sendo proprietários de suas terras, utilizando mão de obra familiar e utilizando-se de recursos que podem ser próprios ou de terceiros (como no caso do PRONAF no Brasil).

A título de ilustração pode-se observar no Censo Agropecuário de 2006 (IBGE, 2009) que os agricultores familiares atuavam em 85,75% dos estabelecimentos agropecuários existentes no Rio Grande do Sul; 87,03%, em Santa Catarina e 81,63%, no Paraná, o que ilustra a expressividade da categoria, não sendo possível afirmar que está em vias de extinção. A esse respeito Favareto (2006b, p. 16) se manifesta alegando que “as formas familiares de produção não só negaram a inevitabilidade de sua mera transformação em proletariado como se firmaram como a forma predominante na maior parte dos principais países capitalistas”.

Em outros tempos, tais como no final do século XIX, início do XX, satisfazer necessidades alimentícias e de habitação poderiam ser as principais preocupações. Mas, na atualidade do século XXI, quando as demandas pessoais cresceram intensamente, é importante que existam excedentes de renda para dar conta de um conjunto mínimo de necessidades, o qual ultrapassa as demandas por alimentação e habitação. Exemplos destas novas demandas são as linhas telefônicas móveis, a internet e a posse de bens que antes não eram considerados necessários no meio rural, tais como os computadores. Em não havendo renda para suprir as necessidades, a tendência natural é a de que os agricultores familiares, entre eles principalmente os jovens, busquem atividades cuja remuneração seja mais satisfatória. E, caso isso não se mostre viável no meio rural, o caminho é a busca por alternativas no meio urbano, um movimento que já se observa com frequência e que nessa pesquisa é analisado nos capítulos 4 e 5.

Cabe ressaltar que a abordagem marxista está centrada em aspectos macroeconômicos, observando fatores externos que circundam os agentes analisados, no caso os camponeses e agricultores familiares. Assim, após a verificação sobre como autores com enfoque marxista abordam a existência ou manutenção da agricultura familiar no contexto capitalista, a

constatação é a de que tendências apontadas por autores marxistas se confirmaram parcialmente, pois há afirmações que se verificaram válidas. O que se pode averiguar a partir do texto é que nem as previsões apocalípticas sobre o desaparecimento do camponês se confirmaram, nem é possível falar tranquilamente sobre sua manutenção nas sociedades contemporâneas. Sendo assim, constata-se que a abordagem marxista não é suficiente para a construção de uma nova síntese, demandando investigar como o tema é abordado por outros enfoques, tais como o de autores com inclinação neoclássica.

2.3 A abordagem econômica neoclássica para a agricultura familiar

Mudanças tecnológicas, produtividade, maximização de lucros, produtores avançados ou atrasados, são termos utilizados pelos autores com enfoque neoclássico quando abordam aspectos da produção, que apesar de serem microeconômicos são analisados em seus termos macroeconômicos. O aumento de produtividade como forma de reduzir custos e melhorar receitas, a aquisição de insumos modernos e a expansão da produção são algumas das defesas dos autores neoclássicos. Neste contexto teórico a agricultura é definida como moderna, tradicional ou atrasada (SCHULTZ, 1965). O foco está na satisfação das exigências do mercado, cabendo ao produtor ofertar produtos a preços adequados, para os quais exista demanda e que garantam a maximização de lucros, com a menor interferência do Estado.

No Brasil, dos anos 1960 até o final dos anos 1980, foi fortalecida a ideia de que os produtores deveriam elevar sua produtividade, produzindo com escala maior. Sobre as análises neoclássicas acerca do desenvolvimento, Dall'Acqua (1983) informa que, durante a década de 1960, estas utilizavam a teoria do equilíbrio geral para avaliar as condições da agricultura ou a indústria. Nesta avaliação, todos os mercados de produtos, de fatores, de crédito, o governo e o setor externo estariam em equilíbrio. No entanto, as limitações da teoria de equilíbrio geral fizeram com que se passasse a usar a teoria do equilíbrio parcial. Nas análises que utilizam o equilíbrio parcial, o foco está centrado num único mercado e procura-se compreendê-lo isoladamente. O desenvolvimento agrícola nas análises neoclássicas passou, então, a ser analisado com base no equilíbrio parcial, levando em conta somente um bem ou um setor, e não considerando as interações, as inter-relações ou interdependências entre setores como agricultura e indústria, por exemplo.

A abordagem neoclássica passa a se fazer mais presente a partir dos anos 1970, no caso de autores brasileiros. Sobre a agricultura brasileira Buainain, Romeiro e Guanziroli (2003, p. 313) mencionam que “nos anos 70 se acreditava que a ‘questão agrícola’ havia sido

superada pelo processo de modernização, baseado na mecanização e na utilização de variedades selecionadas de sementes e de insumos químicos”. Esta visão, defendida por parte dos especialistas da época, que acreditavam na supremacia dos grandes produtores, em virtude da escala produtiva que eram capazes de obter, também defendia que esses maiores produtores se manteriam no campo enquanto aqueles com pequenas extensões de terra (ou pequenos produtores) estariam relegados ao êxodo rural.

A realidade confirmou parte dessas hipóteses: o êxodo rural realmente foi intenso, houve um favorecimento aos proprietários com maiores extensões de terra, mas, ainda assim, número relevante de agricultores familiares permaneceu no campo. Na afirmação de que apenas os grandes produtores se manteriam no campo, autores neoclássicos se assemelham ao enfoque marxista.

Abramovay (2007) apresenta um conjunto de aspectos que são debatidos em relação à microeconomia do comportamento camponês. Em vários desses se revelam abordagens neoclássicas. Um dos modelos comentados pelo autor é o de Schultz, (1965) no qual se aborda a racionalidade econômica do agricultor, por meio da caracterização de agricultores modernos e tradicionais. Na obra, Schultz entende que, mesmo o agricultor tradicional é racional em suas decisões e visa à maximização de lucros dentro das condições de disponibilidade de fatores que possui.

Na concepção de Schultz (1965), a modernização da agricultura depende da adoção de técnicas que passam pela melhoria dos níveis de educação, cabendo ao Estado papel importante para este fim. O autor apresenta uma divisão da agricultura em três tipos: tradicional, moderna e em transição. A primeira é composta pelos setores agrícolas nos quais o conhecimento, preferências e motivos para inovar são constantes por longo período de tempo, sendo baixa também a taxa de retorno dos investimentos. A agricultura moderna consiste no emprego de fatores de produção avançados, sendo que o nível das pesquisas determina o estágio ou avanço do conhecimento. Enquanto a agricultura, em transição, encontra-se em estágio intermediário, pois atua com um ou mais fatores de produção não tradicionais.

Schultz (1965, p. 53) entende que há uma racionalidade econômica nas decisões dos agricultores tradicionais e isso fica evidente quando ele trata-os como “pobres, mas eficientes”. O autor aborda a transformação da agricultura tradicional em sua obra, considerando esta em oposição à agricultura moderna, uma vez que a agricultura tradicional apresentaria baixa produtividade marginal de trabalho e capital. Para o autor, é nos países subdesenvolvidos que está a maior parte da agricultura tradicional, não havendo ali estímulos

para aumentos de produtividade marginal do trabalho e do capital, havendo dificuldades para neste grupo introduzir novos fatores de produção, em decorrência dos riscos e incertezas frente ao desconhecido.

A primeira impressão resultante da teoria de Schultz é de que os agricultores familiares poderiam ser considerados como tradicionais. No entanto, essa generalização não é possível, uma vez que esta categoria, ao deter informação e conhecimento, pode atuar de forma moderna, combinando os recursos de que dispõe e alcançando resultados satisfatórios, mesmo que as tecnologias utilizadas não sejam as mais avançadas. Por outro lado, observações empíricas confirmam a importância de que os agricultores familiares estejam abertos a novos conhecimentos, na medida em que o conservadorismo excessivo é prejudicial à busca de melhores resultados.

Um modelo citado com frequência dentro dos enfoques neoclássicos trata da hipótese de inovações induzidas de Hayami e Ruttan (1988) os quais defendem que o aumento da produtividade agrícola é possível via adoção de tecnologias adaptadas tanto no aspecto ecológico quanto econômico, para cada região ou país. Este aumento da produtividade torna necessária “a existência de um sistema de informações de mercado e extra-mercado que circule entre os agricultores, instituições públicas de pesquisa, firmas particulares de insumos agrícolas e empresários burocráticos e políticos” (HAYAMI E RUTTAN, 1988, p. 6). A interação entre os diversos setores corresponde à chave do sucesso para as mudanças técnicas que promovam o desenvolvimento agrícola.

O modelo de Hayami e Ruttan (1988) influenciou políticas públicas em diversos países, inclusive no Brasil, recebendo inúmeras críticas. O postulado central do modelo é a ideia de que “os agentes econômicos são sensíveis às variações de preços que afetam seus custos de produção e que esta sensibilidade se traduz num esforço para introduzir inovações que as reduzam” (ROMEIRO, 1991, p. 43). Assim, se a mão de obra for um recurso escasso e com preços ascendentes, então uma inovação justificada seria a adoção de tecnologias poupadoras de trabalho. No Brasil, para os anos 1970 observa-se que, mesmo havendo mão de obra abundante no campo, foram adotadas políticas de modernização da agricultura com inovações poupadoras de trabalho, atendendo aos interesses dos detentores do capital.

Em relação às ações *fator-saving*, David (1975) cita exemplos de ações adotadas nos Estados Unidos e na Grã-Bretanha durante o século XIX. Na obra constam justificativas para que, no meio oeste americano, tenha ocorrido rápida adoção da máquina de ceifar, enquanto na Grã-Bretanha esta adoção ficou limitada entre pequenos produtores agrícolas, no período mencionado. No caso americano, os motivos que favoreceram a adoção da máquina de ceifar

foram o alto custo da mão de obra, em função da Guerra Civil, as condições favoráveis do solo para a utilização de máquinas e também pelo fato de que uma indústria produtora de máquinas agrícolas se desenvolvia.

Já no caso da Grã-Bretanha, na mesma época, havia relativa abundância de mão de obra, o que permitia acessá-la a custos inferiores, as condições do solo eram desfavoráveis para a utilização de máquinas (exigindo investimentos maiores para melhorá-lo e permitir a mecanização). Estes fatores dificultavam a adoção mais generalizada de máquinas. Outra causa apontada pelo autor se refere a que nos Estados Unidos as terras utilizadas eram próprias dos produtores, enquanto na Grã-Bretanha a prática era o arrendamento, de tal sorte que nesta região os custos com taxas de juros e arrendamento representavam uma barreira à maior mecanização.

Mesmo que a abordagem de David (1975) seja relativa ao século XIX e a realidades distintas das nossas, é possível observar que a escolha tecnológica dos produtores americanos e britânicos possuía racionalidade própria. No Brasil, a adoção de tecnologias poupadoras de trabalho durante a Revolução Verde dos anos 1960-70 não teve o objetivo de racionalizar a utilização de recursos escassos. Uma das grandes motivações para o Brasil foi a expansão da indústria de bens de capital, que se instalava e buscava demanda para seus produtos, sendo a agricultura um destes demandantes potenciais e efetivos.

A ênfase do modelo de inovações induzidas de Hayami e Ruttan (1988) na mudança técnica como elemento dinâmico do desenvolvimento é citada por Dall'Acqua (1983) como um consenso dentro da teoria neoclássica nos anos 1970, uma vez que algumas das características que estes autores defendem são trocas competitivas, mercados autorregulados e Estado gerador de novas tecnologias que compensem a escassez relativa dos fatores raros, sendo a eficiência alocativa uma preocupação norteadora.

Dois outros autores de enfoque neoclássico são Marshall e Schumpeter. Suas abordagens são comumente aplicadas às análises empresariais, e aqui são adaptadas para a agricultura. No caso de Marshall (1988), a defesa principal é pelas economias de escala, segundo as quais as empresas que conseguem operar com maiores tamanhos, conseguem ganhos de produtividade e, conseqüentemente, custos menores. Mesmo não tendo sido uma teoria desenvolvida para a agricultura é comum que nessa também sejam defendidas maiores escalas produtivas como forma de ampliar competitividade. Essas maiores escalas produtivas correspondem a maiores dimensões de área e de capital que permitam a aquisição de máquinas e equipamentos e, conseqüentemente, exijam menor volume de emprego de mão de obra.

Já Schumpeter (1988) valoriza a inovação como fator importante para melhorar a utilização dos recursos disponíveis e obter lucros maiores. A inovação, para o autor, é criadora, levando ao desenvolvimento, e por isso o empresário inovador faz toda a diferença. É necessária a capacidade de utilizar os recursos que se tem, de forma inovadora, aumentando a lucratividade da empresa. Com a inovação, o resultado acaba sendo a poupança, mas para isso é importante o acesso ao crédito e também à distribuição de propriedade e de renda.

Na década de 1980, em um contexto de crescente globalização, sustentava-se que o processo de modernização aprofundara a integração da agricultura com os capitais industriais, comerciais e financeiros formando os ‘complexos agroindustriais’. Nesse contexto, ao produtor caberia adotar um ‘pacote’ tecnológico com elevados investimentos, devendo possuir uma área de terras relativamente extensa para viabilizar a produção, ou sendo-lhe necessário encontrar um nicho de mercado rentável, sobretudo pela integração ao complexo agroalimentar (BUAINAIN; ROMEIRO; GUANZIROLI, 2003).

Na opinião de Buainain et al. (2007), a agricultura familiar é importante econômica e socialmente, havendo restrições ao seu processo de acumulação, ao crescimento e à modificação na organização da produção. Na opinião dos autores, para que a agricultura familiar sobreviva, é preciso que ela seja viável e competitiva. Para tal, a inovação tecnológica é considerada fundamental do alcance dessa competitividade, sendo considerados como aspectos que bloqueiam a inovação na agricultura familiar à falta de acesso à educação, as condições inadequadas de acesso ao mercado, a falta de apoio técnico e a dimensão do mercado. Para os autores, é fundamental que a agricultura familiar esteja integrada ao mercado e que seja sustentável economicamente. Para eles, a agricultura familiar é a parte frágil do agronegócio brasileiro, sendo que aqueles setores que conseguiram inserir-se em cadeias agroindustriais mais dinâmicas são os que conseguiram maior prosperidade. Essa posição é de um autor neoclássico e que pode ser contestada por outros argumentos. Especialmente no que tange à integração ao mercado, deve-se destacar que, quando essa transforma o agricultor familiar em dependente e subordinado à agroindústria, já não está ocorrendo uma relação favorável à categoria foco desta pesquisa.

A capacidade e a possibilidade de que os produtores aproveitem e potencializem as oportunidades da organização familiar são consideradas fundamentais para definir o destino da agricultura familiar (BUAINAIN et al. 2007, p. 23). Torna-se importante neutralizar e reduzir desvantagens competitivas decorrentes da dotação de recursos e principalmente da baixa escala produtiva. O aumento da escala produtiva, defendido por Buainain et al.(2007), depende de investimentos em novas tecnologias, o que consequentemente resulta em menor

ocupação de mão de obra. Pode-se observar que os argumentos neoclássicos em sua maior parte tendem a apontar que os agricultores não familiares (patronais) é que detêm as maiores vantagens, por atuarem em dimensões de área maiores e com maior volume de capital, representado por recursos financeiros, máquinas e equipamentos.

Na abordagem neoclássica, estão inclusos argumentos de autores que, no teor econômico, focam mais intensamente no aumento da produtividade, na alocação eficiente de recursos, na combinação dos fatores de produção inseridos no mercado e com pouca ou nenhuma intervenção do Estado. Em outros termos, pode-se afirmar que as análises neoclássicas procuram apontar características dos fatores externos aos produtores e que exigem desses as decisões focadas no mercado. Entretanto, como contraponto a essa visão neoclássica, a autora da pesquisa aqui apresentada concorda com Dufumier (2010, p. 15) quando esse trata da intervenção do Estado, afirmando que “O liberalismo integral não existe em nenhum lugar, em matéria de desenvolvimento agrícola, porque a agricultura desempenha um papel estrategicamente importante para ser entregue à exclusiva lei de mercado”.

Valorizar a abordagem neoclássica é relevante para compreender políticas agrícolas e ações adotadas no Brasil e que não valorizaram a agricultura familiar. No que tange à inserção dos produtores no mercado, para os neoclássicos é preciso eficiência produtiva, com escala, produtividade e lucratividades necessárias, preferencialmente sem intervenções públicas. Mas, por outro lado, a principal crítica diz respeito à falta de análises sobre o ambiente social em que a vida dos agricultores familiares está inserida.

Ploeg (2011) critica as concepções neoclássicas em relação ao mercado, alegando que são raras as tentativas de captar o que é exatamente um mercado, com semelhante pouca atenção à teoria dos mercados. Já as críticas de Niederle e Radomsky (2007) em relação à abordagem neoclássica referem-se às limitações de análise que esta apresenta, principalmente devido ao foco exclusivo em satisfação das necessidades individuais. Nesta concepção os indivíduos agiriam buscando o melhor pra si otimizando benefícios e minimizando riscos e perdas, agindo de forma egoísta o que não coincidiria com alguns tipos de mercados existentes, tais como aqueles nos quais existem práticas de reciprocidade e redistribuição existentes nas relações sociais.

Granovetter (2007) também critica as análises neoclássicas, pois entende que estas são concepções atomizadas e sub-socializadas da ação humana, inseridas na tradição utilitarista. O autor entende que as relações sociais se misturam com as relações de negócios, o que é destoante das concepções neoclássicas, para as quais as relações sociais entre os atores seriam obstáculos inibidores de mercados competitivos. Granovetter (2007) menciona a Nova

Economia Institucional, segundo a qual as instituições e arranjos sociais podem apresentar soluções eficientes para problemas econômicos. Nesse contexto, a confiança entre os agentes econômicos que transacionam é apontada como mais importante do que os dispositivos institucionais que possam existir para evitar problemas.

Tanto o enfoque marxista quanto o neoclássico tendem a avaliar fatores externos que circundam o agricultor familiar. Assim, para complementar a análise, é relevante focar nos argumentos de Chayanov para valorizar outro aspecto dos agricultores familiares: aquele que pode auxiliar na compreensão da racionalidade interna das decisões que tomam.

2.4 A abordagem de Chayanov para a agricultura familiar

Considerar os argumentos de Chayanov (1981) é relevante devido à contribuição que esses oferecem para o entendimento do comportamento dos produtores, denominados pelo autor como camponeses⁵. O autor explica a lógica interna da produção camponesa, apontando que o estudo desta unidade de produção não está contido nem na economia política de Marx, nem na teoria neoclássica. Para ele, o camponês se caracteriza por uma organização produtiva com lógica própria, não sendo possível analisá-la dentro dos conceitos neoclássicos. Porém seria importante valorizar sua capacidade de resistir às transformações capitalistas (aspecto em que discorda dos autores com tendências marxistas).

Abramovay (1998a; 2007) cita Alexander Chayanov e Jerzy Tepicht (1973) como autores que apresentam uma perspectiva contrária às leituras capitalistas, uma vez que na concepção destes autores a existência do campesinato responde a uma necessidade social. Para Wanderley (2009b) foi Chayanov quem elaborou a proposta que permite compreender o funcionamento interno das unidades familiares de produção na agricultura. Chayanov e Tepicht (1973) tinham consciência de que o camponês, mesmo sendo uma forma social estável, tende a se transformar, havendo riscos de extinção, sendo a organização cooperativa a forma possível para se defenderem dos riscos. Conforme a mesma fonte, a teoria de Chayanov leva em conta que a produção camponesa não gera salários, nem lucros ou renda da terra, motivos pelos quais a análise marginalista não seria aplicável a estas unidades. No entanto, a realidade prática demonstrava que os camponeses podiam, inclusive, conhecer certa prosperidade.

⁵ Nesse estudo com validade também para os agricultores familiares.

Para Chayanov (1981), a vida econômica da unidade familiar não assalariada, não se baseia em formas capitalistas. Esta unidade se constitui numa forma inteiramente diferente da capitalista, nas quais as motivações também são específicas. A lucratividade é citada como exemplo de diferença, visto que, na unidade camponesa de produção, o lucro não é um objetivo a ser alcançado, assim como os salários pagos também não caracterizam uma exploração capitalista, pois são apenas temporários.

O autor se dedica a explicar o nível de auto exploração existente na unidade de produção familiar. Para o autor, este equilíbrio depende da relação entre quantidade de trabalho (penosidade) e satisfação das necessidades de consumo da família. Assim, aumentar ou reduzir a produtividade do trabalho dependerá da quantidade de pessoas habilitadas a produzir, dentro da unidade produtiva, e a penosidade do trabalho dependerá do nível de consumo que o grupo tiver. Na unidade de trabalho familiar, a intensificação da utilização do trabalho pode acontecer “simplesmente pela pressão das forças internas da unidade, quase sempre devido ao tamanho da família ser desfavoravelmente proporcional à extensão da terra cultivada” (CHAYANOV, 1981, p. 141).

Schneider (2009) recorda que, na teoria de Chayanov, a busca do equilíbrio entre trabalho e consumo faz com que, ao haver mão de obra excedente, a tendência seja pela busca de trabalhos complementares ou atividades não agrícolas (pluriatividade). Em épocas nas quais os filhos são pequenos ou quando os filhos já tiverem saído de casa, a demanda por trabalho será menor, tendo em vista que as necessidades do grupo familiar também serão menores.

É essencial ter em conta que a teoria de Chayanov foi elaborada no início do século XX, quando as demandas por bens e serviços da sociedade eram mais simples. Atualmente, no início do século XXI, as pessoas se deparam com um leque maior de bens e serviços que se tornaram necessários para sua satisfação, e aqueles que vivem no meio rural não estão isolados desta realidade. Na concepção Chayanoviana, a existência do camponês busca o equilíbrio entre trabalho e consumo. O uso do trabalho camponês é limitado pelo objetivo de satisfazer necessidades familiares, em que a unidade camponesa é uma unidade de produção e de consumo, simultaneamente, cujo ponto de equilíbrio depende do tamanho da família. E a penosidade do trabalho autoimposta é limitada pela satisfação das necessidades de cada família (ABRAMOVAY, 2007; WOORTMANN, 2001; WANDERLEY, 2009b).

Sobre a adoção de novas tecnologias na pequena produção, Pontes (2005) afirma que, na concepção de Chayanov, novas tecnologias somente serão incorporadas se a mão de obra economizada puder ser realocada em outra(s) atividade(s) e desde que esta economia de

trabalho não prejudique a satisfação das necessidades de consumo. Na produção familiar/camponesa, o proprietário é parte da mão de obra disponível, por isso antes de adotar inovações, efetuam-se análises sobre as vantagens, uma vez que as inovações podem estar substituindo o trabalho da mão de obra componente da família.

Tepicht (1973) pode ser associado com as ideias de Chayanov quando afirma que o modo de produção camponês se caracteriza como sendo “uma unidade indissolúvel entre empreendimento agrícola e família; pelo uso intensivo de trabalho; pela natureza patriarcal da organização social” (ABRAMOVAY, 2007, p. 83). Mas quando ele afirma que “a família camponesa cumpre, tanto no capitalismo como no socialismo, a função importante de permitir a oferta de produtos agropecuários a preços inferiores aos das grandes empresas” (ABRAMOVAY, 2007, p. 83), também pode ser associado aos argumentos marxistas.

Em relação à mão de obra, Tepicht (1973) afirma que na exploração familiar camponesa é possível aumentar a renda global com um adicional de trabalho, na qual os preços a serem pagos são mais baixos. Para explicar esse argumento, afirma que existem no interior das famílias camponesas as forças plenas e forças marginais ou não transferíveis (ABRAMOVAY, 2007; WANDERLEY, 2009b). Sobre o tema Woortmann (2001) afirma que são considerados detentores das forças plenas os homens em idade produtiva e, forças marginais, as mulheres, velhos e crianças. Pela leitura dessa fonte, ao serem intransferíveis e terem um custo de oportunidade próximo de zero, as forças marginais permitem ao campesinato/agricultura familiar operar a preços mais baixos.

Na agricultura familiar, pesquisas citam a atividade leiteira como um exemplo da utilização de forças marginais enquanto a ordenha fosse manual, sob a responsabilidade das mulheres. Haveria uma tendência de que, ao ser modernizada a atividade, a responsabilidade pela mesma fosse transferida aos homens (MENASCHE, 2004). Para a ordenha manual, o tempo necessário é maior, então, o emprego de forças de trabalho marginais corresponde a menores custos, o que justificaria a ocupação das mulheres nesta atividade. Por outro lado, quando a ordenha é modernizada, o tempo de atividade se reduz, tornando possível a ocupação da mão de obra masculina ou força considerada plena por Tepicht (1973). Na mesma linha de raciocínio estão enquadradas atividades tais como o cultivo da horta, considerada como tarefa de mulher, por demandar maior tempo de dedicação.

Analisando as afirmações de Tepicht (1973) e as evidências observadas pelo exemplo da produção leiteira, é localizada uma explicação para o fato de que atualmente as jovens mulheres buscam prioritariamente outras ocupações. Pesquisas realizadas demonstram que a

ausência de rendas para esses grupos no meio rural estimula a busca de alternativas com remuneração monetária e contribui para a migração do campo para a cidade.

Reforçando os argumentos de Chayanov com situações mais recentes, Lamarche et al. (1993) apresentam características da exploração familiar em sociedades no sistema capitalista avançado; do sistema capitalista dependente; de sociedades em via de desenvolvimento e das sociedades no sistema coletivo. Os autores mencionam que existem diferenças entre a ocupação da mão de obra dentro da exploração familiar, na organização do trabalho. Na obra consta que

na divisão do trabalho familiar, os homens (pai, filhos e genros) assumem praticamente as tarefas mecanizadas. [...] as mulheres (esposa, filha, noras) só participam da capina e da colheita, quando essas atividades são feitas manualmente. Assumem, ao mesmo tempo, quase sem a ajuda masculina, todas as tarefas domésticas (LAMARCHE et al., 1993, p. 203).

O trecho da citação, somado às outras afirmações de Lamarche, permite indicar que há uma inclinação em relação às abordagens de Tepicht (1973). Um exemplo sobre a utilização das forças marginais na agricultura familiar está no desenvolvimento de atividades consideradas menos valiosas, tais como a capina (MENASCHE, 2004). A autora citada observou em sua pesquisa que a utilização do agrotóxico substitui a capina e, caso alguma propriedade utilize esta prática, ela é considerada em estágio ‘atrasado’ em relação às demais. Assim, capinar torna-se uma atividade restrita ao entorno da casa, direcionada à horta, por isso praticada somente por mulheres. Menasche (2004) observou que a prática de capina, principalmente da horta, por parte de homens chega a enfrentar discriminação preconceituosa, uma vez que na cultura dessas pessoas há diferenças entre atividades desenvolvidas pelos homens e pelas mulheres.

A abordagem de Chayanov contribui para as discussões efetuadas pelo presente estudo no que tange ao seu problema de pesquisa e ao primeiro objetivo específico. Ao ser escrita a obra, no início do século XX, o autor defendeu que os camponeses (neste estudo considerados agricultores familiares) aumentavam a penosidade do trabalho até o limite da obtenção dos recursos necessários para satisfazer suas necessidades e que por isso não buscavam ampliar seus esforços. Entende-se que as necessidades de um camponês naquele período, na Rússia, não são comparáveis àquelas que os agricultores familiares apresentam no início do século XXI, na Região Sul do Brasil. A tecnologia que era suficiente para a produção naquela época já não permite mais aos agricultores produzirem, sendo distintas muitas condições.

Sobre as ideias de Chayanov, Abramovay (2007, p. 110) aponta como crítica “a ausência de referências sobre o conjunto de circunstâncias exteriores no ambiente em que a produção familiar camponesa está inserida”, tendo sido utilizado um foco muito grande nos aspectos internos à produção por parte dessa teoria. Talvez uma das poucas referências ao ambiente externo seja a sugestão de que, para integrarem-se ao mercado, as unidades familiares devem organizar-se de forma cooperativada.

E, assim, com ressalvas também a essa abordagem, podem ser obtidos reforços para a presente pesquisa. A penosidade nos dias atuais já não é aceita da mesma forma pelos produtores, principalmente pelos mais jovens. As condições da vida ‘moderna’ remetem para a busca de maiores facilidades e menor esforço, seja no trabalho ou em outros espaços de sua vida, mas a racionalidade interna dos agricultores familiares pode obter explicações a partir dos argumentos de Chayanov.

2.5 Considerações finais

O propósito de apresentar definições e abordagens sobre a agricultura familiar está vinculado à busca da conceituação dos agricultores familiares, as condições de permanência no meio rural a partir das abordagens teóricas de enfoques marxista, neoclássica e chayanoviana, bem como o papel que esses agricultores exercem no desenvolvimento rural das regiões em que estão inseridos. Concordando com Abramovay (2007), aceita-se que as teorias são heterogêneas para uma categoria também heterogênea, devendo as políticas públicas levar isso em conta para serem mais eficientes no alcance de seus objetivos.

Inicialmente foi possível observar que nas definições apresentadas para caracterizar o agricultor familiar há semelhanças e sinônimos como no caso do termo colono. No que tange às diferenças, algumas definições carregam simbologias que indicam posicionamentos teóricos por parte de quem as adota. Neste estudo, optou-se pela utilização da categoria “agricultura familiar”, caracterizada como aquela em que é utilizada predominantemente a mão de obra da família; em que o proprietário em conjunto com sua família efetua a gestão do estabelecimento; em que a renda obtida predominantemente das atividades agropecuárias; e enfim, cujo tamanho é limitado pela Lei 11326/06. A categoria ‘camponês’, empregada por vários dos autores citados, é aceita como um sinônimo de agricultor familiar no passado; entretanto nesse estudo as duas categorias são adotadas como distintas, considerando como válidas as contribuições dos autores com enfoque marxista e chayanoviano, os quais empregam o termo ‘camponês’.

As abordagens teóricas apresentadas no capítulo têm enquanto função permitir que sejam delas retiradas condições consideradas possíveis ou adequadas para a existência ou permanência dos agricultores familiares no meio rural. Lênin e Kautsky, em suas argumentações, consideravam difícil que os camponeses (atuais agricultores familiares) conseguissem manter-se no meio rural. É necessário concordar que, em parte, as previsões marxistas se confirmaram principalmente no que tange à expansão do capitalismo no campo, mas, constata-se que os agricultores familiares não desapareceram.

Em contraposição a Lênin, foram apresentados, neste capítulo, os argumentos de Silva (1993), cujas afirmações estão mais alinhadas com as de Kautsky no que tange à escala produtiva. Sobre a afirmação de Kautsky de que, na agricultura, todos os produtores teriam de trabalhar com escala mínima, tendendo ao predomínio dos capitalistas, hoje esta afirmação deve ser relativizada, pois escalas mínimas são relativas de acordo com o tipo de atividade agropecuária de que se esteja falando. Em consequência é possível alcançar elevadas rendas com a prática de diversificação e agregação de valor.

Em relação ao papel do mercado, para Lênin e Kautsky a vinculação dos produtores ao mercado gera vínculos e dependências que podem colocar em risco suas condições. De forma antagônica, para autores com enfoque neoclássico é fundamental que os produtores estejam integrados ao mercado para alcançar a sua viabilidade. Já no enfoque Chayanoviano são encontrados argumentos de que o mercado é espaço em que os agricultores familiares satisfazem necessidades de consumo e ao mesmo tempo obtém recursos para supri-las, desde que no nível de penosidade aceito pelos integrantes da família. A autora dessa pesquisa concorda que o mercado é um espaço necessário tanto no que se refere à oferta de bens e serviços para os agricultores familiares quanto à demanda de produtos que esses disponibilizam, porém esta inserção no mercado deve ser autônoma e independente por parte do agricultor familiar.

Em relação aos argumentos dos autores neoclássicos, o primeiro comentário a ser feito é sobre a tese de Hayami e Ruttan (1988) de que as tecnologias devem ser adequadas às realidades de cada região. Concorda-se no que tange à adequação, mas se discorda de que o aumento da produtividade dependa somente do fator tecnologia. É compreensível que o aumento da produtividade depende de um conjunto de variáveis, no qual a combinação dos fatores produtivos (capital, terra e mão de obra) em concomitância com o tipo de atividade desenvolvida é que determina a produtividade que será obtida. Além de considerar as condições edafoclimáticas da região e variedades produtivas adequadas a estas realidades. Assim, a tecnologia sozinha não atende às necessidades dos agricultores familiares, pois,

também na tese de Hayami e Ruttan, a utilização mais intensiva de tecnologias é justificável quando permite poupar recursos produtivos escassos; no entanto, no Brasil, a modernização agrícola poupou um recurso que havia em abundância na agricultura, a mão de obra, provocando forte êxodo rural.

Em relação às economias de escala defendidas por Marshall (1988) são encontradas em Kautsky (1972) convergências em relação à importância da escala produtiva. Se o primeiro afirma que maiores escalas propiciam economias de escala o segundo aponta esta como uma tendência do sistema capitalista. Sobre o argumento defendido por Marshall (1988), entende-se que cada atividade produtiva apresenta realidade distinta no que tange ao capital necessário para produzir, considerando o sistema capitalista. Também as quantidades de mão de obra e terra a serem combinadas para obter os melhores resultados são distintas nas diferentes atividades desenvolvidas. Desta forma, nem sempre a escala produtiva precisa ser elevada, ou correspondente a economias de escala, como por exemplo, em processos de agroindustrialização em que exista maior valor agregado aos produtos.

Quanto a Schumpeter (1988), concorda-se plenamente com sua argumentação. É preciso que os agricultores familiares saibam ser inovadores em seus processos produtivos, pois, dessa forma, estarão abertos às mudanças necessárias para melhorar os resultados produtivos e econômicos. Essas inovações não precisam estar necessariamente relacionadas ao capital físico, mas devem, principalmente, estar vinculadas à gestão da propriedade, o que também pode incluir a valorização de maior nível educacional para seus componentes.

Para ser inovador, não há como desconsiderar a importância do conhecimento. Sobre esse concorda-se com Schultz (1965), quando o autor aborda a necessidade de melhorar os níveis de informação, conhecimento e educação dos agricultores. Pois, se, nos anos 1960, o conhecimento já fazia diferença, hoje, é mais importante que agricultores familiares tenham acesso a este recurso. O conhecimento de que se está falando não está restrito àquele conquistado nos bancos escolares, mas também ao obtido em palestras, oportunidades de extensão, eventos, informações disponíveis na internet, por meio de instituições das quais os agricultores façam parte.

No que tange à abordagem neoclássica, uma crítica importante a ser efetuada diz respeito à influência de suas proposições sobre as políticas de modernização agrícola adotadas no campo brasileiro entre 1960 e 1980. Orientados pelo interesse das empresas produtoras e comercializadoras de bens e insumos agrícolas, faltou aos governantes avaliar se a generalização dessas práticas era favorável a todas as regiões e produtores. Uma das principais contradições é o fato de que essas tecnologias eram poupadoras de recursos

abundantes no período, tais como a mão de obra, sem considerar a heterogeneidade existente entre os produtores patronais e familiares.

Sobre o enfoque de Chayanov (1981) concorda-se parcialmente com o argumento de que a família busca alcançar o equilíbrio entre trabalho e consumo. A divergência com o argumento diz respeito ao fato de que nos dias atuais, em contexto capitalista⁶, as demandas de consumo das famílias são maiores do que aquelas da época em que o autor elaborou sua teoria. No início do século XXI dispor de linha telefônica (seja fixa ou móvel), ter acesso à internet, usufruir de meios de transporte, corresponde a necessidades que fazem parte do conjunto de demandas dos agricultores familiares e dentre estes principalmente dos jovens. Assim, para atender às demandas da família, na atualidade, entende-se que é preciso maior volume de recursos financeiros, o que pode exigir mais trabalho ou, então, uma alocação mais eficiente dos fatores de produção dentro das possibilidades dos agricultores familiares. Sendo assim, atualmente, o equilíbrio entre trabalho e consumo torna necessária a busca de maiores rendimentos para dar conta das novas necessidades de consumo o que tende a exigir uma maior autoexploração (nos termos chayanovianos) do trabalho na agricultura familiar.

Dessa forma, com base nas definições e abordagens sobre agricultura familiar, pretende-se que, ao final deste capítulo, tenham ficado explicitadas as características que são adequadas à categoria em questão. Nesse sentido entende-se que os agricultores familiares são caracterizados como o grupo que utiliza principalmente a mão de obra da família nas atividades desenvolvidas em estabelecimento de sua propriedade, cujo tamanho é aquele possível de ser administrado pelo proprietário em conjunto com a família em que a renda é oriunda das atividades desenvolvidas pela família.

Das abordagens apresentadas nesse capítulo extrai-se que as tendências marxistas apresentadas por Lênin e Kautski não se confirmaram, mas apontam para os riscos e ameaças que pairam sobre os agricultores familiares. Em relação aos neoclássicos constata-se que a influência de suas ideias sobre as políticas agrícolas brasileiras promoveu uma modernização agrícola em que foram estimuladas ações que reduzissem o emprego de fatores abundantes como a mão de obra no meio rural. Essas contribuíram para a evasão de produtores do meio rural em direção às cidades. Entretanto nem todas as ideias neoclássicas são consideradas negativas, tais como a importância atribuída ao conhecimento e também à inovação, apoiada por autores como Schultz e Schumpeter. Tanto a inovação quanto o conhecimento são

⁶ Ressaltando que a teoria de Chayanov foi escrita em contexto socialista.

fundamentais para o desenvolvimento de atividades adequadas às condições dos agricultores familiares.

Chayanov por sua vez contribui para a compreensão da racionalidade de decisões internas dos agricultores familiares. Apesar de a obra ter sido escrita em contexto socialista e há mais de um século, suas análises continuam sendo adequadas na atualidade. Enquanto marxistas e neoclássicos tem seu foco voltado para fatores externos que circundam os agricultores familiares, Chayanov procurou verificar aspectos internos das famílias. Dessa abordagem concorda-se que o trabalho executado pelos agricultores familiares tem enquanto estímulo o acesso à satisfação das necessidades dos integrantes da família. O que ocorre na atualidade é que essas necessidades passaram por mudanças, exigindo um volume maior de trabalho para alcançar maiores níveis de renda que permitam acessar bens e serviços que atualmente são importantes para a satisfação dessas pessoas.

Na continuidade dessa pesquisa serão retomados aspectos que permitam evidenciar a forma pela qual as abordagens de caráter marxista, neoclássica e chayanoviana contribuem para o entendimento do contexto em que agricultores familiares atuam, tomam suas decisões e influenciam no desenvolvimento rural das regiões em que estão inseridos. Assim, tendo por referência as definições e abordagens sobre a agricultura familiar, no próximo capítulo o foco está voltado à abordagem sobre o papel da categoria para o desenvolvimento, buscando ilustrar o tratamento que os agricultores familiares recebem no Brasil e na Região Sul.

3 O PAPEL DA AGRICULTURA FAMILIAR NO DESENVOLVIMENTO REGIONAL

Este capítulo tem por foco apresentar argumentos sobre o papel da agricultura familiar no desenvolvimento rural. Inicialmente, discute-se o papel que a agricultura familiar tem no desenvolvimento das regiões, demonstrando aspectos sobre o desenvolvimento regional, desenvolvimento rural e sobre as inter-relações entre campo e cidade. No decorrer do capítulo, além de abordar os temas voltados ao desenvolvimento também são apresentadas discussões sobre a forma como agricultores familiares foram tratados pelas políticas públicas no caso brasileiro e na sequência uma evolução histórica da categoria na Região Sul.

Sobre o desenvolvimento, inicialmente, cabe ressaltar que esse foi considerado por muito tempo sinônimo de crescimento econômico. Amparando-se em argumentos de Favareto (2006a), pode-se afirmar que, praticamente até finais do século XX, vigorou a ideia de que, para haver desenvolvimento, deveria haver crescimento, estando esse atrelado à industrialização e urbanização. Aguiar (2011) menciona que, associado ao progresso, crescimento e modernização, o desenvolvimento era analisado a partir de uma visão reducionista.

No Brasil, observa-se esse comportamento através das ações do próprio Governo, que sugeria a necessidade de o crescimento ocorrer primeiro, para depois poder ser efetuada uma distribuição de seus benefícios. Nas últimas décadas do século XX, foram iniciados debates sobre a exaustão de recursos provocada por crescimentos desenfreados. Os defensores do meio ambiente foram os precursores dessas discussões, demonstrando que o crescimento poderia ser maléfico, se não administrado e planejado, provocando os debates em torno do desenvolvimento sustentável. A visão de que se tornava necessário pensar no momento presente e também no futuro passou a ser importante. O setor agrícola que, após a Revolução Verde, passou a utilizar agrotóxicos em maior intensidade, foi um daqueles que acabou sendo avaliado e julgado quanto à sua capacidade de promover desenvolvimento no meio rural.

No início do século XXI, novas correntes de interpretação passaram a apontar que o crescimento seria uma condição necessária, porém não suficiente, para que as pessoas e os locais pudessem ser considerados desenvolvidos. A preocupação com os lugares está inserida nas discussões territoriais e regionais cujo foco vem direcionado ao lugar de que se está falando. Este raciocínio passou a valer tanto para territórios quanto para os agentes que atuam e/ou vivem nesses. Associações entre as condições de vida que as pessoas podem alcançar e o

nível de desenvolvimento, passam a ter maior importância, inseridas em contextos nos quais a liberdade de escolha torna-se fundamental (SEN, 2000).

O desenvolvimento passou a ser compreendido como um conceito amplo, mas que pressupõe o acesso por parte das pessoas à alimentação, saúde, educação, habitação, lazer, além da renda. O Produto Interno Bruto per capita deixou de ser o indicador do nível de desenvolvimento, substituído por aspectos relacionados à saúde, a educação, a longevidade e as variáveis ambientais, os quais se tornam primordiais para determinar se há ou não desenvolvimento. A utilização do PIB (Produto Interno Bruto) per capita foi substituída por índices de desenvolvimento, tais como: desenvolvimento humano; desenvolvimento socioeconômico; desenvolvimento municipal; e índice de felicidade bruta.

A Constituição Federal do Brasil, de 1988, em seu Artigo 6º (2011), considera que “são direitos sociais a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados” (CF de 1988, 2011). A amplitude de direitos permite aos que deles usufruem que estejam inseridos num contexto desenvolvido, constituindo-se um desafio a possibilidade de acesso universalizado aos direitos mencionados.

Veiga (2001a), ao discorrer sobre desenvolvimento, alerta para o fato de que existe um faz de conta de que esse seja compreendido, alegando que raramente o seu real significado é explicado. O autor cita a economista Joan Robinson, a qual costumava comparar o desenvolvimento a um elefante, afirmando que este constitui algo difícil de definir, mas fácil de reconhecer. Este reconhecimento pode ser feito nos países desenvolvidos, nos quais as pessoas têm mais chances e opções do que nas nações que não alcançaram os mesmos níveis de desenvolvimento.

Uma das teorias que efetua discussões sobre desenvolvimento humano é a de Sen (2000), que assevera a importância de que as pessoas tenham liberdade de acesso à saúde, educação, habitação e lazer. Para o autor, a liberdade é compreendida como capacidade de escolha para acessar os direitos básicos do cidadão. Este acesso retrata o desenvolvimento e resulta em melhores condições de vida para as pessoas e, conseqüentemente, dos territórios, pois as pessoas, ao serem dotadas de capacidades, passam a ter liberdade de escolher o tipo de vida que preferem viver.

O desenvolvimento, na concepção de Sen (2000), corresponde à expansão de liberdades substantivas. Para haver desenvolvimento é necessário que as pessoas tenham liberdade de escolha em relação aos aspectos políticos (com liberdade de expressão e eleições livres); facilidades econômicas (com oportunidades de participação no comércio e na

produção); oportunidades sociais (com acesso aos recursos de saúde e educação); garantias e transparência e também segurança protetora. Na defesa do autor, a questão central do desenvolvimento consiste na capacidade que as pessoas têm para cuidar de si e influenciar o mundo e, quando elas forem detentoras das liberdades substantivas citadas acima; então, o desenvolvimento terá sido alcançado. Cada uma dessas liberdades pressupõe o acesso a um conjunto de recursos que permita alcançar o desenvolvimento, sendo que, na privação dessas liberdades, não há como desenvolver-se. O autor também afirma que, quando todos tiverem acesso à educação, à cidadania e à segurança, as possibilidades de escolha serão maiores e, conseqüentemente, mais racionais, alcançando melhores resultados.

Sobre a teoria do desenvolvimento de Sen, Veiga (2001b) comenta que os argumentos sobre a expansão das liberdades reais que as pessoas desfrutam contrastam com visões mais restritas, tais como aquelas que utilizam variáveis relacionadas ao PIB, PIB per capita, industrialização, avanço tecnológico ou modernização. A expansão do acesso às liberdades é extremamente importante, bem como a qualidade das instituições que contribuem no processo de desenvolvimento. Em Veiga (2006b), também são localizadas críticas às medidas e aos índices que medem desenvolvimento, pois a amplitude e a complexidade desse processo não permitem que se possa medi-lo simplificadaamente por índices como o IDH (Índice de Desenvolvimento Humano), por exemplo. Na opinião do autor citado, essa medida não consegue captar aspectos como a “capacidade de participar das decisões que afetam a vida das pessoas e de gozar o respeito dos outros na comunidade” (p. 85), apesar de essa medida ser melhor do que o PIB per capita.

Veiga (2006b) e Aguiar (2011) também comentam a teoria das liberdades substantivas de Sen (2000), ao afirmar que, para o desenvolvimento ser alcançado, é necessário que as pessoas tenham a liberdade de escolher o que ser ou fazer na vida. Nesse sentido, é fundamental poder ter uma vida longa e saudável, ter acesso à educação, aos recursos necessários para que a vida seja digna e também se tenha a capacidade de participar da vida em comunidade. Esta liberdade pressupõe a capacidade de que as pessoas possam efetuar as escolhas, usufruindo dos direitos e decisões que afetarão suas vidas.

Além da abordagem das liberdades substantivas efetuada por Sen (2000) como atributo importante do desenvolvimento, também o capital social de que se constitui uma sociedade é considerado fundamental para alcançar níveis maiores de desenvolvimento. Para isso, a referência principal deve ser feita à obra de Putnam (2006), que trata de comunidade e democracia, comentando a experiência da Itália moderna.

Em sua obra o autor defende que o capital social é formado pelas seguintes variáveis: comunidade cívica, desempenho institucional e desempenho socioeconômico. Em relação à comunidade cívica, ressalta que a participação nos negócios públicos identifica a cidadania e o “significado básico da virtude cívica reside em um reconhecimento e uma busca perseverante do bem público à custa de todo interesse puramente individual e particular” (PUTNAM, 2006, p. 101). Para explicar o que vem a ser a comunidade cívica, o mesmo autor, cita a participação cívica dos cidadãos, a igualdade política, a solidariedade, confiança, tolerância e a capacidade de constituir e atuar em associações como estruturas sociais da cooperação. Na concepção do autor, a comunidade cívica e as ações dos cidadãos contribuirão para o bom desempenho das instituições.

Em relação às teses de Putnam sobre capital social, Valentim (2009) analisou a relação entre civismo, grupos ativos, distribuição de renda com o desempenho econômico e institucional. Os resultados da pesquisa apontaram que “civismo e grupos ativos analisados individualmente apresentam efeito negativo na determinação do desempenho econômico e institucional” (VALENTIM, 2009, p. 155), o que diverge dos resultados alcançados por Putnam em seus estudos. A confiança, de forma generalizada, seja entre as pessoas ou nas instituições públicas e privadas, somada ao civismo, são fundamentais, entretanto, conforme a pesquisa da autora, não pode ser tomada como ponto de partida, nem como variável suficiente para a explicação do desenvolvimento econômico. Sobre a distribuição de renda, a autora constatou também que, onde a desigualdade de renda é maior, o desempenho econômico é menor, havendo impactos desta distribuição de renda sobre a cultura⁷.

Na opinião de Ploeg (2008), o fato de existir capital social resulta em sentimentos de pertença e de avaliações positivas das pessoas em relação ao lugar em que vivem. Mas, para que esses sentimentos existam, é preciso que estejam disponíveis bens coletivos, garantias de acesso e qualidade de serviços de saúde, educação, transportes públicos, correios, instalações esportivas, paisagem, natureza, acessibilidade, ausência de poluição. A existência desses aspectos contribui para que o ambiente rural, por exemplo, seja um espaço atrativo para as pessoas permanecerem ou mudar-se para lá.

O capital social se constitui em “um conjunto denso de redes interligadas e em bom funcionamento que ligam as pessoas através de conjuntos de normas e crenças partilhadas”

⁷ Na tese aqui defendida, sabe-se de antemão que não será possível medir o capital social dos agricultores familiares pelo fato de que a pesquisa foi desenvolvida com dados secundários. Entretanto, em pesquisas primárias que possam ser efetuadas em decorrência desse estudo, o tema poderá ser avaliado. Por esse motivo optou-se em manter a discussão sobre o tema no decorrer desse capítulo.

(PLOEG, 2008, p. 185). Estas normas e crenças possibilitam a ação coletiva, demonstrando a coesão social, contribuindo para aliviar a pobreza e promover o desenvolvimento humano e econômico, sustentáveis. O autor ressalta ainda que “o capital social nunca está simplesmente por aí” (PLOEG, 2008, p. 185). Para existir é preciso que as redes sociais estejam sendo usadas. A participação ativa nas redes é a medida da possibilidade de que ocorra o desenvolvimento, resultando em lugares melhores para se viver.

As redes sociais na concepção de Radomsky e Schneider (2007, p. 252), “podem envolver atores sociais heterogêneos, ligados por características diversas como parentesco, amizade, etnia, e identidade”. Os laços que fundamentam a rede dependem das relações de reciprocidade existentes entre os atores. Nas trocas que ocorrem em relações sociais estão envolvidos três momentos: dar, receber e retribuir. Não havendo apenas a permuta de produtos, mas também solidariedade, integração social e obrigações mútuas.

Niederle e Radomsky (2007) afirmam que a confiança e a cooperação são bases das redes de reciprocidade e da formação de capital social. O desenvolvimento de comportamentos solidários a favor de benefícios coletivos pode ocorrer a partir da confiança e cooperação, mas também pode gerar cooperações negativas como conluios, arranjos ilegais, subornos e até mesmo manifestações criminosas.

Radomsky e Schneider (2007, p. 263) entendem que a geração de capital social como capacidade natural de todas as regiões ou grupos sociais é uma crença exacerbada, pois nem sempre é suficiente estimular o surgimento deste capital. Citando o paradigma da dádiva, os autores afirmam que não é possível saber de antemão se haverá retribuição em relação a alguma ação e menos ainda saber se ela será espontânea, uma vez que a reciprocidade faz parte do que os autores denominam de “terreno movediço que é a relação humana”.

Exemplificando o formato de reciprocidade ao qual se referem, os autores citam o caso dos fruteiros que atuam em Veranópolis (RS), os quais mantêm entre si relações comerciais caracterizadas pela conformação em rede, nas quais a confiança é importante. As relações de proximidade são citadas como fundamentais quando os capitais econômicos são escassos, de forma que

[...] a ideia não é menosprezar o papel dos recursos econômicos, do conhecimento e do acesso a tecnologias, também responsáveis pelo sucesso de pessoas, empresas e redes. No entanto, o argumento é que os atores sociais analisados compartilham recursos sociais e simbólicos no território, que são essenciais para gerar efeitos benéficos do ponto de vista social e econômico (RADOMSKY; SCHNEIDER, 2007, p. 278-279).

Sobre reciprocidade, Sabourin (2011) cita condições que podem se constituir em capital social: relações de reciprocidade que gerem valores materiais ou imateriais (conhecimentos, informações, saberes), valores afetivos (amizade, proximidade) e valores éticos (confiança, equidade, justiça, responsabilidade). No íterim das relações de reciprocidade encontram-se a ajuda mútua entre as famílias, ações que se desenvolvem desde as trocas de trabalho, até alianças mais duradouras como o compadrio ou casamento entre filhos.

Em referência ao capital social, Aguiar (2011) afirma que o desenvolvimento é favorecido quando os diferentes atores sociais, inseridos nos territórios, estão envolvidos e mobilizados, viabilizando ou fortalecendo decisões e constituindo movimentos políticos que resultem no alcance das demandas do desenvolvimento.

O capital social defendido por Putnam (2006) e o desenvolvimento como liberdade de Sen (2000), são teorias relevantes para definir regiões como desenvolvidas ou não. Aquelas regiões nas quais as pessoas são capazes de constituir capital social e forem detentoras das liberdades instrumentais serão os lugares em que o desenvolvimento será uma realidade, seja o espaço local ou regional, urbano ou rural.

Em relação ao desenvolvimento regional, um primeiro autor brasileiro a ser citado é Furtado (2003), que, em sua obra, discorre sobre a maneira como as ações públicas e privadas regionalmente contribuíram para o desenvolvimento brasileiro. Sua obra ilustra como os ciclos de produção do açúcar, do ouro, da borracha, do café produziram riquezas concentradoras de renda e provocaram consequências em relação à ocupação e ao deslocamento das populações no território brasileiro, prioritariamente ocupado na região litorânea. Evidencia como a industrialização beneficiou as regiões Centro-Sul, prejudicando o Nordeste, região esta, objeto de preocupações e ações por parte de Furtado.

Sobre a questão regional, Diniz (2009) argumenta que, até a Segunda Guerra Mundial, o foco da discussão sobre desenvolvimento regional estava centralizado na localização das atividades econômicas (agricultura, indústria, serviços) e da hierarquia das centralidades urbanas. A primeira experiência mundial em planejamento regional aconteceu na União Soviética, com a elaboração do Plano de Eletrificação Nacional, criado em 1925. No período anterior à Segunda Guerra Mundial, a crise de 1929 “colocou às claras o problema das desigualdades regionais na maioria dos países industrializados” (DINIZ, 2009, p. 228). Buscando soluções para esses problemas, foram adotadas medidas e criadas políticas de desenvolvimento regional, baseadas principalmente nas políticas Keynesianas de intervenção

pública. O autor cita exemplos de ações em prol do desenvolvimento regional, adotadas nos Estados Unidos, na Inglaterra, Itália, França e América Latina⁸.

Sobre o problema regional brasileiro, Furtado (2003) ilustra as preocupações relativas às diferenças de desenvolvimento que se constituem nas regiões. Diniz (2009) também ilustra em seu texto ações no Nordeste e na Amazônia para combater os problemas da seca naquele e problemas específicos desta, tais como aqueles ligados à produção de borracha. Essas ações foram consideradas pioneiras na busca de instrumentos e ações que alavancassem o desenvolvimento no Brasil (DINIZ, 2009).

No entanto, quando se pensa em desenvolvimento regional, mesmo que as regiões apresentem níveis distintos de desenvolvimento, é importante que se pensem todas as regiões em sua estrutura espacial, superando “o pensar as regiões isoladas” (DINIZ, 2009). Mas, para que esta seja uma realidade, é preciso que as políticas regionais sejam guiadas pela coesão econômica e social, pensando a coesão territorial. Esta coesão, na opinião de Diniz (2009, p. 244) precisa levar em conta “as dimensões de integração territorial, integração econômica, integração social e integração política. [...] considerando ainda os critérios econômico, ambiental e político para a constituição das regionalizações”.

A partir do desenvolvimento regional se desenvolvem as concepções sobre desenvolvimento territorial. Neste sentido, Aguiar (2011, p. 45) ressalta que “o desenvolvimento territorial tem sido analisado por diversos teóricos de diversos países como nova forma de promover o desenvolvimento rural sustentável”. A sustentabilidade do desenvolvimento rural é apontada como primordial para transformar o espaço rural e incluir as múltiplas dimensões do desenvolvimento, incluindo os diversos atores que fazem parte do espaço regional, territorial e rural.

Sobre as delimitações entre o rural e o urbano, Camarano e Abramovay (1999, p. 5) afirmam que “não há um critério universalmente válido”. Há países em que é utilizado o critério demográfico⁹, enquanto no Brasil é utilizado o critério administrativo em vez do

⁸Diniz (2009) cita exemplos nos Estados Unidos, Inglaterra, Itália, França e América do Sul, que estimularam a criação de cursos, ações, programas voltados ao desenvolvimento regional, os quais foram acontecendo desde os anos 1930, 1940, 1950. Estes exemplos são a criação do TVA (*Tennessee Vale Authority*) como parte do *New Deal*, nos EUA; a divisão norte-sul na Inglaterra; a política de industrialização para o sul da Itália, a política de desconcentração produtiva e reordenamento territorial na França e os programas específicos de desenvolvimento regional criados na América Latina.

⁹ a) Espanha, Portugal, Itália e Grécia consideram rurais espaços com menos de dez mil habitantes e com certa distância dos centros metropolitanos; b) na França são rurais as regiões com menos de dois mil habitantes; c) na Argentina, Bolívia, México, Venezuela, Honduras, Nicarágua e Panamá as regiões rurais são aquelas cuja população varia entre mil e dois mil e quinhentos habitantes.

geográfico ou econômico, sendo esta definição elaborada pelos poderes públicos municipais, ou seja, são os municípios quem determinam quais serão as áreas urbanas e as áreas rurais.

Em relação ao critério utilizado no Brasil para a definição dos espaços rurais e urbanos, há críticas, sendo um de seus expoentes José Eli da Veiga. Na tese de Veiga (2001a; 2001b), há muitas cidades, vilas e vilarejos com pequena população, que deveriam ser denominadas de rurais. O autor cita o parâmetro de densidade populacional sugerido pela OCDE (Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico), segundo a qual, para ser considerada urbana a localidade deve ter pelo menos 150 habitantes por quilômetro quadrado. Com base neste critério, “somente 411 dos 5507 municípios brasileiros existentes em 2000 seriam considerados urbanos” (VEIGA, 2001b, p. 9).

Na opinião de Sposito (2006, p. 114), “a urbanização é um processo muito mais complexo e não pode ser reduzido à sua dimensão populacional, razão pela qual a questão cidade-campo merece ser vista à luz de outras perspectivas”. Essas perspectivas são a relação entre campo e cidade a partir da diferenciação social, nas quais importam levar em conta os sentidos e papéis, as relações políticas, econômicas e os valores culturais, que orientem as articulações entre os dois espaços. Enquanto “na cidade o espaço é propício para atividades que requerem encontro, proximidade, possibilidade de comunicação, especialização e complementaridade de papéis e funções, o campo é marcado pela extensão e dispersão” (SPOSITO, 2006, p. 116), sendo normal que nos dois espaços atividades distintas sejam desenvolvidas.

A autora acima mencionada, ao tratar das relações e contradições entre urbano e rural, analisa cidade e campo a partir da concentração demográfica. Esta é, frequentemente, adotada como atributo das cidades, enquanto no campo as atividades são desenvolvidas em maiores extensões territoriais e a população está dispersa no território, não favorecendo o adensamento. Para a autora, “a cidade é o que o campo não é” (SPOSITO, 2006, p. 113), havendo no espaço urbano adensamentos de pessoas, obras, objetos, infra-estrutura, edificações, acontecimentos, ideias, valores, possibilidades, sendo observado um forte viés urbanístico¹⁰.

Considerando que a pesquisa dessa tese tem como foco prioritário a agricultura familiar, amparamo-nos no argumento de Abramovay (1999a), segundo o qual as relações entre agricultura familiar e desenvolvimento territorial apontam para a importância das ligações dinâmicas e diversificadas entre o meio rural e as cidades. O autor menciona que

¹⁰ O que não é exclusividade de Sposito (2006), pois há muitos autores cujas proposições apresentam viés urbano do desenvolvimento.

“[...] a população rural precisa ser dotada de meios que lhe permita tirar proveito do dinamismo que as cidades tendem a propagar ao seu redor” (ABRAMOVAY, 1999a, p. 49). Outro aspecto com o qual a autora dessa pesquisa concorda com Abramovay (1999a) é de que o meio rural precisa constituir uma interação com o meio urbano do seu entorno. Esse raciocínio se justifica pelo fato de que para os agricultores familiares que desejem (ou necessitem) produzir para o mercado, esse precisa começar pelo seu entorno, no qual os custos de transação, custos de transporte e meios de comunicação precisam ser levados em conta para a melhoria das opções de escolha dos agricultores familiares.

As condições de acesso ao mercado por parte dos agricultores é aspecto importante. Concorda-se com Sabourin (2011) quando ele cita os mercados de proximidade como aqueles nos quais o contato direto entre produtor e comprador favorece relações de reciprocidade em que amizade, reconhecimento mútuo, fidelidade e respeito estão inseridos. O autor defende que o contato direto entre produtores e consumidores resulta em conversação em torno do produto, procedimentos e receitas, resultando em sentimentos de amizade, fidelidade, confiança, ou seja, em relações humanas.

Com as novas tecnologias de comunicação desenvolvidas no século XX, os espaços da cidade foram alterados e as possibilidades de integração desta com outros espaços foram favorecidas. A disponibilidade de telefone, televisão, internet e outros meios de comunicação possibilitam a integração espacial, mesmo não havendo contiguidade ou proximidade territorial (SPOSITO, 2006). Essa autora afirma que a comunicação pelos meios citados corresponde a construir relações entre pontos distantes, seja entre cidades ou entre cidade e campo. O maior ou menor potencial de integração espacial, para Sposito (2006), depende das condições que os atores têm de participar das redes e usufruir dos contatos que os meios de comunicação permitem estabelecer.

Concernente às relações entre campo e cidade, Kageyama (2008, p. 29) sinaliza que os espaços rurais inseridos em sistemas urbanos interconectados, sistemas liderados por cidades médias e que “podem ser concebidos como ‘clusters agroindustriais’, sendo espaços com potencial para o desenvolvimento econômico”. O destaque especial da autora está centrado no papel das cidades médias, que exercem maior influência em relação à sua articulação com os espaços rurais.

Sobre a relação entre o meio rural e os centros urbanos do seu entorno, é importante mencionar que o agricultor familiar precisa ter acesso à terra, seja pela propriedade ou arrendamento, para que ele possa se relacionar adequadamente com o meio urbano. Neste sentido, Abramovay (1999a, p. 50) defende que “[...] o dinamismo das cidades permite

dinamizar o rural”. Mas, para que no meio rural as condições de acesso sejam melhores, é preciso que a dinâmica territorial permita o desenvolvimento de aspectos como identidade regional, desenvolvimento do espírito empreendedor e aspectos que desenvolvam o meio ambiente cultural e natural (ABRAMOVAY, 1999a).

Quando o tema é a interação entre campo e cidade é importante destacar os argumentos do desenvolvimento endógeno. Neste sentido, Paiva (2004) afirma que os agentes em cada território têm melhores conhecimentos sobre suas condições e por isso, conhecem mais adequadamente as mudanças que devem ser promovidas. Alcançar o desenvolvimento a partir da articulação de forças locais passa a ser uma defesa da teoria do desenvolvimento endógeno. Não há receitas prontas para que isso aconteça, mas, à medida que as necessidades são mais bem-identificadas, também as soluções são adotadas com maior facilidade.

No contexto do desenvolvimento endógeno, para Paiva (2004) a confiança no potencial de uma região é fator importante para que esta possa de fato existir. Fatores objetivos como nível educacional da população, fertilidade do solo e particularidades do microclima são questões qualitativas que podem contribuir para o potencial endógeno.

Desenvolver potencialidades locais ou regionais consiste em desafios que já são debatidos desde muito pelos teóricos do tema. Um primeiro aspecto que cabe abordar é relativo ao avanço ou à estagnação de uma região. Sobre o tema, Hirschmann (1977, p. 36) caracteriza pontos de crescimento e regiões atrasadas, argumentando que “[...] o progresso econômico não ocorre ao mesmo tempo em toda parte”. Para o autor, o crescimento ocorre de forma desequilibrada e é comum que as ocorrências numa região afetem outra(s), de forma que o progresso de um local provoque tensões, pressões e coerções ao crescimento de outros locais, de tal sorte que, dentro de um mesmo país possam existir regiões em crescimento e regiões estagnadas, o que se confirma quando é analisado o Brasil ou mesmo o estado do Rio Grande do Sul.

Um dos reflexos do crescimento de certos lugares é o fato de que essas regiões tendem a atrair para sua área os recursos mais capacitados, dentre esses a mão de obra. Em geral, ocorre um círculo vicioso, no qual a mão de obra mais qualificada, oriunda das regiões que menos crescem, direciona-se para as regiões com maior crescimento. Isso resulta na piora das condições daqueles locais que não crescem. O resultado é a diminuição da competitividade destas regiões, uma vez que a mão de obra mais capacitada, o capital e os demais recursos que tenham mobilidade tendem a fluir para as regiões mais desenvolvidas (HIRSCHMANN, 1977). As considerações feitas pelo autor não remetem apenas a uma análise do meio urbano,

mas também se aplicam ao meio rural, pois alternativas inovadoras adotadas por agricultores familiares podem ser explicadas por este viés.

Sobre o desenvolvimento rural enquanto na Europa já se pode falar de um desenvolvimento rural com a existência de neo-rurais (pessoas que retornam da cidade para o campo em busca de melhores condições de vida), no Brasil o desenvolvimento rural sempre esteve dissociado da cidade, “como se pudesse gerar todo o processo de desenvolvimento num só lugar” (AGUIAR, 2011, p. 55). O autor critica o fato de que existam comparações entre as realidades europeias e a brasileira, comentando que, no Brasil, antes de se pensar em neo-rurais, é preciso atender às necessidades básicas de muitos agricultores que não têm “o acesso aos instrumentos básicos do desenvolvimento, como educação, saneamento e renda” (AGUIAR, 2011, p. 52). A preocupação com a autonomia por parte dos agricultores em relação aos insumos e também com o acesso aos mercados regionais, através de produtos com procedência geográfica, estão presentes também na obra deste autor.

Ploeg (2008, p. 174), quando trata de desenvolvimento rural, menciona que “este é um fenômeno cada vez mais importante, mas, frequentemente, mal interpretado”. Na concepção do autor, o desenvolvimento rural se orienta em práticas que dependem de processos endógenos de mudança provocados pelas comunidades, nas quais os agricultores devem utilizar-se da diversificação de seus processos produtivos para garantir espaços no mercado e enfrentar os mercados com crescente controle por parte dos grandes impérios alimentares, o que apresenta relações com o capital social formado por esses agricultores.

No que tange à diversificação, Ploeg (2008, p. 181) sugere atividades nas quais seja aumentado o valor agregado por unidade de produto: “agricultura orgânica, produção de alta qualidade, especialidades regionais, processamento dentro da unidade agrícola e comercialização direta”. O autor também defende que os agricultores devem gerar novos produtos e serviços que atendam a novos mercados, atuando em circuitos curtos nos quais a ligação entre produção e consumo de alimentos seja direta. Na opinião do autor, o desenvolvimento rural constitui-se em estratégia a ser adotada pelas unidades familiares rurais, que, através dos esforços e disposições, buscam incrementar possibilidades de garantias de reprodução.

Ploeg (2008, p. 184) relaciona o desenvolvimento rural à qualidade de vida nas zonas rurais, alegando que aquele pode contribuir para esta. Baseado na experiência europeia, o autor salienta que aquelas pessoas com liberdade de escolher onde desejam viver optam por novas zonas rurais, sendo essas constituídas como atrativas e foco de ‘repovoamento do campo’, no contexto mesmo dos neo-rurais. A qualidade de vida mencionada por Ploeg

(2008) é definida a partir das dimensões social, econômica e física. Na dimensão social, estão inseridos aspectos como coesão e redes sociais que interligam as pessoas, formando o capital social. No que tange à dimensão econômica, a referência é à qualidade de serviços e das atividades produtivas e, por fim, na dimensão física, estão inseridas a paisagem, sua qualidade, acesso e capacidade de mantê-la.

Schneider (2004) salienta que o papel dos agricultores no contexto do desenvolvimento rural toma novo relevo. As práticas produtivas adotadas pelo agricultor devem ser autônomas, de preferência com o agricultor “dominando tecnologias, tomando decisões, controlando e gerenciando processos e decidindo sobre seu modo de viver e trabalhar nos marcos de uma sociedade capitalista” (SCHNEIDER, 2004, p. 96). O mesmo autor defende que o desenvolvimento rural constitui-se a partir de ações articuladas que induzem mudanças socioeconômicas e ambientais e que resultam em melhoria de renda, em aumento da qualidade de vida e em bem estar para as populações que vivem nos espaços rurais. O autor ressalta ainda que o desenvolvimento rural precisa garantir a erradicação da pobreza rural, garantir o protagonismo dos atores sociais e sua participação política, sendo o território a unidade de referência no qual a preocupação central das populações esteja voltada para a sustentabilidade ambiental.

Em obra mais recente, Ploeg (2011) considera que o desenvolvimento rural consiste num conjunto de respostas às falhas de mercado, que influenciam e evoluem na construção de novos mercados ou novos padrões de governança para os mercados já existentes. O autor divide basicamente o mercado em *commodities*, com produtos globalizados e liberalizados para produtos agrícolas e alimentos e os mercados emergentes, distintos das *commodities*. O primeiro grupo, de *commodities*, gera cada vez mais falhas de mercado, tais como desigualdades sociais e espaciais, marginalização do campesinato, destruição das paisagens, da biodiversidade e qualidade de vida no campo. Já o segundo grupo, o de mercados emergentes, está centrado em demanda e distribuição de produtos e serviços com qualidade superior, origem conhecida, produção diferente e características específicas no produto. Ploeg (2011) denomina esses mercados emergentes como mercados aninhados, cuja governança contrasta com os grandes mercados de produtos agrícolas e alimentares, oferecendo diferenciais em seu modo de governança, graus de acessibilidade, infraestrutura física e arranjos sociais.

Wanderley (2001) quando relaciona ruralidade e desenvolvimento, propõe que ao pensar o local deve ser valorizado o urbano e o rural, estando esse interligado ao primeiro, mantendo, cada qual, suas características próprias. Ao rural são atribuídas especificidades

como ser um espaço físico diferenciado e um lugar de vida, podendo constituir um *continuum* rural-urbano. Os espaços rural e urbano são observados como dois extremos nos quais as relações entre campo e cidade não destroem particularidades e também não representam o fim do rural. Constituem dois mundos em que as particularidades de cada um não são anuladas, mas sim, representam fontes de integração, cooperação, tensões e conflitos e configuram uma rede de relações recíprocas em que as particularidades podem ser reiteradas e viabilizadas (WANDERLEY, 2001)¹¹. E, assim, essa complexidade para a autora é que constitui o objeto dos estudos rurais.

Em relação ao desenvolvimento rural é importante ressaltar que autores, como Veiga (2001b), Schneider (2004) e Ploeg (2008), defendem que este desenvolvimento não é resultado somente de atividades agrícolas, destacando o papel da pluriatividade e da diversificação enquanto realidade de grande parte das pessoas que vivem no meio rural tanto de países europeus quanto no Brasil.

Defende-se nesta pesquisa que a agricultura familiar tem papel importante no desenvolvimento brasileiro, com o amparo em diversos autores citados nesta seção. Nesse grupo de autores está incluso o argumento de Abramovay (1999a), para quem o desenvolvimento das regiões resulta principalmente da mobilização das forças sociais e locais que têm interesse na valorização do meio rural e que contribuem para o nascimento de instituições capazes de impulsionar o desenvolvimento.

No que diz respeito à capacidade distributiva da agricultura familiar, Veiga (2000) considera o sistema poliprodutivo desta incomparavelmente melhor em termos socioculturais, além de contribuir com vantagens na ótica ambiental. Em sua concepção, “a agricultura familiar é muito mais sustentável, seja em termos de estabilidade, resiliência ou equidade” (VEIGA, 2000, p. 26). Nessa pesquisa concorda-se com a crítica do autor, que ressalta a duvidosa eficiência alocativa da agricultura patronal.

O dinamismo de uma região também está relacionado às capacidades que tiverem os agricultores familiares daquela região, seja no sentido de constituir capital social, ou de se instrumentalizar com as capacidades libertadoras do desenvolvimento citadas por Sen (2000). Níveis de desenvolvimento maior, em determinadas regiões, podem estar ligados ao dinamismo da agricultura familiar desde que esta cumpra também seu papel e possa usufruir

¹¹Wanderley (2001, p. 36) é uma defensora do camponês e da agricultura familiar e ao mesmo tempo crítica da grande propriedade patronal. Neste sentido, ela fala da existência de espaços rurais vazios decorrentes da predominância da grande propriedade patronal nestes espaços. Para a autora, “um meio rural dinâmico supõe a existência de uma população que faça dele um lugar de vida e de trabalho e não apenas um campo de investimento ou uma reserva de valor”.

de políticas de apoio, exercendo seu papel de agente do desenvolvimento nas diversas dimensões abordadas neste item.

Assim, viver na cidade ou no campo com base nos preceitos do desenvolvimento como liberdade de Sen (2000) deve corresponder a uma escolha e não a uma fatalidade. Felizmente, para quem defende o campo já existem muitas teorias que apoiam o desenvolvimento no meio rural e que superaram a concepção de que o espaço urbano das cidades é que correspondia ao local onde o desenvolvimento acontece.

Na história brasileira, desde 1500, é possível observar que as ações voltadas ao meio rural favoreceram aos produtores patronais. Somente no final do século XX é que os agricultores familiares passaram a ser considerados nas políticas agrícolas. A respeito das escolhas políticas efetuadas pelo Brasil, Veiga (2000, p. 23) apresenta suas críticas alegando que “se grandes fazendas e assalariados agrícolas fossem indicadores de desenvolvimento, então os países desenvolvidos deveriam tê-los adotado”. A experiência brasileira e da Região Sul com a agricultura familiar são temas das próximas seções desse capítulo.

3.1 A agricultura familiar no Brasil

Nesta seção, a finalidade é demonstrar, através da análise da história brasileira, que, desde os primórdios da ocupação, pelos portugueses, o privilégio em território nacional foi concedido aos produtores patronais de produtos agrícolas com caráter exportador. O primeiro produto que ilustra isso é a cana de açúcar, por meio da utilização de grandes extensões de terra, emprego maciço de mão de obra escrava e concentração de renda nas mãos dos ‘senhores de engenho’ (FURTADO, 2003). A doação de sesmarias foi outra ação na qual a monarquia lusitana, além de ocupar as terras, estimulou o surgimento de grandes propriedades envolvidas com atividades agropecuárias, constituindo latifúndios baseados inicialmente na mão de obra escrava, com produção voltada à exportação (NOVAIS, 1983; FAORO, 2001; ANDRADE, 2002).

A estreita relação entre os cultivos desenvolvidos pelas grandes propriedades patronais da época colonial e a utilização de elevados volumes de mão de obra escrava pode ser compreendida pelo fato de que o tráfico negreiro constituía um negócio lusitano (NOVAIS, 1983). Por esse motivo, a escolha das atividades produtivas recaiu sobre cultivos intensivos baseados em força de trabalho, tais como a produção açucareira e, mais tarde, a cafeeira. Desde o ciclo do açúcar até o final do século XX, as atividades produtivas demandavam elevados volumes de trabalhadores (escravos africanos, assalariados ou boias-frias). Com o

avanço tecnológico nas grandes plantações, esses maiores volumes de mão de obra foram gradativamente substituídos pela utilização de máquinas, passando a demandar menor quantidade de trabalhadores.

Durante o ciclo do ouro, os campos do Sul do país intensificaram o fornecimento de animais utilizados no transporte de mercadorias e também de carne para alimentação daqueles que migraram em direção aos garimpos. Sobre esta atividade de fornecimento de gado, Wachowicz (1982) afirma que era feita por proprietários que não eram considerados pobres. Por este período, a Região Sul passa a integrar a economia brasileira com a produção pecuária, produtores cujas características estavam mais próximas da propriedade patronal (BRUM, 2000; ANDRADE, 2002).

No ciclo do café, se observa a utilização volumosa de mão de obra escrava, predominando as propriedades em mãos de poucos produtores, amparados pelos governos formados por eles próprios, os “barões do café” (BRUM, 2000). A mão de obra escrava, após liberta, é substituída pelos imigrantes europeus que passaram a trabalhar nas lavouras de café, na maior parte das terras, como empregados e, em algumas, como parceiros.

Sobre a transição entre a utilização do trabalho escravo para o assalariado, cabe observar que ela não se fez acompanhada por políticas de distribuição da propriedade. Pelo contrário, em 1850, foi criada a Lei de Terras que tornava obrigatória a compra destas para que fosse possível tornar-se proprietário (MENDES, 2009). Esta lei constituiu-se em uma barreira imposta aos escravos libertos, que não dispunham de recursos para adquirir propriedades. Dessa forma, o país perdeu a primeira grande oportunidade de promover uma reestruturação fundiária, que poderia ter contribuído para evitar ou reduzir a concentração de renda que historicamente acompanha a economia brasileira e, em especial, a agropecuária.

Para substituir os escravos libertos, a alternativa utilizada foi a promoção da imigração, estimulando a vinda para o país de colonos emigrantes de países europeus (alemães e italianos principalmente) e que trouxeram consigo os conhecimentos e práticas que eram executados em seus países de origem. Com essas ações, foi possível o surgimento, na história brasileira, de experiências de êxito em relação ao desenvolvimento da pequena propriedade, caracterizadamente familiar e dedicada à policultura. Ao final do século XIX e início do século XX, regiões localizadas nos estados da Região Sul foram consideradas como “celeiros do país” em função do volume de produção e comércio que mantinham com o restante do país, ancorados principalmente na pequena propriedade agrícola e no trabalho familiar.

Entre as atividades agropecuárias praticadas nas grandes propriedades brasileiras até o início do século XX, o ciclo cafeeiro estimulou práticas concomitantes com a agricultura familiar. Nas grandes produções de café, era possível ao colono imigrante, em conjunto com sua família, plantar alimentos para o autoconsumo, sendo a prática autorizada pelos barões do café, desde que não prejudicasse os lucros de suas propriedades (FAORO, 2001).

Entre as observações efetuadas até aqui, fica evidenciado que o Estado Brasileiro agiu apoiando a propriedade patronal tanto no tempo colonial quanto no republicano, seja através do tráfico negreiro, da Lei de Terras ou, do Convênio de Taubaté¹² (WANDERLEY, 2009b). Sobre essas escolhas Veiga (2000) apresenta críticas, principalmente no que tange à falta de consciência política brasileira sobre o papel que a agricultura familiar representa seja na geração de emprego e renda ou na segurança alimentar e, conseqüentemente, para o desenvolvimento territorial, rural e humano.

Desde a colonização brasileira, as atividades desenvolvidas fora das grandes propriedades eram denominadas como economia de subsistência, sendo que na literatura sobre o tema, em muitas obras parece haver menosprezo em relação à subsistência. Com exceção das medidas de apoio à imigração europeia de colonos destinados às pequenas propriedades, principalmente na Região Sul, adotadas no final do século XX, as demais todas podem ser identificadas como favoráveis à propriedade patronal, como afirma Veiga (1996) nas seguintes palavras:

O Brasil é um dos exemplos mais chocantes da enorme tolerância com a oligarquia fundiária e claro favorecimento da agricultura patronal. Com a exceção do fluxo colonizador que partiu do extremo sul e permitiu a afirmação da agricultura familiar até o sudoeste do Paraná, o padrão agrário das demais regiões teve características semelhantes às que predominaram no Leste europeu durante o quarto ciclo sistêmico de acumulação (britânico) (VEIGA, 1996, p. 387).

Nas primeiras décadas do século XX, a agricultura familiar dos colonos imigrantes e seus descendentes desempenhou papel importante para a economia nacional, através do abastecimento do mercado interno com produtos alimentícios, que, em grande parte, eram provenientes da Região Sul (HERRLEIN, 2004). Este abastecimento do mercado interno, a partir dos excedentes produzidos na agricultura familiar, originária da imigração europeia,

¹²No Convênio de Taubaté, assinado em 1906, estavam definidas as bases da política de valorização do café, com a intervenção do governo comprando excedentes de café existentes no mercado. “O financiamento destas aquisições seria feito com empréstimos estrangeiros, cujo serviço seria coberto por novo imposto cobrado sobre cada saca de café exportada. E para complementar a política, no longo prazo os Estados deveriam desencorajar a expansão das plantações” (FURTADO, 2003, p. 187).

exerceu importante papel no princípio da industrialização brasileira. Mas, apesar desta importância, não foram observadas políticas que estimulassem os agricultores familiares.

Com a industrialização e urbanização intensificadas na década de 1930, observa-se uma diminuição do poder das oligarquias rurais, e a policultura dos agricultores familiares na Região Sul passa a enfrentar crises (FURTADO, 2003). Após 1930, no contexto da Grande Depressão, o Estado começou a planejar o desenvolvimento industrial, sendo que, no período de 1937 a 1945, ocorre a substituição do modelo de desenvolvimento baseado na produção agroexportadora, por outro baseado na indústria. Pesavento (1980) afirma que, na distribuição de funções da agricultura, para algumas regiões, tais como o Rio Grande do Sul, caberia o fornecimento de alimento barato ao trabalhador nacional, permitindo o pagamento de salários mínimos¹³. E, neste sentido, a agricultura passava a cumprir papel importante para a acumulação de capital que se processava na indústria.

A queda nas importações de produtos como o trigo levou o governo brasileiro a tomar medidas que, nos anos 1950, culminariam em política de fomento à produção nacional de trigo, com crédito rural subsidiado (FRANTZ; SILVA, 2005). A obrigatoriedade de conciliar a cultura de trigo com outra cultura de verão, exigida pelos bancos para liberar recursos do crédito rural, estimulou a introdução nas terras brasileiras da cultura da soja. Outra política que passa a ser adotada no Brasil, nos anos 1960, fomenta o uso de insumos e equipamentos de origem industrial na agricultura¹⁴, ações essas que continuam favorecendo os produtores patronais em detrimento dos familiares.

Por esta época é possível afirmar que as políticas públicas direcionadas ao campo brasileiro são influenciadas pelo enfoque econômico neoclássico, segundo o qual o foco deveria estar ligado ao aumento de produtividade com redução de custos e melhoria das receitas, mediante aquisição de insumos modernos e expansão da produção. Conforme já comentado no capítulo 2, a adoção de tecnologias poupadoras de trabalho durante a Revolução Verde, não teve o objetivo de racionalizar a utilização dos recursos conforme a sua disponibilidade, pois a mão de obra que era abundante passou a ser substituída por máquinas, atendendo aos interesses de expansão da indústria de bens de capital que se instalava no país e de quem a agricultura representava demanda potencial e efetiva. Neste ínterim é que o modelo de Hayami e Ruttan (1988), citado na seção 2.3 do capítulo anterior, serviu de parâmetro para as inovações estimuladas e adotadas no campo brasileiro.

¹³A instituição foi regulamentada pela lei nº 185 de janeiro de 1936 e pelo decreto-lei nº 399 de abril de 1938. O Decreto-Lei nº 2162 de 1º de maio de 1940 fixou os valores do salário mínimo.

¹⁴ Esta prática está inserida no contexto do incentivo à industrialização de governos como o de Juscelino Kubitschek.

Uma ilustração de como a introdução de máquinas passou a ser intensa no campo brasileiro, em épocas nas quais havia abundância de mão de obra, é a elevação no número de tratores nos estabelecimentos agropecuários. Na Tabela 1 podem ser visualizadas informações sobre como evoluiu o número desses no campo brasileiro entre 1920 e 2006 e a área média ocupada por trator no período.

Tabela 1 - Número de tratores nos estabelecimentos agropecuários e área média de lavoura por trator, no Brasil, de 1920 a 2006

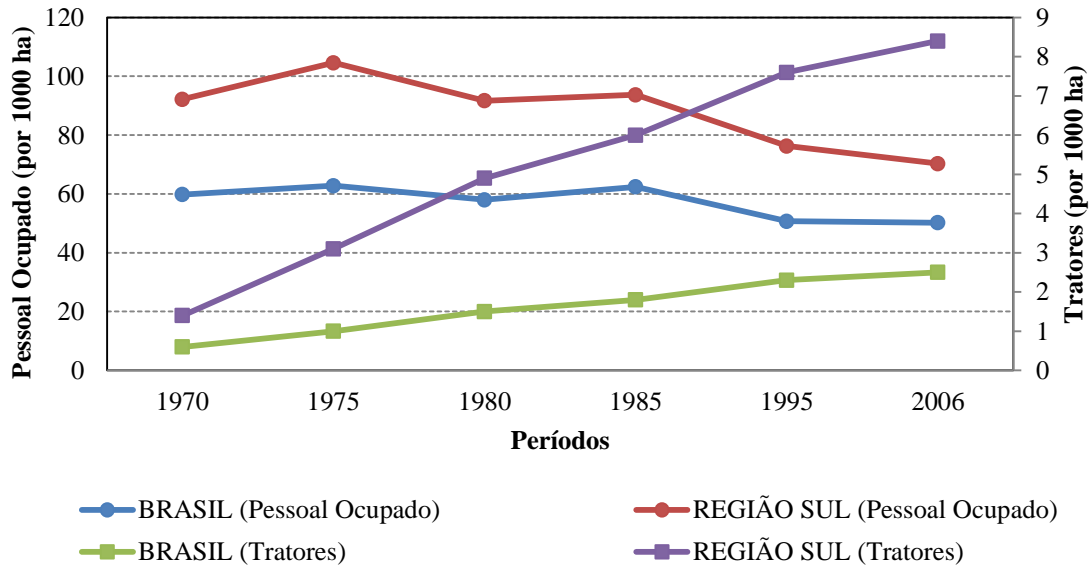
Ano/informação	Nº tratores nos estabelecimentos agropecuários (unidades)	Área média de lavoura por trator (hectares)
1920	1.706	3.893,35
1940	3.380	5.572,61
1960	61.345	468,04
1980	545.205	105,88
1995	799.742	62,65
2006	820.673	72,92

Fonte: Elaborada pela autora a partir de IBGE (2009).

A partir dos dados apresentados na Tabela 1 verifica-se a intensificação da utilização de tratores a partir dos anos 1960, quando passa a ocorrer a mecanização das lavouras brasileiras e, mesmo após esta década, a área média por trator cai até 1995. No ano de 2006, há uma elevação na área média utilizada por trator, apesar de continuar aumentando o número de tratores nos estabelecimentos. A tabela é autoexplicativa no sentido de ilustrar o salto que ocorreu na adoção desse equipamento nos estabelecimentos agropecuários brasileiros, o que também foi estimulado pelas políticas de crédito rural. Em concomitância, ocorre o desenvolvimento de uma importante indústria de máquinas agrícolas na qual o trator é um dos bens adotados pelos agricultores.

A busca de maiores produtividades no campo, orientadas pelo enfoque econômico neoclássico conforme comentado na seção 2.3, foi alcançada com a mecanização das lavouras e, como resultado reduziu a necessidade de utilização de mão de obra, ainda que houvesse abundância desse fator de produção no campo brasileiro. A título de ilustração no Gráfico 1 é apresentada uma comparação entre a evolução no número médio de tratores e de pessoas ocupadas nos estabelecimentos agropecuários do Brasil e da Região Sul no período de 1970 a 2006.

Gráfico 1 - Evolução do número médio de tratores e de pessoas ocupadas no Brasil e na Região Sul entre 1970 e 2006



Fonte: Elaborada pela autora a partir de IBGE (2009).

O Gráfico 1 confirma que a introdução dos tratores nas lavouras brasileiras contribuiu para reduzir a demanda por mão de obra. Não se está julgando negativa a incorporação dessa e de outras tecnologias no campo; o problema é que não houve, em paralelo, o desenvolvimento de políticas que pudessem absorver a mão de obra liberada do campo, a exemplo do que fora feito em países como o Japão, quando este modernizou a agricultura. No Brasil, distintamente do que os países desenvolvidos fizeram, as forças do mercado influenciaram e definiram nos resultados que viriam a ser observados.

Sobre o processo de mecanização no campo, estimulado pelo governo brasileiro a partir dos anos 1960, Wanderley (2009b, p. 46) faz uma crítica intensa do processo, considerando que “a modernização adotada foi dolorosa, pois reproduz o atraso, uma vez que esta cristalizou o predomínio do proprietário sobre o produtor”. A autora também cita o Estatuto da Terra¹⁵ como sendo um estímulo para a formação de empresas rurais, pois este não fazia qualquer menção de apoio à agricultura familiar. Argumenta que o desenvolvimento do capitalismo na agricultura brasileira está amparado na proteção à grande propriedade, oferecendo vantagens como juros especiais e subsídios que favoreceram produtores patronais (WANDERLEY, 2009b).

A criação do Estatuto do Trabalhador Rural de 1963 e o Estatuto da Terra de 1964 trouxeram “como consequência um intenso deslocamento de trabalhadores, exploração dos

¹⁵Lei 4.504/1964 (2011).

camponeses, associados à concentração da terra” (BECKER; EGLER, 1994, p. 138). Os autores falam da valorização das terras, do acesso diferenciado ao crédito como fatores que contribuíram para a expropriação violenta de pequenos produtores (posseiros, parceiros, pequenos proprietários, etc...), modificando o ordenamento dos espaços rurais e urbanos.

Frantz e Silva (2005) defendem que tanto a política de crédito rural quanto a mecanização das lavouras contribuíram para a concentração de propriedades nas mãos de um número menor de produtores e uma intensificação da migração do campo em direção às cidades, uma vez que também ocorre a substituição de uma diversidade produtiva pelos cultivos de trigo e soja. Esses resultados estão alinhados com o que está apresentado na seção 2.3, na qual consta que Buainain, Romeiro e Guanzioli (2003) argumentam que nos anos 1970 no Brasil, parte dos especialistas tinha enquanto entendimento que os grandes produtores com suas escalas produtivas teriam supremacia sobre os menores, o que lhes daria capacidade de se manterem no campo em detrimento daqueles com menores extensões de terra, que estariam relegados ao êxodo rural.

A modernização da agricultura brasileira provocou mudanças profundas no cenário agrícola do país e da Região Sul. No Brasil, reforçou o poder dos produtores capitalizados ou que se utilizaram do crédito público subsidiado para expandir suas áreas e volumes de produção. Na Região Sul, resultou numa concentração de propriedades nas mãos de menor número de produtores, provocando a saída de muitos agricultores familiares do campo dirigindo-se para as cidades. Mas, apesar dessa evasão do meio rural, e mesmo sem políticas que lhes fossem favoráveis, muitos agricultores familiares permaneceram no campo e em seus estabelecimentos, entretanto, se as ações públicas não tivessem sido desfavoráveis, suas condições de produção e acesso à renda teriam sido melhores.

A intensificação da migração do campo para a cidade, inserida numa urbanização crescente em paralelo ao processo de industrialização nas cidades, são aspectos considerados por Becker e Egler (2003, p. 181), como “efeitos não previstos das políticas governamentais de modernização agrícola”¹⁶, uma vez que contribuem para a formação de regiões dentro das cidades onde a pobreza predomina.

Sobre o êxodo rural brasileiro, Camarano e Abramovay (1999) informam que, a partir dos anos 1950, a cada dez anos, um de cada três brasileiros residentes no meio rural optou por emigrar do campo. Diante dos números, os autores alertam que, no início do século XXI, o

¹⁶Becker e Egler (2003, p. 193) falam da “via autoritária brasileira de tratar a questão agrária, garantindo a modernização da agricultura, através de sua crescente tecnificação, mantendo intocável a grande propriedade”, resultando em liberação maciça de mão de obra (reserva) para as cidades e acentuando a concentração da posse da terra.

esvaziamento social, demográfico e econômico do campo é considerado como se fosse uma fatalidade e como se tivesse perdido importância, corroborando o ‘abandono’ com o qual tanto agricultores familiares quanto migrantes foram tratados pelas políticas públicas.

Em relação à política agrícola brasileira, Wanderley (2009b, p. 54) afirma que esta nunca interviu efetivamente para ajustar o mercado de terras, mas “sempre favoreceu a constituição da grande propriedade fundiária”. Como reforço ao seu argumento, a autora cita o bloqueio à agricultura familiar como uma ilustração da modernização dolorosa ocorrida no Brasil. Além das limitações impostas à expansão da agricultura familiar, esta sofre com as imposições do modelo de modernização que passou a ser dominante. A modernização agrícola, ocorrida no Brasil, não modernizou o agricultor. “Nem mesmo a escolarização mínima é assegurada à grande maioria dos agricultores”, afirma Wanderley (2009b, p. 63).

Se as políticas agrícolas não favoreceram os agricultores familiares, elas contribuíram para a formação do terceiro maior complexo industrial no Brasil, o agroindustrial. “O crédito rural, os subsídios diretos à tecnificação, e os incentivos à exportação foram os instrumentos básicos para promover a expansão da grande empresa no campo brasileiro” (BECKER; EGLER, 1994, p. 193). Essas mudanças não são apenas estruturais, mas também sociais. Na opinião de Becker e Egler (1994), relegar a agricultura familiar pode não ter sido uma ação proposital, talvez tenha ocorrido o ‘esquecimento’ de que esse grupo existia, uma vez que visões sistêmicas não constituem a prática comum das políticas econômicas brasileiras.

Outro exemplo de como os governos brasileiros não consideraram a agricultura familiar como estratégica está nas ações da Embrapa. A empresa foi criada para contribuir no desenvolvimento da agricultura, entretanto não desenvolveu pesquisas direcionadas para a agricultura familiar. Vasconcelos e Paiva (2007) analisam como a Embrapa tratou da agricultura familiar no Brasil desde a criação do órgão de pesquisa, constatando que até o IV Plano Diretor da Embrapa (2004-2007) sequer havia menção à agricultura familiar na missão da empresa. Mais recentemente, no V Plano Diretor da Embrapa, a missão foi revista propondo agora: “Viabilizar soluções de pesquisa, desenvolvimento e inovação para a sustentabilidade da agricultura, em benefício da sociedade brasileira” (EMBRAPA, 2008, p. 18). No entanto, apesar de oferecer uma linha de atuação dentro da instituição, continuam incipientes as ações em favor da agricultura familiar, por parte desta instituição.

O mais interessante é que, apesar do ‘esquecimento’ ou ‘desestímulo’ com que os agricultores familiares foram historicamente tratados no Brasil, é considerável o número daqueles que permanecem no campo. Neste sentido, Carneiro (1997) menciona que, apesar de ser relegada ao segundo plano pelo Estado, de estar inserida num meio cujas condições

favorecem a grande produção, a grande propriedade e os setores privilegiados da modernização agrícola¹⁷, a agricultura familiar sobrevive. Porém, esta permanência, após as mudanças na agricultura entre 1960 e 1990, tornou a “dinâmica produtiva e a reprodução socioeconômica da agricultura familiar fortemente dependente do mercado” (SCHNEIDER, 2006, p. 15).

A intensificação da globalização e das ideias neoliberais são algumas evidências que se mostram ao final do século XX. Estes fatores influenciam em todos os contextos e a agricultura não ficou de fora dessa discussão. Conforme já comentado, no Brasil, entre os anos 1950 e 1990, o governo adotou políticas agrícolas que promoveram a mecanização e induziram à monocultura da soja, cujas consequências foram o favorecimento dos grandes produtores e a expulsão via êxodo rural de muitos dos que tinham menores propriedades e não conseguiam acompanhar a mecanização que se instituiu no meio rural.

Não é possível afirmar que o Estado brasileiro (seja colonial ou republicano) tenha sido inoperante no que tange à agricultura. Ocorre que a defesa favoreceu os grandes proprietários de terra, desde os senhores de engenho, passando pelos barões do café, até os produtores patronais de *commodities* da atualidade. Defender ou acusar os governos sobre suas escolhas é uma atitude fácil para quem assiste enquanto ouvinte. No entanto, o risco das escolhas políticas que historicamente foram feitas no Brasil é a constituição de dependência em relação aos produtores patronais inclusive para a produção de alimentos. Esses, em sua maior parte, são capitalistas, que se orientam pelo lucro e, caso não o alcancem, deixam de produzir determinados produtos, expondo o consumidor às condições que derivam dali.

A agropecuária é uma atividade econômica que apresenta peculiaridades não existentes nas atividades urbanas. A sazonalidade da produção, a dependência em relação ao clima, as diferenças entre tempo de trabalho e tempo de produção são algumas das dificuldades para que o capital investido seja remunerado pelo lucro. O risco de apoiar somente o produtor patronal é de que, à medida que for possível obter uma taxa de lucro mais elevada em outra atividade, ele não permanecerá produzindo, o que pode resultar na escassez de alimentos e ameaçar a segurança alimentar.

Se até o final do século XX, as políticas públicas brasileiras desfavoreceram os agricultores familiares, também a partir daí foram extintas as políticas públicas de incentivo à

¹⁷Moreira (1999) cita como exemplo a modernização da produção de cana de açúcar, concentrando a posse de terras, pois os pequenos fornecedores de cana foram pressionados pelas usinas, exigindo redução de tempo no período de corte, o que demandava maior número de trabalhadores do que era possível com mão de obra familiar. Assim, a elevação dos custos monetários para efetuar a colheita impedia que os produtores familiares permanecessem na atividade, uma vez que também era exigência das usinas não haver outra cultura sendo praticada além da cana.

agricultura patronal, o que levou grandes produtores, que não tinham capital próprio, a entrar em crise. Weisheimer (2009) ressalta que, na década de 1980, foram retirados os subsídios agrícolas que eram concedidos aos médios e grandes produtores com cultivos destinados à exportação, gerando como consequência que os produtores menos afetados fossem aqueles com cultivos direcionados ao mercado interno.

Ao findar o século XX, o espaço rural brasileiro está em crise, tanto na propriedade patronal quanto naquela que é familiar, e as funções do espaço rural são motivos de debate. Enquanto há proprietários patronais que estão em crise, não conseguindo ‘lidar’ com a extinção dos subsídios públicos, os produtores familiares que resistem enfrentam dificuldades para sobreviver e se manter no campo. Por esta época, são retomadas discussões valiosas sobre o papel dos agricultores familiares no espaço rural e no próprio desenvolvimento. Estudiosos do tema e políticos dão-se conta de que a agricultura familiar possui maior capacidade de ocupação de mão de obra e importante papel no tocante à segurança alimentar. A criação do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), dos recursos destinados ao Banco da Terra e do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA)¹⁸ são ações inseridas nas medidas favoráveis à agricultura familiar.

O Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), criado em 1994, com a assessoria da FAO e apoiado financeiramente pelo Banco Mundial, é uma alternativa para defender as vantagens da agricultura familiar enquanto unidade de produção¹⁹. Essas unidades produtivas oferecem como vantagens a produção via sistemas diversificados e com ocupação de maior volume de mão de obra. Assim, a agricultura familiar passou a ser considerada essencial e estratégica em relação ao novo padrão de desenvolvimento desejado.

Inserida no Programa de Aquisição de Alimentos está a aquisição de produtos para a merenda escolar. Alternativa de comercialização para os agricultores familiares, a Lei 11.947/2009 dispõe sobre o atendimento à alimentação escolar dos alunos da educação básica²⁰. Esta legislação representa um mercado institucional importante para os agricultores familiares em cada ambiente municipal, pois, independente do tamanho do município, esse

¹⁸ A este respeito ver Peraci e Bittencourt, 2010.

¹⁹ No que tange aos números do Pronaf, distribuídos no país, pode-se constatar que os três Estados da Região Sul acessaram 65,7% dos recursos de custeio em 2000 e 59,2% em 2010. Já os recursos destinados para investimento, a Região ficou com 24,2% dos recursos em 2000 e 39,2% em 2010 (BACEN, 2012a).

²⁰ Esta lei em seu artigo 14 regulamenta que: “Do total dos recursos financeiros repassados pelo FNDE (Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação), no âmbito do PNAE (Programa Nacional de Alimentação Escolar), no mínimo 30% deverão ser utilizados na aquisição de gêneros alimentícios diretamente da agricultura familiar e do empreendedor familiar rural ou de suas organizações” (LEI 11.947/2009, 2011, art. 14).

terá escolas para as quais será necessária a aquisição de merenda escolar e cuja oferta poderá ser atendida pelos agricultores familiares locais.

A respeito do mercado da merenda escolar, Ploeg (2011) o considera um “mercado aninhado”²¹, uma vez que este sustenta tanto a merenda escolar quanto oferece um canal de distribuição para mais de 300.000 pequenos agricultores brasileiros, inseridos no Programa de Aquisição de Alimentos, executado pelo Estado. Em relação aos mercados aninhados, Ploeg (2011, p. 125) cita também alguns exemplos desenvolvidos na União Europeia nas últimas décadas, tais como “mercados para produtos regionais, produtos de alta qualidade, orgânicos, energia limpa; venda de alimentos através de cadeias curtas e localizadas, agroturismo”. O autor ressalta que nestes mercados o Estado atua na regulação, mas que há outros nos quais há forte demanda por parte deste, tais como nos mercados de manutenção de paisagens e de recursos naturais valiosos e da biodiversidade.

Em relação à expectativa que ‘pesa’ sobre a agricultura familiar, Carneiro (1997) argumenta que apesar de o PRONAF ser um exemplo de valorização da categoria, é difícil observar a possibilidade real de que o governo brasileiro rompa com as práticas adotadas no passado e adote novo paradigma de desenvolvimento rural. Segundo a autora, há uma contradição no argumento apresentado pelo governo, quando este afirma que a agricultura familiar deva ser valorizada como segmento gerador de emprego e renda, pois não fica clara a forma como o aumento de produtividade e a ampliação de emprego, defendidos pelo governo, podem ser combinados na agricultura familiar.

No que se refere às estatísticas sobre a agricultura familiar brasileira, Guanziroli, Di Sabbato e Vidal (2011), comparam os dados dos Censos Agropecuários do IBGE de 1995-1996 e 2006, apontando que tanto o número de agricultores familiares quanto sua participação em número de estabelecimentos cresceu no período. Segundo os autores,

²¹ Ploeg (2011, p. 124) considera mercados aninhados “os novos e emergentes mercados que diferem dos nichos de mercado por não serem fechados. Neles novos produtores podem entrar (não existe monopólio), assim como o mercado pode se expandir, contrair ou diferenciar-se internamente. Ao mesmo tempo, o mercado aninhado está integrado ao mercado amplo, mas como um segmento específico que possui diferentes inter-relações, distintas dinâmicas e um impacto diferenciado, bem como é governado de modo diverso. Enfim: consiste de um conjunto específico de transações, envolvendo produtores e serviços específicos, entre fornecedores e compradores específicos, que obedecem a normas específicas e produzem benefícios específicos. [...] juntas, as diversas e interconectadas linhas de especificidade criam o ‘ninho’: o ‘invólucro’ que protege o que acontece e cresce em seu interior”.

O número de agricultores familiares passou de 4.139.000 para 4.304.660 no período, sendo que em 2006 o valor bruto da produção foi de R\$ 57,5 bilhões (39,68% da produção agropecuária total), realizada em 32,36% da área total dos estabelecimentos, totalizando 206 milhões de hectares. [...] Em termos de emprego (incluindo membros da família e seus empregados), a agricultura familiar absorvia, em 2006, 13.048.855 pessoas (77,99% do total da mão de obra no campo brasileiro). O número de estabelecimentos familiares também cresceu sua participação passando de 37,91% em 1996 para 39,68% em 2006 (GUANZIROLI; DI SABBATO; VIDAL, 2011, p. 41).

A partir do que foi exposto nesta seção, além de constatar que a agricultura familiar não desapareceu apesar das políticas desfavoráveis, é possível observar que no início do século XXI há um crescimento na importância da categoria em relação à sua participação em vários itens produzidos na agropecuária. A Tabela 2 apresenta informações extraídas dos Censos Agropecuários de 1996 e 2006 e que apresentam dados a esse respeito.

Tabela 2 - Participação da Agricultura Familiar na produção agropecuária brasileira, em 1996 e 2006 (variáveis selecionadas no Censo Agropecuário em %)

Variáveis	1996	2006
Estabelecimentos familiares (%)	85,17	87,48
Área dos estabelecimentos familiares (%)	30,48	32,36
VBP dos estabelecimentos familiares (%)	37,91	39,68
Pessoal ocupado total dos estabelecimentos familiares (%)	76,85	77,99
Produção de produtos de origem animal da agricultura familiar		
Pecuária de corte	23,64	16,65
Pecuária de leite	52,05	38,80
Suínos	58,46	52,45
Aves	39,86	30,34
Produção de produtos da lavoura permanente da agricultura familiar		
Banana	57,58	62,69
Café	25,47	27,10
Laranja	26,96	24,58
Uva	47,02	48,01
Produção de produtos da lavoura temporária da agricultura familiar		
Arroz	30,87	40,06
Cana-de-açúcar	9,55	9,74
Cebola	72,37	69,59
Feijão	67,23	71,92
Fumo	97,18	95,67
Mandioca	83,88	88,30
Milho	48,57	52,98
Soja	31,62	25,85
Trigo	46,04	36,38

Fonte: Adaptado de GUANZIROLI, DI SABBATO e VIDAL (2011).

A partir das variáveis apresentadas na Tabela 2 constata-se um crescimento no número de estabelecimentos, área ocupada, VBP e pessoal ocupado pela agricultura familiar na comparação entre 1996 e 2006. Em relação à produção agropecuária na produção animal a

categoria perdeu participação em todos os tipos de criação. Nos produtos oriundos da lavoura permanente houve crescimento em todos os produtos, exceto na laranja. Já na lavoura temporária dos dez produtos selecionados em cinco houve elevação na participação, sendo esses o arroz, a cana-de-açúcar, o feijão, a mandioca e o milho.

Se mais recentemente começaram a ser criadas possibilidades de apoio aos agricultores familiares, cabe ressaltar que estas ações públicas não são suficientes para permitir que sejam oferecidas aos agricultores familiares novas perspectivas²². O que se observa é a utilização desta categoria como objeto de debate entre os que a apoiam e aqueles que não acreditam nela. É fato que o percentual da população brasileira que permanece no meio rural é elevado, principalmente se comparado aquele dos países desenvolvidos.

Laraia (1997), Silva (2006) e Montiel (2003) argumentam que o privilégio das políticas públicas aos agricultores patronais em detrimento da agricultura familiar pode estar ancorado em aspectos culturais. Nesta linha de raciocínio, deve-se revisar aquilo no que as pessoas e a sociedade acreditam, pois na opinião dos autores é necessário que uma nova visão cultural passe a predominar, com a valorização da agricultura familiar e, desta forma, as políticas públicas passarão a ser exigidas a favor da agricultura familiar. No entanto, essas mudanças podem demorar muito a acontecer, sendo importantes ações mais urgentes de apoio à agricultura familiar.

Às políticas públicas brasileiras falta exercer o papel de estímulo à permanência do agricultor familiar no campo, em condições adequadas de desenvolvimento, levando em conta que os custos destas ações são menores para a sociedade principalmente quando levado em conta o risco da falta de alimentos produzidos pela categoria. As políticas adotadas, recentemente, no Brasil são insuficientes para que os agricultores familiares e sua família consigam exercer o importante papel que tem na segurança alimentar, na geração de postos de trabalho e no desenvolvimento das regiões em que estão inseridos. Conforme alega Abramovay (2007), enquanto nos países desenvolvidos foi a sociedade quem ganhou, graças à atuação do Estado em favor da agricultura familiar, no Brasil tem sido a grande agricultura patronal que se beneficiou das políticas estatais de apoio ao setor. Cabe ressaltar que, em relação à manutenção dos agricultores familiares no meio rural, não basta mantê-los ali, é fundamental que eles tenham liberdade de escolha pela permanência, representando essa uma opção e não fatalidade.

²²“Ao invés de promover o desenvolvimento rural e local, o conjunto de políticas públicas promoveu o esvaziamento do campo e inibiu o desenvolvimento local, em favor das grandes metrópoles e cidades médias” (BUAINAIN; ROMEIRO; GUANZIROLI, 2003, p. 329).

Conforme já apontado nesta seção que se encerra, as políticas públicas brasileiras destinadas ao campo relegaram a agricultura familiar ao segundo ou terceiro planos. Em nosso entendimento, essas informações servem como subsídio para que se possa compreender a menor capacidade de desenvolvimento que temos, em nosso país, tanto no campo quanto nas cidades. Dentro do território brasileiro, a região na qual a agricultura familiar se destacou desde o ingresso de colonos europeus e que na atualidade apresenta relevância é a Região Sul, sendo este o enfoque da próxima seção.

3.2 A agricultura familiar na Região Sul do Brasil

A ocupação tardia do território da Região Sul do Brasil iniciou-se com a doação de sesmarias para quem atuasse como proprietário e soldado defensor do território (BECKER; EGLER, 1994; SILVA; OLIVEIRA, 2008) e com o desenvolvimento das charqueadas (SILVA; FRANTZ, 2003). Já a origem das propriedades familiares está centrada na imigração europeia, cuja primeira tentativa esteve alicerçada na vinda de casais açorianos. Mas foi a partir do século XIX que, efetivamente, se pode dizer que surgem as unidades de produção familiar, resultado da imigração europeia estimulada pelo governo imperial a partir de 1825. A vinda dos colonos europeus demonstrou ser uma experiência que valera a pena, pois, menos de um século depois, esses já produziam excedentes que abasteciam o mercado interno.

A imigração europeia contribuiu para a diversificação das atividades, com a formação de pequenas e médias propriedades, utilizando mão de obra familiar, ao mesmo tempo em que outras regiões brasileiras tinham preponderância do latifúndio e das barreiras sociais por ele imposta (WAIBEL, 1949; SWAIN, 1988; SILVA; FRANTZ, 2003; SILVA; OLIVEIRA, 2008). Sobre esse tema, Pesavento (1980, p. 33) afirma que a “a vinda de imigrantes estrangeiros para o Brasil no século XIX é um movimento que se insere no processo mais amplo da expansão do capitalismo”.

O povoamento nas matas nos estados da Região Sul baseou-se na pequena propriedade explorada pelo colono e sua família, sendo que cabia a aquele “atacar a mata, derrubando-a e cultivando ao máximo os lotes, seja em relevo suave ou nas vertentes íngremes” (BERNARDES, 1997, p. 93). Nos sistemas agrícolas, os colonos utilizavam um sistema primitivo “queimando a mata, cultivando a clareira por algum tempo e depois a deixando em descanso” (WAIBEL, 1949, p. 177).

Em relação às peculiaridades sobre os colonos alemães e italianos, encontram-se nas obras de Waibel (1949), Castro (1997), Pesavento (1980), Bernardes (1953) e Bernardes

(1997) descrições importantes. Sobre os colonos alemães, Castro (1997, p. 21) comenta que, ao se instalarem na Região Sul, trouxeram consigo “tradição dos pequenos estados alemães independentes da Europa Central”. Já para Pesavento (1980) tinham “forte espírito comunitário”, buscavam independência no trabalho, utilizando a mão de obra da família, a produção era distribuída entre autoconsumo e comercialização de excedentes, que permitiram à agricultura colonial alemã exportar milho, feijão, batata, mandioca, trigo, toucinho e banha para as regiões produtoras de café, no centro do país, por volta de 1870.

Em relação aos colonos italianos para evitar a concorrência com mercados já constituídos pelos imigrantes alemães, estes se especializaram na produção de vinho²³, atendendo ao mercado de consumo no centro do país e em especial a população de origem italiana (PESAVENTO, 1980). De forma semelhante aos imigrantes alemães, os italianos buscavam a posse da terra e da liberdade, produzindo em propriedades cujo tamanho era de aproximadamente 25 hectares (CASTRO, 1997; BERNARDES, 1997). As características da colonização dos três estados da Região Sul pelos imigrantes alemães e italianos apresentam semelhanças, uma vez que “cada família, depois de construído o primeiro rancho, derrubava uma área do bosque e semeava de tudo um pouco” (CASTRO, 1997, p. 25). Sobre os imigrantes, Bernardes (1997) comenta que alguns se tornaram grandes produtores de terra, mas a maior parte era mesmo composta por pequenos lavradores, que utilizavam a mão de obra da família em terras próprias. A preferência dos colonos imigrantes e de seus descendentes era “manterem-se colonos”.

Ao final do século XIX e início do XX, as propriedades familiares da Região Sul apresentavam prosperidade, produzindo alimentos cujos excedentes abasteciam os centros urbanos em formação, as regiões onde o processo de industrialização estava iniciando (São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais) e mercados externos via exportações (FURTADO, 2003; SCHNEIDER, 2006).

Por volta de 1910, a agricultura colonial dos imigrantes passou a ter problemas devido ao aumento da concorrência e ao esgotamento do solo (BERNARDES, 1997). O início do século XX caracteriza-se pela ocupação das Colônias Novas por parte dos descendentes de imigrantes. A Região Noroeste do Rio Grande do Sul, também denominada de “Colônias Novas”²⁴, passou então a ser ocupada pela colonização particular (SILVA; FRANTZ, 2003;

²³ Também produziam milho, arroz e uva (CASTRO, 1997).

²⁴ São consideradas “Colônias Velhas” as regiões para as quais os imigrantes chegaram durante as políticas de colonização, localizadas na região ao leste do Estado. Wanderley (2009a, p. 174) menciona que os camponeses do Rio Grande do Sul desejavam que seus filhos tivessem acesso à terra como proprietários, mencionando que “a busca por novas terras se constituía em esperança e fracasso como duas faces da migração”.

FRANTZ; SILVA, 2005). Outros destinos dos descendentes de imigrantes europeus (oriundos do Rio Grande do Sul) foram as regiões oeste de Santa Catarina e oeste e sudoeste do Paraná, para onde se direcionavam em busca de novas fronteiras agrícolas, nas quais pudessem obter terras para produzir (BERNARDES, 1953; PESAVENTO, 1980; BERNARDES, 1997; MELLO et al., 2003a; SWAIN, 1988).

A crise do minifúndio colonial, que passou a ser vivenciada no Rio Grande do Sul a partir da década de 1940 foi um marco na estrutura produtiva dos produtores familiares. A expansão do trigo como novo produto de sustentação da agricultura, ao lado do arroz, fez com que restrições passassem a ser enfrentadas (PESAVENTO, 1980). As “colônias novas” enfrentavam dificuldades de reprodução e, assim, passavam a enfrentar dificuldades econômicas após um rápido período de crescimento (FRANTZ; SILVA, 2005). As crises na pequena propriedade agrícola, somadas à baixa remuneração do trabalho no campo e à introdução de máquinas agrícolas, constituíram condições que passaram a provocar êxodo rural a partir dos anos 1930. Nos anos seguintes (1940/50), esta crise se generalizou, afetando todas as categorias sociais (FRANTZ; SILVA, 2005). Época na qual as políticas brasileiras de modernização agrícola, relatadas na seção 3.1, também atingem os agricultores familiares da Região Sul.

Em Santa Catarina, Alves e Mattei (2006) afirmam que, somente no século XX, a região teve definido seu espaço territorial e sua configuração socioespacial. O crescimento vegetativo e o deslocamento de migrantes oriundos do Rio Grande do Sul foram os fatores que aceleraram o crescimento populacional. Essas características apontam para uma semelhança entre a agricultura familiar do Rio Grande do Sul e Santa Catarina. No que tange à produção agropecuária, principalmente da região oeste catarinense, essa era baseada em diversificação de cultivos como milho, arroz, feijão e criação de animais como suínos e aves, e amparada num “modelo minifundiário de estrutura agrária” (ALVES; MATTEI, 2006, p. 6).

No Paraná, a produção de café desempenhou papel importante, apresentando elevada produção e preços, promovendo crescimento populacional nos anos 1950. Por esta época, o Estado se tornou o maior produtor de café do Brasil e do mundo, com a utilização de menores extensões de área nas propriedades²⁵ (BERNARDES, 1953; SWAIN, 1988). Nesta época, nas plantações de café eram utilizados cultivos intercalares, de caráter secundário e de subsistência, como milho e feijão, permitindo aos produtores com menores extensões de terra

²⁵Ao final dos anos quarenta, “86% do total das explorações agrícolas do Paraná possuía menos de 100 hectares” (SWAIN, 1988, p. 27).

a viabilidade, sendo os excedentes voltados ao abastecimento urbano ou, até mesmo, de outros estados da federação.

O modelo de produção de café, comentado no parágrafo anterior e que era praticado no Paraná permitia que agricultores familiares se dedicassem a esse cultivo. De acordo com Swain (1988), as intempéries e o programa de eliminação dos cafezais adotado pelo governo a partir da década de 1960 promoveu no Paraná uma queda vertiginosa no número de estabelecimentos agropecuários, tornando necessária, nos anos 1970, a importação de alimentos para atender a demanda de produtos em que antes o Paraná era autossuficiente até então, tais como o feijão e o arroz. Este foi um momento que contribuiu significativamente para a redução no número de agricultores familiares nesse estado.

A produção de soja substituiu o café no Paraná²⁶ e, somada ao trigo, passaram a constituir, a partir dos anos 1960, as principais atividades agropecuárias no estado, assim como no Rio Grande do Sul. Ocorrem, então, modificações na produção agrícola, na estrutura fundiária e no emprego de mão de obra, alterando a distribuição de riqueza nestes estados. A modernização agrícola beneficiou as grandes empresas agrícolas e industriais, favorecendo o capital em detrimento do trabalho (SWAIN, 1988; CANO, 1994; BECKER; EGLER, 2003; ANJOS; CALDAS, 2005; CONTERATO; GAZOLLA; SCHNEIDER, 2007).

Enquanto no Paraná e no Rio Grande do Sul avança a produção de trigo e soja, em Santa Catarina, conforme Castro (1997), uma das características predominantes passou a ser o “sistema de produção integrado”²⁷. Alves e Mattei (2006) e Mello et al. (2003b) afirmam que, a partir dos anos 1980, ocorre um processo de reestruturação agroindustrial, provocando alterações substanciais no processo de produção integrada neste estado. Com a introdução de novas tecnologias, somada às exigências de produção em maiores escalas e nas organizações produtivas, observou-se uma redução na participação da agricultura familiar nesses processos de integração. Os autores citam a descaracterização do processo de ciclo completo, com o desmembramento das fases de produção entre diferentes estabelecimentos produtivos como os principais fatores, que levaram os produtores a perder autonomia, promovendo uma

²⁶ A produção de soja substituiu o café, no Paraná, tendo sua cultura se estendido “como um rastilho de pólvora” (SWAIN, 1988). Enquanto na cultura do café a utilização de trabalhadores era grande, na produção de soja, adepta da mecanização, contribuiu para dispensar pessoas que não haviam migrado para as cidades ou outras regiões. A este respeito também ver também Becker e Egler (2003) e Anjos e Caldas (2005).

²⁷ Diante das políticas governamentais de modernização da agricultura adotadas nas décadas de 1960 e 1970, o agricultor passou a associar-se às agroindústrias de maneira a “não arriscar-se sozinho” (CASTRO, 1997, p. 27). Este mesmo utilizando a mão de obra familiar reproduz um estilo de vida que mantém costumes e tradições da vida rural e que por outro lado oferece às agroindústrias “uma força de trabalho submetida às normas e padrões de trabalho e de desenvolvimento tecnológico ditado por eles” (CASTRO, 1997, p. 27).

concentração produtiva, o que acabou por excluir muitos agricultores familiares desse processo.

As práticas de modernização agrícola estimuladas pelo governo brasileiro na segunda metade do século XX (abordadas na seção 3.1), somadas às mudanças no processo de integração das agroindústrias, exerceram forte impacto sobre os agricultores familiares da Região Sul, os quais, até então, haviam formado um sistema diversificado de práticas culturais com geração de excedentes exportáveis. A inserção de cultivos como o trigo e a soja alterou a estrutura produtiva destes produtores, afastando muitos do meio rural (BERNARDES, 1997; ALVES, 2008²⁸).

Na concepção de Silva e Frantz (2003), grande parte das atividades não agrícolas existentes no meio rural dos municípios gaúchos tem origem na demanda por bens e serviços da população destes municípios. O dinamismo do espaço rural promove o dinamismo da oferta de bens e serviços, havendo uma relação direta entre renda e ocupação da mão de obra na agricultura com o estímulo à criação de atividades não agrícolas, fatores que contribuem para compreender a formação de novos municípios, principalmente o estado do Rio Grande do Sul (SILVA; OLIVEIRA, 2008²⁹). Esses autores ressaltam que o capital social e privado gerado no Rio Grande do Sul pela agricultura familiar viabiliza a oferta de trabalho para pessoas que vivem no espaço rural próximo, o que também é defendido por Veiga (2000), conforme já assinalado no início desse capítulo.

Nesse item do capítulo, além de demonstrar como evoluiu a presença da agricultura familiar na Região Sul, também se busca ilustrar a importância da categoria nesse espaço. A primeira preocupação foi demonstrar que, nessa região, a colonização no meio rural esteve atrelada às estruturas produtivas familiares. No entanto, as condições econômicas e as políticas públicas promoveram a saída de agricultores familiares do campo. Desta forma, com amparo de dados secundários, procura-se analisar como a categoria se mantém no espaço rural da Região Sul e qual a importância que é possível lhe atribuir a partir dessas informações. Nesse sentido, as informações iniciais estão apresentadas para a totalidade do

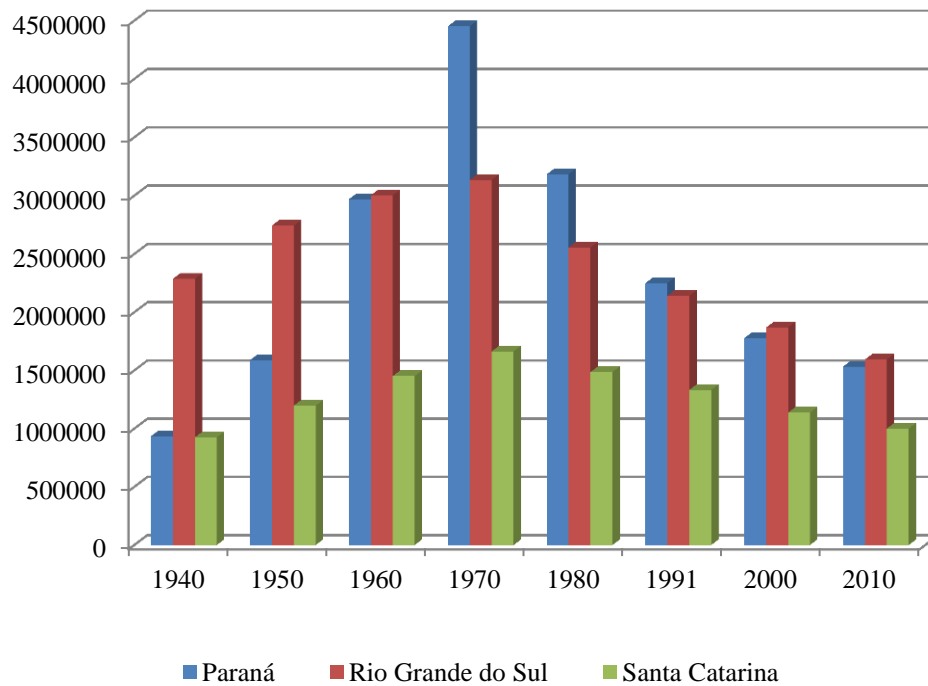
²⁸Nesta obra, são localizadas características de quatro regiões selecionadas dentro da Região Sul do Brasil: Noroeste Riograndense, Oeste Catarinense, Oeste Paranaense e Sudoeste Paranaense. A pesquisa trata do desempenho agropecuário destas regiões, analisando a evolução entre os anos de 1970 e 2000, avaliando se as práticas agrícolas adotadas na agropecuária apresentaram correlação com o dinamismo econômico das regiões, uma vez que “estas quatro mesorregiões apresentaram especialização em segmentos e setores produtivos diferentes, resultando em dinamismos distintos” (ALVES, 2008, p. 146).

²⁹De acordo com Silva e Oliveira (2008, p. 95), nas regiões de colonização com predomínio da agricultura familiar houve maior velocidade no desmembramento de municípios ao longo do século XX. Segundo os autores, “isso decorria da superioridade econômica dos produtores familiares, a qual se explica, em boa medida, pela sua capacidade de gerar a riqueza necessária à efetivação de uma dinâmica econômica mais abrangente e diversificada”.

meio rural, sendo que a distinção entre agricultores familiares e não familiares passa a ocorrer na Figura 3.

Inicialmente procura-se verificar como evoluiu a população rural nos estados da Região Sul, entre 1940 e 2010, o que pode ser efetuado no Gráfico 2.

Gráfico 2 - População rural nos estados da Região Sul entre 1940 e 2010



Fonte: Para os anos de 1940 a 1960, IPEADATA(2009); demais anos, IBGE (2011).

Em relação aos percentuais de representatividade da população rural diante da total, observa-se que, nos anos 1940, no estado de Santa Catarina, 78,47% da população residia no meio rural. No Paraná, este percentual era de 75,55% e, no Rio Grande do Sul, correspondia a 68,85% no mesmo ano. Comparando a variação entre cada Censo Demográfico, constata-se que as quedas continuam ocorrendo, chegando, em 2010, a população rural de Santa Catarina a 16,01% do total, enquanto, no Paraná, este percentual é de 14,67% e no Rio Grande do Sul de 14,90%³⁰.

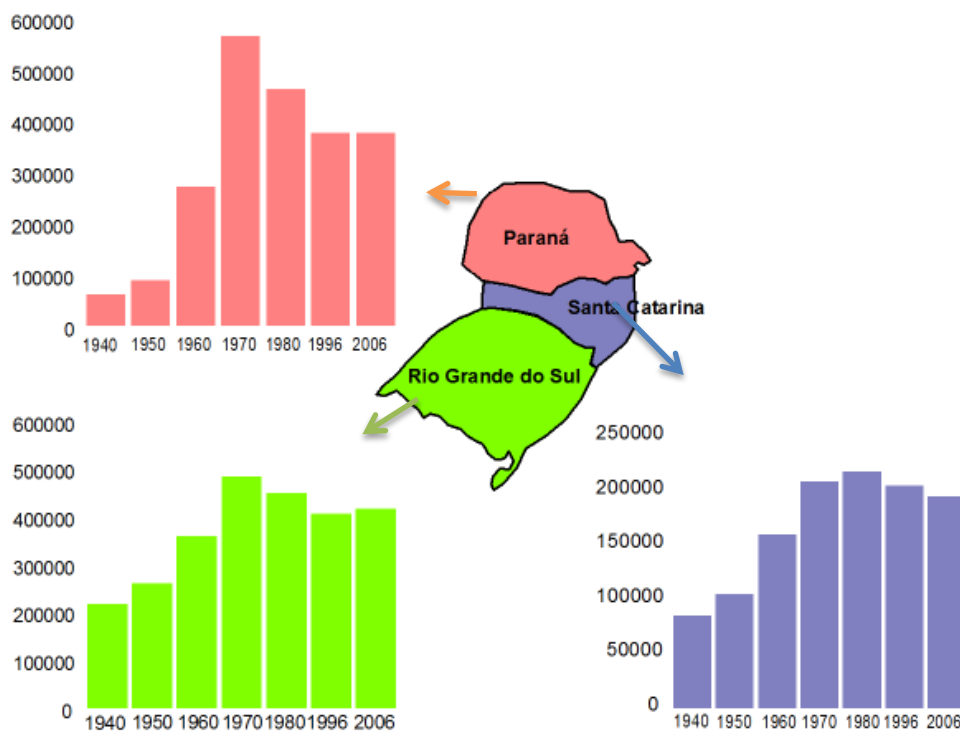
As informações ilustradas no Gráfico 2 indicam que houve crescimento da população rural, em termos absolutos, até os anos 1970. Coincidindo com as informações apresentadas em relação à Região Sul, é evidente que os agricultores familiares e suas famílias contribuíram para este crescimento. É importante considerar que as elevadas taxas de

³⁰ A descrição pormenorizada da população ilustrada no Gráfico 2 e os percentuais no período de 1940 a 2010 podem ser visualizados nos Apêndices A e B.

fecundidade da época colaboraram para o crescimento vegetativo da população rural³¹. As políticas focadas na industrialização e urbanização, somadas à modernização agrícola comentadas na seção 3.1 auxiliam na compreensão das mudanças observadas a partir dos anos 1970.

Além de observar aspectos sobre a população rural nos estados da Região Sul, cabe destacar como ocorreu a evolução do número de estabelecimentos agropecuários no período de 1940 a 2006.

Figura 1 - Estabelecimentos agropecuários nos estados da Região Sul de 1940 a 2006



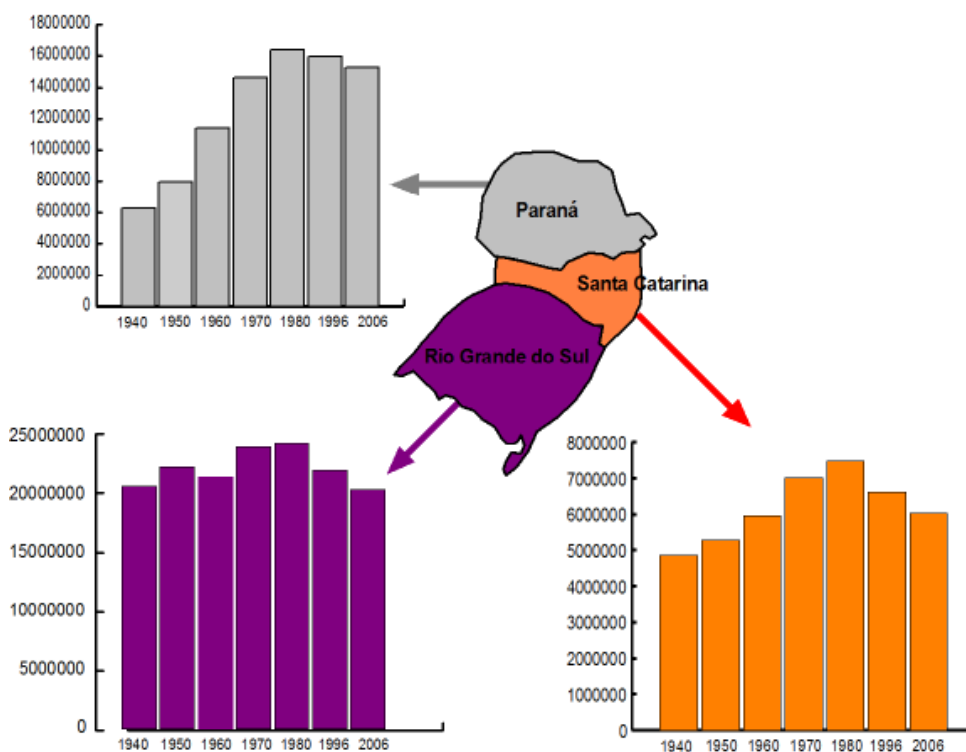
Fonte: Dados de 1940 até 1970 foram obtidos em IpeaData (2009). Os demais, em IBGE (2009).

A Figura 1 permite observar que, até a década de 1970, houve um crescimento no número de estabelecimentos agropecuários nos estados do Paraná e Rio Grande do Sul, enquanto em Santa Catarina o crescimento vai até a década de 1980. O declínio mais intenso ocorre no Paraná; já nos outros dois estados, apesar de as políticas agrícolas, terem favorecido os grandes proprietários de terra (agricultores patronais), o número de estabelecimentos não declinou tão intensamente. De forma complementar, outra informação importante diz respeito

³¹ Segundo Camarano e Abramovay (1999) as taxas de fecundidade rurais na Região Sul no período 1940 a 1985 foram em 1940/45 = 6,78; 1960/65 = 6,96; 1970/75 = 5,42; 1980/85 = 3,69. Já em IBGE (2008) consta que em 2000 a taxa de fecundidade total brasileira era de 2,39 e em 2010 passou a ser de 1,76.

à área total dos estabelecimentos agropecuários para cada um dos estados da região. Essas informações estão ilustradas na Figura 2.

Figura 2 - Área total dos estabelecimentos agropecuários nos estados da Região Sul de 1940 a 2006



Fonte: Dados de 1940 até 1970 foram obtidos em IpeaData (2009). Os demais, em IBGE (2009).

Em relação à área total dos estabelecimentos agropecuários, ilustrada na Figura 2, observa-se nos três estados que ocorreu um crescimento até a década de 1980, e a partir de então, são verificadas reduções. Observa-se que áreas antes consideradas rurais passam a ser urbanizadas, o que pode ser constatado pela redução na área a partir de 1980. Considerando que a Constituição Federal de 1988 concedeu aos estados a possibilidade de emancipar novos municípios, o que se observa na Figura 2 após 1980 pode ser resultado de áreas rurais que passaram a ser urbanas³².

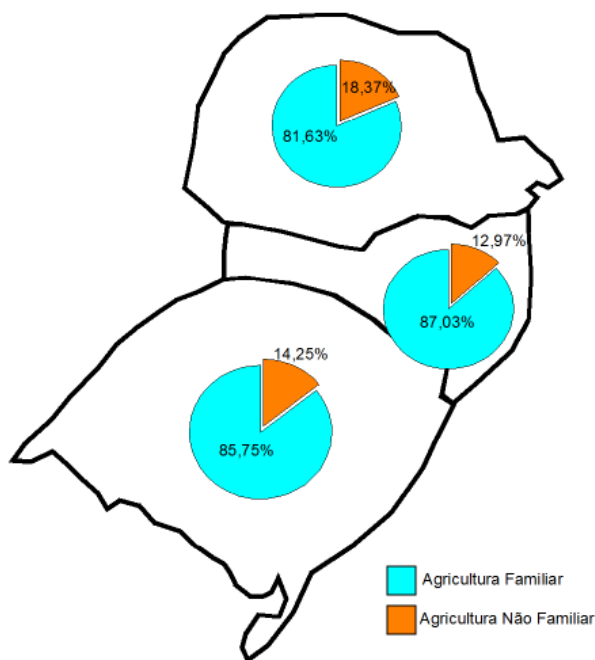
Efetuada uma análise comparativa entre a área total dos estabelecimentos agropecuários e o número de estabelecimentos existentes nos estados da Região Sul, constata-se que, entre 1940 e 1970, a área média por estabelecimento foi reduzida, resultado do parcelamento das propriedades, entre filhos de agricultores. No entanto, após 1970, no estado de Santa Catarina, a área média continua sendo reduzida em processo lento, enquanto, nos

³² Ressaltando que no Brasil a delimitação das áreas urbanas e rurais é de competência dos municípios.

outros dois estados, a área média aumenta, com mais intensidade no estado do Paraná. Essas consequências são resultados das políticas de modernização agrícola, que provocaram êxodo rural e contribuíram para aumentar a concentração de terra nas mãos de menor número de produtores. Sobre essas informações, no Paraná as consequências da modernização são maiores no que tange à concentração das propriedades, uma vez que, após 1970, ocorreu o maior aumento na área média por estabelecimento. No Rio Grande do Sul, também ocorre um crescimento deste número, mas com força menor. Já em Santa Catarina, são observadas as menores concentrações de propriedade pós 1970. Ressalta-se ainda que, na comparação entre os três estados, utilizando a informação de 2006, o Rio Grande do Sul é aquele no qual as áreas médias por estabelecimento são as maiores e Santa Catarina onde a área média é a menor.

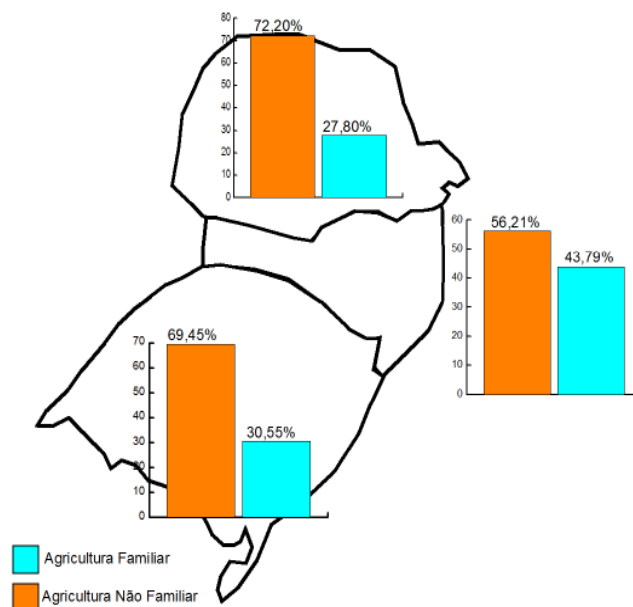
No entanto, apesar de ter ocorrido queda no número de estabelecimentos agropecuários e um aumento, após 1970, na área média de cada estabelecimento nos estados da Região Sul, nessa região as previsões feitas por Lênin e Kautsky e seus seguidores, não se confirmaram. Constate-se que os agricultores familiares não desapareceram, o que é comprovado pelas informações do Censo Agropecuário de 2006, do IBGE e está ilustrado na Figura 3.

Figura 3 - Estabelecimentos agropecuários por tipo de propriedade, nos estados da Região Sul, no ano de 2006 (em %)



Na Figura 3, vê-se que nos três estados os agricultores familiares são proprietários de mais de $\frac{3}{4}$ de todos os estabelecimentos. Enquanto em Santa Catarina 87,03% dos estabelecimentos são familiares no ano de 2006, no Paraná este percentual é de 81,63% e no Rio Grande do Sul 85,75% do total de estabelecimentos são familiares, sendo os demais não familiares. Assim, já na primeira informação sobre a categoria constata-se sua importância. Na continuidade, buscou-se apresentar informações sobre a área ocupada pelos estabelecimentos, tanto os familiares quanto aqueles não familiares.

Figura 4 - Área ocupada pelos estabelecimentos agropecuários, por tipo de propriedade nos estados da Região Sul, no ano de 2006 (em %)



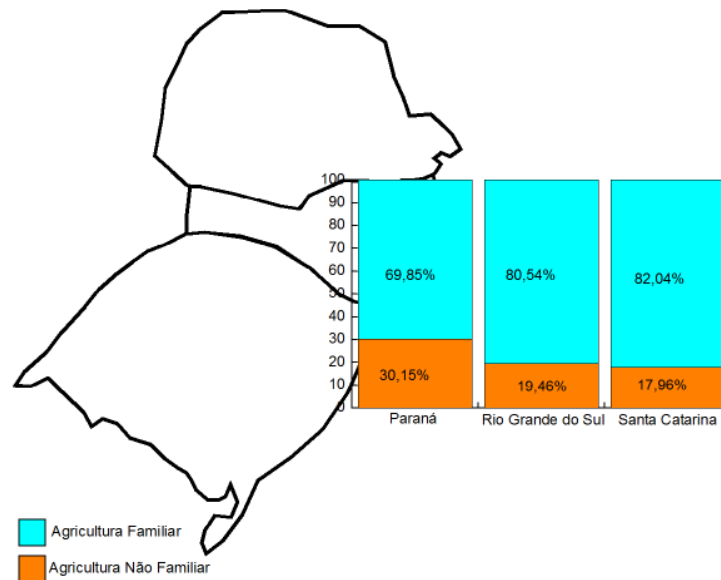
Fonte: Elaborado pela autora a partir de IBGE (2009).

Em relação à área dos estabelecimentos constata-se que há concentração de terras em mãos dos produtores não familiares, sendo que, no Paraná os 18,37% de agricultores não familiares ocupam 72,20% da área total dos estabelecimentos, enquanto no Rio Grande do Sul os 14,25% desta categoria ocupam 69,45% do total da área. Santa Catarina é o estado com maior equilíbrio entre as duas categorias, mas ainda assim os 12,97% de estabelecimentos não familiares ocupam 56,21% da área, ficando o restante com a agricultura familiar.

Um dos argumentos em defesa da agricultura familiar é a maior capacidade de ocupação de pessoas. A partir de dados disponibilizados pelo IBGE no Censo Agropecuário de 2006 e considerando a totalidade de pessoas ocupadas nas atividades agropecuárias nos

estados da Região Sul, na Figura 5 são apresentados os percentuais de pessoas ocupadas na agricultura familiar e não familiar.

Figura 5 -Pessoas ocupadas nas atividades agropecuárias nos estados da Região Sul, para agricultura familiar e não familiar, no ano de 2006 (em %).



Fonte: Elaborado pela autora a partir de IBGE (2009).

Inicialmente, cabe ressaltar que o Censo Agropecuário de 2006 apontou a existência de 2.920.445 pessoas ocupadas nos estabelecimentos agropecuários da Região Sul. Deste total, 679.122 estavam ocupados na agricultura não familiar e 2.244.347 na agricultura familiar. Quando analisados os estados individualmente, observa-se que no Paraná a agricultura familiar participa com o menor percentual de pessoas ocupadas (783.901 indivíduos ou 69,85%), assim sua participação corresponde a mais do que o dobro da agricultura não familiar. Nos outros dois estados, a agricultura familiar tem participação relevante (991.660 pessoas ou 80,54% no RS e 468.786 ou 82,04% em SC), enquanto a agricultura não familiar responde por menor percentual de pessoas ocupadas³³. Esta ilustração evidencia a importância da agricultura familiar no que tange à sua capacidade de ocupação da mão de obra.

Na continuidade, são analisadas informações especificamente sobre os agricultores familiares dos estados da Região Sul do Brasil, sendo que a Tabela 3 apresenta as condições

³³ Cabe ressaltar que a população ocupada na agricultura não familiar de cada um dos estados da Região Sul em 2006 é a seguinte: 333.197 pessoas no Paraná; 240.165, no Rio Grande do Sul e 102.736, em Santa Catarina.

dos produtores em relação às terras na agricultura familiar, bem como o número e a área de estabelecimentos em que atuam estes produtores.

Tabela 3 - Número e área dos estabelecimentos agropecuários, por condição do produtor em relação às terras na agricultura familiar nos Estados da Região Sul, em 2006

Condição do produtor em cada Estado	Paraná		Rio Grande do Sul		Santa Catarina	
	Estabelecimentos	Área (Hectares)	Estabelecimentos	Área (Hectares)	Estabelecimentos	Área (Hectares)
Proprietário	240.444	3.626.692	317.963	5.454.800	148.277	2.473.228
% sobre total	79,40	85,30	84,00	88,40	88,00	93,50
Arrendatário	21.155	285.726	21.477	336.786	6.134	62.497
% sobre total	7,00	6,70	5,70	5,50	3,60	2,40
Outras condições ³⁴	41308	337462	39106	380036	14133	109363
% sobre total	13,60	7,90	10,30	6,20	8,40	4,10
Total A.F.	302.907	4.249.880	378.546	6.171.622	168.544	2.645.088
% total dos estabelecimentos	81,60	27,80	85,70	30,55	87,00	43,79
Área média (total)		14,03		16,30		15,69

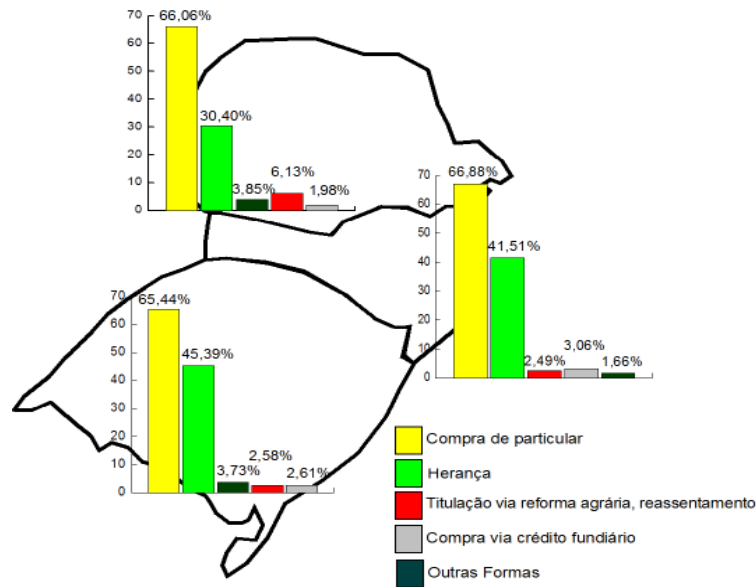
Fonte: Elaborado pela autora a partir do Censo Agropecuário de 2006 (IBGE, 2009).

A partir dos dados censitários apresentados na Tabela 3 observa-se que nos três Estados o número de estabelecimentos agropecuários pertencentes aos agricultores familiares supera os 80% do total dos estabelecimentos (81,60% no PR, 85,70% no RS e 87,00% em SC). Desses produtores a expressiva maioria é proprietária do estabelecimento em que trabalha (79,40% no PR, 84,00% no RS e 88,00% em SC). A partir dos dados disponíveis na tabela observa-se que do total da área dos estabelecimentos agropecuários existentes nos Estados da Região Sul, no Paraná, 27,8% pertence aos agricultores familiares. No Rio Grande do Sul, este percentual é de 30,55% e, em Santa Catarina, 43,79%. Os dados do Censo Agropecuário de 2006 apontam que no Paraná os estabelecimentos familiares têm área média de 14,03 hectares, enquanto no Rio Grande do Sul são 16,30 hectares e em Santa Catarina 15,69 ha.

Tendo por base a informação de que os agricultores familiares da Região Sul são em sua maioria proprietários dos estabelecimentos em que atuam, procurou-se verificar sobre as formas como esses produtores acessaram suas propriedades e há quanto tempo atuam no estabelecimento. A primeira dessas informações pode ser visualizada na Figura 6.

³⁴Nesta, estão somados parceiros, ocupantes, produtores sem área e assentados sem posse definitiva.

Figura 6 - Forma de obtenção das terras, na agricultura familiar da Região Sul, em 2006



Fonte: Elaborado pela autora a partir de IBGE (2009)³⁵.

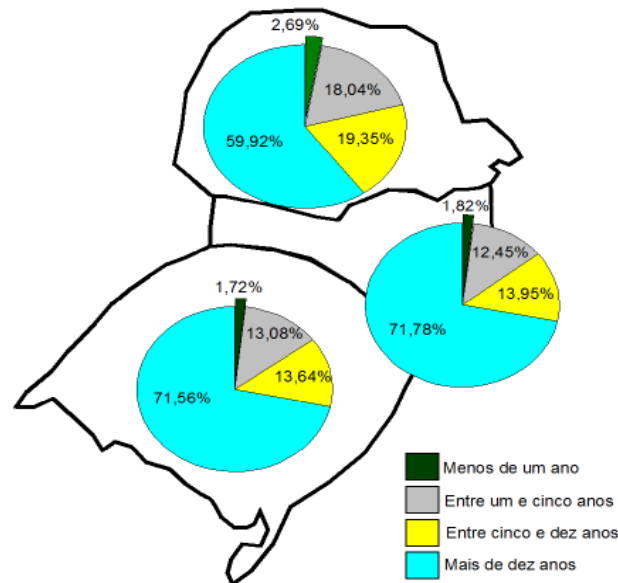
A partir das informações do Censo Agropecuário de 2006, nota-se que as principais formas de acesso à terra, por parte dos agricultores familiares, são a compra de particulares e a herança. É interessante observar como o crédito fundiário e as opções de reforma agrária ou reassentamento correspondem a percentuais muito pequenos no que tange a este assunto³⁶.

Com base na informação de que a maior parte dos agricultores familiares na Região Sul acessou as terras dos estabelecimentos em que atua por meio da compra ou herança, procurou-se verificar há quanto tempo estes estabelecimentos estão sob a direção dos agricultores familiares, informação que está disponível na Figura 7.

³⁵ As outras formas de obtenção das terras, conforme o Censo Agropecuário de 2006 são a *doação particular, a usucapião, outra forma e não sabe*.

³⁶ Em relação a estes percentuais, cabe salientar que o somatório é superior a 100%, pois é possível que algumas propriedades tenham sido obtidas com a combinação de formas distintas.

Figura 7 -Tempo em que o estabelecimento da agricultura familiar está sob a direção do produtor, nos Estados da Região Sul, em 2006



Fonte: Elaborado pela autora a partir de IBGE (2009).

De acordo com as informações ilustradas na Figura 7 a maior parte dos agricultores familiares está na direção do estabelecimento há mais de 10 anos, sendo que, em Santa Catarina e no Rio Grande do Sul, há maior percentual de agricultores nessas condições, se comparados os números com o Estado do Paraná.

No que tange à caracterização dos agricultores familiares dos Estados da Região Sul, as informações disponibilizadas pelo Censo Agropecuário de 2006 (IBGE, 2009) sobre as atividades agropecuárias praticadas apontam que, entre a produção vegetal, animal e agroindustrial³⁷, a primeira é responsável pelo maior percentual do valor da produção obtido nos três Estados.

Na demonstração dos percentuais apresentados pelo Censo Agropecuário de 2006 (IBGE, 2009), cabe ressaltar que no Estado do Paraná a produção vegetal da agricultura familiar corresponde a 72,07% do valor da produção obtido na agropecuária, enquanto a

³⁷ “Na classificação do IBGE, a produção animal é composta por bovinos, caprinos, bubalinos, asininos, muare, coelhos, carnes, suínos, aves, leite e seus derivados, lã, mel de abelha, casulos, ovos de galinhas e de outras aves, e embutidos. Na produção vegetal, estão incluídas silvicultura, extração vegetal, horticultura, floricultura, lavouras permanentes e lavouras temporárias. E na agroindústria rural encontram-se transformações de produtos dos estabelecimentos entre os quais estão farinha de mandioca, carvão vegetal, queijos e requeijão, embutidos, polpas de frutas e outros” (GASQUES et al., 2010, p. 28).

produção animal equivale a 27,29% e a agroindustrial 0,64%. Em Santa Catarina, a produção vegetal da categoria é responsável por 62,94% do valor da produção agropecuária enquanto a produção animal corresponde a 36,12% e a agroindustrial por 0,94%. No Estado do Rio Grande do Sul, a principal diferença consiste numa participação um pouco maior da agroindústria, que, neste caso, equivale a 2,17% do valor da produção agropecuária, enquanto a produção vegetal continua sendo responsável pela maior parcela do valor da produção, respondendo por 67,82%, e a produção animal equivale a 30,01% do valor da produção agropecuária.

A produção vegetal, responsável pelo maior volume da produção agropecuária, é constituída por lavouras permanentes, lavouras temporárias, horticultura, silvicultura ou floricultura e extração vegetal. Quando os valores da produção vegetal são desdobrados para cada um dos itens separadamente, verifica-se que as atividades de lavoura temporária são aquelas nas quais os agricultores familiares obtêm o maior valor da produção, conforme a Tabela 4.

Tabela 4 - Participação percentual da produção de origem vegetal nas atividades agropecuárias da agricultura familiar, nos Estados da Região Sul, no ano de 2006

Estado/ tipo de produção vegetal	Lavoura Permanente ³⁸	Lavoura temporária ³⁹	Horticultura	Silvicultura	Floricultura e extração vegetal
Paraná	10,94	80,00	5,31	2,41	1,33
Rio Grande do Sul	10,80	74,20	4,39	9,05	1,56
Santa Catarina	12,96	72,57	4,78	8,14	1,54

Fonte: Elaborado pela autora a partir do Censo Agropecuário de 2006 (IBGE, 2009).

As atividades que maior participação têm no valor da produção obtido pela agricultura familiar são aquelas de lavoura temporária, as quais envolvem atividades em cultivos como: alho, arroz, batata, cana de açúcar, cebola, feijão, fumo, mandioca, milho, soja, tomate, trigo. Em segundo lugar, na participação percentual quanto ao valor da produção estão as lavouras permanentes, cujas atividades são: banana, café, erva mate, laranja, maçã, pêsego, tangerina, uva. A horticultura apresenta menor participação, assim como silvicultura, floricultura e extração vegetal. Um destaque pode ser feito para a silvicultura no Rio Grande do Sul e Santa Catarina, sendo possível observar que nesses dois Estados a atividade participa com percentual próximo ao da lavoura permanente.

³⁸ Nas lavouras permanentes as “culturas praticadas são de longo ciclo vegetativo, permitindo colheitas sucessivas, sem necessidade de novo plantio” (IBGE, 2004, p. 376).

³⁹ Nas lavouras temporárias são praticadas culturas “de curta ou média duração, geralmente com ciclo vegetativo inferior a um ano, que após a colheita necessitam de novo plantio para produzir” (IBGE, 2004, p. 376).

Corroborando a importância da produção vegetal para a agricultura familiar nos Estados da Região Sul, quando analisado o valor das receitas obtidas, observa-se que, no Paraná, a produção vegetal corresponde a 69,72% do total das receitas, enquanto, no Rio Grande do Sul e Santa Catarina, os percentuais são 64,36% e 56,94%, respectivamente (IBGE, 2009). Esses dados indicam que, para os agricultores familiares, a produção vegetal e, nessa, os cultivos temporários, respondem pelo maior valor da produção e de receitas.

Sobre o VBPA (Valor Bruto da Produção Animal), nesse capítulo são avaliadas as informações a respeito do valor da produção obtido pelas atividades relacionadas à produção animal. Entre os três Estados, é em Santa Catarina que está a maior participação da produção animal no valor total da produção agropecuária da agricultura familiar, enquanto no Paraná está a menor participação. Na Tabela 5 estão detalhadas as atividades relacionadas às criações a partir das quais resulta o valor da produção animal.

Tabela 5 - Distribuição do valor da produção de origem animal, nas atividades agropecuárias praticadas pela agricultura familiar, nos Estados da Região Sul, no ano de 2006 (em%)

Estado/tipo de produção animal	Animais de grande porte	Animais de médio porte	Aves	Pequenos animais
Paraná	41,56	18,76	36,47	3,21
Rio Grande do Sul	46,53	28,70	23,39	1,37
Santa Catarina	33,30	36,18	28,02	2,50

Fonte: Elaborada pela autora a partir do Censo Agropecuário de 2006 (IBGE, 2009).

Entre os três Estados, o Rio Grande do Sul tem nos animais de grande porte a maior participação percentual no valor da produção obtida pela agricultura familiar. Nesse grupo, destacam-se o gado bovino e leiteiro. Em Santa Catarina, o maior percentual é com atividades relacionadas aos animais de médio porte, em que a suinocultura se destaca. No Paraná, além de animais de grande porte, também é relevante o valor da produção obtido com aves. Na produção animal, quando observadas as principais fontes de receitas dos agricultores familiares nos Estados da Região Sul, observa-se que, no Paraná, 17,67% das receitas são com produção animal, no Rio Grande do Sul são 20,02% e, em Santa Catarina, 20,77%.

Em relação à agroindustrialização na agricultura familiar, os dados do Censo Agropecuário de 2006 (IBGE, 2009) indicam que a agroindústria responde por baixo percentual no valor da produção. Na comparação entre os três Estados, o Rio Grande do Sul apresenta o maior percentual (2,17% do valor da produção total), enquanto no Paraná e Santa Catarina o percentual não chega a 1%. Essas informações induzem a concluir que os agricultores familiares não têm agregado valor aos seus produtos via agroindustrialização ou

não formalizaram esta atividade, o que restringe a possibilidade de utilizarem-se deste recurso como acesso a mercados na linha do que propõe Ploeg (2008) sobre agregação de valor aos produtos agrícolas.

As informações apresentadas nesta seção, sobre a agricultura familiar, procuraram apontar para a importância que a categoria teve na formação dos Estados da Região Sul e permanece tendo no meio rural deste espaço. Apesar de a categoria ter sido influenciada negativamente pelas políticas nacionais que privilegiaram aos produtores patronais, as informações do Censo Agropecuário de 2006 apontam para uma resistência e manutenção de relevante participação dos agricultores familiares nas atividades agropecuárias da região (IBGE, 2009).

Essa importância fica evidenciada quando são observados os percentuais de estabelecimentos que estão em mãos dos agricultores familiares, bem como no percentual de pessoas ocupadas na agropecuária e que atuam em estabelecimentos familiares. Na linha de aspectos importantes abordados na seção, cabe destacar que em sua maior parte os agricultores familiares da Região Sul são proprietários dos estabelecimentos que dirigem, há mais de uma década em sua maioria, e cujo acesso ocorreu principalmente por meio da compra de particulares e de herança. Adicionalmente verificou-se que o tamanho médio dos estabelecimentos familiares está entre 14 e 16 hectares, quando observados os Estados individualmente.

3.3 Considerações finais

Tendo como base as discussões efetuadas no início deste capítulo sobre desenvolvimento, pode-se constatar que a agricultura familiar permite a geração de maior volume de ocupação da mão de obra, a qual, ao obter remuneração satisfatória, contribui para uma melhor distribuição de renda. No contexto do desenvolvimento como liberdade, somando-se ao potencial de formação de capital social, têm-se alguns dos argumentos em defesa da agricultura familiar (SEN, 2000; PUTNAM, 2006; PLOEG, 2008). A capacidade dessa categoria em contribuir com a ocupação da mão de obra no meio rural e para a produção de alimentos, garantindo a segurança alimentar, são aspectos essenciais a serem considerados quando a agricultura familiar e o desenvolvimento são relacionados (VEIGA, 2000).

Entende-se que os agricultores familiares são importantes agentes na promoção do desenvolvimento rural, uma vez que estes são um grupo especialmente interessado nas questões que estão ao seu redor; além de que neste entorno a importância está associada ao

seu papel como mercado consumidor ou fornecedor de bens e serviços, como fonte de renda, satisfação das necessidades da família e lugar para viver (ABRAMOVAY, 1999a; RAMOS, 2001; KAGEYAMA, 2008).

Ao abordar as liberdades substantivas (políticas, econômicas, sociais, garantias e transparência e segurança protetora) de Sen (2000), buscou-se relacionar como o acesso dos agricultores familiares a esses recursos permite que estes contribuam para o desenvolvimento das regiões em que estão inseridos, ou seja, qual é o papel desta categoria no desenvolvimento do entorno em que vivem. Neste sentido, autores como Putnam (2006); Ploeg (2008); Radomsky e Schneider (2007); Niederle e Radomsky (2007) e Sabourin (2011) demonstram que os agricultores familiares apresentam condições de constituição de capital social, pois o funcionamento de uma unidade produtiva desta categoria exige a articulação dos recursos de trabalho para alcançar os resultados necessários e desejáveis para a família. Esta característica, conforme já apontado por outras pesquisas, constitui-se em vantagens para os agricultores familiares, principalmente quando esses são também proprietários dos estabelecimentos em que atuam.

Além da importância de usufruírem das liberdades substantivas, de terem condições para a formação de capital social, parte-se do entendimento de que é importante ao agricultor familiar a possibilidade de usufruir da proximidade entre o meio rural em que vive e o meio urbano. Nesse podem ser aproveitados tanto os recursos da oferta de bens e serviços, quanto a demanda pelos produtos e serviços que os estabelecimentos familiares produzem e ofertam. Wanderley (2001) sugere que exista integração, cooperação e rede de relações recíprocas entre espaços rurais e urbanos e para Ploeg (2008), é necessária a inserção dos agricultores familiares no mercado, desde que esses produtores possam ser autônomos em suas decisões. Uma das opções de inserção da categoria no mercado são os circuitos curtos, com produtos a serem comercializados diretamente para o consumidor ou então com os estabelecimentos comerciais do entorno.

A seção que neste capítulo trata da agricultura familiar no Brasil demonstra um histórico favorecimento aos agricultores não familiares, seja nas políticas governamentais adotadas ou nas ações dos diferentes governos (FURTADO, 2003; NOVAIS, 1983; FAORO, 2001; ANDRADE, 2002; WANDERLEY, 2009b; VEIGA, 2000). Importante é ressaltar que durante a modernização agrícola o Governo não adotou qualquer medida que pudesse favorecer (ou proteger) o agricultor familiar (BECKER; EGLER, 2003; WANDERLEY, 2009b; VEIGA, 1996).

Sobre as políticas e ações adotadas pelo Brasil em relação à agricultura familiar, é possível afirmar que no Brasil constata-se a influência de autores neoclássicos em relação às ações e políticas relacionadas à agricultura, não havendo privilégios à categoria familiar (BUAINAIN, ROMEIRO; GUANZIROLI, 2003). Entretanto, apesar da falta de apoio, incentivo e estímulos, a participação da categoria na mão de obra ocupada e na produção de alimentos permaneceu sendo representativa, demonstrando seu poder de resistência conforme pode ser observado nos dados do Censo Agropecuário de 2006, tais como aqueles relacionados à participação percentual da agricultura familiar na produção agropecuária.

Os destaques efetuados na seção sobre a agricultura familiar na Região Sul do Brasil demonstram que nesta região a categoria exerceu papel relevante desde a constituição das regiões rurais e urbanas, contribuindo para o desenvolvimento dos Estados (BERNARDES, 1997; FURTADO, 2003; SCHNEIDER, 2006). Também nesta região a modernização agrícola foi um dos fatores que reduziu o número de estabelecimentos familiares e provocou concentração de terras nas mãos de menor número de produtores. Entretanto, apesar das quedas no percentual da população rural em comparação com a população urbana, no ano de 2006, segundo o IBGE (2011), os estabelecimentos da agricultura familiar correspondiam a mais de 80% do total de estabelecimentos em cada um dos três Estados da Região Sul.

Em relação ao número de pessoas ocupadas na agropecuária dos três Estados, a agricultura familiar no ano de 2006 ocupava mais de 80% do total da mão de obra atuante no campo dos Estados de Santa Catarina e Rio Grande do Sul, enquanto no Paraná este percentual era menor (69,85%), mas não desprezível. Neste contexto, considerando que na agricultura familiar está ocupada a maior quantidade de mão de obra, comparada com a agricultura patronal, cabe indagar sobre quais os motivos que justificam o fato de agricultores familiares não serem priorizados pelas políticas públicas brasileiras, ressaltando que essa categoria contribui de forma relevante para o desenvolvimento, seja pela liberdade ou pelo capital social que permite constituir (SEN, 2000; PUTNAM, 2006; PLOEG, 2008).

Outro aspecto observado foi referente ao papel da herança e da compra de terras por parte dos agricultores familiares, uma vez que a absoluta maioria dos produtores são proprietários dos estabelecimentos em que atuam, sendo este acesso à propriedade decorrente, principalmente, de herança e compra de particulares. Nos três Estados da Região Sul observa-se que o maior percentual de agricultores familiares atua na direção do estabelecimento há mais de dez anos, o que indica que há força nas relações entre os produtores e o local em que vivem, buscando contribuir na constituição das redes sociais amparadas em confiança,

cooperação e reciprocidade (RADOMSKY; SCHNDEIDER, 2007; NIEDERLE e RADOMSKY, 2007; SABOURIN, 2011).

A pequena extensão de terra utilizada pelos agricultores familiares impõe algumas limitações em relação aos cultivos praticados e reforça a hipótese de que é preciso atuar em cultivos nos quais seja possível combinar maior quantidade de mão de obra com menores extensões de terra de forma a obter maior volume de renda. Atividades produtivas como aquelas sugeridas por Ploeg (2008 e 2011), de circuitos curtos ou de mercados aninhados, precisam ser consideradas diante do tamanho médio dos estabelecimentos familiares, que no Paraná é de 14,03 hectares, no Rio Grande do Sul de 16,3 hectares e 15,69 hectares em Santa Catarina.

Neste contexto, ao observar o valor da produção, constata-se que a produção vegetal responde por 2/3(dois terços) do total obtido pelos agricultores familiares e, na produção vegetal, a produção majoritária é oriunda das lavouras temporárias. Um terço restante é oriundo da produção animal, enquanto a agroindústria tem baixa participação no valor da produção agropecuária na agricultura familiar. A agregação de valor via agroindustrialização é um recurso a ser mais bem explorado, correspondendo a uma das alternativas de ampliação de acesso ao mercado e de obtenção de renda para estes produtores, conforme sugere Ploeg (2008).

Relacionando este capítulo com o capítulo anterior, constata-se que, no Brasil, as políticas de modernização da agricultura seguiram preceitos da abordagem neoclássica (BUAINAIN; ROMEIRO; GUANZIROLI, 2003), o que, de certa forma, contribuiu para reforçar os argumentos da abordagem marxista (LÊNIN, 1982; KAUTSKY, 1972). Mas ainda que no Brasil os privilégios políticos tenham sido concedidos aos produtores patronais, na Região Sul, constata-se a existência de um grupo representativo de agricultores familiares.

Nesta região a importância da agricultura familiar é relevante, justificando também a continuidade desta pesquisa que, no próximo capítulo, se esboçará exclusivamente sobre a Região Sul. As análises do próximo capítulo considerarão os diferentes grupos que compõem as famílias de agricultores familiares, buscando identificar, a partir de dados secundários, quais as tendências que crianças, jovens, mulheres, homens e idosos estão apresentando sobre a permanência no meio rural da Região Sul, tendo enquanto período de análise os anos de 2000 e 2010 e mantendo enquanto pressuposto que para esse estudo a agricultura familiar exerce importante papel para o desenvolvimento da região, sendo então a sua manutenção uma condição indispensável, ratificando as afirmações de Veiga (2000) de que onde há agricultura familiar a tendência é de que exista maior capital humano e social.

4 AGRICULTORES FAMILIARES NA REGIÃO SUL: TENDÊNCIA À PERMANÊNCIA OU AO ÊXODO?

Na Região Sul o número de agricultores familiares é maior do que os agricultores não familiares, conforme demonstrado no capítulo anterior. Além da percepção teórica sobre sua importância para o desenvolvimento, também as informações estatísticas obtidas nos Censos Agropecuários do IBGE indicam que a categoria tem presença representativa na formação da região.

Nesta seção, o objetivo principal consiste em verificar se ocorre a masculinização e o envelhecimento no meio rural da Região Sul, sendo essa observação efetuada a partir da análise individualizada dos grupos que compõem uma família de agricultores familiares: crianças de até 14 anos; jovens, por gênero, de 15 até 24; mulheres e homens com mais de 25 anos e um grupo separando mulheres com mais de 55 anos e homens com mais de 60 anos, em idade de aposentadoria, por idade, no meio rural. Para cada grupo é verificado se o mesmo reduziu ou aumentou em números, entre 2000 e 2010.

A opção em dividir os integrantes da agricultura familiar nas faixas etárias mencionadas no parágrafo anterior decorre dos seguintes aspectos: a) as informações dos Censos Demográficos permitem análises nestas faixas; b) em relação às crianças, a opção de trabalhar com idade até 14 anos resulta da observação de que nesta idade o indivíduo está ingressando no ensino médio⁴⁰, o que contribui para marcar mudanças nas opções de vida, que envolvam a educação e também as opções futuras entre continuar a viver no meio rural ou buscar alternativas; c) na idade jovem a opção de trabalhar com pessoas entre os 15 e 24 anos decorre da observação de que é nessas faixas etárias que as decisões dos jovens acontecem, seja na confirmação da escolha em relação aos estudos, ou sobre o trabalho e, por fim, da escolha ligada ao relacionamento conjugal; d) nas faixas etárias dos 25 aos 54 anos optou-se por efetuar uma divisão, separando 14 anos para cada faixa (25 aos 39 e 40 aos 54 anos) de maneira a não formar um único grupo e buscando avaliar se há comportamentos distintos entre aqueles mais jovens e os mais velhos dentro de um grupo que já efetuou sua escolha de constituir família e trabalhar na agricultura familiar; e) o recorte dos 55 aos 59 anos decorre da busca por diferenciar as mulheres que já obtiveram a aposentadoria rural por idade; f) e nas

⁴⁰ Exceto aqueles que estiverem com distorção idade-série.

idades acima de 60 anos o objetivo é distinguir os homens que são aposentados por idade no meio rural⁴¹.

Considerando que na agricultura familiar a manutenção da família e do processo sucessório são fatores necessários para que a categoria continue a existir, é preciso que jovens permaneçam no campo para poderem suceder aos seus pais quando esses não mais estiverem na gestão do estabelecimento, pois conforme já apontado no capítulo 2, o saber que os membros têm sobre a gestão e organização do trabalho é um conhecimento que se transmite de geração em geração (RADOMSKY; SCHNEIDER, 2007). Entretanto, como já defendido neste estudo em momento anterior, essa permanência dos jovens no campo deve ocorrer por opção e não por fatalidade (SEN, 2000). Assim, nesta pesquisa entende-se que conhecer a tendência de permanência ou evasão de todos os grupos que constituem as famílias de agricultores familiares é importante para dimensionar possibilidades futuras em relação à categoria.

Quanto aos recursos metodológicos utilizados neste capítulo, além de efetuar estudo bibliográfico, as informações estatísticas foram retiradas, em sua maior parte, do SIDRA (Sistema IBGE de Recuperação Automática), do qual foram obtidas as informações dos Censos Demográficos, especialmente os de 2000 e 2010 e do Censo Agropecuário de 2006. Outra fonte utilizada foi o INEP (Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira) em relação ao número de escolas rurais na Região Sul. Também foram acessadas informações sobre aposentadorias rurais retiradas de Anuários Estatísticos da Previdência Social. Várias das análises efetuadas no capítulo dizem respeito à evolução da população rural no período e, a partir dessas informações, é observado o comportamento na agricultura familiar.

Cabe destacar que o acesso aos dados dos Censos Demográficos permite avaliações referentes à população do meio rural, mas nela não se distingue entre agricultores familiares e não familiares. Por este motivo optou-se por adotar um parâmetro que permita estimar qual a população rural ligada à agricultura familiar neste período. Esse parâmetro foi obtido a partir do seguinte critério metodológico: no primeiro momento foram retiradas do Censo Agropecuário de 2006 as informações sobre o número de pessoas ocupadas na agricultura familiar e não familiar em cada Estado da Região Sul em 2006; em seguida, a partir dos números da população de 2000 e 2010 retirados dos Censos Demográficos, calculou-se a taxa média anual de variação da população urbana, rural e total; no terceiro momento estas taxas

⁴¹ E que neste caso estarão também incluindo mulheres aposentadas.

médias anuais de variação populacional foram aplicadas sobre as populações do meio rural e urbano, iniciando em 2000 até obter à estimativa para 2006; por fim, com base na população rural estimada para o ano de 2006, em cada Estado, utilizou-se o número de pessoas ocupadas informado pelo Censo Agropecuário de 2006 e com esse efetuou-se o cálculo do percentual da população rural ocupada na agricultura familiar, conforme ilustra a Tabela 6:

Tabela 6 - Pessoas ocupadas na agricultura familiar, nos Estados da Região Sul, em 2006

Estado	Estimativa da população rural	Pessoas ocupadas na agricultura familiar	
		Total	% sobre população rural
Paraná	1.625.693	783.901	48,22
Rio Grande do Sul	1.698.843	991.660	58,37
Santa Catarina	1.053.558	468.786	44,50
Região Sul	4.378.094	2.244.347	51,26

Fonte: Estimativa a partir dos dados dos Censos Demográficos de 2000 e 2010 (IBGE, 2011) e do Censo Agropecuário de 2006 (IBGE, 2009).

Sobre os dados apresentados na Tabela 6, cabe ressaltar que no ano de 2006 as pessoas ocupadas na agricultura não familiar na Região Sul correspondiam a 676.098 pessoas. Esse número somado ao das pessoas ocupadas na agricultura familiar é menor do que a totalidade da população rural, esta diferença constitui a população rural que não está ocupada em atividades agropecuárias.

O objetivo da Tabela 6 foi encontrar os percentuais dispostos na última coluna, os quais passam a ser utilizados neste capítulo para distinguir dentre os residentes no meio rural aqueles que fazem parte da agricultura familiar. Cabe ressaltar que o mesmo percentual é utilizado tanto para os dados do ano de 2000 quanto para os do ano 2010, o que limita algumas análises; entretanto, permite comparações que se desejem efetuar em relação aos grupos que fazem parte da agricultura familiar na Região Sul.

Na Tabela 7 estão apresentados os dados sobre a evolução da população total, urbana e rural, no Brasil e na Região Sul entre 1970 e 2010. A tabela apresenta as informações sobre o tamanho da população por tipo de domicílio em dados absolutos e relativos, sendo que os dados relativos referem-se à participação da população em cada tipo de domicílio na Região Sul em relação à população total brasileira.

Tabela 7 - Evolução da população (total, urbana e rural) da Região Sul em relação à população Brasileira, por situação de domicílio, entre 1970 e 2010

Período	População Total			Urbana		Rural	
	Brasil	Região Sul		Região Sul		Região Sul	
		Pessoas	%	Pessoas	%	Pessoas	%
1970	93.134.846	16.496.322	17,71	7.305.650	7,84	9.190.672	9,87
1980	119.011.052	19.031.990	15,99	11.876.780	9,98	7.155.210	6,01
1991	146.825.475	22.129.377	15,07	16.403.032	11,17	5.726.345	3,90
2000	169.872.856	25.110.348	14,78	20.318.991	11,96	4.791.358	2,82
2010	190.755.799	27.386.891	14,36	23.260.896	12,19	4.125.995	2,16

Fonte: Elaborado pela autora a partir de IBGE (2012).

Nota: Os percentuais da tabela relacionam o número de pessoas, em cada tipo de domicílio, com a totalidade da população brasileira para cada ano.

Analisando os dados da Tabela 7 e do Apêndice A constata-se que entre 1970 e 2010, no Brasil, a população rural diminuiu em 27,31% enquanto na Região Sul foi de 55,11% esta redução. Ressalte-se que no período a população total do país cresceu em 104,82% e, na Região Sul, elevou-se em 66,02%. Constata-se que a população rural da Região Sul correspondia a 9,87% da população total brasileira em 1970, tendo se reduzido para 2,16% no ano de 2010. E quando a população rural da Região Sul é comparada com a população rural brasileira observa-se que a participação percentual passa dos 22,40% em 1970 para 13,83% em 2010. Enquanto isto, no meio urbano da mesma região, a população urbana passou de 7,84% da população brasileira em 1970 para 12,19% no ano de 2010 e, ao observar a participação da população urbana da região na população urbana do país, nota-se que a mesma variou de 14,02% em 1970 para 14,45% em 2010. Constata-se, a partir dos dados, que apesar da Região Sul ainda manter elevado percentual de estabelecimentos familiares no seu meio rural, a redução no número de habitantes no campo, ou a migração para as cidades, foi grande entre 1970 e 2010.

O êxodo rural ou a migração campo-cidade tem em seu bojo aspectos econômicos, culturais e sociais que os influenciam. Neste sentido, o meio rural e o urbano são definidos independentemente, ocorrendo uma glamourização do urbano desde o início da industrialização. O meio rural era visto como atrasado, sujo, pesado, havendo ainda na atualidade pessoas que consideram o rural como sinônimo de rústico, atrasado o que está amparado em concepções com enraizamento cultural⁴² (RAMOS, 2001). Essa visão

⁴²No início do século XX os pensadores clássicos da modernidade tratavam a cidade como criação cultural e motor do desenvolvimento, de forma que os termos civilização e urbanização conduzem à conclusão que civilizado é o cidadão, e que somente o habitante da cidade se enquadra nesta condição. Neste contexto 'resgatar a cidadania' não diz respeito aos habitantes de áreas rurais. Aspectos como o lazer também estão associados ao meio urbano, uma vez que após a industrialização a valorização do tempo livre passou a ser definida como lazer (RAMOS, 2001).

glamourizada do urbano se inicia com as políticas de industrialização e urbanização e atualmente está relacionada com as facilidades de acesso que a população tem aos bens e serviços, às opções de lazer e outros recursos que no meio rural historicamente não estiveram disponíveis.

Comumente as alternativas do meio urbano tornam-se parâmetros para o meio rural e neste sentido as influências sobre as crianças e os jovens que ali residem são grandes. Veiga (2007) ressalta que, recentemente, com a valorização do meio ambiente, dos recursos naturais e do turismo, o rural passou a ser visto com outros olhos, passando a ser admirado, desejado como um espaço de lazer, sem a conotação pejorativa com a qual fora analisado anteriormente. Nessas dimensões, Ploeg (2008) comenta as tendências de retorno ao rural que acontecem em países desenvolvidos (neo-rurais).

No que tange à discussão sobre as relações entre urbano e rural, Lefebvre e Kayser são autores que contribuem para o debate. O primeiro em sua *Revolução Urbana* defendia a hipótese de que iria ocorrer uma ‘urbanização completa da sociedade’, argumentando que o desaparecimento do rural seria uma questão de tempo (LEFEBVRE, 1999, p. 15). Kayser (1990), por sua vez, acreditava em um renascimento do rural. Contrastando com estas duas teorias, Veiga (2001a; 2001b; 2004 e 2006a) discorda das hipóteses e defende uma terceira: a do nascimento de um novo rural⁴³.

No presente estudo concorda-se com a defesa de Veiga (2001a; 2001b; 2004; 2006a), segundo a qual está acontecendo o nascimento de um novo rural, no qual as demandas de quem vive ali são distintas daquelas que existiam no passado. Também a importância do rural para o urbano hoje é diferente. Neste sentido, à medida que o rural oferece bens e serviços que possam ser consumidos pelo urbano em seu entorno, existe uma interação entre os dois espaços e, conseqüentemente, resulta disso um efeito multiplicador e uma possibilidade de melhoria das condições de vida de ambos, principalmente daqueles que vivem no meio rural e que compõem a agricultura familiar, objetos de nossa análise⁴⁴.

No capítulo 2 foi citado Ploeg (2011, p. 129) o qual fala do mercado como sendo “a água que circunda o peixe”, permitindo que se estabeleçam relações como aquela entre campo e cidade, na qual a água corresponde à cidade que circunda o campo, equivalendo a um

⁴³Sua defesa está embasada na frase: “cidade e campo se casaram, e enquanto ela cuida de lazer e trabalho, ele oferece liberdade e beleza” (Veiga, 2001a; 2001b; 2004 e 2006a, p. 13), argumentando que é possível haver harmonia entre cidade e campo, para juntos serem espaços de desenvolvimento.

⁴⁴Neste íterim “os produtores familiares contribuem mais com a interiorização do desenvolvimento rural que os não-familiares, pois esses podem hoje investir num local e amanhã optar por outro mais lucrativo. Já os familiares tendem a fincar raízes nas regiões em que atuam, e nesse sentido, viabilizam o comércio local e o surgimento de aglomerações rural-urbanas”(GUANZIROLI; DI SABBATO; VIDAL, 2011, p. 20).

mercado tanto de oferta quanto de demanda para o campo. Com base nessa concepção acredita-se que os agricultores familiares vivendo em meios rurais próximos da cidade estariam mais propensos a permanecer no campo do que aqueles que estão distantes. Em nosso entendimento, aquelas regiões rurais próximas do urbano são favorecidas em detrimento daquelas que estão distantes, e esta proximidade favorece o acesso para o fornecimento de produtos aos mercados urbanos, mas também permite maior facilidade de acesso aos recursos que o meio urbano oferece, resultando numa maior inter-relação entre meio rural e urbano (FAVARETO, 2006a)⁴⁵.

Retomando ideias sobre desenvolvimento rural, Abramovay (1999b) refere-se à existência de duas concepções sobre o destino da população e dos espaços e regiões com baixa densidade populacional e o respectivo papel da agricultura familiar neste contexto. A primeira concepção é a do viés urbano do desenvolvimento, no qual tanto o meio rural quanto o meio urbano seguem os mesmos caminhos para se desenvolver. A segunda concepção entende que há no meio rural um potencial de geração de renda que a sociedade não tem conseguido valorizar. Concorde-se, nessa pesquisa, que o meio rural tem condições de gerar renda e propiciar condições adequadas de vida a quem vive ali, desde que os agricultores, a sociedade e o governo façam cada um sua parte, seja na gestão eficiente ou na oferta de condições apropriadas para a convivência econômica. Mas num mundo globalizado não é possível imaginar que o espaço rural viva isolado do espaço urbano (SCHNEIDER, 2006). Favareto (2006a, p. 20) menciona que, no início do século XXI, o significado do desenvolvimento rural é reavaliado, aparecendo “sob a forma do debate sobre as relações entre o rural e o urbano e da introdução da abordagem das dinâmicas territoriais nos processos de desenvolvimento”.

Sobre a família, este estudo se ampara naqueles que estão preocupados em analisar como a família se reproduz no ciclo econômico anual ou então no ciclo geracional, ou, de como as famílias se perpetuam. Os componentes de uma família pertencem a uma unidade doméstica na qual são compartilhadas a casa, a cozinha e o trabalho em que os laços de parentesco se formam pela filiação e casamento (ALMEIDA, 1986), grupos esses que, nos critérios do Censo Demográfico, compartilham o mesmo domicílio. E que, conforme Chayanov (1981) tomam decisões buscando equilibrar trabalho e consumo.

⁴⁵Em Favareto (2006a, p. 32) constam argumentos que coincidem com estas ideias, uma vez que o autor defende que “o êxodo continua existindo ali onde o padrão de urbanização ainda não tornou viável às populações locais terem acesso a equipamentos sociais básicos e oportunidades sem que para isso seja preciso migrar. E, inversamente, naquelas regiões onde a coexistência dos espaços rurais e urbanos se fez de modo a garantir uma alta mobilidade entre os dois polos ali se têm visto, não só um arrefecimento do êxodo rural como uma forte atração populacional”.

No que tange à reprodução social de longo prazo da família de agricultores familiares, é importante considerar sucessão, herança, retirada ou aposentadoria dos pais, denominada de reprodução inter-geracional (SPANEVERELLO, 2008)⁴⁶. O processo sucessório na agricultura familiar é uma das etapas importantes a ser considerada para compreender o papel que cada um dos grupos tem. Etapas como a socialização das crianças no trabalho, o aprendizado de técnicas produtivas por parte dos filhos, o trabalho em parceria e a divisão de responsabilidade entre pais e filhos para posterior retirada dos pais para aposentadoria são estágios importantes do processo sucessório e também na manutenção da categoria agricultura familiar (SPANEVERELLO, 2008).

Nos estágios mencionados no parágrafo anterior há uma influência cultural forte, segundo a qual existe uma distinção entre o trabalho de homens e mulheres, na qual as atividades desempenhadas pela mulher e pelos jovens são denominadas ajuda/forças marginais e as atividades desenvolvidas pelos homens são trabalho/forças plenas (CARNEIRO, 2001; WEISHEIMER, 2009). Além da organização do trabalho, também o processo sucessório desfavorece a mulher, uma vez que essa dificilmente herda a terra, tornando-se agricultora normalmente pelo casamento (STROPASOLAS, 2004).

É importante ressaltar que crianças, jovens, mulheres, homens, idosos têm cada um as suas expectativas e comportamentos, sendo fundamental analisar cada um dentro de sua especificidade. Cada uma destas faixas etárias apresenta um comportamento distinto no que tange ao entendimento sobre condições de vida e permanência no meio rural⁴⁷. Outra questão importante a ser observada é a influência das novas tecnologias sobre o comportamento desses grupos, as quais passam a determinar também necessidades.

Nessas novas tecnologias estão inseridas as demandas por meios de transporte e meios de comunicação (serviços de telefonia e internet, principalmente) que, atualmente, precisam estar disponíveis para que os jovens, sobretudo, se sintam estimulados a permanecer no meio rural. Em Navarro e Pedroso (2011) são localizados argumentos que ressaltam esses aspectos, uma vez que os autores apontam que os agricultores familiares, inseridos no sistema capitalista, desejam usufruir dos recursos capitalistas⁴⁸. Outro autor cujos argumentos são

⁴⁶ “A sucessão consiste na transferência do controle ou gerenciamento do patrimônio familiar aos filhos ou à próxima geração já a herança trata da transferência legal do patrimônio, inclusive a terra e a retirada ou aposentadoria dos pais significa a retirada do atual proprietário do trabalho e do comando do estabelecimento” (SPANEVERELLO, 2008, p. 43).

⁴⁷ Ressaltando que o capítulo trabalha com dados secundários, não tendo buscado em fontes primárias a percepção das condições de vida desses grupos.

⁴⁸ Citando a PNAD de 2009, os autores informam “Ser impressionante a penetração dos serviços de comunicação nas áreas rurais em nossos dias. Entre os integrantes do estrato rural de renda familiar mensal mais baixa, menor

relevantes para esse debate é Favareto⁴⁹ (2006a) segundo o qual os bens e serviços demandados por quem vive no campo são semelhantes aos de quem vive na cidade.

Um dos pressupostos que este estudo apresenta é de que nos dias atuais com a popularização dos meios de comunicação como celular e internet, independente do local de residência, as necessidades no que tange a novos bens e serviços são diferentes daquelas existentes no início do século XX, modificando o equilíbrio entre trabalho e consumo mencionado por Chayanov (1981). O acesso aos meios de comunicação que mantém o agricultor familiar em contato com outros integrantes da família, com prestadores de serviços, fornecedores de bens e também com o mercado para quem oferece seus produtos, é fundamental. Assim, a disponibilidade de telefonia é aspecto importante para contribuir nas condições de vida, o que atualmente inclui a telefonia móvel e internet. Torna-se necessária também a disponibilidade de renda para a aquisição do aparelho, da linha telefônica e da disponibilidade por parte das operadoras do sinal qualificado, havendo neste quesito a necessidade de que o setor público através da agência reguladora garanta a oferta de sinal telefônico apropriado.

A análise individualizada de crianças, jovens, mulheres, homens, idosos fornece uma dimensão das chances de sucessão e continuidade existentes na agricultura familiar. As estratégias para manter, ampliar e reproduzir o capital ou a posição social existente devem ser observadas nas decisões que os diferentes grupos tomam ao permanecer ou sair do meio rural. Spanevello (2008), citando Bourdieu (1962, 2000, 2001), comenta que essas estratégias podem ser biológicas, educacionais, matrimoniais, econômicas, simbólicas e de sucessão.

Antes de focar as especificidades dos grupos que compõem a família de agricultores familiares, é importante lembrar que as características existentes no meio rural são específicas. A agricultura é um espaço no qual as atividades produtivas estão sujeitas mais diretamente às variações climáticas, cujas condições de trabalho exigem que o mesmo seja feito apesar de adversidades climáticas. Da mesma forma, a receita da produção no campo é dependente de condições externas, tais como o clima e o mercado. No que tange ao mercado a determinação do preço dos produtos agrícolas, normalmente não está nas mãos dos produtores, mas sim dos compradores. Assim, mesmo sendo predominantemente proprietários

do que um salário mínimo, 72% dos domicílios possuem televisão. Se examinado outro extrato, a classe C rural (renda variando entre 2 a 5 SM), 92% dos domicílios possuem televisão, 13% possuem telefone fixo, 12% computadores e 5% acesso à internet” (NAVARRO e PEDROSO, 2011, p. 17).

⁴⁹Segundo o autor há uma metamorfose ocorrendo nos espaços rurais, na qual mercados de bens econômicos e simbólicos que antes eram característicos do universo rural agora estão se uniformizando com o universo urbano. O resultado acaba sendo a diminuição das distâncias entre rural e urbano, levando as populações rurais a desajarem e ter acesso a equipamentos que, no passado, eram tipicamente urbanos.

dos meios de produção, para os agricultores familiares que atuam exclusivamente na produção de produtos primários, as condições de trabalho podem contribuir nas decisões dos componentes familiares sobre permanência ou saída do campo. Assim, neste capítulo estão presentes os argumentos de Chayanov de que nas famílias as decisões levam em conta a busca do equilíbrio entre trabalho e consumo. Por outro lado é preciso considerar que o estilo de vida possível de ser vivido no meio rural é valorizado pelos agricultores familiares. A possibilidade de ser dono do próprio tempo, sendo gestores tanto deste quanto da propriedade, sem ter de submeter-se a outras pessoas, que não as da própria família, constituem-se em vantagens para a vida no meio rural.

Wanderley (2009b) afirma que a população rural tem nos vínculos familiares a principal característica, nos quais a relação em torno do patrimônio, as unidades familiares agrícolas, os laços de vizinhança são fatores importantes. Apesar de haver uma predominância da migração do campo em direção às cidades, em algumas áreas rurais, já tem ocorrido um fluxo inverso, em que pessoas vêm deixando as cidades para instalar-se em espaços rurais oferecidos aos emigrantes urbanos como um produto de consumo. Essas áreas rurais caracterizam-se como mais bem-servidas de equipamentos coletivos, dispendo de meios de comunicação e transporte, integrando cada espaço com regiões mais amplas. Aliadas a esses recursos também existem ali condições naturais como clima agradável, belas paisagens, riquezas em patrimônio cultural que permitem combinar o lugar de trabalho com o de residência rural. A população rural para encontrar seu espaço com intensidade de vida social precisa manter suas relações com os centros urbanos e isto torna necessário um patamar mínimo de subsistência, que seja socialmente aceitável⁵⁰.

O agricultor familiar e sua família devem ser observados como agentes inseridos no sistema econômico e que para alcançar satisfação precisam ter acesso aos recursos de que necessitam. O acesso à saúde, educação, habitação de qualidade, comunicação, opções de lazer são fatores que estimulam a permanência no meio rural, alinhados às teorias das capacidades libertadoras de Sen (2000). Para que este acesso ocorra, naturalmente é preciso ter renda, seja a mesma oriunda das atividades agropecuárias desenvolvidas na propriedade⁵¹ ou de outras fontes⁵².

⁵⁰Ocorre uma revalorização do espaço rural como local de trabalho e de vida, em decorrência do reconhecimento da agricultura familiar como ator social a partir da criação do PRONAF (Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar) e pela crescente demanda pela terra (WANDERLEY, 2009b).

⁵¹ Conforme informações já apresentadas nas Tabelas 4 e 5 do capítulo 3 dessa pesquisa.

⁵² Como é o caso da pluriatividade defendida por autores como Schneider (2009) e Silva (1982; 1999; 2001).

Conforme já mencionado no capítulo três desta pesquisa, os conceitos de desenvolvimento e crescimento já há muito se dissociaram e deixaram de ser considerados como sinônimos. Os diferentes indicadores utilizados para medir o desenvolvimento apontam para uma tendência de considerar a qualidade de vida como derivada das condições de acesso à educação, saúde e renda, o que não é diferente na agricultura familiar, como ilustrado em Funk (2008) e Conterato (2008). Mesmo que as condições ou a qualidade de vida estejam impregnadas de simbolismos é possível apontar para algumas tendências objetivas (ASMUS, 2004). Ramos (2001) considera que o desenvolvimento rural sustentável designa a melhoria da qualidade de vida das populações rurais, com preservação e recuperação ambiental por parte das atividades praticadas por estas populações.

Também o aumento da autoestima dos agricultores é importante para que as condições de vida sejam consideradas satisfatórias (ECKERT, 2007). Todos os seres humanos buscam valorização, independente da atividade em que estiverem atuando e o agricultor familiar também tem esta expectativa. Em sentido macroeconômico a maior potencialização da produção e a agregação de valor dos produtos aumenta a demanda por mão de obra, contribuindo para a elevação da renda o que pode evitar a continuidade do êxodo rural na agricultura familiar.

Utilizando-se dos preceitos microeconômicos é conhecido o fato de que todo ser humano tem necessidades que são ilimitadas, as quais diante de recursos limitados demandam escolhas racionais e eficientes. Alcançar rendas maiores e satisfação pessoal faz parte destas expectativas em nível microeconômico e os agricultores familiares são antes de tudo pessoas que têm desejos e necessidades a serem satisfeitas, tais como Chayanov (1981) avaliou em sua argumentação sobre a racionalidade das decisões tomadas pelos integrantes dessa categoria.

Em relação às necessidades que todo ser humano possui, pode-se utilizar enquanto fundamento Maslow (1970) apud Samara e Morsch (2005). Os autores apontam que há uma ordem hierárquica a partir da qual são satisfeitas as necessidades, iniciando pelas fisiológicas, para em seguida dar conta da segurança, depois amor e integração, para então garantir a estima e autorrealização. A alimentação (segurança alimentar) é demanda fisiológica básica, sendo sua satisfação fundamental para que seja possível suprir as demais necessidades. A Organização das Nações Unidas para a Agricultura e a Alimentação define segurança alimentar como uma condição segundo a qual todas as pessoas possam ter acesso a uma alimentação suficiente, segura e nutritiva, permitindo uma vida ativa e saudável (BRIXIUS; AGUIAR; MORAES, 2006, p. 13). No entanto, somente a garantia de segurança alimentar

não é suficiente. Na linha das necessidades descritas por Maslow (1970), citado por Samara e Morsch (2005), as pessoas desejam vestuário, lazer, casa adequada, mobília, meio de transporte para deslocamento até a cidade (próprio ou coletivo). O agricultor precisa ter condições de acesso, estradas trafegáveis, energia elétrica, água, meios de comunicação, tudo que é preciso para que sua família viva bem e garanta a estabilidade econômica. Assim, cada pessoa busca suprir sequencialmente essas necessidades de forma que o alcance das mesmas caracterize as suas condições de vida. O estágio no qual a pessoa se encontra nesta ordem hierárquica contribui para determinar o nível de satisfação que apresenta. Desta forma, obtendo a satisfação os agricultores reforçarão os motivos para permanecer no meio rural.

Com base na importância da relação entre rural e urbano, com as inovações tecnológicas propagadas na atualidade, é inconcebível que no meio rural não se tenha acesso a recursos como meios de transporte e de comunicação como telefonia celular e internet. Neste sentido é útil a afirmação de Carneiro (1996), segundo a qual o agricultor familiar merece que a vida no campo não seja considerada atrasada e desconfortável, mas que lhe permita obter condições de vida desejáveis. Com esta ideia a autora dessa tese concorda, pois se aqueles que vivem no campo forem considerados atrasados é natural que tendam a preferir a saída desse espaço, dirigindo-se para aqueles locais onde o 'avanço' já tenha chegado. Em relação às condições de vida desejáveis, podemos recordar que necessidades são desejos despertados e se vivemos em um mundo com maior volume de informações, as tecnologias da comunicação cumprem seu papel de levar até os mais longínquos espaços as propagandas de produtos que se tornarão desejáveis. De maneira que uma das consequências provocadas pelas revoluções agrícolas constitui-se na incorporação de tecnologias que permitem elevar a produtividade, reduzindo a penosidade, tornando necessária menor quantidade de mão de obra⁵³.

Em relação ao lazer há diversas obras que tratam das opções (ou falta de) nas diferentes faixas etárias de quem vive no meio rural. Sobre o assunto, Candido (1975) cita a vida lúdico-religiosa como uma opção de sociabilidade para aqueles que vivem no campo. A igreja e o salão tornam-se espaços onde o lazer pode ser vivenciado, mas que para as gerações atuais não são suficientes. As opções de lazer diferem conforme o gênero e a geração, havendo mais opções para os homens do que para as mulheres. No caso deles o futebol é uma opção muito comum, da qual a moça ou mulher dificilmente participará exceto se for para assistir.

⁵³ Desejar alcançar maior produtividade com menor penosidade não rejeita a teoria de Chayanov. A diferença entre os dias atuais e a época na qual Chayanov escreveu sua teoria (anos 1920) está nas necessidades, que atualmente demandam um volume de renda significativamente superior ao que era demandado no passado.

Com base nas questões apontadas até aqui, neste capítulo, a partir da próxima seção são efetuadas análises individualizadas para cada grupo integrante da agricultura familiar. A primeira seção tem como foco de análise as crianças, continuando com os jovens, depois as mulheres, seguidas pelos homens e, no último momento, focando mulheres e homens em idade de aposentadoria. Em cada grupo é verificada a tendência em relação à permanência ou saída do meio rural no período compreendido entre 2000 e 2010, buscando amparar-se em estudos previamente realizados, de forma a confirmar ou contrapor o que esses afirmam.

4.1 Menores de 14 anos no meio rural e na agricultura familiar

Conforme já comentado no início deste capítulo, os dados utilizados são, prioritariamente, oriundos dos Censos Demográficos de 2000 e 2010. A disponibilização dessas informações é feita separando dados para o meio rural e urbano, não havendo distinção entre agricultores familiares e não familiares. O foco neste estudo é a agricultura familiar e para estimar quantas pessoas de cada grupo pertencem à categoria é utilizado o parâmetro estimativo apresentado na Tabela 6 e cuja metodologia está explicada no início deste capítulo.

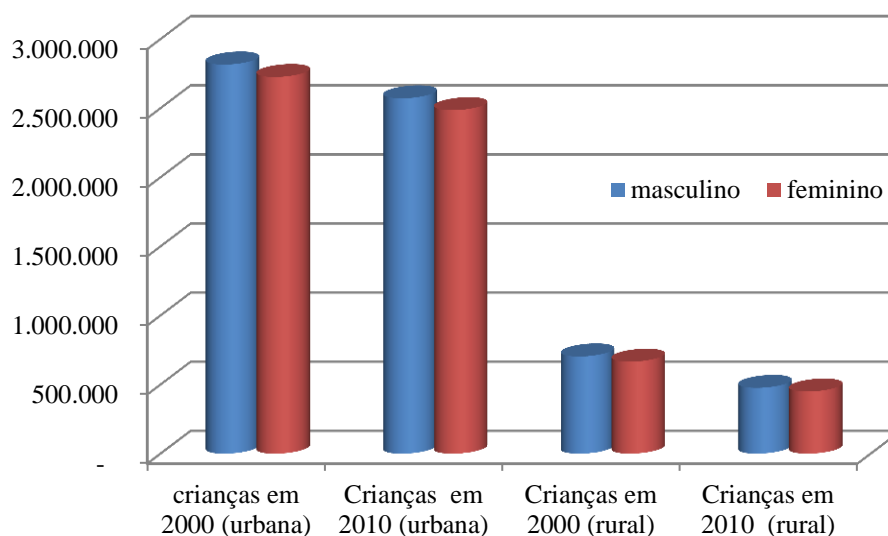
Em relação ao número de pessoas com idade até 14 anos na Região Sul, uma primeira observação que os dados dos Censos Demográficos permitem fazer é de que no meio rural da região o declínio foi de 32,39% entre 2000 e 2010⁵⁴, havendo semelhanças estatísticas entre as taxas dos três Estados da região. No mesmo período e na mesma região a população urbana desta faixa etária reduziu em 8,74%⁵⁵. Para fins comparativos quando observado o comportamento destas mesmas variáveis para o Brasil, constata-se que, no meio rural brasileiro, a redução das pessoas com idade até 14 anos foi de 23,44% enquanto no meio urbano esta evolução também foi negativa em 4,4%. Constata-se que nos Estados da Região Sul o declínio da população rural nesta faixa etária foi mais intenso do que no país.

Com o objetivo de verificar como evoluiu a população com idade até 14 anos no meio rural e urbano da Região Sul, no Gráfico 3 está apresentada a evolução absoluta dessa população entre 2000 e 2010, em cada espaço.

⁵⁴ As taxas de declínio no número de pessoas com idade até 14 anos em cada estado no meio rural entre 2000 e 2010, foram de 31,79% no Paraná; 33,30% no Rio Grande do Sul e 32,08% em Santa Catarina.

⁵⁵ No meio urbano dos três estados da Região Sul as taxas de redução da população com idade até 14 anos foram de 8,22% no Paraná; 12,18% no Rio Grande do Sul e 3,35% em Santa Catarina.

Gráfico 3 - Crianças com idade de até 14 anos nos meios urbano e rural, na Região Sul, em 2000 e 2010



Fonte: Elaborado pela autora a partir dos Censos Demográficos de 2000 e 2010 (IBGE, 2011).

O número das pessoas com idade até 14 anos na Região Sul por tipo de domicílio evoluiu negativamente nos dois espaços e para os dois gêneros. No entanto, enquanto no meio rural o número de meninos diminuiu 32,33% e o de meninas declinou 32,46%, no meio urbano estas reduções foram de 8,69% e 8,80%, respectivamente, podendo-se observar que as taxas percentuais em cada espaço são semelhantes. Ao observar a razão entre meninos e meninas verifica-se que nos dois anos do período essa é maior no meio urbano do que no rural, correspondendo a 1,06 meninos para cada menina no meio urbano e 1,03 meninos para cada menina no meio rural, cabendo ressaltar que não ocorreu alteração entre os dois períodos considerados, tendo a razão se mantido absolutamente igual nos dois espaços geográficos⁵⁶, não se confirmando masculinização na faixa etária abaixo dos 14 anos. Assim, nesse grupo pode-se apontar que entre 2000 e 2010 não se repetiu o processo de masculinização apontado pelo estudo de Camarano e Abramovay (1999) para a década de 1990.

Na Tabela 8 consta a representatividade do número de indivíduos com idade até 14 anos em relação à população total, comparando os resultados de 2000 com os de 2010, estando a informação disponível por tipo de domicílio em cada gênero e para cada Estado da Região Sul.

⁵⁶ Para o acompanhamento dos números absolutos as informações estão disponíveis no Apêndice C.

Tabela 8 - Crianças de 0 a 14 anos, por gênero, residentes nos meios rural e urbano dos Estados da Região Sul, em 2000 e 2010

Pessoas de 0 a 14 anos por gênero em cada Estado		Masculino			Feminino		
		PR	RS	SC	PR	RS	SC
Meio rural	% crianças em relação a população rural em 2000, em cada gênero	30,30	25,40	29,00	31,80	26,20	30,10
	% crianças em relação à população rural em 2010, em cada gênero	24,00	20,50	14,60	22,60	19,40	13,80
Meio urbano	% crianças em relação a população urbana em 2000, em cada gênero	29,36	27,46	28,73	27,11	24,86	26,94
	% crianças em relação à população urbana em 2010, em cada gênero	23,41	21,92	22,21	21,27	19,37	20,52

Fonte: Elaborado pela autora a partir dos Censos Demográficos de 2000 e 2010 (IBGE, 2011).

Com base nas informações da Tabela 8 constata-se que tanto no meio rural quanto no urbano dos Estados da Região Sul, o número de crianças reduziu em relação ao total da população. Comparando os percentuais em cada tipo de domicílio, por gênero e Estado, observa-se que o declínio percentual é maior no meio rural do que no urbano, com exceção do gênero masculino no Rio Grande do Sul (neste caso no meio rural o declínio de 4,90% e no meio urbano 5,53%). Cabe salientar que esta redução no número de crianças nos meios rural e urbano não é exclusividade da Região Sul, uma vez que no Brasil, o IBGE (2008) informava que no ano de 2000 o número de crianças de até 14 anos (somados os do meio rural e urbano) correspondia a 29,78% do total da população, passando em 2010 a 25,58% e com previsões de que em 2050 corresponda a 13,15%.

Quando observado o percentual de meninos e meninas no meio rural, comparados ao total da população nos anos de 2000 e 2010, verifica-se que no primeiro ano havia maior percentual de meninas nos três Estados, já em 2010 o percentual de meninos foi maior. Já no meio urbano o percentual de meninos em relação ao total da população é maior nos dois anos.

Ao analisar a redução no número de pessoas com até 14 anos no meio rural, além da existência de menor número de famílias e menor número de domicílios, é importante considerar as quedas nas taxas de fecundidade. Neste sentido, para o Brasil, dados do Ministério da Saúde (2001) apontam que em 1960 a taxa média de fecundidade era de 6,28 filhos por mulher, em 1999 elas passaram a ser de 2,33 filhos por mulher. Camarano e Kanso (2009) afirmam que em 2002/2005 a referida taxa já era 1,8 filhos por mulher. Tendo em vista que essas taxas somam meio urbano e rural, as autoras citadas ressaltam que no meio rural as taxas são superiores ao meio urbano. Nos Estados da Região Sul, informações do Datasus (2011), apontam que as taxas de fecundidade em 2007 correspondiam a 1,6 filhos por mulher

no Paraná e Santa Catarina e 1,5 filhos por mulher no Rio Grande do Sul⁵⁷. Assim, diante da queda na taxa de fecundidade parte da redução no número de crianças é explicada por esse fator.

Considerando que a Tabela 8 apresenta informações para a totalidade do meio rural, busca-se construir uma aproximação do número de crianças que há na agricultura familiar. Para esta aproximação foram utilizados os percentuais apresentados na Tabela 6, resultando nas informações disponíveis na Tabela 9.

Tabela 9 - Crianças de até 14 anos na agricultura familiar nos Estados da Região Sul em 2000 e 2010

Grupo selecionado	PR	RS	SC
Total de menores de 14 anos em 2000 no meio rural da Região Sul	550.776	482.485	336.099
Menores de 14 anos na Agricultura familiar (2000)	265.474	281.771	149.564
Total de menores de 14 anos em 2010 no meio rural da Região Sul	375.673	321.815	228.291
Menores de 14 anos na Agricultura familiar (2010)	181.074	187.940	101.589

Fonte: Elaborado pela autora a partir dos Censos Demográficos de 2000 e 2010 (IBGE, 2011).

Ao considerar a população total do meio rural na Região Sul em 2010 e compará-la com o número de pessoas ocupadas na agropecuária conforme o Censo Agropecuário de 2006 observa-se que 66,71% do total da população rural estavam ocupados em atividades agropecuárias (na agricultura familiar ou não familiar). Enquanto a população rural da Região Sul em 2006 era estimada em 4.378.094 (Estimativa populacional com base nos censos demográficos 2000 e 2010) as pessoas ocupadas em atividades agropecuárias somavam 2.920.445 (Censo Agropecuário 2006), sendo que destas 2.244.347 pertenciam à agricultura familiar e 676.098 à agricultura não familiar.

Comparando a totalidade de menores de 14 anos na agricultura familiar em 2000 e em 2010 para cada Estado, nota-se que no Paraná este número decresceu em 31,79%, no Rio Grande do Sul diminuiu em 33,30% e em Santa Catarina declinou em 32,08%⁵⁸. Quando efetuada a verificação do número médio de menores de 14 anos por estabelecimento, na agricultura familiar, tem-se que no Estado do Paraná este número diminuiu de 0,9 para 0,6

⁵⁷ Estas médias consideram meios urbano e rural somados.

⁵⁸ Constata-se que estas são semelhantes às taxas de declínio da população rural na faixa etária em questão o que é resultado da utilização da mesma taxa percentual, aplicada tanto para os dados do ano de 2000 quanto de 2010.

peças por estabelecimento. Já no Rio Grande do Sul a taxa foi reduzida de 0,7 para 0,5 e em Santa Catarina de 0,9 para 0,6⁵⁹.

Na linha da abordagem de Chayanov (1981) apresentada no capítulo 2, pode-se afirmar que na unidade familiar dos produtores em estudo, quanto maior o número de crianças em relação aos adultos, tanto mais esses deverão trabalhar para dar conta da satisfação das necessidades de consumo da família, buscando o equilíbrio trabalho x consumo. Assim, uma das consequências do declínio no número de crianças é a redução no volume de necessidades que a família precisa dar conta e que resultará em menor volume de trabalho por parte dos adultos da família. Entretanto o aspecto negativo é o fato de que nas próximas gerações haverá menos jovens e menos adultos no meio rural, colocando em risco a reprodução da agricultura familiar no longo prazo.

Na hierarquia das necessidades dos menores de 14 anos, a educação é um dos fatores mais importantes, apontado por muitas pesquisas como fator preponderante nas decisões sobre migração. No que tange à disponibilidade de escolas no meio rural dos Estados da Região Sul, informações do INEP/DataEscolaBrasil (2011) indicam a existência do seguinte número de escolas (federais, estaduais, municipais e privadas) em atividade e oferecendo ensino regular no meio rural.

Tabela 10 - Escolas rurais nos Estados da Região Sul em 2010

Escolas rurais por Estado	RS	SC	PR
Escolas no meio rural (nº absoluto)	2.779	1.598	1.668
Total de escolas no Estado	9.841	9.841	9.112
Escolas no meio rural (em %)	28,24	16,24	18,31
Número de municípios	496	293	399
Escolas rurais por município	5,6	5,5	4,2

Fonte: Elaborado pela autora a partir de INEP/DataEscolaBrasil (2011).

Em números absolutos observa-se que o Rio Grande do Sul apresenta o maior número de escolas rurais e Santa Catarina o menor, o que também se evidencia nos percentuais de escolas rurais em relação à totalidade. O estado gaúcho apresenta um percentual superior, de escolas rurais, ao dos outros dois estados. Quando estes dados são comparados ao número de municípios tem-se que a média de escolas rurais por município é maior no Rio Grande do Sul, e muito próxima à de Santa Catarina (constituído por menor número de municípios). Já o

⁵⁹ Considerando que o número de estabelecimentos agropecuários da agricultura familiar era de 302.907 no Paraná, 378.546 no Rio Grande do Sul e 168.544 em Santa Catarina, conforme o Censo Agropecuário de 2006.

Paraná, nesta análise, é o estado em que aparece a menor média de escolas rurais por municípios.

As escolas no meio rural por si só não se constituem em fatores de manutenção das crianças e de jovens nestes locais, no entanto, quando desde criança é necessário o deslocamento para estudar em sedes urbanas passa a vigorar o fator de atração do meio urbano⁶⁰. A interrupção dos estudos é outro aspecto que compromete as condições futuras, conforme argumentos de Schultz (1975) e Schumpeter (1988) apresentados na seção 2.3 em relação à gestão dos estabelecimentos da agricultura familiar.

Sobre as condições de educação atuais, Mello et al. (2003b) argumentam que “a educação prepara o jovem para migrar, pois valoriza apenas o crescimento urbano-industrial e associa o rural ao atraso, isto é, a uma sociabilidade que estaria em extinção”(p. 11). O autor comenta que já no ensino fundamental a nucleação das escolas rurais contribuiu para afastar os jovens do meio rural, uma vez que a maior parte das escolas passou a se localizar nas cidades. A oferta de conteúdos adequados à realidade rural e especificidades de cada região são sugestões para que a educação das crianças oriundas do meio rural não esteja totalmente descolada do mundo em que vivem e onde podem projetar suas vidas.

Em relação ao ensino médio, o que é estudado está mais distante da realidade rural, desde a localização da escola que está em sedes dos municípios exigindo deslocamentos ou alojamentos para, ou na cidade, até os conteúdos estudados, fatores que servem como estímulos para a migração do campo para a cidade. Mello et al. (2003b) e Puntel (2011) citam como bons exemplos as iniciativas da ‘pedagogia da alternância’ em que as Casas Familiares Rurais ou o Projeto Terra Solidária, auxiliam a despertar interesse para que os jovens com formação busquem realização profissional e pessoal no próprio meio rural e assim possam ser estimulados a permanecer nesse espaço.

Sobre a qualidade da educação no meio rural brasileiro, indicadores apontam que a educação rural brasileira está entre as piores dentre os países latinoamericanos (ABRAMOVAY, 1999a). Estudos indicam que há uma cultura predominante no meio rural de que para permanecer neste espaço não é necessário estudar. Tanto Abramovay (1999a), quanto Carneiro (1996) em seus estudos apontam para o fato de que os jovens residentes no meio rural têm baixa escolaridade. O estudo do primeiro autor no Oeste Catarinense aponta que 55% dos rapazes afirmavam ter estudado menos de quatro anos, enquanto 42% das moças

⁶⁰ Em relação ao número de escolas no meio rural, um manifesto do Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra (MST) denunciou que 24 mil escolas no campo brasileiro foram fechadas entre o ano de 2002 e 2009. Segundo este manifesto havia no meio rural brasileiro 107.432 escolas em 2002, o qual foi reduzido para 83.036 no ano de 2009 (AGROSOFT, 2011).

apresentavam esta característica. Os indicadores são preocupantes, pois menores escolaridades são diretamente proporcionais ao baixo nível de ocupação e baixos níveis salariais ou de renda. Reforçando a preocupação com as consequências de baixa escolaridade no meio rural, encontramos em Carneiro (1996) a observação de que há uma cultura no meio rural de que não é necessário estudo para aqueles que desejam permanecer na propriedade rural, aspectos que dificultam a existência de empreendedores inovadores, conforme argumentos de Schumpeter (1988).

Para Veiga (2000), o desenvolvimento rural torna necessária a criação de um ambiente educacional no qual seja oferecido o ensino regular básico nas escolas rurais com formação profissional adequada, conectada com as redes de ciência, tecnologia e extensão. Melhorar a educação rural corresponde a elevar o nível de renda do agricultor e/ou trabalhador rural. O autor aponta que “o ensino é um ponto de estrangulamento do desenvolvimento rural e que as famílias rurais precisam ser convencidas a não aceitarem um ensino ruim” (VEIGA, 2000, p. 30). Neste sentido, Mello et al. (2003b) apontam que para os agricultores familiares poderem ingressar ou permanecer nas atividades produtivas, a questão educacional e os conhecimentos adquiridos na escola são fundamentais, o que coincide com os argumentos de Schultz (1975) apresentados na seção 2.3.

A partir dos dados analisados nesta seção observou-se que o número de crianças no meio rural dos Estados da Região Sul declina mais do que o mesmo grupo no espaço urbano, somando a isso o fato de que as taxas de fecundidade caem menos no meio rural, então constata-se que entre as crianças houve migração do campo em direção às cidades entre 2000 e 2010.

O declínio nas taxas de natalidade contribui para justificar a redução no número de crianças no meio rural e no urbano, mas também é importante observar a redução no número de domicílios existentes no meio rural o que contribui para a conclusão de que houve migração de integrantes do grupo de crianças do meio rural para o urbano. Enquanto em 2000 havia 1.279.742 domicílios particulares permanentes no meio rural da Região Sul, no ano de 2010 este número diminuiu para 1.276.141 domicílios. Enquanto no meio urbano havia em 2000 um número de 5.925.315 domicílios particulares permanentes passando em 2010 a 7.615.138. Ou seja, ao observar o meio rural constata-se que ocorreu uma queda de 3.601 no número de domicílios rurais somados os três Estados, o que representa 0,28% de redução. Desta forma entende-se que a redução da taxa de natalidade e a migração das famílias ou daqueles que deixam de constituir suas famílias no meio rural, contribuem no declínio da população rural e na agricultura familiar daqueles com idade até 14 anos, além da influência

das escolas no meio urbano e do modelo de educação vigente, conforme comentado nessa seção.

Cabe ressaltar que os menores de 14 anos em geral não são autônomos pelas suas escolhas, dependendo das decisões de seus responsáveis. Mas para que seu futuro esteja relacionado à construção de projetos de vida ancorados nas atividades agropecuárias da agricultura familiar é importante que observem seus pais vivendo bem no espaço em que estão inseridos e que obtenham na escola subsídios para exercer atividades agropecuárias em condições de melhorar resultados. Se este grupo observar condições não agradáveis de vida e acompanhar dificuldades em sua família, certamente tais fatores influenciarão as decisões relativas à permanência ou não no meio rural.

Desta forma, além das condições de trabalho, também a renda será um fator determinante para indicar se este grupo passará a ser de jovens que permanecerão no meio rural ou farão a opção pela migração para as cidades. Neste contexto, na próxima seção passam a ser analisadas informações sobre os jovens na agricultura familiar.

4.2 Os jovens do meio rural e da agricultura familiar

Na faixa etária dos 15 aos 24 anos, no grupo que denominamos jovem, encontramos estudos como os de Abramovay (1998b), Stropasolas (2006), Spanevello (2008), Weisheimer (2009), Wedig e Menasche (2009); Mello et al. (2003a) nos quais foram realizadas investigações sobre os motivos pelos quais os jovens têm sido aqueles que mais migram do meio rural para o urbano. As pesquisas mencionadas foram realizadas em espaços rurais de Santa Catarina, Rio Grande do Sul e na Região Sul e reforçam os resultados da tese aqui apresentada.

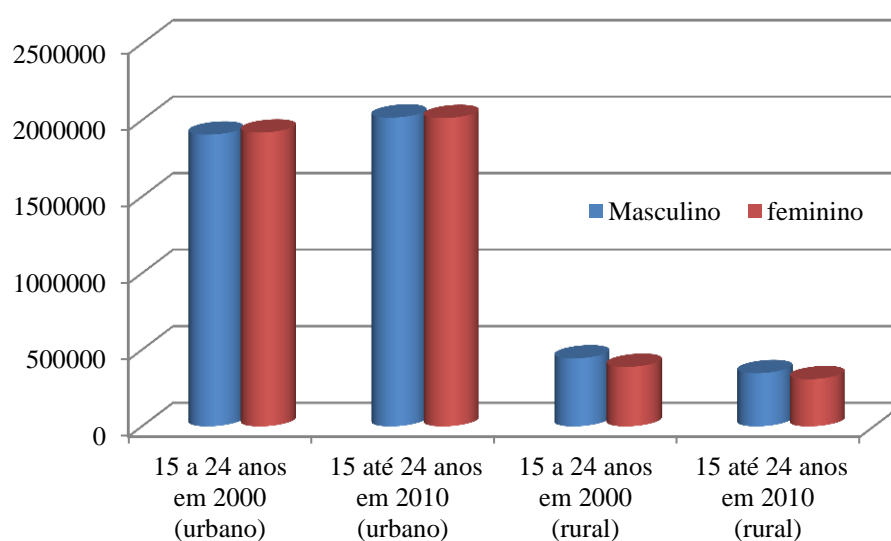
Na pesquisa desenvolvida na tese aqui descrita, observou-se que na Região Sul, entre 2000 e 2010, a população rural com idade entre 15 e 24 anos diminuiu em 21,23%⁶¹ enquanto no espaço urbano da Região houve crescimento de 5,40% para a mesma população e período. De forma comparativa quando verificadas as taxas de variação no Brasil constata-se que o declínio da população nesta faixa etária para o mesmo período no meio rural foi de 13,19% enquanto no meio urbano a elevação foi de 3,56%. De forma semelhante ao que foi observado

⁶¹Na análise individual da evolução da população rural entre 15 e 24 anos, nos estados da Região Sul, observa-se que nas três unidades da federação o comportamento também é de redução nesta população, sendo que no Paraná a taxa é de 22,43%; no Rio Grande do Sul de 22,69% e em Santa Catarina de 17,10%.

no caso das crianças com idade até 14 anos, a redução no número de jovens no meio rural na Região Sul, entre 2000 e 2010, é superior ao observado no país.

No Gráfico 4 são apresentadas informações sobre as mudanças no número absoluto de jovens, por gênero, entre 2000 e 2010 em cada Estado da Região Sul e por tipo de domicílio.

Gráfico 4 - Jovens dos 15 aos 24 anos nos meios urbano e rural, na Região Sul, em 2000 e 2010



Fonte: Elaborado pela autora a partir dos Censos Demográficos de 2000 e 2010 (IBGE, 2011).

Com base nos dados do Gráfico 4 constata-se que os rapazes do meio rural da Região Sul eram 443.978 em 2000 e passaram a 347.586 em 2010, representando redução percentual de 21,71%⁶². Já as moças que eram 388.523 em 2000 passaram a 308.154 em 2010, com diminuição em 20,69% no seu número. Neste mesmo período, no meio urbano da Região Sul, o número de rapazes cresceu em 5,86% enquanto o de moças cresceu 4,94%. Quando observadas as proporções entre rapazes e moças nos dois tipos de domicílios verifica-se que no meio urbano havia em 2000 0,99 rapazes para cada moça, tendo passado em 2010 a exatamente um rapaz para uma moça. Já no meio rural em 2000 havia 1,14 rapazes para cada moça e em 2010 passou a ser de 1,13 esta razão. Nesses dados constata-se que o meio rural da Região Sul é mais masculino, entretanto, não podemos afirmar que esteja ocorrendo a masculinização, pois neste período a razão entre homens e mulheres na faixa etária dos 15 aos 24 anos declinou, mesmo que levemente.

⁶² Os dados absolutos sobre o número de jovens em 2000 e 2010 podem ser visualizados no Apêndice D.

Na continuidade o foco está direcionado a observar de que forma evoluiu a presença de jovens em relação ao total da população por tipo de domicílio nos anos 2000 e 2010, separados por gênero em cada um dos Estados da Região Sul.

Tabela 11 - Jovens dos 15 aos 24 anos de idade, distribuídos por gênero, residentes nos meios rural urbano dos Estados da Região Sul, em 2000 e 2010 (em %)

Jovens de 15 aos 24 anos		Masculino			Feminino		
		PR	RS	SC	PR	RS	SC
Meio rural	% em relação à população rural (2000) por gênero	18,80	16,40	18,10	18,20	15,80	17,30
	% em relação à população rural (2010) por gênero	16,80	14,90	17,00	16,60	14,30	16,40
Meio urbano	% em relação à população urbana (2000) por gênero	19,46	18,93	19,54	18,86	17,69	19,00
	% em relação à população urbana (2010) por gênero	17,98	17,09	18,26	16,90	15,64	17,28

Fonte: Elaborada pela autora a partir dos Censos Demográficos de 2000 e 2010 (IBGE, 2011).

Com base nos dados da Tabela 11 são possíveis algumas observações iniciais: nos três Estados da Região Sul os jovens do sexo masculino predominam sobre as moças tanto em 2000, quanto em 2010. Outra evidência é de que entre os dois períodos, nos três Estados e nos dois gêneros, há redução tanto no número absoluto de jovens, quanto na participação percentual destes em relação ao total da população rural, sendo possível observar um percentual levemente superior no número de rapazes. No entanto, este comportamento não é exclusividade do meio rural, visto que no urbano também constata-se que há um declínio, na representação dos jovens perante a população total e, se contados os percentuais de declínio tem-se que esses são maiores no meio urbano do que no rural, com exceção do gênero masculino no Paraná.

Observando a Região Sul como um todo, é verificável que no ano de 2000 os jovens de 15 a 24 anos representavam 17,40% do total da população rural (832.501 jovens de 4.785.617 habitantes no meio rural), percentual reduzido para 15,89% no ano de 2010 (655.740 jovens para 4.125.995 pessoas residentes no meio rural). No meio rural no Brasil observa-se que em 2000 os jovens com idade entre 15 e 24 anos correspondiam a 10,63% da população total rural, tendo passado a representar 9,63% no ano de 2010⁶³.

Na verificação individual dos Estados constata-se que no Paraná havia em 2000 329.329 jovens no meio rural, número que declinou em 22,43% passando para 255.480

⁶³Dados absolutos do Brasil estão no Apêndice E.

pessoas nesta faixa etária. No Rio Grande do Sul este número variou de 301.344 para 232.972 pessoas, correspondendo a 22,69% de redução. E em Santa Catarina esses números passaram de 201.792 em 2000 para 167.288 em 2010 (-17,10%).

De maneira comparativa observando o que aconteceu no mesmo período no espaço urbano dos três Estados, constata-se um comportamento diverso daquele ocorrido no meio rural. Em Santa Catarina ocorreu o maior crescimento no número de jovens no meio urbano, correspondendo a 16,1% de elevação, passando de 812.630 para 943.556 jovens. No Paraná o número de jovens cresceu em 5,6% passando de 1.491.361 para 1.572.483 jovens, enquanto que no Rio Grande do Sul observou-se um declínio de 0,5% no número de jovens, passando de 1.521.295 em 2000 para 1.513.671 em 2010.

Camarano e Abramovay (1999) em seu estudo, considerando os anos 1990, apontavam para o fato de que os jovens e nesse grupo principalmente as moças seriam os que mais saem do meio rural. Já para o período abrangido pela pesquisa dessa tese confirma-se a tendência à migração dos jovens, entretanto não foram as moças que mais migraram nesse período. Assim, a tese de envelhecimento dos autores é coerente com a pesquisa aqui desenvolvida, entretanto não é possível falar em masculinização entre 2000 e 2010 no meio rural da Região Sul.

A partir dos dados da população rural e utilizando o mesmo critério metodológico empregado para as pessoas com até 14 anos, buscou-se verificar o número de jovens, nos estabelecimentos familiares em cada Estado da Região Sul.

Tabela 12 - Jovens de 15 a 24 anos da agricultura familiar nos Estados da Região Sul em 2000 e 2010

Jovens na agricultura familiar	PR	RS	SC
Jovens de 15 a 24 anos em 2000	329.365	301.344	201.792
Jovens de 15 a 24 anos na Agricultura Familiar (2000)	158.754	175.985	89.797
Jovens de 15 a 24 anos (2010)	255.480	232.972	167.288
Jovens de 15 a 24 anos na Agricultura Familiar (2010)	123.141	136.056	74.443

Fonte: Elaborado pela autora a partir dos Censos Demográficos de 2000 e 2010 (IBGE, 2011).

Considerando-se que o percentual de pessoas ocupadas na agricultura familiar não tivesse se alterado nos anos de 2000 e 2010, na Tabela 12 consta o número total de jovens entre 15 e 24 anos existente nos estabelecimentos da agricultura familiar. Na Região a queda foi de 21,41% no número de jovens existentes na agricultura familiar. Quando a observação é individualizada para cada Estado, verifica-se que a maior redução foi no Rio Grande do Sul, onde há 22,69% menos jovens na agricultura familiar no ano de 2010, comparado ao de 2000.

O Paraná é o segundo Estado em redução, com 22,43% e Santa Catarina foi aquele onde menos os jovens da agricultura familiar saíram, correspondendo a 17,10% a taxa de redução.

Outra estimativa é do número de jovens por estabelecimento na agricultura familiar. Utilizando o número de estabelecimentos da agricultura familiar informado pelo Censo Agropecuário de 2006 (IBGE, 2009), observa-se que em 2000 o número de jovens por estabelecimento não chegava a uma unidade e que esse resultado passou a ser menor em 2010. A título de comparação, no Paraná o número de jovens por estabelecimento passou de 0,52 para 0,41, enquanto no Rio Grande do Sul foi reduzido de 0,46 para 0,36 e em Santa Catarina de 0,53 para 0,44⁶⁴. Observa-se que em Santa Catarina o número de jovens por estabelecimento na agricultura familiar é maior, assim como já foi observado em relação às crianças.

Sobre a redução no número de jovens no meio rural é importante observar que tendo havido queda nas taxas de natalidade, diminuindo o número de crianças, conseqüentemente, será reduzido o número de jovens, o que tem sido uma tendência tanto no Brasil quanto na Região Sul, conforme informam os dados apresentados nesta seção. O que pode ser visto como diferença entre o meio rural e o urbano são as taxas de declínio, maiores no caso do meio rural.

Várias são as pesquisas que apontam os jovens como o grupo que mais evade do meio rural em direção à cidade. Stropasolas (2006) e Spanevello (2008) são autores desse grupo, alertando que antes de pensar nos jovens é preciso focar nas ações em relação às crianças que estão no meio rural e que serão os jovens mais tarde. Para os autores é necessário compreender na infância quais são os motivos pelos quais o jovem migra do campo, buscando trabalhar conceitos, valores, alternativas, possibilidades e oportunidades que definem escolhas posteriores.

Diversos estudos apontam para o fato de que as jovens moças teriam mais motivos para migrar do que os rapazes. Efetivamente, na Região Sul no período de 2000 a 2010 constatou-se que não foram as moças que mais migraram e sim os rapazes. Enquanto o número de rapazes nesta faixa etária foi reduzido em 21,71% (passando de 443.978 em 2000 para 347.584 em 2010), o de moças declinou em 20,69% (passando de 388.523 para 308.154).

⁶⁴ Cabe ressaltar a possibilidade de que nem todos os estabelecimentos agropecuários da agricultura familiar estejam habitados, mas em não havendo disponibilidade desta informação, foi necessária a utilização da totalidade desses dados, resultando na possibilidade de que estejam subestimados para estabelecimentos efetivamente habitados.

Estudos como os de Camarano e Abramovay (1999), Abramovay (1998b)⁶⁵ e Mello et al. (2003a) observam que as moças migram mais do que os rapazes, referindo-se a períodos anteriores ao da pesquisa objeto do presente estudo. Brumer, Pandolfo e Coradini (2008) e Massuqueti (2008) atestam que as moças são mais pessimistas em relação ao modo de ver a atividade agrícola do que os rapazes, o que poderia contribuir para que essas evadissem mais do que eles. O casamento passou a ser um valor questionável, pois quando as mulheres saem do meio rural passam a adotar os modelos culturais urbanos, eliminando chances de matrimônio para os agricultores. O retorno ao campo após o casamento não é mais desejado pelas moças o que exige dos rapazes que façam escolhas semelhantes caso seu desejo seja pelo matrimônio. Mello et al. (2003b) constatam que as moças se esforçam mais para estudar e com isto obter um ‘passaporte’ para a cidade.

Carneiro (1996) constata em sua pesquisa que, ao faltarem perspectivas para viver na agricultura, a consequência imediata é de que os jovens migrem do meio rural para o urbano, não estando claro, segundo ela, se são as especificidades da vida urbana ou as possibilidades que não existem no meio rural que definem a migração. A pouca ou nenhuma valorização da formação escolar somada às dificuldades que os pais enfrentam podem ser fatores de repulsão dos jovens do meio rural.

Outro aspecto ao qual importa dar atenção é o tocante ao consumo. Wedig e Menasche (2009) observam que os jovens rurais procuram padrões estéticos ‘globais’ para serem identificados com os jovens urbanos. Um exemplo mencionado é o baile, no qual as danças e o dançarino devem estar em conformidade com os padrões estéticos urbanos, pois as moças não desejam jovens com ‘jeito camponês’. Evitar este contato é cada vez mais difícil e inicia normalmente com a escola que predominantemente está localizada no meio urbano, conforme observado na seção anterior. Neste contexto, segundo os autores, é que os jovens mesmo residindo no meio rural preferem ter ocupações não agrícolas. A opção por atividades na cidade decorre da delimitação da jornada de trabalho, da renda e do acesso ao consumo possível nas ocupações não agrícolas. A posse de veículos, principalmente da motocicleta, é um demonstrativo de que a mobilidade passa a ser fundamental para o jovem. No estudo das autoras citadas constatou-se que jovens rurais têm preferência por combinar trabalho urbano com moradia rural.

⁶⁵ Abramovay et al. (1998, p. 16) afirmam que “as moças deixam o campo antes e numa proporção muito maior que os rapazes. Este ‘viés de gênero’ no êxodo rural não parece estar ligado a oportunidades particularmente favoráveis no mercado de trabalho urbano, mas à precariedade das perspectivas assim como ao papel subalterno que continuam a ter as moças no interior das famílias de agricultores”.

Tais resultados confirmam a hipótese de que as necessidades de consumo de quem vive no meio rural são similares às daqueles que vivem nas cidades, pois o acesso às informações sobre consumo é fácil. A pesquisa de Wedig e Menasche (2009) apontou o consumo como símbolo de significação social e comunicador de condições, pois à medida que os jovens rurais consomem produtos idênticos aos da cidade eles se assemelham e evitam preconceitos e discriminações.

Spanevello (2008) menciona a falta de opções de lazer e as pequenas áreas de terra dos pais como motivos importantes para que os jovens busquem trabalho na cidade. Schneider (2006) também comenta o fato de que as pequenas dimensões de área dos pais são mais um motivo para que os jovens busquem alternativas de trabalho na cidade. Weisheimer (2009) cita a falta de opções de lazer como motivo alegado pelos jovens como fator de repulsão ao meio rural e, em especial, das moças, uma vez que os homens têm maior acesso às atividades de lazer do que as mulheres, destacando-se as práticas de esportes coletivos (futebol), ir à igreja, frequentar bailes⁶⁶.

Em relação ao que Spanevello (2008) e Schneider (2006) constatam sobre as pequenas dimensões de área de terra dos pais e associando com as informações apresentadas na Figura 6 do capítulo 3 (Forma de obtenção das terras, na agricultura familiar da Região Sul, em 2006), podemos apontar para a necessidade de mais ações por parte do Estado. Na figura mencionada, fica evidente que o acesso à terra por parte dos agricultores familiares ocorre prioritariamente por compra de particular ou por herança. Nestes dois casos são necessários recursos financeiros para que existam partilhas (via herança) ou aquisição das terras, de forma que os jovens possam iniciar seus próprios projetos de vida, profissionais e pessoais, no meio rural. Neste sentido importa avaliar como os recursos do PRONAF e do Banco da Terra estão sendo direcionados para esses grupos, pois conforme Dufumier (2010), em matéria de desenvolvimento agrícola, não existe liberalismo integral em nenhum lugar, sendo exigidas intervenções públicas para que tanto o desenvolvimento agrícola quanto o rural possam acontecer, nesse caso buscando manter jovens na agricultura familiar.

O acesso restrito à renda também é mencionado como motivo que contribui para a migração dos jovens do campo para a cidade. Weisheimer (2009) apontou que os jovens da agricultura familiar tem restrito acesso à renda monetária própria, oriunda das atividades

⁶⁶“Há um viés de gênero na configuração das práticas de lazer entre os jovens estudados, de modo que pode-se dizer que se o lazer dos homens é restrito, o das jovens mulheres é ainda mais” (WEISHEIMER, 2009, p. 211).

agrícolas, o que é apontado como fator negativo para a permanência no meio rural⁶⁷. Já Wedig e Menasche (2009) constataram que os jovens trabalham na cidade para obter renda que permitam o consumo de bens disponíveis na cidade, observando também que os jovens oriundos do meio rural desejam autonomia, poder e igualdade no consumo com os jovens da cidade. Neste sentido, Brumer (2004) menciona que os jovens normalmente não têm renda própria precisando pedir dinheiro aos pais quando pretendem usufruir de atividades de lazer fora do lar ou comprar algum objeto de uso pessoal. A este respeito Mello et al. (2003) constataram que os jovens que menos migram são oriundos de famílias com maior nível de renda.

Carneiro (1997, p. 104) constatou que os jovens justificavam o desejo de não permanecer na atividade agrícola a partir de argumentos econômicos como o fato do trabalho ser “pouco rentável, sem futuro, instável, sem recompensa, onde se trabalha muito e se ganha pouco”. Também o esforço físico é apontado como negativo, sendo o trabalho agrícola definido como: duro, pesado, cansativo e até mesmo sujo. As moças alegavam não se sentir capacitadas para o trabalho agrícola ou de não gostarem do mesmo, preferindo o estudo. Os rapazes se identificam mais com a atividade do campo e quando optam em residir na cidade o fazem quando existe um irmão que assuma a exploração familiar, sucedendo ao pai.

Diversas pesquisas indicam que a opção por estudar ainda não está relacionada à permanência no meio rural, pois quando essa escolha é efetuada normalmente o jovem já decidiu pela migração para a cidade. Entretanto, diante das necessidades da atualidade é difícil defender a ideia de que o agricultor familiar não tenha uma formação mínima. Constata-se que há um paradoxo quando tratamos de jovens do meio rural e grau de escolaridade. De acordo com o que defende Schultz (1965), o conhecimento é fundamental para que os agricultores familiares possam alcançar melhores resultados. No entanto questões culturais fazem com que os jovens com estudo tendam a sair do meio rural, seja porque não encontram espaço para desenvolver suas aptidões ou porque não procuram identificar tal espaço (SPANVELLO, 2008; CARNEIRO⁶⁸, 1998; WEISHEIMER⁶⁹, 2009).

⁶⁷Weisheimer (2009, p. 146) observou em sua pesquisa que “os jovens vivem uma condição de dependência de ter de pedir dinheiro aos pais toda vez que necessitam de algo. [...] os jovens agricultores familiares são, financeiramente, dependentes de seus pais e não acessam com regularidade os recursos provenientes da produção familiar”.

⁶⁸A disponibilidade de escolas no meio urbano é um fator que estimula os jovens a buscarem estes espaços para darem continuidade aos estudos e quando não há possibilidades de fazerem o trajeto casa-escola, diariamente, uma das alternativas acaba sendo a residência no meio urbano. Ou a permanência durante a semana na cidade e o retorno nos finais de semana para casa, o que foi constatado em estudo realizado por Carneiro (1998, p. 99). Outra conclusão que a mesma autora obteve foi de que é muito comum os jovens rurais efetuarem a troca da herança pelo estudo e de que “[...] fica em casa aquele que tiver mais aptidão para a agricultura e menor vocação

Na pesquisa de Weisheimer (2009) considerando diferentes faixas etárias dentre os jovens, são os rapazes mais velhos que não pretendem estudar, enquanto os mais jovens e as moças (de todas as faixas etárias) desejam fazê-lo⁷⁰. Em relação às moças o autor constatou que no caso dos agricultores com mais dificuldades financeiras o estímulo para que as filhas estudem é uma estratégia adotada pelos pais, para os quais “estudar passa a ser uma obrigação moral tão importante ou por vezes até maior que a participação no trabalho familiar fazendo com que estas se restrinjam muitas vezes às tarefas domésticas” (WEISHEIMER, 2009, p. 204). Resultados dessa pesquisa apontam que dentre os jovens mais novos chega à metade o número daqueles que não pretendem se estabelecer na agricultura familiar, enquanto nas faixas de idade maior é mais comum haver interesse em permanecer no campo. Na pesquisa de Mello et al. (2003b) os autores constataam que, na agricultura familiar, em regra na América Latina fica no campo o filho com menos aptidão para os estudos.

Carneiro (1997) observou em sua pesquisa que comumente os jovens masculinos não gostam de estudar e por isso optam pela permanência no campo. Mas também apontou que já há muitos pais que entendem ser importante o filho-sucessor concluir o segundo grau (atual ensino médio) para conhecer cálculos em relação à comercialização do produto, crédito, juros e investimentos.

Nesta mesma direção, a autora aponta que os jovens quando optam por estudar, tendem a não retornar para a agricultura, se ocupando em atividades urbanas (CARNEIRO, 1997; ABRAMOVAY, 1998b). A saída do campo é mencionada como decorrente de fatores como falta de condições para desenvolvimento pessoal; falta de recursos tanto de comércio quanto de educação; falta de opções de lazer, distância em relação à cidade e ausência de opções de trabalho qualificado. Mas o principal fator que empurra os jovens para fora do meio rural, de acordo Carneiro (1997), é a fragilidade econômica que vive no campo⁷¹. Weisheimer (2011) demonstrou em sua pesquisa que há uma relação entre autonomia material dos jovens

para os estudos, sendo que a regra tradicional (de que o filho mais novo deve ficar) passa a não valer mais, em função dos projetos individuais e das aptidões pessoais”.

⁶⁹ “ficam na atividade agrícola os jovens que não estão inseridos no sistema de estudo, confirmando a opinião corrente entre os entrevistados que colocam estudos e trabalho agrícola como possibilidades dicotômicas” (WEISHEIMER, 2011, p. 9).

⁷⁰ “Para os homens jovens, o ensino médio é considerado elevado o suficiente para que eles cumpram sua função de sucessores no estabelecimento familiar. Já os projetos de escolarização das jovens mulheres revelam suas intenções de adquirir capacitações, via escolarização, que lhes permitam uma boa colocação no mercado de trabalho não agrícola” (WEISHEIMER, 2009, p. 270).

⁷¹ Weisheimer (2009, p. 148) ao estudar os jovens na agricultura familiar do Rio Grande do Sul constatou que “na medida em que aumenta a idade dos jovens, eles vão tendo mais acesso aos rendimentos da agricultura. [...] com o avançar da idade eles vão obtendo maior acesso aos recursos provenientes da agricultura de forma cada vez mais autônoma”.

agricultores e a tendência de que permaneçam na atividade produtiva familiar rural⁷², apontando ainda motivos que os jovens destacam como fatores de repulsão da atividade agrícola e do meio rural.

Para compreender os motivos que levam moças e rapazes a dar preferência pela vida no meio urbano é preciso considerar aspectos culturais e sociais que vigoram no espaço rural. Um primeiro aspecto é de que a herança culturalmente foi definida como um direito prioritário dos filhos homens, de forma que as mulheres passam a ter direito à propriedade através do casamento e não em seu nome, mas no do marido. No caso dos rapazes vigorou por muito tempo o minorato e a primogenitura o que também contribui com o êxodo daqueles que não recebem a terra (SPANVELLO; DREBS; LAGO, 2011; MELLO et al., 2003a). Entende-se que a reprodução da agricultura familiar no longo prazo depende da permanência dos jovens no meio rural, o que já fora apontado por pesquisas como a de Mello et al. (2003b) e dos outros autores mencionados nessa seção.

Algumas das pesquisas constataam que há jovens com vontade de permanecer residindo na localidade de origem, mesmo aqueles que cursaram alguma faculdade. Qualidades do meio rural tais como calma, tranquilidade, segurança, alimentos saudáveis, laços de parentesco e extensão da rede de sociabilidade (amigos e vizinhos) são algumas mencionadas pelos jovens como vantagens do meio rural na comparação com o urbano. Para os jovens que buscam formação, o retorno para a agricultura é uma possibilidade, desde que existam oportunidades de desenvolver suas potencialidades, garantindo a melhoria de vida e a combinação do melhor entre os mundos rural e urbano (CARNEIRO, 1997).

Carneiro (1997) aponta em seu estudo que quando os jovens oriundos do meio rural possuem qualificação profissional e nível educacional insuficiente para obterem salários mais elevados no meio urbano, se não existe uma rede de parentela de apoio e os jovens se veem obrigados a pagar caro por moradia, transporte e alimentação o resultado acaba sendo a descoberta de que no campo é possível ter um padrão de vida satisfatório. Conforme a autora, novas oportunidades de trabalho no campo são fundamentais para estreitar os laços desse com a cidade e principalmente se for possível aproveitar facilidades dos meios de comunicação. Neste sentido cabe mencionar a pesquisa de Aguiar (2011), segundo a qual as opções que a Serra Gaúcha oferece são interessantes, onde a oferta do turismo rural tem representado uma oportunidade para o retorno do jovem às propriedades da família. Ali foram criados espaços esportivos, é oferecido transporte escolar até a cidade e também foi desenvolvido o mercado

⁷²“Quanto maior for a autonomia material dos jovens agricultores, maior será a tendência destes elaborarem projetos profissionais que permitam a reprodução do trabalho familiar agrícola” (WEISHEIMER, 2009, p.6).

vinícola, o qual permite em associação com o turismo a obtenção de maior nível de renda. Isto resultou em maior número de jovens com segundo grau completo e que optam em ficar nas propriedades com os pais.

Para que os jovens permaneçam nas propriedades rurais, Spanevello, Drebes e Lago (2011, p. 2) apontam que é fundamental o “acesso à terra, educação e lazer, autonomia dentro da propriedade, crédito e políticas públicas de incentivo para instalação como agricultor e estímulo de instituições locais de fomento técnico e extensão rural” e que essas alternativas estejam associadas ao importante papel que as cooperativas desempenham para os agricultores familiares. Silva (2006) e Mello et al. (2003b) atestam a importância de ações que qualifiquem os jovens para que esses possam empreender no meio rural, conseguindo assim satisfazer necessidades de renda e consumo via atividades desenvolvidas no campo, onde a educação precisa dar conta dos desafios que esta formação impõe.

Não se deve perder de vista o direito que cabe ao jovem de que este possa escolher livremente sua opção de vida e quando as condições do meio rural não forem de seu agrado precisa ter a liberdade de escolher onde deseja viver (MONTIEL, 2003). De acordo com o que defende Sen (2000), o desenvolvimento pode ser medido pela liberdade que as pessoas usufruem. O risco é de que em não se tornando satisfatórias as condições de vida, a agricultura familiar no longo prazo tenda a desaparecer por não haverem mais sucessores que escolham ali permanecer.

Os apontamentos efetuados nesta seção indicam motivos pelos quais os jovens tendem a migrar do campo para a cidade. Conforme os números apresentados há jovens que permanecem no campo e que serão adultos atuando na gestão dos estabelecimentos. Na continuidade dessa pesquisa são apresentadas informações sobre mulheres e homens que vivem no meio rural e em estabelecimentos da agricultura familiar, e por fim numa análise pormenorizada o foco são aqueles em idade de aposentadoria, inseridos nos dois gêneros.

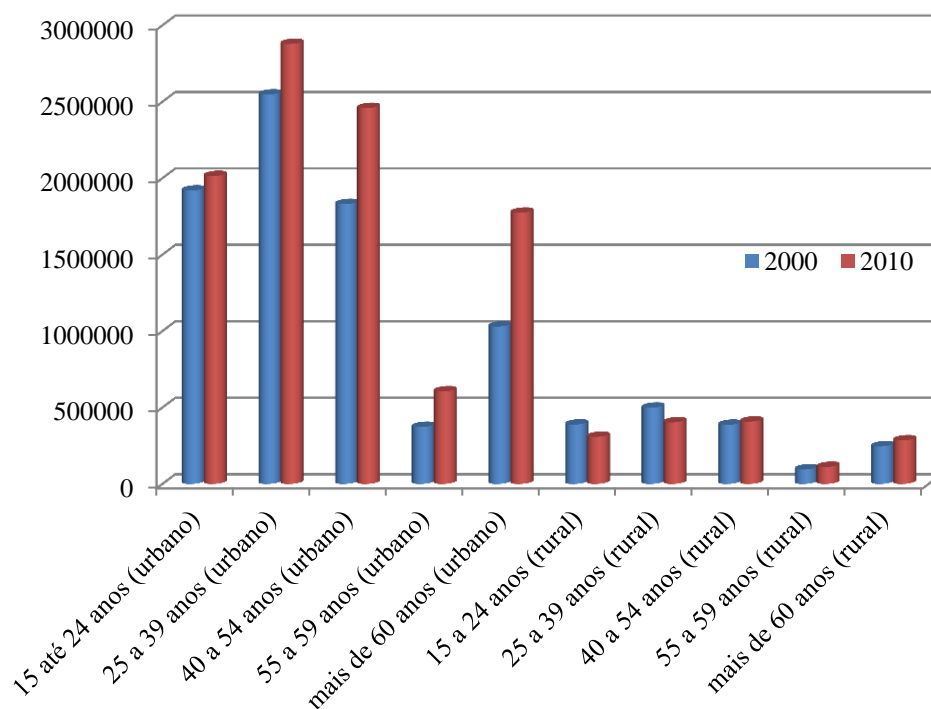
4.3 As mulheres da agricultura familiar

Esta seção parte do pressuposto apontado por Sen (2000) de que as mulheres têm importante papel enquanto agentes do desenvolvimento. Mesmo que diversas pesquisas indiquem uma tendência de que moças desejem estudar e não viver no campo, há também aquelas cuja escolha é favorável ao meio rural. Para essas que optam em permanecer no campo é imprescindível que usufruam das liberdades instrumentais sugeridas por Sen (2000), as quais contribuirão para um maior nível de desenvolvimento em seu entorno.

No grupo das mulheres com idade superior aos 15 anos, no meio rural da Região Sul entre 2000 e 2010 ocorreu uma redução de 6,18% no tamanho desta população⁷³. No mesmo espaço de tempo, observa-se que no Brasil o grupo de mulheres dessa faixa etária residente no meio rural aumentou em 5,17%. Enquanto isso, no espaço urbano da Região Sul, houve uma elevação de 26,38% no número de mulheres com idades acima de 15 anos e no país o aumento foi de 28,25%. No que diz respeito à população feminina no meio rural brasileiro, constata-se que o crescimento no número de mulheres está localizado nas faixas etárias acima de 25 anos⁷⁴.

Na Região Sul para observar como evoluiu o número de mulheres por faixas etárias no meio rural e no urbano, entre 2000 e 2010, optou-se em apresentar as informações no Gráfico 5.

Gráfico 5 - Mulheres com idade superior aos 15 anos, por faixa etária, nos meios urbano e rural na Região Sul em 2000 e 2010



Fonte: Elaborado pela autora a partir dos Censos Demográficos de 2000 e 2010 (IBGE, 2011).

⁷³Observando individualmente cada estado da Região tem-se que no Paraná o declínio da população feminina com mais de 15 anos no meio rural foi de 5,13%, enquanto no Rio Grande do Sul a queda foi de 8,57% e em Santa Catarina a redução foi de 3,62%.

⁷⁴A população feminina com mais de 15 anos, no meio rural brasileiro, variou nas seguintes dimensões entre 2000 e 2010: na faixa etária entre 15 e 24 anos passou de 2.940.498 para 2.576.964 pessoas. De 25 a 39 anos a variação foi de 2.974.314 para 2.995.012. Entre 40 e 54 anos o número de mulheres nesta faixa etária elevou-se de 2.012.889 para 2.284.363. Entre 55 e 59 anos a mudança foi de 503.611 para 586.932 e com mais de 60 anos o número elevou-se de 1.279.126 para 1.768.979.

A partir das informações disponíveis no Gráfico 5 constata-se que entre 2000 e 2010 no meio urbano cresce o número de mulheres em todas as faixas etárias. Já no meio rural na faixa entre 15 e 39 anos ocorre uma redução no número de mulheres, enquanto nas outras faixas o crescimento é menos intenso do que aquele que acontece nas cidades.

Observa-se que nas duas faixas etárias inclusas entre os 15 e 39 anos o número de mulheres residentes no meio rural da Região Sul declinou em 19,89%, passando de 887.497 para 710.950 pessoas. Em relação ao total do número de mulheres existentes neste espaço, em 2000 esta faixa etária respondia por 38,91% das residentes no meio rural, passando a 36,18% em 2010. Já o número de mulheres com mais de 40 anos residentes no campo da Região Sul aumentou em 10,55%, passando de 727.484 para 804.240 mulheres. Esse grupo de mulheres passou de 31,90% do total de mulheres no meio rural para 40,93%, o que contribui para confirmar que em relação ao gênero feminino, ocorre um envelhecimento no meio rural da Região Sul.

De forma complementar ao que está informado no Gráfico 5, procurou-se comparar as taxas de variação entre 2000 e 2010, em todas as faixas etárias de mulheres nos meios rural e urbano, informações que estão apresentadas na Tabela 13.

Tabela 13 - Taxas de variação do número de mulheres por tipo de domicílio em cada faixa etária, na Região Sul em 2000 e 2010 (em %)

Faixa etária	Meio urbano	Meio rural
De 15 até 24 anos	4,94	-20,69
De 25 até 39 anos	13,00	-19,28
De 40 até 54 anos	34,32	5,60
De 55 a 59 anos	62,49	16,94
Mais de 60 anos	72,25	15,86

Fonte: Elaborado pela autora a partir dos Censos Demográficos de 2000 e 2010 (IBGE, 2011).

Nota: Os dados absolutos, originários desta tabela, estão disponíveis no Apêndice F.

Corroborando as informações já visualizadas no Gráfico 5, enquanto no meio rural o número de mulheres mais jovens declinou, o das mais velhas aumentou. Já no meio urbano o crescimento é proporcional às faixas etárias, ou seja, entre as mais jovens o crescimento foi menor do que entre as mais velhas, com percentuais bastante destoantes entre campo e cidade. Os percentuais de redução da população feminina no meio rural estão em acordo com o que Carneiro (2001); Weisheimer (2009); Camarano e Abramovay (1999); Brumer, Pandolfo e Coradini (2008); Massuqueti (2008) apontam com relação aos aspectos que estimulam as moças e mulheres a migrar do campo.

A próxima informação analisada diz respeito à participação do número de mulheres por faixa etária no total da população feminina do campo, o que também é feito no caso do meio urbano. Estes percentuais são apresentados comparativamente para 2000 e 2010 nos três Estados da Região Sul.

Tabela 14 -Mulheres por faixa etária nos meios rural e urbano, por Estado da Região Sul, em 2000 e 2010 (em %)

Faixa etária por tipo de domicílio		Mulheres no meio rural por Estado					
		PR		RS		SC	
		2000	2010	2000	2010	2000	2010
Meio rural	De 15 até 24 anos	18,21	16,58	15,80	14,35	17,30	16,45
	De 25 até 39 anos	22,30	21,40	21,10	19,21	22,46	21,18
	De 40 até 54 anos	15,54	20,07	18,60	21,60	16,39	20,52
	De 55 a 59 anos	3,69	5,04	4,80	6,47	3,82	5,30
	Mais de 60 anos	8,46	11,86	13,50	17,76	9,96	13,34
	Percentual de mulheres em relação ao total dos residentes	47,40	47,40	47,78	47,60	47,90	47,80
Meio urbano	De 15 até 24 anos	18,86	16,90	17,69	15,64	19,00	17,28
	De 25 até 39 anos	24,89	23,95	23,56	22,53	25,34	24,72
	De 40 até 54 anos	16,73	19,78	18,57	20,40	17,05	20,23
	De 55 a 59 anos	3,44	4,72	3,89	5,33	3,19	4,70
	Mais de 60 anos	8,96	13,38	11,42	16,73	8,49	12,54
	Percentual de mulheres em relação ao total dos residentes	51,17	51,59	51,69	52,26	50,78	51,03

Fonte: Elaborado pela autora a partir dos Censos Demográficos de 2000 e 2010 (IBGE, 2011).

Os dados do Censo, disponíveis na Tabela 14, indicam que o meio rural dos três Estados da Região Sul é um espaço onde predominam os homens em relação às mulheres, pois nos três Estados e nos dois anos analisados o percentual de mulheres em relação à totalidade da população está em torno de 47%. Cabe ressaltar que no período em questão no que tange ao meio rural não é possível falar em masculinização uma vez que os percentuais praticamente se mantêm inalterados entre os dois anos. No mesmo período, no espaço urbano a situação se inverte, pois nesses locais são as mulheres que perfazem a maioria, inclusive com elevação na participação percentual nos Estados do Rio Grande do Sul e de Santa Catarina.

No que tange ao número de mulheres em relação ao de homens, considerados os meios rural e urbano somados, no Brasil em 2000 havia 96,93 homens para cada 100 mulheres, sendo que em 2010 passou para 95,35 a mesma relação. Considerando a totalidade de homens e de mulheres no meio urbano e rural, no Brasil em 2000 havia 2.647.140 mulheres excedentes em relação aos homens. Este número passou a ser de 4.611.160 em 2010,

conforme os dados dos Censos Demográficos de 2000 e 2010 (IBGE, 2012). A superioridade no número de mulheres em relação ao de homens decorre do fato de que no meio urbano elas são maioria.

Na comparação entre a variação do número de mulheres e da população total rural entre os Censos Demográficos de 2000 e 2010 verifica-se que no Estado do Paraná a população rural declinou mais do que a população feminina (13,81% para a população total e 13,67% para as mulheres). Já nos Estados de Santa Catarina e do Rio Grande do Sul foi a população feminina que mais declinou percentualmente se comparada à evolução da população total residente no meio rural. No primeiro Estado os percentuais foram de 12,22% e 12,11%, respectivamente, enquanto no Rio Grande do Sul foram de 15,01% e 14,77%. Cabe uma observação em especial para o Estado do Rio Grande do Sul: a faixa etária acima de 60 anos apresenta um número de mulheres bastante superior aos números observados nos Estados do Paraná e Santa Catarina.

Em relação à migração do campo para a cidade, Camarano e Abramovay (1999) apontam que, ao analisar a história do êxodo rural, observa-se que num primeiro momento eram os homens que migravam mais, pois as mulheres não conseguiriam emprego fora do campo. Mas com o passar do tempo as mulheres passam a ser atraídas pelas atividades terciárias do setor urbano e também se acentua a migração de jovens mulheres em busca de oportunidades fora do campo (MELLO et al., 2003a⁷⁵), bem como as mulheres ampliam sua qualificação profissional.

Buscando estimar a variação do número de mulheres existentes na agricultura familiar nos anos de 2000 e 2010, utilizou-se o método explicado e ilustrado na Tabela 6 a partir do qual foi calculado o número de mulheres nesta categoria e cujas informações estão apresentadas na Tabela 15.

Tabela 15 - Mulheres com mais de 15 anos na agricultura familiar dos Estados da Região Sul nos anos de 2000 e 2010

Grupo de análise	PR	RS	SC
Mulheres com mais de 15 anos em 2000 (total no meio rural)	574.211	659.412	381.358
Mulheres com mais de 15 anos na agricultura familiar (2000)	276.770	385.097	169.704
Mulheres com mais de 15 anos em 2010 (total no meio rural)	544.751	602.883	367.556
Mulheres com mais de 15 anos na agricultura familiar (2010)	262.570	352.084	163.562

Fonte: Elaborado pela autora a partir dos Censos Demográficos de 2000 e 2010 (IBGE, 2011).

⁷⁵ Os autores mencionam que “Na pesquisa de campo não foi encontrado nenhum caso em que a moça tenha sido escolhida sucessora ou então dirigisse, de fato, a propriedade paterna” (MELLO et al., 2003, p. 23).

A partir dos dados da Tabela 15 verifica-se que no ano de 2000 a estimativa apontava para a existência de 831.571 mulheres na agricultura familiar em toda a Região Sul. Este número declinou para 778.216 no ano de 2010, correspondendo a uma redução de 6,42%. Quando analisados individualmente os Estados, constata-se que a maior queda percentual no número de mulheres na agricultura familiar ocorreu no Rio Grande do Sul, onde este número diminuiu em 8,57%, seguido pelo Paraná com 5,13% de redução e Santa Catarina com 3,62% de diminuição. Quando observado o número de mulheres maiores de 15 anos, por estabelecimento na agricultura familiar (utilizando a totalidade de estabelecimentos informados pelo Censo Agropecuário de 2006), observa-se que no Paraná este índice caiu de 0,91 para 0,87 mulheres por estabelecimento familiar. No Rio Grande do Sul a redução foi de 1,02 para 0,93 e em Santa Catarina de 1,01 para 0,97. Esses números apontam para o fato de que no ano de 2010 havia menos de uma mulher, com idade superior aos 15 anos, para cada estabelecimento da agricultura familiar.

A participação das mulheres nas decisões dos estabelecimentos agropecuários historicamente não foi representativa, devido à cultura patriarcal que predominou (CARNEIRO, 2001; BRUMER, 2004; WEISHEIMER, 2009; SPANEVELLO, DREBS e LAGO, 2011). Mas as mudanças culturais chegaram também no campo e já existem mulheres que não somente auxiliam nas decisões como são responsáveis por tomá-las. Para ilustrar a participação das mulheres na gestão dos estabelecimentos do meio rural, estão apresentadas informações do Censo Agropecuário de 2006, a partir das quais é verificado o número de mulheres que atua na direção de estabelecimentos agropecuários. As informações da Tabela 16 estão separadas por categoria de agricultura familiar e não familiar.

Tabela 16 - Mulheres e homens, que atuam na direção de estabelecimentos agropecuários nos Estados da Região Sul, no ano de 2006

Gênero/local	Paraná		Rio Grande do Sul		Santa Catarina	
	Agricultura Familiar	Agricultura não familiar	Agricultura Familiar	Agricultura não familiar	Agricultura Familiar	Agricultura não familiar
Masculino	272.496	63.694	342.090	58.541	155.613	23.595
Feminino	30.411	4.450	36.456	4.380	12.931	1.524
Total	302.907	68.144	378.546	62.921	168.544	25.119
% feminino/total	10,04	6,53	9,63	6,96	7,67	6,07

Fonte: Elaborada pela autora a partir do Censo Agropecuário de 2006 (IBGE, 2011).

É baixo o percentual de estabelecimentos em que uma mulher atua na direção, o que reflete aspectos culturais da herança, das decisões centralizadas em favor dos homens nos

estabelecimentos agropecuários dos Estados da Região Sul e também na agricultura familiar. Mas, apesar de ser baixo, pode-se observar que no Paraná 10,04% dos estabelecimentos familiares são dirigidos por mulheres. Este percentual no Rio Grande do Sul é de 9,63% e em Santa Catarina 7,67%, permitindo constatar que há mais mulheres na direção de estabelecimentos familiares do que dos não familiares, o que demonstra a maior capacidade dessa categoria em incluir componentes da família, no caso, as mulheres.

Conforme foi possível observar na Tabela 16, é baixo o percentual de mulheres que dirige estabelecimentos agropecuários, aparecendo a maior parte como coadjuvantes nas atividades agropecuárias. Mesmo que a mulher tenha um papel extremamente importante no meio rural e na agricultura familiar, trabalhando tanto (ou mais) do que o homem, frequentemente, aparece como *ajuda*, como força marginal (TEPICHT, 1973; WOORTMANN, 2001; BRUMER, 2004).

Para entender melhor a hierarquização de poderes que predomina na agricultura, é importante compreender aspectos como a cultura da herança e da sucessão. Abramovay (1998b) menciona que no passado as jovens do meio rural obedeciam às regras em relação ao seu destino e que o papel de mãe e esposa de agricultor constituía-se no futuro da maior parte das moças. Em relação à atualidade, a pesquisa desse autor indicou que a permanência no campo para a maioria das moças pode ser uma fatalidade e não uma opção, o que não é desejável num contexto de desenvolvimento como liberdade (SEN, 2000).

Spanevello, Drebs e Lago (2011) citam o *minorato* entre os colonos italianos e a primogenitura entre os alemães como exemplo da distribuição das terras em herança. Nos dois formatos não era comum entregar terras à mulher, pois, para manter a integridade do patrimônio familiar, essas terras deveriam ser repassadas aos filhos homens. Caso as terras fossem destinadas para uma mulher esta passaria a integrar o patrimônio da família do marido quando do casamento.

O casamento no meio rural era considerado como uma união entre duas famílias que entravam num acordo, em que os pais tomavam as decisões sobre a escolha dos filhos. Atualmente essa cultura está se modificando. Stropasolas (2004) em sua pesquisa constata que hoje em dia as moças não desejam mais que as escolhas sejam feitas por terceiros, o que resulta em que elas estejam repensando o casamento e seus valores. A posição subalterna ocupada pelas mulheres seja na condição de filhas ou de esposas, sem participação nas decisões familiares e não tendo direito à propriedade dos pais, não é mais aceita como um padrão cultural inquestionável, contribuindo como um fator de repulsão das moças do meio rural. Brumer (2004) afirma que a emigração rural é maior entre as jovens mulheres o que

provoca a emigração dos jovens homens pelo fato de que eles buscam moças para casar e as do meio urbano dificilmente irão casar para residir no meio rural.

Uma das capacidades libertadoras de que Sen (2000) fala quando aborda o desenvolvimento como liberdade é o acesso à educação, destacando o papel da mulher na redução da mortalidade infantil e na busca de futuro adequado aos filhos. Procurando apresentar dados sobre a escolarização das mulheres rurais e que dirigem estabelecimentos, a Tabela 17 destaca, por faixas etárias, o nível de instrução que as mulheres possuem, ressaltando, porém, que esta informação não está desdobrada para os agricultores familiares⁷⁶.

Tabela 17 - Mulheres que dirigem estabelecimentos agropecuários, por faixa etária e nível de instrução, nos Estados da Região Sul no ano de 2006

	Ensino Fundamental Incompleto			Ensino Fundamental Completo			Ensino médio completo e formação superior		
	PR	RS	SC	PR	RS	SC	PR	RS	SC
Total	25.383	32.666	10.851	3.836	3.413	1.759	5.642	4.757	1.845
Menor de 25 anos	315	357	93	236	245	80	314	301	139
De 25 a menos de 35 anos	1.769	1.581	586	642	438	222	1.011	688	343
De 35 a menos de 45 anos	4.313	4.127	1.619	1.012	797	494	1.653	1.155	540
De 45 a menos de 55 anos	6.165	7.114	2.891	986	873	514	1.547	1.267	462
De 55 a menos de 65 anos	6.423	8.551	2.889	608	565	295	778	826	248
De 65 anos e mais	6.398	10.936	2.773	352	495	154	339	520	113

Fonte: Elaborada pela autora a partir do Censo Agropecuário de 2006 (IBGE, 2011).

Os dados da Tabela 17 permitem visualizar que em referência ao grau de escolaridade nos três Estados da Região Sul, 76,43% das mulheres do campo não tem sequer ensino fundamental completo, confirmando as informações sobre a predominante baixa valorização do nível de instrução no meio rural (CARNEIRO, 1996; ABRAMOVAY, 1999a). Observando estas informações individualizadas para cada Estado, constata-se que no Paraná 72,81% das mulheres do campo tem escolaridade máxima de ensino fundamental incompleto. No Rio Grande do Sul este percentual é de 79,99% e em Santa Catarina de 75,07%, sendo que nestes grupos estão incluídas principalmente as mulheres com idades superiores aos 35 anos.

Ao tratar sobre o gênero feminino no campo, Weisheimer (2009) afirma que há ali um favorecimento aos homens, enquanto que às mulheres são impostas múltiplas jornadas de trabalho e mesmo assim não há reconhecimento de que seu trabalho seja produtivo. Segundo o mesmo autor, há construções ideológicas em relação à mulher e ao papel que ela deve desempenhar no interior da família, cabendo-lhe prioritariamente os trabalhos domésticos

⁷⁶ Quando os dados do Censo Agropecuário fornecem os desdobramentos sobre escolaridade, não informam se é agricultura familiar ou não.

nesta divisão sexual do trabalho. O autor ressalta que “ao atribuir às mulheres uma responsabilidade, quase exclusiva sobre as tarefas domésticas, se está impondo a elas uma posição subalterna na hierarquia familiar” (WEISHEIMER, 2009, p. 186).

Em relação à distribuição da renda dentro da unidade familiar, Brumer (2004) menciona que os recursos financeiros quando provenientes das atividades agropecuárias, apresentam tendência a serem centralizados pelo homem, não sendo repassados à mulher ou aos jovens, o que tem estimulado estes dois grupos a venderem sua força de trabalho a terceiros ou beneficiar produtos no estabelecimento. Weisheimer (2009) observa em sua pesquisa que as mulheres têm menor acesso às rendas das atividades agrícolas, pois enquanto solteiras a renda é centralizada pelo pai e quando casadas pelo marido. Sobre o tema, Abramovay (1998b) sugere que atividades rurais não agrícolas podem contribuir para que as moças, sem interesse pela vida rural, possam ser liberadas da necessidade de serem agricultoras. A esse respeito, Sen (2000) ressalta que as possibilidades de acesso a um emprego remunerado e a participação na distribuição da renda na propriedade, são importantes para que as mulheres possam exercer seu papel de agentes no desenvolvimento, principalmente no que tange à distribuição desses recursos na família.

No que tange às opções de lazer, as mulheres são desfavorecidas no meio rural, pois enquanto os rapazes e homens têm no futebol a atividade privilegiada de lazer, as moças e mulheres não têm a mesma alternativa. Se no passado elas assistiam aos jogos, atualmente não se satisfazem com essa opção (STROPASOLAS, 2004). Os grupos de associações de mulheres com alternativas de lazer tornaram-se uma possibilidade para elas, mesmo que os homens continuem a ser privilegiados nas opções de lazer.

Também na sexualidade eles são mais livres, sendo a traição citada por Stropasolas (2004) como um exemplo desta liberdade em favor dos homens. No que tange ao tamanho da família, a mulher é quem tem determinado as taxas de fecundidade, resultando numa queda destes índices (MINISTÉRIO DA SAÚDE, 2001; CAMARANO E KANSO, 2009; DATASUS, 2011). Stropasolas (2004) aponta ainda que atualmente as moças oriundas do meio rural buscam melhorar sua autoestima e, muitas vezes, esta busca passa pela saída do meio rural.

Sobre a emigração das moças do campo, Spanevello (2008, p. 94) comenta que “o caráter seletivo do êxodo leva cada vez mais moças a deixarem o campo, com escassas possibilidades de retorno das mesmas”. As moças procuram evitar para si as dificuldades do trabalho agrícola e doméstico, o que também torna difícil a constituição de matrimônio ou união estável no meio rural, uma vez que estas moças tendem a rejeitar casamentos com

agricultores. Abramovay et al.(1998) reforçam estes argumentos, mencionando que o êxodo das mulheres jovens acontece principalmente motivado pela repulsa ao modo de vida que elas poderiam viver, se permanecessem no campo, uma vez que no interior das unidades familiares de produção agrícola as mulheres, mesmo participando do trabalho na propriedade em condições semelhantes as dos homens, não compartilham de responsabilidades ou tomadas de decisão. Assim, se no passado as moças/mulheres ficavam no campo por pressão da família ou pelos padrões de entorno, atualmente são os próprios pais que estimulam as moças a buscar alternativas de trabalho e também se observa o estímulo dos pais para que as filhas moças estudem (MELLO et al., 2003b; SPANEVELLO, 2008).

As mulheres têm mudado em suas exigências e isso tem repercutido em suas demandas sobre a vida que levam e as relações que estabelecem. Diante das possibilidades que os meios de comunicação oferecem, o acesso às informações permite que suas exigências sejam distintas. O ganho de poder que as mulheres têm alcançado na sociedade é, nas palavras de Sen (2000, p. 234), “um dos aspectos centrais no processo de desenvolvimento em muitos países do mundo atual”. Mas para que este poder seja acessível é preciso que as mulheres tenham acesso à educação, à propriedade e oportunidades no mercado de trabalho (rural ou urbano). Para o autor, o desenvolvimento como liberdade pode ser alcançado se as mulheres puderem participar e exercer liderança política, econômica e social tanto no espaço urbano quanto no rural.

Assim, aqueles que convivem com as mulheres e o meio em que vivem passa a ser influenciado, exigindo novas formas de convivência. Na continuidade, são observados aspectos sobre os homens que vivem no meio rural e especialmente na agricultura familiar.

4.4 Os homens da agricultura familiar

Os homens são considerados integrantes do grupo privilegiado do meio rural pelos diversos aspectos já comentados e que os favorecem. Nos dados observados até aqui, nesse capítulo, constata-se que no meio rural há maior número de homens do que mulheres; no entanto, entre 2000 e 2010 não ocorreu o processo de masculinização (elevação da proporção de homens em relação às mulheres). Entretanto, os diversos estudos que tratam sobre o risco desse processo no campo, alertam para a importância de se discutir aspectos relacionados ao grupo e sua relação com os demais atores que compõem o meio rural e, neste estudo, prioritariamente da agricultura familiar.

Sacco dos Anjos e Caldas (2005) associam a masculinização à modernização dos processos produtivos, mencionando que à medida que ocorre a introdução de insumos modernos no campo, paralelamente acontece a expulsão feminina e se reafirma o patriarcado. Nos dados da Tabela 14 constata-se que entre 2000 e 2010 não houve masculinização no meio rural da Região Sul, se mantendo a predominância do número de homens em relação às mulheres. Já na Tabela 16 o que se vê é o fato de que é pequeno o número de mulheres que atua na direção de estabelecimentos agropecuários nos Estados da Região Sul.

Nesse contexto a presente seção busca analisar informações sobre a evolução no número de homens com mais de 15 anos de idade nos Estados da Região Sul⁷⁷. Quando observada a totalidade destes para o meio rural, constata-se que entre 2000 e 2010 houve uma redução em 6,45% no número de homens com mais de 15 anos⁷⁸. Já no espaço urbano da mesma região, e considerando o mesmo período observa-se que ocorreu um crescimento de 24,69% na população masculina deste grupo etário⁷⁹.

Comparativamente, buscou-se conhecer o comportamento destas mesmas taxas para o Brasil, tendo sido verificado que no meio rural houve um crescimento no número de homens com idade superior aos 15 anos em 4,92%, já no meio urbano este crescimento foi de 26,68%. Com relação ao crescimento da população masculina no meio rural brasileiro, ao observar individualmente as faixas etárias, constata-se que o crescimento está localizado nas faixas etárias acima de 25 anos de forma semelhante ao que acontece com a população feminina⁸⁰.

Nos três Estados da Região Sul, quando o objetivo é verificar a evolução individualizada da população masculina em cada faixa etária, nos meios rural e urbano, o Gráfico 6 permite que se observe o que ocorreu entre 2000 e 2010, constatando que no meio urbano da Região Sul, entre 2000 e 2010 todas as faixas etárias apresentaram crescimento no número de pessoas. Enquanto isso no meio rural as faixas etárias dos 15 aos 39 anos apresentaram declínio no número de homens residentes no meio rural e aqueles com mais de 40 anos apresentam leve crescimento.

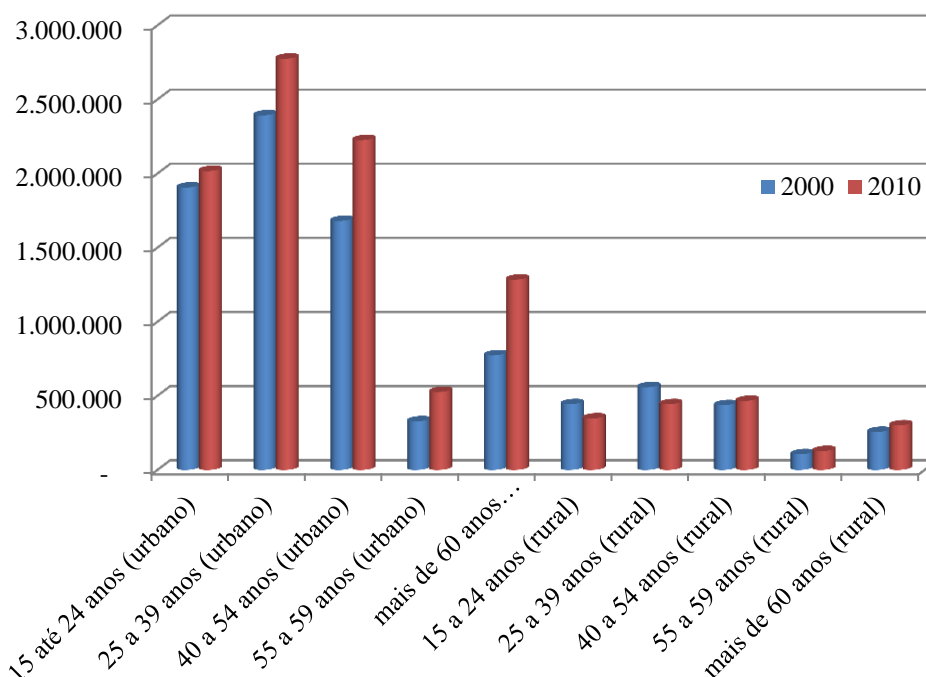
⁷⁷ Os dados absolutos podem ser visualizados no Apêndice G.

⁷⁸ Na análise individualizada por estado verifica-se que no Paraná o número de homens com mais de 15 anos no meio rural declinou em 6,28%, enquanto no Rio Grande do Sul esta redução foi de 8,10% e em Santa Catarina foi de 3,87%.

⁷⁹ Cabe ressaltar que no meio urbano dos estados da Região Sul a variação populacional de homens com mais de 15 anos apresenta taxas de crescimento, mas que diferem entre os estados. Enquanto em Santa Catarina o crescimento é de 36,77%, no Paraná este número aumenta em 24,77% e no Rio Grande do Sul a elevação é de 18,49%.

⁸⁰ Em relação ao número de homens no meio rural por faixa etária, têm-se que no grupo entre 15 e 24 anos a população declina de 3.385.161 para 2.914.030 pessoas. Já entre os 25 e 39 anos a população masculina se eleva de 3.350.188 para 3.382.212. Entre 40 e 54 anos o tamanho evolui de 2.261.648 para 2.621.596. Na faixa dos 55 aos 59 anos havia 553.109 homens em 2000 passando para 663.813 em 2010. E com mais de 60 anos o número passa de 1.431.074 para 1.939.588 indivíduos.

Gráfico 6 - Homens maiores de 15 anos, por faixa etária, nos meios urbano e rural da Região Sul em 2000 e 2010



Fonte: Elaborado pela autora a partir dos Censos Demográficos de 2000 e 2010 (IBGE, 2011).

Em relação ao número de homens com idade entre 15 e 39 anos, na Região Sul, observa-se que em 2000 estes correspondiam a 1.002.276 indivíduos, representando 40,01% do total de homens do meio rural. Já em 2010 nesta faixa etária observa-se a existência de 791.156 homens, agora correspondendo a 36,61% do total de homens do meio rural. Estes dados indicam 21,06% de homens a menos nas faixas etárias dos 15 aos 39 anos residindo no meio rural dos três Estados da Região Sul. Conforme já observado no caso das mulheres, quando o foco está nas faixas etárias acima de 40 anos constata-se um crescimento no número de homens no meio rural em todos os Estados e todas as faixas etárias. Na faixa etária acima de 40 anos do meio rural, o número de homens aumentou de 799.000 (31,90%) para 893.870 (41,36%) correspondendo a um crescimento de 10,61%. Essas informações estão alinhadas com as teorias do envelhecimento no campo da Região Sul (CAMARANO; ABRAMOVAY, 1999).

Com a intenção de comparar como evoluiu a população masculina entre 2000 e 2010 nas diferentes faixas etárias entre o meio rural e o meio urbano, na Tabela 18 constam as taxas de variação para serem analisadas.

Tabela 18 - Taxas de variação do número de homens, por tipo de domicílio e faixa etária, na Região Sul em 2000 e 2010

Faixa etária	Meio urbano	Meio rural
De 15 até 24 anos	5,86	-21,71
De 25 até 39 anos	15,98	-20,51
De 40 até 54 anos	32,46	6,71
De 55 a 59 anos	60,33	20,30
Mais de 60 anos	66,11	17,19

Fonte: Elaborada pela autora a partir dos Censos Demográficos de 2000 e 2010 (IBGE, 2011).

Complementando o Gráfico 6, na Tabela 18 constam as taxas de variação do número de homens da Região Sul, distribuídos por faixas etárias. De forma idêntica ao que já fora observado no caso das mulheres (Tabela 13), no meio urbano há uma relação diretamente proporcional entre aumento na faixa etária e elevação percentual na população masculina. Já no meio rural os homens com idade entre 15 e 39 anos apresentam percentuais de declínio no período, enquanto nas faixas etárias acima de 40 anos ocorre o crescimento percentual da população masculina, sendo que nas faixas etárias mais velhas o crescimento percentual é maior.

Quando observada a evolução na totalidade do número de homens em cada Estado, comparada à evolução da população total tem-se que no Paraná a totalidade de população masculina residente no meio rural declinou em 13,94% enquanto a população total do meio rural declinou 13,81%. No Rio Grande do Sul o número de homens foi reduzido em 14,55% entre os anos de 2000 e 2010, enquanto a população total teve redução de 14,77%. Em Santa Catarina, por sua vez, a população masculina do meio rural declinou em 12,01% enquanto a população total teve queda de 12,11% no período. As taxas permitem identificar uma proporção semelhante nas variações do número de homens e da população total, demonstrando a influência que o gênero teve na variação populacional rural do período. Outra observação é de que, seguindo o mesmo comportamento observado nas mulheres, no Rio Grande do Sul o número de homens com idade superior aos 60 anos, vivendo no meio rural é superior ao dos demais Estados.

A próxima informação diz respeito à participação do número de homens por faixa etária no total da população masculina do campo, o que também é feito no caso do meio urbano. Estes percentuais são apresentados comparativamente para 2000 e 2010 nos três Estados da Região Sul. Observando os percentuais apresentados na Tabela 19 é possível conhecer qual o percentual que cada faixa etária representa na totalidade de homens nos meios rural e urbano e qual o percentual de homens que há em cada Estado em relação à população total. No que tange a este último percentual, a Tabela 19 complementa o que já

havia sido mencionado quando se tratou das mulheres: de que no campo há um predomínio de homens enquanto na cidade esta predominância é das mulheres. Porém, entre 2000 e 2010 não é possível apontar para uma masculinização no campo, enquanto no meio urbano principalmente dos Estados do Rio Grande do Sul e Santa Catarina a proporção de homens declinou em relação à de mulheres.

Tabela 19 - Homens, por faixa etária, nos meios rural e urbano em cada Estado da Região Sul, em 2000 e 2010 (em %)

Faixa etária (% sobre total de homens nos meios rural e urbano)		PR		RS		SC	
		2000	2010	2000	2010	2000	2010
Meio rural	De 15 até 24 anos	18,82	16,77	16,44	14,87	18,11	16,97
	De 25 até 39 anos	22,02	21,03	22,03	19,48	23,14	21,41
	De 40 até 54 anos	15,92	20,39	19,28	22,78	16,81	21,46
	De 55 a 59 anos	3,88	5,28	4,82	6,78	3,79	5,42
	Mais de 60 anos	9,11	12,48	11,98	16,28	9,12	12,29
	Percentual de homens em relação ao total dos residentes	52,63	52,60	52,22	52,40	52,10	52,20
Meio urbano	De 15 até 24 anos	19,46	17,98	18,93	17,09	19,54	18,26
	De 25 até 39 anos	24,24	24,28	23,62	23,69	25,16	25,57
	De 40 até 54 anos	15,95	18,91	18,05	19,99	16,80	19,76
	De 55 a 59 anos	3,21	4,33	3,56	4,99	3,02	4,44
	Mais de 60 anos	7,78	11,10	8,39	12,32	6,75	9,76
	Percentual de homens em relação ao total dos residentes	48,83	48,41	48,31	47,74	49,22	48,97

Fonte: Elaborada pela autora a partir dos Censos Demográficos de 2000 e 2010 (IBGE, 2011).

Na análise individualizada por faixas etárias e em cada Estado observa-se que de forma idêntica ao que aconteceu com as mulheres, nas faixas etárias dos 15 aos 39 anos, ocorreu uma redução no número absoluto de homens e também na proporção desses em relação ao total de homens no meio rural. Já nas faixas etárias acima de 40 anos, o que se observa é uma elevação no número de homens residentes no meio rural, comportamento observado nas três Unidades da Federação, confirmando a tendência ao envelhecimento no meio rural, já observada quando comentadas as informações sobre as mulheres.

Além de observar a participação do número de homens em relação ao de mulheres na população total, também se procura saber se a relação numérica entre homens e mulheres está aumentando ou não. Para esta observação a Tabela 20 traz o índice para cada Estado nos anos de 2000 e 2010, apontando uma superioridade no número de homens em relação ao de

mulheres em todas as faixas etárias, com uma única exceção: no Rio Grande do Sul na faixa etária acima dos 60 anos, na qual em 2000 havia mais mulheres.

Tabela 20 - Proporção entre o número de homens e de mulheres no meio rural dos Estados da Região Sul em 2000 e 2010

Número de homens para cada mulher por faixa etária	Paraná		Rio Grande do Sul		Santa Catarina	
	2000	2010	2000	2010	2000	2010
De 15 até 24 anos	1,15	1,12	1,14	1,14	1,14	1,12
De 25 até 39 anos	1,10	1,09	1,14	1,11	1,12	1,10
De 40 até 54 anos	1,14	1,13	1,13	1,16	1,12	1,14
De 55 a 59 anos	1,17	1,16	1,09	1,15	1,08	1,12
Mais de 60 anos	1,20	1,16	0,97	1,01	1,00	1,00
Total	1,11	1,11	1,09	1,10	1,09	1,09

Fonte: Elaboração própria a partir dos Censos Demográficos de 2000 e 2010 (IBGE, 2011).

Analisando a evolução do número de homens em relação às mulheres em cada Estado e por faixa etária, ao focar nos homens entre 15 e 39 anos observa-se que nesses grupos declina a proporção entre homens e mulheres em todos os estados, com exceção do Rio Grande do Sul na faixa etária dos 15 aos 24 anos em que a proporção se manteve. Já nas faixas etárias acima de 40 anos constata-se que em Santa Catarina e Rio Grande do Sul aumenta o número de homens em relação às mulheres, com exceção da faixa etária acima de 60 anos em Santa Catarina na qual a proporção se mantém. No Paraná nas faixas etárias acima de 40 anos observa-se um declínio na proporção de homens em relação às mulheres. A partir destas informações somadas àquelas da Tabela 19, constata-se que não é possível corroborar a hipótese de masculinização no meio rural da Região Sul entre 2000 e 2010.

As análises efetuadas até aqui sobre os homens dizem respeito ao comportamento da totalidade do número de homens residentes no meio rural. Utilizando-se dos percentuais apresentados na Tabela 6, são efetuados os cálculos do número de homens na agricultura familiar da Região Sul, resultados ilustrados na Tabela 21.

Tabela 21 - Homens com mais de 15 anos na agricultura familiar dos Estados da Região Sul em 2000 e 2010

Grupo de análise	Paraná	Rio Grande do Sul	Santa Catarina
Homens com mais de 15 anos (2000) no meio rural	652.387	727.917	420.972
Homens com mais de 15 anos na agricultura familiar (2000)	314.451	425.104	187.333
Homens com mais de 15 anos (2010) no meio rural	611.410	668.940	404.676
Homens com mais de 15 anos na agricultura familiar (2010)	294.700	390.661	180.081

Fonte: Elaboração própria a partir dos Censos Demográficos de 2000 e 2010 e Censo Agropecuário de 2006 (IBGE, 2011).

Quando se verifica o número de homens que atuam na agricultura familiar constata-se que entre 2000 e 2010 houve uma redução em 6,63% no número de indivíduos na Região Sul. Já na análise individual para cada Estado observa-se que no Paraná ocorre uma redução em 6,28% no número de homens na agricultura familiar, enquanto que no Rio Grande do Sul esta queda é de 8,10% e em Santa Catarina a redução é de 3,87%.

A partir dos dados dos Censos Demográficos apresentados na Tabela 21 e considerando o número de estabelecimentos da agricultura familiar informados pelo Censo Agropecuário de 2006 (IBGE, 2009), observa-se que entre 2000 e 2010 no Estado do Paraná a média de homens com idade superior aos 15 anos, por estabelecimento familiar, foi reduzida de 1,04 para 0,97. No Rio Grande do Sul eram 1,12 indivíduos por estabelecimento familiar em 2000 e estes passaram a ser 1,03 em 2010. Já em Santa Catarina, no mesmo período, a redução foi de 1,11 homens maiores de 15 anos por estabelecimento familiar para 1,07. Estes números somados aos já apresentados para crianças (Tabela 9), jovens (Tabela 12) e mulheres (Tabela 15) confirmam que as famílias nessa categoria em 2010 são menores do que em 2000.

Sobre o número de homens que atuam na direção de estabelecimentos, na Tabela 22 constam informações sobre a quantidade que está ligada à agricultura familiar e agricultura não familiar.

Tabela 22 - Homens que atuavam na direção de estabelecimentos agropecuários nos Estados da Região Sul, em 2006

Gênero/local	Paraná		Rio Grande do Sul		Santa Catarina	
	Agricultura Familiar	Agricultura Não familiar	Agricultura Familiar	Agricultura Não familiar	Agricultura Familiar	Agricultura Não familiar
Masculino	272.496	63.694	342.090	58.541	155.613	23.595
<u>Total</u> ⁸¹	302.907	68.144	378.546	62.921	168.544	25.119
% masculino/total	89,96	93,47	90,37	93,04	92,33	93,93
% sobre total agricultura	81,05	18,95	85,39	14,61	86,83	13,17

Fonte: Elaborada pela autora a partir do Censo Agropecuário de 2006 (IBGE, 2011).

Os dados da Tabela 22 estão alinhados com diversas informações já apresentadas até aqui neste estudo, iniciando pelo predomínio dos homens na direção de estabelecimentos agropecuários, sejam estes familiares ou não familiares. Na verificação do percentual de homens atuando na direção de estabelecimentos agropecuários da agricultura familiar em comparação com os estabelecimentos não familiares, constata-se a maior participação da agricultura familiar no conjunto dos estabelecimentos agropecuários. Em relação a essas

⁸¹ Incluídos homens e mulheres.

informações cabe retomar o que foi apresentado na Figura 7, no capítulo 3 dessa pesquisa, segundo a qual a maior parte dos estabelecimentos está sob a direção do produtor há um tempo superior a dez anos.

Corroborando o que já fora apresentado quando comentado o número de mulheres atuando na direção dos estabelecimentos agropecuários (Tabela 16), visualiza-se uma predominância de homens nesta função, confirmando todos os apontamentos das pesquisas referenciadas neste estudo. Os dados dos Censos confirmam a predominância de homens seja em pessoas ocupadas ou na direção dos estabelecimentos agropecuários da Região Sul. À medida que este grupo é considerado o privilegiado para as tarefas do meio rural, conseqüentemente, tende a predominar um maior número destes, apesar de que entre os jovens esta tendência não tenha se observado, não ocorrendo uma masculinização entre 2000 e 2010.

Uma das abordagens efetuadas em momento anterior neste texto foi relativa à escolarização, que no meio rural e na agricultura familiar não recebe a valorização necessária. Na Tabela 23 constam informações sobre o nível de instrução de homens que dirigem estabelecimentos familiares nos Estados da Região Sul do Brasil.

Tabela 23 - Faixa etária e nível de instrução dos homens que dirigem estabelecimentos agropecuários nos Estados da Região Sul em 2006

	Ensino Fundamental Incompleto			Ensino Fundamental Completo			Ensino médio completo e formação superior		
	PR	RS	SC	PR	RS	SC	PR	RS	SC
Total	233.685	318.427	134.656	47.717	39.253	24.658	54.788	42.951	19.894
Menor de 25 anos	2.767	3.287	1.269	2.055	2.228	924	2.757	2.176	1.227
Maior de 25 até 35 anos	20.950	26.805	12.506	8.267	6.376	4.111	11.336	7.301	4.048
Maior de 35 até de 45 anos	51.496	65.094	31.604	14.905	11.279	8.474	16.464	11.335	6.167
Maior de 45 até de 55 anos	60.691	85.462	37.714	12.382	10.654	6.704	14.887	12.157	5.212
Maior de 55 até de 65 anos	55.470	78.907	31.758	6.693	5.469	3.070	6.722	6.637	2.335
Maior de 65	42.311	58.872	19.805	3.415	3.247	1.375	2.622	3.345	905

Fonte: Elaborada pela autora a partir do Censo Agropecuário de 2006 (IBGE, 2011).

Nota: Os dados da tabela 23 apresentam a totalidade de homens que atuam na direção de estabelecimentos, somando agricultores familiares e não familiares.

Em consonância ao observado no caso das mulheres (Tabela 17), os homens que dirigem estabelecimentos agropecuários na Região Sul possuem baixo nível de escolaridade. A partir da Tabela 23 observa-se que 74,97% dos homens que atuam na direção de estabelecimentos agropecuários, da Região Sul, não concluíram o ensino fundamental. No Paraná, o percentual daqueles cujo grau de instrução é de ensino fundamental incompleto corresponde a 69,51% do total dos homens que dirigem estabelecimentos. No Rio Grande do Sul, este percentual é de 79,48%, e em Santa Catarina corresponde a 75,14%. Essas informações confirmam o que várias teorias já citadas apontam: de que predomina no meio rural e na agricultura familiar a pouca valorização pela educação e pelo conhecimento, conforme mencionado por Carneiro (1996), Abramovay (1999a) e Mello et al. (2003b).

Os percentuais acima apontados confirmam a predominância de baixos níveis instrucionais entre os homens que dirigem estabelecimentos agropecuários, piorando quando considerada a totalidade desses homens cuja escolaridade máxima é ensino fundamental completo. Nessas condições, no Paraná 83,70% dos homens, que atuam na direção de estabelecimentos (familiares ou não familiares), estudaram no máximo até a conclusão do ensino fundamental completo. No Rio Grande do Sul são 89,28% dos homens nestas condições e em Santa Catarina 88,90%. Esses dados confirmam que no meio rural da Região Sul predomina a baixa escolaridade e esta decorre da pouca importância que os estudos têm no desenvolvimento das atividades agrícolas, e/ou da falta de condições e oportunidades (SPANVELLO, 2008, p. 104).

Neste sentido, analisando os dados apresentados até aqui em relação às mulheres e aos homens, pode-se efetuar diversas observações sobre as pessoas que vivem no meio rural dos Estados da Região Sul, tais como: em todas as faixas etárias constata-se que há mais homens do que mulheres no meio rural⁸²; em alguns casos as diferenças são mais expressivas conforme indica a Tabela 20 com a proporção de homens em relação às mulheres. A supremacia no número de homens se confirma nos três Estados da Região Sul, mas não se acentua entre 2000 e 2010, não sendo possível, então, falar em masculinização. Quanto ao envelhecimento observa-se que no gênero masculino as faixas etárias que mais aumentaram em valores absolutos e relativos diante do total da população foram aquelas com mais de 40 anos, ressalvando que esse envelhecimento não é exclusividade da Região Sul, sendo observado também no Brasil.

⁸² Com exceção da faixa etária acima dos 60 anos no ano de 2000 para o estado do Rio Grande do Sul.

Por outro lado, uma preocupação da maior parte dos estudos é a predominância da ideia de que homens e mulheres, que optarem por ficar no meio rural, não necessitam de formação escolar, o que fica ressaltado nas Tabelas 17 e 23. Diversos estudos anteriormente realizados indicam que, ao optarem em permanecer no meio rural, os homens acreditam que não precisam de estudo, sendo essa uma ideia que ainda influencia nas opções produtivas que esses agricultores familiares fazem. Aqui cabe retomar o que Schultz (1973); Schumpeter (1988) e Sen (2000) falam sobre a importância da educação, seja para modernizar a agricultura, permitir inovação ou propiciar maior liberdade de escolha. Em nosso posicionamento é fundamental que se modifiquem as ideias sobre a não necessidade de estudo para permanecer na agricultura familiar, principalmente em se desejando a manutenção desta categoria no campo em melhores condições de acesso e satisfação das necessidades.

Dentre os grupos mencionados até aqui (crianças, jovens, mulheres e homens), os dados indicam que os homens são maioria. Mas além dos homens também foi observado que as faixas etárias mais altas apresentam crescimento no número de pessoas residindo no meio rural. Neste grupo dos mais velhos, parte compõe-se de aposentados rurais, os quais, além de trabalhar no meio rural, recebem as transferências de renda por parte do Governo Federal via Instituto Nacional de Seguridade Social e que são foco de análise na próxima seção.

4.5 Homens e mulheres em idade de aposentadoria no meio rural

Conforme informações anteriormente apresentadas sobre crianças, jovens, mulheres e homens, constata-se que os dois primeiros grupos declinaram em números absolutos e relativos entre os períodos considerados, enquanto mulheres e homens em faixas etárias mais altas tiveram crescimento no seu tamanho absoluto e relativo, confirmando a tendência ao envelhecimento no meio rural e na agricultura familiar. Neste sentido, os resultados dessa pesquisa estão alinhados com estudos que apontam o crescimento do número de homens e mulheres que permanecem no meio rural, usufruindo de ‘renda complementar’ obtida com a aposentadoria.

Em diversas pesquisas observa-se que com o envelhecimento da população brasileira os recursos que os aposentados do meio rural recebem têm representado um auxílio relevante na agricultura familiar. Estudos como o de Beltrão, Camarano e Mello (2005) já demonstravam aumento no número de famílias com idosos, uma vez que tal existência contribui para o aumento médio da renda familiar. Este panorama tornou-se realidade a partir da Constituição Federal de 1988, na qual foi estabelecido que os trabalhadores residentes no

meio rural passassem a ter direito ao benefício previdenciário da ‘aposentadoria por idade’ aos 55 anos se mulheres e 60 anos se homens, enquanto para o trabalhador do meio urbano as idades são respectivamente 60 e 65 anos (CF de 1988, 2011, art. 201).

Estudos como o de Beltrão, Camarano e Mello (2005) constataram que entre 1982 e 1992 houve aumento na quantidade de idosos nas famílias rurais. Inicialmente constata-se isso como consequência natural do envelhecimento, mas só este fator poderia resultar em casais sozinhos no meio rural. No entanto, as pesquisadoras observaram que os recursos da previdência social permitem o ingresso de receitas que acabam sendo divididas entre a família. Segundo essa mesma fonte, no ano de 2002 havia pelo menos um beneficiário idoso em 28,8% das famílias rurais brasileiras, sendo o recurso deste idoso realocado entre os membros da família. A aposentadoria rural contribui para modificar o papel do idoso na família, passando de dependente para provedor, chefiando número significativo de famílias, além de o recurso contribuir na melhoria do estado de saúde da população idosa. Como consequência, Beltrão, Camarano e Mello (2005) apontam para a redução da pobreza rural à medida que os benefícios do INSS passaram a ser pagos.

O envelhecimento da população é uma tendência já apontada em diversos estudos, tais como o do IBGE (2008) no qual consta que a esperança de vida ao nascer no Brasil em 2000 era de 70,4 anos, aumentando para 73,4 anos em 2010. Neste ínterim, as mulheres apresentam expectativa de vida superior a dos homens sendo que em 2000 esperava-se que elas vivessem em média 74,3 anos enquanto os homens 66,7 anos. Já em 2010 as mulheres passaram a ter uma expectativa de vida de 77,3 anos e os homens de 69,7 anos. Nos Estados da Região Sul, no mesmo período a esperança de vida da população é maior do que a brasileira, sendo possível visualizar na Tabela 24 estes dados.

Tabela 24 - Esperança de vida de homens e mulheres nos Estados da Região Sul entre 2000 e 2010

Estado	Esperança de vida em anos (2000)			Esperança de vida em anos (2010)		
	Média	Homens	Mulheres	Média	Homens	Mulheres
Paraná	71,95	68,95	75,10	74,94	71,82	78,22
Rio Grande do Sul	73,14	69,45	77,02	75,73	72,14	79,49
Santa Catarina	73,46	70,27	76,80	75,98	72,80	79,31

Fonte: Elaborada pela autora a partir de UNFPA/IBGE, (2006).

Diversos são os fatores que justificam o crescimento na expectativa de vida da população brasileira, com destaque aos avanços na área de saúde, cujos serviços hoje podem ser mais facilmente acessados, seja pela oferta pública ou privada, acessada pela maior disponibilidade de renda da população. Neste sentido é que a sociedade precisa se preparar

para conviver e usufruir da convivência com maior número de pessoas em idades mais avançadas, o que também passa pela observação do papel da Previdência Social na vida de muitos brasileiros, com destaque especial para aqueles que vivem no meio rural.

Assim, diante da tendência ao envelhecimento no meio rural, constata-se que os recursos da Previdência Social estão contribuindo com a elevação da renda disponível dentro dos estabelecimentos. A renda originária das aposentadorias pode auxiliar para que no território rural possam surgir demandas por serviços e produtos da agricultura e, conseqüentemente, contribuir para consolidar estabelecimentos como os familiares (SILVA; OLIVEIRA, 2008).

Na totalidade da Região Sul constata-se que o percentual daqueles que estão em idade de aposentadoria em relação à população total no meio rural evolui de 12,48% para 16,88%⁸³, representando uma elevação percentual de 35,36% nesse grupo entre 2000 e 2010. No Brasil esta evolução é de 10,09% para 14,19%⁸⁴, correspondendo a um acréscimo percentual de 40,63% na população em questão, sendo que no Rio Grande do Sul verifica-se que um quinto da população do meio rural está em idade de aposentadoria. Essas informações podem ser visualizadas na Tabela 25.

Tabela 25 - População rural nas faixas etárias com possibilidade de aposentadoria, para os Estados da Região Sul, em 2000 e 2010

Ano	Faixa etária	Homens			Mulheres		
		PR	RS	SC	PR	RS	SC
2000	De 55 a 59 anos	36.264	47.106	22.479	31.045	43.162	20.848
	Mais de 60 anos	85.211	117.000	54.106	71.241	120.390	54.323
	Possíveis aposentados por idade ⁸⁵	85.211	117.000	54.106	102.286	163.552	75.171
	População rural total	1.777.374	1.869.814	1.138.429	1.777.374	1.869.814	1.138.429
	% aposentados/ pop rural total	4,79	6,26	4,75	5,75	8,75	6,60
2010	De 55 a 59 anos	42.525	56.542	28.270	36.648	49.156	25.349
	Mais de 60 anos	100.443	135.812	64.116	86.222	134.890	63.846
	Possíveis aposentados por idade ⁸⁶	100.443	135.812	64.116	122.870	184.046	89.195
	População rural total	1.531.834	1.593.638	1.000.523	1.531.834	1.593.638	1.000.523
	% aposentados/ pop rural total	6,56	8,52	6,41	8,02	11,55	8,91

Fonte: Elaborada pela autora a partir dos Censos Demográficos de 2000 e 2010 (IBGE, 2011).

⁸³Na Região Sul a população deste grupo passa de 597.326 para 696.482 pessoas.

⁸⁴No Brasil esta população se eleva de 3.213.811 pessoas para 4.295.499.

⁸⁵Nestes valores estão contabilizadas as mulheres com mais de 55 anos e os homens com mais de 60 anos.

⁸⁶Idem à nota anterior.

Com base nos dados da Tabela 25 e focando na totalidade da população rural em idade de aposentadoria constata-se que no Paraná este número aumentou de 187.497 para 223.313 pessoas correspondendo a uma variação positiva de 19,10% no período. No Rio Grande do Sul a elevação do número de pessoas em idade de aposentadoria no meio rural foi de 280.552 para 319.858, representando uma variação percentual de 14,01%. Em Santa Catarina esses números passaram de 129.277 para 153.311, correspondendo a um acréscimo de 18,59%. Outra constatação que se faz, a partir dos Censos Demográficos, é na representação percentual que as pessoas em idade de aposentadoria rural têm no total da população rural de cada Estado. No Paraná este grupo passou de 10,55% do total da população rural em 2000 para 14,58% em 2010. No Rio Grande do Sul esta variação foi de 15,00% para 20,07% e em Santa Catarina de 11,36% para 15,32%.

Na Região Sul verifica-se que no ano 2000 as pessoas residentes no meio rural em idade de aposentadoria correspondiam a 12,48% do total da população, percentual que se elevou para 16,88% no ano de 2010. Enquanto isso, no Brasil (somados o meio rural e urbano) a população com faixa etária superior aos 55 anos no ano de 2000 correspondia a 11,29% do total da população e passou em 2010 a ser de 14,10% (IBGE, 2008). Na mesma fonte consta que, se tomados somente aqueles com idade superior aos 60 anos, no ano de 2000 esses representavam 8,12% da população total e passaram a ser 9,98% no ano de 2010. Ao observar o número de homens e mulheres em idade de aposentadoria no meio rural brasileiro é verificável que, entre 2000 e 2010, esses números se elevaram de 3.213.811 para 4.295.499 indivíduos⁸⁷. Em percentuais constata-se que, em 2000, a população rural em idade de aposentadoria representava 10,09% da população total do meio rural, tendo este percentual se elevado para 14,19% no ano de 2010.

Veiga (2001b) aponta que já em 1998 havia no Brasil cerca de quatro milhões de domicílios rurais beneficiados por aposentadorias, pensões, rendas mensais vitalícias e amparos previdenciários. Segundo o autor, entre um quinto e um quarto da renda média das famílias rurais é oriunda da Previdência Social. Neste sentido, na Tabela 26 constam informações sobre a quantidade e valor de aposentadorias rurais ativas na Região Sul e seus Estados em dezembro de 2010.

⁸⁷ Considerando mulheres com mais de 55 anos e homens com mais de 60 anos.

Tabela 26 - Quantidade e valor de aposentadorias rurais ativas nos Estados da Região Sul em dezembro de 2010

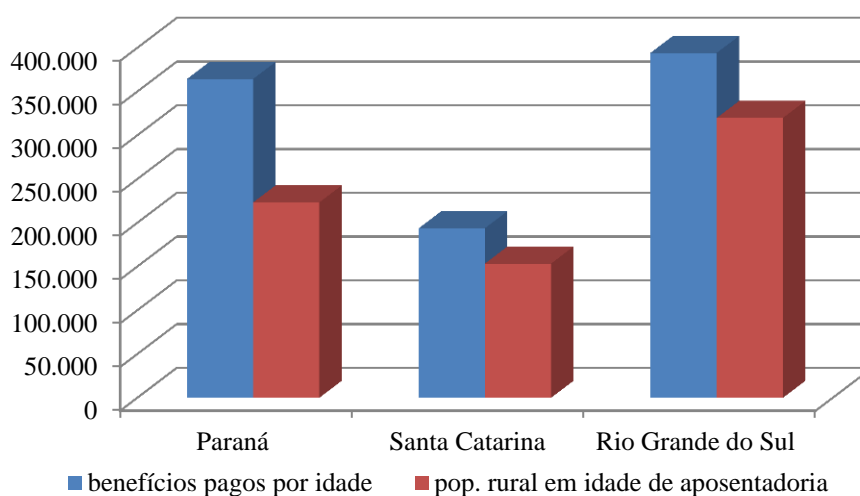
Espaço geográfico	APOSENTADORIAS RURAIS ATIVAS				
	Valor (R\$ milhares)	Quantidade de benefícios			
		Total	Por Idade	Por Invalidez	Por Tempo de Contribuição
REGIÃO SUL	535.516	1.044.944	952.265	89.327	3.352
Paraná	204.584	398.598	364.388	32.851	1.359
Santa Catarina	110.555	216.358	193.678	22.238	442
Rio Grande do Sul	220.377	429.988	394.199	34.238	1.551

Fonte: Elaborada pela autora a partir de AEPS (2010).

Na Tabela 26 consta a totalidade de benefícios rurais ativos no ano de 2010, na Região Sul e nos Estados que a constituem, sendo que a maior parcela desses recursos é paga pela espécie idade, o que significa estarem inclusas as mulheres com mais de 55 anos e os homens com mais de 60 anos. No cálculo da média paga por benefício obtém-se o valor do salário mínimo em vigor à época, o que confere com a legislação.

A partir dos dados da Tabela 26, focando os dados da terceira coluna relativos ao número de benefícios ativos em 2010 e pagos para os beneficiários por idade, constata-se que há maior número de pessoas recebendo este benefício do que residentes no meio rural da Região Sul, na faixa etária para estarem aposentados. Para ilustrar essa diferença optou-se por demonstrar a informação através do Gráfico 7 em que é apresentado o número de benefícios rurais ativos em 2010 por idade e o número de pessoas residentes no meio rural com idade para aposentadoria (acima de 55 anos para mulheres e 60 anos para homens).

Gráfico 7 - Benefícios rurais ativos nos Estados da Região Sul, pagos pela espécie idade, e tamanho da população rural em idade de aposentadoria em 2010



Fonte: Elaborado pela autora a partir de AEPS (2010) e Censo Demográfico de 2010 (IBGE, 2011).

A constatação que os dados do Gráfico 7 permitem fazer, nos Estados da Região Sul, é de que há maior número de beneficiários rurais por idade, recebendo benefícios do INSS, do que pessoas efetivamente residindo no meio rural em idade para aposentadoria. Esses dados indicam que mesmo nas faixas etárias mais altas, após o recebimento da aposentadoria, a opção de muitas pessoas é pela migração para a cidade. O recebimento de benefícios da Previdência Social modifica os sentimentos, tanto de homens quanto de mulheres. Elas passam a ter seu trabalho valorizado, enquanto os homens idosos repassam a gestão da propriedade aos filhos, mesmo que permaneçam no meio rural. Já os idosos sem filhos reduzem o volume de atividades ou vendem a propriedade para residir no meio urbano onde o acesso aos serviços como os de saúde é maior (BELTRÃO; CAMARANO; MELLO, 2005).

Neste sentido, diante da opção entre permanecer no campo ou mudar-se para a cidade após a aposentadoria, Sequeira e Silva (2002) citam que a residência no meio rural oferece benefícios aos idosos correspondendo ao sentido de identidade, de se sentir conhecidos, o que no meio urbano das pequenas cidades pode existir, mas nas maiores não. O meio rural oferece ambientes privilegiados para a formação de redes de relação nas quais as pessoas conhecem os nomes uns dos outros, sabem da vida e da saúde dos outros membros da comunidade, o que evita o risco de anonimato e que também se insere nos preceitos da existência do capital social (PLOEG, 2008; RADOMSKY; SCHNEIDER, 2007). Tais fatores representam aspectos positivos para a permanência dos idosos no meio rural. Por outro lado, os aspectos negativos são relacionados à necessidade de que estejam mais próximos dos recursos de saúde quando acometidos por doenças, sendo também importante que existam familiares ou cuidadores no entorno e que auxiliem nos cuidados para com os mais velhos.

Em relação à aposentadoria rural obras como as de Beltrão, Camarano e Mello (2005); Veiga (2001b) e Brumer (2004) mencionam as mudanças que acontecem na vida dos idosos a partir do recebimento da aposentadoria, as quais representam maior autonomia e valorização em grupos familiares, pois enquanto antes os idosos eram ajudados, a partir da aposentadoria muitos passam a ser arrimo de família. Neste grupo estão principalmente as mulheres, e se em todas as fases anteriores da vida elas são desfavorecidas, na aposentadoria começam a ser beneficiadas, também pelo fato de passarem a dispor de uma renda mensal, que pode ser administrada de acordo com sua preferência. Se depois da conquista da aposentadoria elas irão permanecer no meio rural ou não, esta é outra questão a ser debatida⁸⁸.

⁸⁸ Sobre este tema ver Ramos e Arend (2012).

Conforme apresentado na Tabela 25, nos Estados da Região Sul havia em 2000 um total de 341.009 mulheres com idade superior a 55 anos, tendo este número se elevado em 16,16% chegando a 396.111 pessoas no ano de 2010. Para as mulheres do meio rural '*chegar na aposentadoria*' representa impactos simbólicos. Esses impactos são comentados por Beltrão, Camarano e Mello (2005), alegando que em sua maior parte essas mulheres não têm conta bancária ou dinheiro pessoal até usufruírem do benefício da seguridade social. Quando passam a contar com dinheiro e conta bancária, também sua capacidade decisória aumenta em conjunto com maior poder de barganha dentro da família de quem permanece no campo.

Na Constituição Federal de 1988 ficou garantido o acesso das mulheres rurais ao benefício da aposentadoria por idade. Esta idade ficou demarcada pelos 55 anos sendo garantido ainda o direito à licença-maternidade remunerada. Para ter acesso a tais direitos é necessária a comprovação da condição de trabalhadora rural. Para tal passou a ser fundamental que as mulheres tenham incluído seu nome nas notas de venda dos produtos comercializados. Brumer (2004) comenta que apesar da agricultura ser um espaço em que predominam as decisões do homem, a inclusão do nome da mulher nas notas de venda não foi contrariada, pois esta ação não retirou poder deles, representando por outro lado a possibilidade de obter maior volume de renda para a propriedade, quando da concessão do benefício previdenciário.

Em relação aos idosos em idade de aposentadoria não foi efetuada a separação entre aqueles que pertencem à agricultura familiar e os que não pertencem, uma vez que esta separação já havia sido elaborada quando apresentados em separado por gênero. Neste sentido, cabe ressaltar que a expressividade de recursos previdenciários pagos no meio rural da Região Sul na modalidade aposentadoria por idade permite indicar que também nos estabelecimentos familiares uma parte da renda mensal está sendo provida pela Previdência Social, pois conforme foi possível observar, há mais benefícios nesta modalidade sendo pagos, do que pessoas residindo no meio rural em idade de aposentadoria. Não foram realizadas pesquisas primárias para verificar a importância dos recursos da Previdência Social pagos em aposentadoria para os agricultores familiares, no entanto maior disponibilidade de renda certamente contribui para melhorar as condições de vida.

4.6 Considerações finais

O objetivo específico ao qual este capítulo se propôs atender foi avaliar a tendência de crianças, jovens, mulheres, homens e idosos, residentes no meio rural e na agricultura

familiar, em relação à permanência ou ao êxodo do meio rural da Região Sul entre 2000 e 2010. Verificando individualmente cada grupo, a partir das informações dos Censos Demográficos de 2000 e 2010 e do Censo Agropecuário de 2006, os dados apontam que crianças e jovens com idade até 25 anos são grupos que vêm declinando no espaço estudado. Entretanto, este comportamento não é exclusivo do meio rural dos Estados da Região Sul, pois também é observado no meio urbano da região e do Brasil. O que se pode apontar como diferença, no meio rural da Região Sul, é de que as taxas de declínio são maiores do que no meio rural do país e também nos meios urbano da Região e país.

O pressuposto dessa pesquisa é de que a agricultura familiar exerce papel importante para o desenvolvimento das regiões em que está inserida e por isso a manutenção da mesma é fundamental. Entretanto, com o amparo da linha teórica do desenvolvimento como liberdade de Sen (2000) entende-se que a população rural, em todas as faixas etárias, tem o direito de escolha entre permanecer no campo ou migrar para as cidades (VEIGA, 2001b e 2006b; AGUIAR, 2011), sendo essa opção derivada da satisfação que esses grupos conseguem alcançar em seu dia a dia.

No caso das crianças, o declínio nas taxas de natalidade e no número de domicílios contribui para explicar a redução desse grupo no meio rural. Cabe retomar o fato de que a redução da população de crianças com idade até 14 anos foi maior no meio rural da Região Sul (32,39%) do que no Brasil (23,40%) o que indica para dois caminhos: maiores quedas nas taxas de natalidade e maior índice de migração do campo para a cidade na Região Sul. No caso da agricultura familiar, em especial, constata-se que a média de crianças por estabelecimento é menor do que uma unidade, nos dois anos observados e com redução no índice entre 2000 e 2010.

No caso dos jovens há um declínio no número daqueles que residem no meio rural da Região Sul e também no Brasil, enquanto ocorre crescimento no número dos residentes no meio urbano dos dois espaços. No meio rural da Região Sul observa-se entre 2000 e 2010 que a quantidade de jovens declinou em 21,23% enquanto no Brasil esta redução foi de 13,19%. E ao verificar o número de jovens por estabelecimentos da agricultura familiar os resultados são semelhantes ao caso das crianças, pois já em 2000 havia menos de um jovem por estabelecimento, o que se reduziu ainda mais em 2010. Vários estudos que amparam esta pesquisa afirmam que os jovens são o grupo que mais migra do meio rural para o urbano e dentre este grupo as moças se sobressairiam no êxodo. Porém, nesse estudo entre 2000 e 2010 constata-se que o número de rapazes foi reduzido em 96.396 enquanto o de moças em 80.369.

Assim, os resultados dessa pesquisa são distintos daqueles que Abramovay (1998b); Camarano e Abramovay (1999) e Mello et al. (2003a) haviam apontado. Pois enquanto esses autores afirmaram que as moças migraram mais que os rapazes, entre 2000 e 2010 o número de rapazes que saiu do campo foi maior. No entanto, mesmo que as moças tenham migrado menos que os rapazes no período em questão, observa-se que na população total rural há menor número de mulheres do que de homens, o que está relacionado ao fato de que as mulheres são mais pessimistas em relação ao modo de ver a atividade agrícola conforme apontam Brumer, Pandolfo e Coradini (2008); Massuqueti (2008); Spanevello, Drebs e Lago (2011) e Mello et al. (2003a). Segundo esses autores o gênero feminino é aquele que mais tem motivos para sair do campo, principalmente em épocas nas quais as mulheres buscam autonomia, a qual ainda não é uma condição plena no meio rural ou na agricultura familiar, conforme pode ser observado através do baixo percentual de mulheres que dirige estabelecimentos agropecuários na Região Sul.

A migração de jovens rurais e da agricultura familiar tem em sua base a falta de apoio que historicamente foi concedida aos agricultores familiares, conforme ressaltado por Becker e Egler (1994); Veiga (1996 e 2000); Abramovay (2007) e Wanderley (2009b). Além da carência de estímulos suficientes para que os mais jovens permaneçam no meio rural e na agricultura familiar em especial, é preciso considerar os fatores de atração que as cidades exercem sobre os jovens e que foram apontados por Carneiro (1996); Brumer (2004); Spanevello (2008); Wedig e Menasche (2009); Weisheimer (2009), os quais tratam das opções de lazer, educação, trabalho, renda e facilidades que no campo inexistem ou são limitadas.

Em relação às crianças e jovens é importante retomar o papel da educação na permanência ou evasão destes grupos, pois conforme já apontado no decorrer desse capítulo, no campo ainda predomina a cultura de que ao optarem pelo estudo o destino será sair do campo. Essa racionalidade aos poucos pode estar mudando, o que é observável pelo aumento na consciência de que maiores níveis de instrução passam a ser necessidade para a melhoria da gestão dos estabelecimentos familiares, conforme apontado por Mello et al. (2003b); Abramovay (1999a); Carneiro (1996) e Veiga (2000), Veiga (2000).

Além dos aspectos relacionados à educação, deve-se ainda considerar a importância da renda para os jovens, pois conforme apontado por Weisheimer (2011); Aguiar (2011); Silva (2006); Mello et al. (2003b); Carneiro (1996; 1997); Schneider (2006); Brumer (2004); Wedig e Menasche (2009) os jovens tem enquanto uma de suas principais demandas, ter renda própria, serem autônomos em suas decisões, sendo que a falta destes recursos estimula

a migração desse grupo do campo para a cidade. Por fim, e não menos importantes, constam as demandas dos jovens por lazer, cuja falta de opção no meio rural também se constitui em estímulo para que busquem as mesmas no meio urbano, conforme apontado por Wedig e Menasche (2009); Spanevello (2008) e Weisheimer (2009).

No que tange às mulheres com idade superior aos 15 anos residentes na Região Sul, o fato de que no meio rural elas correspondam a 47% do total da população enquanto no meio urbano este percentual seja de 51%, pode ser explicado por aspectos culturais favoráveis aos homens e que ainda predominam no meio rural. Esses aspectos por muito tempo deixaram as mulheres relegadas ao papel de filhas, esposas e mães de agricultores (ABRAMOVAY, 1998b) e mesmo trabalhando tanto quanto os homens, seu trabalho era visto como força marginal (TEPICHT, 1973; WOORTMANN, 2001; BRUMER, 2004).

O próprio direito à herança ainda é restrito para as mulheres no campo, apesar de já terem ocorrido conquistas importantes (STROPASOLAS, 2004; SPANEVELLO, DREBS E LAGO, 2011). Sem direito à herança, Mello et al (2003a) e Stropasolas (2004) ressaltam que as moças optam pelo estudo para poderem dedicar-se a outras atividades. E assim, concordando com Brumer (2004) e Weisheimer (2009) o campo ainda é um espaço de favorecimento ao homem o que auxilia na explicação dos motivos pelos quais 53% da população do meio rural na Região Sul é composta por homens e de que a minoria dos estabelecimentos tenha mulheres em sua direção.

Em relação aos homens observa-se que o meio rural dos três estados da Região Sul tem neste gênero a predominância em números, pelos motivos já apontados para a saída de moças e mulheres do campo, seja pela cultura da herança ou de que no campo predominam as forças plenas (TEPICHT, 1973; WOORTMANN, 2001; BRUMER, 2004). Entretanto, enquanto Camarano e Abramovay (1998) haviam observado que na Região Sul ocorria a masculinização (aumento no número de homens em relação ao de mulheres), nesse estudo isso não se confirmou. Entre 2000 e 2010 constata-se que há mais homens do que mulheres no meio rural, porém a proporção não se intensificou, o que permite afirmar que no período não ocorre masculinização.

Em relação ao envelhecimento, foi possível confirmar essa tendência para o meio rural da Região Sul. O acesso à aposentadoria aos 55 anos pelas mulheres e aos 60 pelos homens contribui para o aumento da renda familiar e para melhorar as condições de vida conforme apontam Beltrão, Camarano e Mello (2005); Silva e Oliveira (2008) e Veiga (2001b). Na aposentadoria é possível observar a conquista de maior autonomia por parte das mulheres (BRUMER, 2004).

Os recursos da Previdência Social pagos à população residente no meio rural, em idade de aposentadoria, conforme previsto na legislação demonstram ser importantes fonte de renda para esses grupos. Devido ao papel estratégico que a agricultura desempenha não é possível que ela seja entregue exclusivamente à lei de mercado.

O envelhecimento confirmado no decorrer do capítulo pode indicar uma ameaça à continuidade dos agricultores familiares no futuro, caso continue declinando a presença dos mais jovens. Não há concordância com as previsões de Lênin (1982) e Kautsky (1972) sobre a tendência de que a agricultura familiar desapareça, mas se as políticas públicas não forem capazes de gerar resultados efetivos, a redução do número de jovens no campo é a grande ameaça para que no longo prazo permaneça existindo a categoria agricultura familiar.

Ao considerar que os agricultores familiares exercem importante papel para o desenvolvimento das regiões, conforme argumentos do capítulo três, com base nas tendências comentadas nesse capítulo quatro, torna-se fundamental que os gestores públicos adotem medidas para além das alternativas já existentes (PRONAF, PAA, BANCO DA TERRA), visando garantir a manutenção da categoria familiar no meio rural. No decorrer deste capítulo em vários momentos estão presentes os argumentos defendidos pela abordagem de Chayanov (1981) de que os agricultores familiares procuram estabelecer equilíbrio entre trabalho e consumo e, quando sua racionalidade lhes indicar não haver esse equilíbrio, buscam alternativas em espaços como o urbano.

No próximo e último capítulo, a Região Sul foi estratificada a partir da presença da agricultura familiar. Em cada estrato é observada a evolução das dimensões demográficas, econômicas, sociais e ambientais, buscando apontar para o papel que a presença da agricultura familiar desempenha para o desenvolvimento dos municípios em que há maior participação da agricultura familiar. E, assim, para finalizar esta pesquisa, indicar argumentos que possam convencer sobre a necessidade de maiores estímulos à agricultura familiar por parte das políticas públicas na região em que esse grupo é predominante.

5 AGRICULTURA FAMILIAR E DESENVOLVIMENTO RURAL NA REGIÃO SUL

O objetivo deste último capítulo consiste em identificar condições de desenvolvimento dos municípios da Região Sul, conforme a importância da agricultura familiar, buscando confirmar a hipótese de que naqueles locais, em que a categoria tem maior participação, o desenvolvimento se destaca frente aos demais.

O argumento principal dessa pesquisa consiste na ideia de que a agricultura familiar é importante agente para o desenvolvimento dos espaços em que estiver inserida e, conforme já apontado no capítulo anterior, na falta de políticas eficientes, os mais jovens tendem a evadir do campo ameaçando no longo prazo a existência da categoria. Assim, com base nas discussões efetuadas nos capítulos dois, três e quatro, nesse capítulo a pretensão é complementar a argumentação de que a maior presença da agricultura familiar contribui para o desenvolvimento dos espaços em que isso ocorre, atuando principalmente na formação de capital social, oferecendo condições no meio rural de alcançar desenvolvimento com liberdade de escolha.

Inicialmente entende-se como importante retomar pontos apresentados nos capítulos anteriores, tais como no capítulo dois, em que se procurou discutir definições e abordagens no que tange aos agricultores familiares. Nesse capítulo foram apresentados argumentos de autores com enfoques marxista, neoclássico e chayanoviano os quais contribuem para explicar em que condições o agricultor familiar permanece ou evade no campo. O primeiro grupo argumentava no sentido de que os camponeses (agricultores familiares) desapareceriam (LÊNIN, 1982) ou que haveria necessidade de que esses produtores atuassem em escala mínima (KAUTSKY, 1972). Para os autores com enfoque neoclássico o aumento da produtividade seria necessário para reduzir custos e aumentar receitas, devendo para isso utilizar recursos e tecnologias modernas, resultando em menor necessidade de emprego de mão de obra, estando inclusos neste grupo autores que consideram importante a educação no meio rural. Chayanov (1981), por sua vez, analisa a racionalidade dos camponeses (agricultores familiares), os quais levam em conta o equilíbrio entre trabalho e consumo, o que determina o nível de penosidade que estarão dispostos a suportar para satisfazer as necessidades de consumo da família.

Uma síntese preliminar, com base nos dados do capítulo quatro, indica que, em não havendo intervenção pública efetiva e eficiente em favor da agricultura familiar, a tendência é de que esse grupo tenha o destino previsto por autores marxistas. O nível de equilíbrio atualmente necessário para satisfazer as necessidades exige maior volume de renda o que

demanda mais trabalho, na linha do que Chayanov (1981) apontava. Conforme verificado no capítulo quatro, há um envelhecimento ocorrendo no meio rural da Região Sul o que coloca em risco, no longo prazo, a existência da categoria. E, no curto prazo, ainda há o risco de que os produtores mais capitalizados adquiram terras dos menos capitalizados e, utilizando os argumentos dos autores neoclássicos, elevem suas extensões de terra, adotem tecnologias poupadoras de trabalho demandando menos mão de obra e buscando resultados econômicos na forma de lucros.

No capítulo três a abordagem envolveu a análise sobre a forma como no Brasil, historicamente, a agricultura familiar foi relegada. Por outro lado, o favorecimento foi concedido aos produtores não familiares (patronais) do agronegócio. Na Região Sul a agricultura familiar tem sua base na imigração europeia, em que a categoria também foi afetada pelas políticas nacionais em favor da agropecuária patronal. Nessa região apesar de não terem sido priorizados nas políticas públicas, os produtores familiares resistem, conforme indicam os dados apresentados no capítulo.

Assim, partindo dos pressupostos e argumentos mencionados nos capítulos anteriores, no capítulo atual o objetivo é verificar as condições de desenvolvimento dos municípios da Região Sul, estratificados a partir da presença da agricultura familiar no Valor Bruto da Produção Agropecuária (VBP). A partir dessa estratificação a pretensão é analisar aqueles nos quais a agricultura familiar apresenta maior participação na variável em questão, determinando maior importância. Tendo em vista que o desenvolvimento não é medido pelo Produto Interno Bruto (PIB) ou o PIB per capita, valorizando o acesso das pessoas aos recursos como saúde, educação, habitação, lazer e renda, busca-se nesse capítulo efetuar uma análise a partir de dimensões as quais permitam comparar as condições de desenvolvimento dos municípios da Região Sul a partir de uma estratificação em quatro grupos.

Os municípios da Região Sul do Brasil, são estratificados a partir da importância da agricultura familiar, sendo analisadas as condições desses estratos em dimensões relacionadas ao desenvolvimento, utilizando variáveis dos anos de 2000 e 2010. O objetivo é destacar as condições do grupo de municípios no qual a agricultura familiar apresenta maior participação, procurando verificar a importância desse fator no desenvolvimento desses espaços.

A opção nessa pesquisa, em relação ao estudo empírico, foi pela utilização de dados secundários relativos ao meio rural, retirados dos Censos Demográficos de 2000 e 2010 (IBGE, 2012); do Censo Agropecuário de 2006 (IBGE, 2009); do PNUD - Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (IDH, 2012) e da FIRJAN - Federação das Indústrias do Rio de Janeiro (IFDM, 2012). Das fontes citadas foram obtidos, respectivamente, o IDH-

M (Índice de Desenvolvimento Humano Municipal) de 2000 e o IFDM (Índice Firjan de Desenvolvimento Municipal) de 2000 e 2010. A coleta dos dados censitários foi realizada no SIDRA (Sistema IBGE de Recuperação Automática).

Os dados e informações coletados estão distribuídos em quatro dimensões adotadas para avaliar as condições de desenvolvimento dos municípios da Região Sul. Estas dimensões são: demográfica, econômica, social e ambiental, nas quais estão inseridas as variáveis disponíveis para a análise efetuada no capítulo. A escolha dessas dimensões é decorrente de uma investigação em estudos tais como de Conterato (2008) e Favareto (2006a) a partir dos quais foram efetuadas adaptações.

As variáveis inseridas na dimensão demográfica dizem respeito à evolução da população rural, por gênero e faixa etária procurando avaliar esse comportamento entre 2000 e 2010 em cada estrato. Na dimensão social são observadas variáveis sobre alfabetização, níveis de escolaridade, índices de desenvolvimento (IDH e IFDM), contribuindo esta dimensão para que se possam analisar as condições de desenvolvimento social em cada estrato no período considerado. Na dimensão econômica o foco está direcionado a verificar como são os resultados quanto ao rendimento de homens e mulheres no meio rural, do acesso aos recursos como energia elétrica, bens, serviços de comunicação e meios de transporte, permitindo verificar as condições econômicas nos estratos, focando especialmente naquele com maior presença da agricultura familiar.

Na dimensão ambiental foram consideradas as seguintes variáveis: abastecimento de água, disponibilidade de banheiros, esgotamento sanitário, coleta e destino de lixo⁸⁹. No somatório das condições apuradas em cada dimensão pretende-se apontar para as condições de desenvolvimento existentes na Região Sul em cada estrato, cuja variável de estratificação é a importância da agricultura familiar no valor bruto da produção agropecuária municipal, buscando ao final concluir sobre como são as condições no estrato com maior presença de agricultores familiares.

A classificação dos municípios ocorreu com base na participação da agricultura familiar no Valor Bruto da Produção (VBP) agropecuária municipal, cuja participação foi calculada a partir dos dados disponibilizados pelo Censo Agropecuário de 2006⁹⁰ e que dizem

⁸⁹ Cabe salientar que em Conterato (2008) estas variáveis estão inseridas na dimensão social, entretanto aqui entende-se que estas condições dizem respeito muito mais ao ambiente no qual os agricultores familiares estão inseridos.

⁹⁰ No apêndice H encontra-se a taxa de participação da agricultura familiar no VBP agropecuário municipal para cada município da Região Sul.

respeito aos valores brutos da produção na agricultura familiar e na não familiar para cada município.

Em relação à estratificação da Região Sul, uma primeira observação é de que em 2000 havia 1.159 municípios, número que aumentou para 1.188 no ano de 2010 em virtude de 29 emancipações ocorridas no Estado do Rio Grande do Sul. Foi necessária a conversão das informações dos municípios emancipados no período, tornando comparáveis as unidades nos dois períodos. Neste processo foi utilizado o Sistema de Conversão de Dados Municipais de Paiva (2012), a partir do qual tornou-se possível trabalhar com a base de 1.159 municípios existentes em 2000, dos quais 399 são do Paraná, 293 de Santa Catarina e 467 do Rio Grande do Sul. A maior parte das informações utilizadas nesse capítulo é relativa ao meio rural, utilizando as variáveis disponíveis no SIDRA e inseridas nas respectivas dimensões.

Sabe-se que a utilização de uma variável do ano de 2006 para efetuar análises em dados de 2000 e 2010 apresenta limitações, entretanto esta foi a possibilidade encontrada para utilizar as informações disponíveis e conseguir efetuar as análises pretendidas. A lista dos 1.159 municípios e respectivas taxas de participação da agricultura familiar no VBP da agropecuária municipal está disponível no Apêndice H. No Quadro 2 constam os critérios adotados na estratificação dos municípios.

Quadro 2 – Critérios utilizados para classificar os municípios da Região Sul em estratos

ESTRATO	CARACTERÍSTICAS
Estrato I	Municípios da Região Sul (Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul) nos quais a agricultura familiar representa menos de 50% do VBP agropecuário municipal.
Estrato II	Composto por aqueles municípios em que a agricultura familiar participa com VBP acima de 50% até 70% do total do VBP da agropecuária municipal.
Estrato III	Municípios nos quais os estabelecimentos da agricultura familiar representam mais de 70% até 85% do VBP total da agropecuária municipal.
Estrato IV	Municípios nos quais os estabelecimentos da agricultura familiar respondem por mais de 85% do valor bruto da produção agropecuária do município.

Fonte: Elaborado pela autora.

O Estrato I é mais amplo em relação ao percentual, pois entende-se que aqueles municípios com menos de 50% de participação da agricultura familiar no VBP agropecuário municipal são locais em que esta categoria não tem importância relevante. Nesse estrato há municípios nos quais não há população rural e que não apresentam atividades agropecuárias. Há outros nos quais o predomínio é de atividades agropecuárias desenvolvidas por produtores patronais, os quais empregam maior volume de tecnologia e menor quantidade de mão de obra. No Estrato II, a agricultura familiar continua não sendo relevante; por isso

continua maior a amplitude da taxa, sendo possível constatar semelhanças entre esses dois estratos quanto às análises das variáveis.

Já no Estrato III, estão inseridos municípios nos quais a agricultura familiar não é desprezível, apresentando participação relevante e, por fim, no Estrato IV estão aqueles municípios em que a agricultura familiar representa mais de 85% do valor bruto da agropecuária municipal e que consiste no grupo prioritário de atenção dessa pesquisa.

Na expectativa em relação aos resultados das análises para os diferentes estratos, consideram-se os pressupostos apontados por Veiga (1996; 2000; 2001b) de que a agricultura familiar é mais inclusiva ocupando maior número de pessoas, tem maior capacidade distributiva, com sistema poliprodutivo melhor em termos socioculturais, sendo “muito mais sustentável, seja em termos de estabilidade, resiliência ou equidade” (VEIGA, 2000, p. 26). . Em relação à agricultura não familiar menciona que essa tem empregado cada vez menos pessoas. O autor ainda argumenta que na agricultura familiar tende a existir um capital humano e social maior, devido à capacidade distributiva que apresenta.

Outro argumento fundamental é de que o dinamismo de uma região está relacionado com as capacidades que tiverem os agricultores familiares da mesma, seja no sentido de constituir capital social ou de se instrumentalizar com as capacidades libertadoras do desenvolvimento, acesso à saúde, educação, habitação e lazer, citadas por Sen (2000)

A importância da agricultura familiar está amparada em Ploeg (2008) quando esse trata de desenvolvimento rural, mencionando que, além da necessidade de ser melhor interpretado, se orienta em práticas que dependam de processos endógenos de mudança provocados pelas comunidades. Mudanças que tornam necessária a diversificação dos processos produtivos, devendo ser utilizada pelos agricultores para garantir espaços no mercado, enfrentando o crescente controle por parte dos impérios alimentares, o que pode ser alcançado a partir do capital social formado pelos agricultores familiares.

Em relação à estratificação, cabe ressaltar que não é pretensão dessa pesquisa pensar isoladamente as regiões em que há mais agricultura familiar e as outras em que há menos. Conforme já mencionado no capítulo três, para pensar o desenvolvimento regional, mesmo com níveis distintos de desenvolvimento, é importante pensar as regiões em toda sua estrutura espacial (DINIZ, 2009), alinhando esses argumentos com os de Aguiar (2011), para quem a valorização do desenvolvimento territorial contribui para a promoção do desenvolvimento rural sustentável. O que se pretende é apontar para a necessidade de valorização que a agricultura familiar deve ter nas regiões em que ela tem maior presença, pois se há municípios nos quais a categoria tem maior importância e que estejam próximos de outros em que isso

não acontece, pode estar aí uma oportunidade de mercado consumidor para os produtores familiares.

A partir dos critérios definidos e apresentados no Quadro 2, os 1.159 municípios da Região Sul foram estratificados, constando o tamanho de cada estrato na Tabela 27⁹¹.

Tabela 27 - Municípios da Região Sul distribuídos por estrato em 2010

Estratos	Números absolutos				Percentuais ⁹²			
	Total	PR	RS	SC	Total	PR	RS	SC
I	428	221	144	63	36,93	55,39	30,84	21,50
II	242	101	89	52	20,88	25,31	19,06	17,75
III	236	56	97	83	20,36	14,04	20,77	28,33
IV	253	21	137	95	21,83	5,26	29,34	32,42

Fonte: Elaborada pela autora.

A estratificação elaborada permite apontar que o Estrato I é o maior em número de municípios, sendo que nos 428 estão incluídos 55,39% do total de municípios do Paraná. Outra peculiaridade do Estrato I é a de que nele estão incluídos os municípios com maior tamanho populacional, tais como as capitais dos Estados do Paraná e Rio Grande do Sul e cidades metropolitanas nas quais tanto a população rural é menor quanto a importância do VBP da agricultura familiar e mesmo agropecuário são menores⁹³. Sobre a predominância de municípios paranaenses no Estrato com menor participação da agricultura familiar é importante retomar o que foi comentado na seção 3.2 do capítulo 3, de que neste Estado as mudanças ocorridas no meio rural nos anos 1970 levaram a uma redução na importância da categoria neste local. No estrato II a maior parte dos municípios também é paranaense.

Nos Estratos III e IV declina a presença de municípios paranaenses e se eleva o número daqueles pertencentes à Santa Catarina, sendo que 60,75% dos municípios catarinenses fazem parte desses dois estratos, enquanto 50,11% dos municípios gaúchos estão nesses grupos. Conforme será possível observar na continuidade, principalmente no estrato IV os municípios possuem tamanhos populacionais e extensões territoriais menores. Neste aspecto pode-se retomar o que foi apontado no capítulo três, no qual Silva e Oliveira (2008) argumentam sobre o fato de que em regiões com maior presença de agricultura familiar o maior dinamismo contribui para a formação de novos municípios.

⁹¹ A relação de municípios nos respectivos estratos consta no Apêndice H.

⁹² Os percentuais referem-se à participação de cada estado na totalidade da Região.

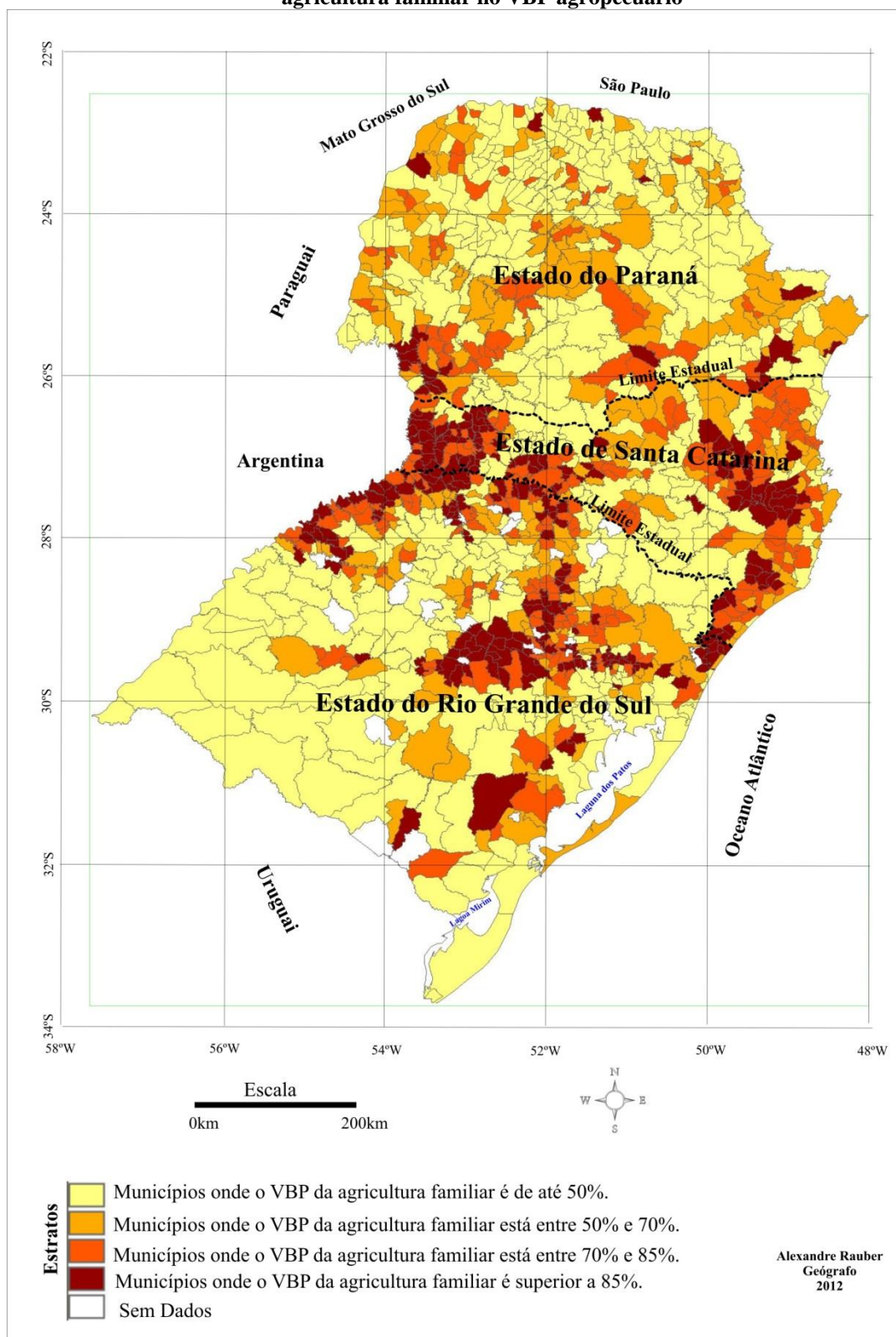
⁹³ Nos municípios dos Estratos I e II em que há atividades agropecuárias, predominam os produtores com as características patronais conforme FAO/INCRA (1994; 1996) e Veiga (1996; 2000; 2001b) apresentadas no Quadro 1 do capítulo dois.

As quatro regiões constituídas como estratos não são contíguas e sua homogeneidade está relacionada à participação da agricultura familiar no VBP agropecuário municipal. Com base em Hasbaerth (1999), pode-se afirmar que a estratificação busca apontar identidades regionais, sem desconsiderar as heterogeneidades, desigualdades e diferenças existentes nas respectivas regiões, alinhadas com o que Gomes (1995) afirma quando aborda o conceito de região e diz que esse não é único, podendo ter mais operacionalidades e funcionando até mesmo sobre controvérsias. E no contexto dessas análises considera-se ainda a afirmação de Correa (1997, p. 194) para quem “a região, esta particularidade dinâmica, continua a desafiar os profissionais em sua tarefa de tornar inteligível a ação humana no tempo e no espaço”.

As quatro regiões constituídas pela estratificação explicada e apresentada no Quadro 2, a Tabela 27 e Figura 8 utilizam enquanto princípio o resultado do trabalho humano sobre o ambiente, conforme mencionado por Gomes (1995) e, nesta pesquisa em especial, do trabalho dos agricultores familiares. A regionalização elaborada segue a ideia do autor citado, segundo o qual “regionalizar passa a ser a tarefa de dividir o espaço segundo diferentes critérios devidamente explicitados e que variam segundo as intenções explicativas de cada trabalho. [...] onde a região passa a ser um meio e não mais um produto” (GOMES, 1995, p. 56). A estratificação serve como um meio a partir do qual serão possíveis análises e conclusões sobre como evoluem variáveis inseridas nas dimensões demográfica, econômica, social e ambiental, procurando analisar os resultados e concluir se o estrato com maior presença de agricultores familiares apresenta melhores indicadores de desenvolvimento.

Sobre a importância de uma região, Vainer (1995) já alertava que essa se constrói a partir dos atores e agentes que ali vivem e atuam e nos quais o tempo e a história contribuem para a sua formação. No caso dos estratos aqui apresentados e analisados, a participação da agricultura familiar no VBP agropecuário também foi se construindo com o tempo, seja no sentido da ampliação ou da redução de sua participação, o que foi abordado no capítulo três dessa pesquisa. De forma ilustrativa, na Figura 8 pode ser visualizada a espacialização dos municípios conforme os quatro estratos, em mapa da Região Sul.

Figura 8 -Distribuição dos municípios da Região Sul nos estratos com base na participação da agricultura familiar no VBP agropecuário



Fonte: Elaborado pelo Geógrafo Alexandre Rauber a partir dos resultados da pesquisa.

Nota: Importa salientar que os 29 municípios emancipados após 2000, no Rio Grande do Sul, estão sem dados, pois suas informações foram imputadas aos municípios de origem de acordo com o Sistema de Conversão de Dados Municipais, de Paiva (2012).

Conforme é possível visualizar na Figura 8, nos Estratos I e II estão inseridos municípios cujas cidades se caracterizam como cidade-região, nos termos defendidos por Lencioni (2006) e Arrais (2008), estando incluídas nesse grupo as capitais dos três Estados e respectivas cidades do entorno metropolitano. No Estrato I, por exemplo, há grande amplitude entre os tamanhos mínimo e máximo da população, sendo que em 2010 o município com menor população contava com 1.216 habitantes (André da Rocha/RS) e naquele com maior população residiam 1.751.907 pessoas (Curitiba/PR), de tal forma que a população média total (urbana e rural) por município neste estrato era de 34.799 pessoas em 2010, com um desvio padrão elevado e uma heterogeneidade relevante.

Quando observada a população rural no Estrato I, no ano de 2010, nota-se que há municípios nos quais esta população é igual a zero, tais como Curitiba no Paraná; Balneário Camboriú, Bombinhas e Imbituba em Santa Catarina; Alvorada, Cachoeirinha, Esteio, Porto Alegre, São Leopoldo e Xangri-lá no Rio Grande do Sul. Este comportamento também é observado no Estrato II com o município de Canoas no Rio Grande do Sul. Nesses municípios em que não há população rural, conseqüentemente, as informações sobre as variáveis rurais serão iguais a zero, influenciando nas médias das variáveis, no desvio padrão e também na amplitude entre valores mínimo e máximo. A opção em mantê-los nos estratos decorre do fato de que fazem parte da Região Sul e são municípios em que a agricultura familiar não tem relevância, não demandando políticas ou ações a seu favor, assim como os demais municípios que compõem os estratos I e II.

Conforme apresentado no Quadro 2 e visualizado na Figura 8, a maior parte dos municípios em que a agricultura familiar tem maior participação no VBP agropecuário está localizada nos Estados de Santa Catarina e Rio Grande do Sul, inclusos nos Estratos III e IV. No Rio Grande do Sul os municípios nos quais a agricultura familiar tem maior participação no VBP são aqueles que se originaram a partir da imigração de colonos europeus ou de seus descendentes, o que acabou refletindo em Santa Catarina para onde houve migrações de descendentes desses colonos, conforme o apresentado na seção 3.2 no capítulo três. Outra semelhança, que pode ser visualizada na Figura 8 entre os municípios gaúchos e catarinenses, é relativa à extensão territorial, observando-se que predominam extensões territoriais menores naqueles municípios com maior presença da agricultura familiar.

Conforme já mencionado, nos Estratos III e IV a maior parte dos municípios apresenta menores áreas territoriais e menores tamanhos populacionais. No Estrato IV, por exemplo, no ano de 2010, o tamanho médio da população total era de 8.969 habitantes e no meio rural esta média era de 3.383 pessoas. Neste estrato, observa-se ainda uma maior amplitude no tamanho

populacional dos municípios, sendo que a menor população total, em 2010, era de 1.465 habitantes (Santiago do Sul/SC) enquanto a maior contava com 264.210 habitantes (São José dos Pinhais/PR). Em relação à população rural desses municípios, em 2010 a menor população rural era de 177 pessoas (Pontal do Paraná/PR) e a maior de 33.565 (Canguçu/RS).

Apesar das diferenças constatadas nos municípios que fazem parte dos mesmos estratos, há semelhanças que os tornam integrantes do mesmo grupo e que os aproximam uns dos outros. Neste sentido o foco da análise deste capítulo é verificar individualmente cada estrato em relação à evolução das variáveis inseridas nas dimensões utilizadas para avaliar o nível de desenvolvimento rural em cada uma das regiões. Para alcançar os objetivos propostos considera-se que uma regionalização pode “atender às necessidades impostas por políticas setoriais, práticas de planejamento ou propostas de desenvolvimento regional” (LIMONAD, 2004, p. 58). Uma vez que a pretensão de analisar as condições de cada estrato/região está vinculada ao objetivo de conferir se a maior presença da agricultura familiar pode ser considerada importante no desenvolvimento das regiões/estratos, determinando a necessidade de que a categoria seja especialmente tratada nesses espaços.

Assim, na continuidade deste capítulo, a primeira análise realizada sobre as dimensões do desenvolvimento em cada estrato diz respeito às variáveis demográficas buscando conhecer como evoluiu a população total, urbana e principalmente a rural, por gênero e faixa etária, avaliando se as condições do estrato com maior presença de agricultores familiares são melhores do que a dos outros estratos.

5.1 Dimensão demográfica

Na dimensão demográfica são consideradas informações sobre as variáveis relacionadas à população por local de residência, densidade demográfica, taxa de urbanização, evolução da população rural por gênero e faixas etárias, número e evolução de domicílios por quantidade de moradores utilizando-se dos dados censitários de 2000 e 2010. O foco principal em relação à utilização dessas variáveis é analisar de que forma evoluíram as condições do meio rural em cada estrato, buscando avaliar se no estrato com maior presença da agricultura familiar é possível identificar melhores resultados para o meio rural, medidos pela permanência da população nesse espaço.

No início desse capítulo, principalmente na Figura 8, foi possível verificar a dimensão territorial dos municípios conforme o Estrato ao qual pertencem. No entanto, não haviam sido apresentadas informações sobre a área territorial de cada Estrato. Em virtude de limitações

metodológicas, a malha municipal foi considerada a mesma tanto para os anos de 2000 quanto para 2010, de forma que a densidade demográfica é calculada a partir de mudanças populacionais conforme disponível na Tabela 28.

Tabela 28 - Densidade demográfica total por estrato em 2000 e 2010

Estratos	Área total (km ²)	População total		Densidade demográfica	
		2000	2010	2000	2010
I	324.108,70	13.704.136	14.832.055	42,28	45,76
II	113.338,50	5.500.301	6.111.152	48,53	53,92
III	70.847,44	3.671.817	4.070.654	51,83	57,46
IV	55.253,78	2.231.362	2.373.026	40,38	42,95

Fonte: Elaborado pela autora a partir dos Censos Demográficos de 2000 e 2010 (IBGE, 2011).

Observando o conjunto da região, percebe-se que em todos os estratos ocorre aumento na densidade populacional entre 2000 e 2010, ressaltando que esta se refere à população total⁹⁴. Individualmente verifica-se que o estrato I é aquele com a maior área territorial da Região, correspondendo a 57,51% do total, residindo nele 54% da população total da região. Nesse Estrato, observando individualmente cada município, nota-se uma amplitude elevada tanto na área quanto na população, sendo a área do menor município de 27,54 km² (Esteio/RS) e a do maior de 7.804 km² (Alegrete/RS). Já em relação à população, considerando dados do ano de 2010, o menor município (André da Rocha/RS), apresentava população total de 1.216 habitantes enquanto em Curitiba/RS residiam 1.751.907 pessoas.

As maiores densidades demográficas estão nos estratos II e III, com destaque para o estrato III nos dois anos do período analisado. A população do estrato II responde por, aproximadamente, 22% da Região enquanto a do estrato III corresponde a 14%, tendo se mantido o mesmo percentual em 2000 e 2010. Já em relação à extensão territorial, constata-se que o estrato II perfaz 20,11% da área total da Região, enquanto o estrato III responde por 12,57%.

No estrato IV os municípios ocupam 9,8% da área total da Região Sul e a população total, que correspondia em 2000 a 8,89% da região, diminuiu em 2010 para 8,66%. No que tange às dimensões territoriais, nesse estrato também há grande amplitude entre o menor município, com 32 km² (São Vendelino/RS) e o maior com 3.525 km² (Canguçu/RS). A densidade demográfica deste Estrato é a menor dentre os quatro, o que decorre do tamanho

⁹⁴ Não foram localizadas informações sobre a área territorial urbana ou rural para efetuar a análise para o meio rural, por este motivo optou-se em utilizar a densidade total; apesar de conhecer as limitações desta análise, preferiu-se utilizá-la ao invés de não fazê-lo.

populacional menor. E em relação à densidade demográfica, percebe-se que os municípios do Estrato IV são aqueles nos quais esta variável é a menor tanto em 2000 quanto em 2010.

Em relação à densidade demográfica visualizada na Tabela 28, os resultados para o ano de 2000 e 2010 ilustram números médios para os quais o desvio padrão é elevado e, portanto, ‘mascaram’ as densidades individuais dos municípios inseridos nos Estratos I e II cuja amplitude entre si é grande. Conforme os argumentos de Veiga (2001a; 2001b), já mencionados no capítulo três, muitos municípios brasileiros deveriam ser denominados como rurais, pois o mesmo defende a tese de que seria urbana a localidade com pelo menos 150 habitantes por quilômetros quadrados. Utilizando-se do critério de Veiga (2001a; 2001b), no ano de 2010 teríamos na Região Sul 91 municípios que poderiam ser denominados urbanos, o que corresponde a 7,85% de todos os municípios da Região. Desses municípios, 39 (trinta e nove) estão no estrato I, 23 (vinte e três) no estrato II, 20 (vinte) no Estrato III e 9 (nove) no Estrato IV⁹⁵.

Na sequência as informações, disponíveis na Tabela 29⁹⁶, dizem respeito ao tamanho da população rural e urbana e respectivas taxas de urbanização em cada estrato nos anos de 2000 e 2010.

Tabela 29 - População rural e urbana (%) e taxa de urbanização, por estrato, em 2000 e 2010

Estratos	2000			2010		
	Rural	Urbana	Taxa de urbanização	Rural	Urbana	Taxa de urbanização
I	12,14	87,86	0,88	9,63	90,37	0,90
II	19,91	80,04	0,80	15,33	84,67	0,85
III	28,98	71,02	0,71	22,21	77,79	0,78
IV	45,09	54,91	0,55	37,72	62,28	0,62

Fonte: Elaborado pela autora a partir dos Censos Demográficos de 2000 e 2010 (IBGE, 2011).

A Tabela 29 ilustra o que já fora observado no capítulo quatro desse estudo, ou seja, o declínio na população rural e o crescimento da população urbana como uma tendência em toda a Região entre 2000 e 2010. Comparando os quatro estratos entre si, se constata que, quanto maior a presença da agricultura familiar, maior o percentual da população que permanece residindo no meio rural, tendo essa tendência se mantido nos anos de 2000 e 2010, apesar do declínio no número de pessoas residentes no meio rural. Em relação aos percentuais

⁹⁵No apêndice H podem ser visualizadas as informações sobre a área territorial, populações e densidade demográfica de cada município integrante dos quatro estratos.

⁹⁶Os valores absolutos que originaram a Tabela 29 estão disponíveis no Apêndice I. As taxas de urbanização correspondem ao quociente entre o somatório da população urbana e total dos municípios integrantes dos estratos. Por este motivo a taxa ilustrada na tabela e a média apresentada no Apêndice J diferem, uma vez que essa média é apurada a partir das taxas de urbanização de cada município integrante do estrato.

da população rural em cada estrato cabe destacar que em 2010 no Estrato I, a população rural correspondeu a 9,63% da população total, enquanto no estrato IV esta mesma população representou 37,72% do total.

Os dados dos Censos de 2000 e 2010 indicam quedas percentuais na população rural dos quatro estratos no período em questão, com elevação na população urbana total. Observando os dados absolutos, no Apêndice I, constata-se que no estrato I a queda no número de moradores do meio rural foi de 239.724, enquanto no Estrato II o declínio foi de 166.545 pessoas, no Estrato III de 146.390 indivíduos e no estrato IV de 104.240 pessoas. Analisando percentualmente estes números constata-se que no Estrato IV a taxa de redução da população é a menor, correspondendo a 10,86% de queda, enquanto nos demais estratos a redução é de 14,33% (Estrato I), 14,68% (Estrato II) e 14,42% (Estrato III).

Ao mesmo tempo em que houve redução no número de habitantes do meio rural entre 2000 e 2010, em todos os estratos ocorre uma elevação da população residindo no meio urbano. A taxa desse crescimento é superior ao declínio rural o que resulta em crescimento da população total. Analisando individualmente o comportamento populacional dos municípios que compõem os estratos, nota-se que a população rural apresentou declínio no Estrato I em 81,78% dos municípios, no Estrato II em 81,81%, no Estrato III esta queda aconteceu em 85,59% e no Estrato IV em 84,98%. Já a população urbana diminuiu em 15,40% das unidades municipais no Estrato I, em 9,09% no Estrato II, em 4,24% no III e 5,53% do IV. Ou seja, desconsiderando as dimensões populacionais existentes em cada estrato, naqueles em que há maior presença de agricultura familiar, na maior parte dos municípios houve evasão de pessoas do campo, por outro lado nesses estratos, tais como no III e IV a evasão da população urbana apresenta os menores percentuais dentre todos os estratos, o que indica uma maior fixação dessas pessoas nesses lugares.

Tomando a Região como um todo, considerando a totalidade dos 1.159 municípios no período entre 2000 e 2010, percebe-se que em 965 (83,26%) houve redução na população rural, que a população urbana declinou em 112 (9,66%) e a população total diminuiu em 518 (44,69%) municípios. Em números absolutos, observa-se que em todos os estratos a população rural diminuiu, enquanto a população urbana e total aumentou. Mesmo que em tamanhos distintos, em todos os estratos, nota-se um crescimento na população total entre 2000 e 2010⁹⁷.

⁹⁷Detalhes podem ser visualizados no Apêndice I.

Com base nos argumentos utilizados no capítulo três, a permanência no campo deve ser uma opção das pessoas, pois viver no campo ou na cidade, com base nos preceitos do desenvolvimento como liberdade de Sen (2000), deve ser uma escolha e não uma fatalidade. Na compreensão de Hirschmann (1977), o crescimento de alguns lugares tende a atrair para sua área recursos mais capacitados, dentre estes a mão de obra. Conforme o autor ocorre um círculo vicioso no qual a mão de obra mais qualificada, oriunda das regiões que menos crescem, direciona-se para as regiões com maior crescimento, o que piora as condições daqueles locais que não crescem, diminuindo a competitividade desses. No caso da população que deixou o campo no período em estudo, os dados apontam para a mão de obra mais jovem, cuja saída afeta e provoca declínio na produtividade das regiões das quais emigraram.

As mudanças na distribuição espacial da população são uma tendência gerada pela maior urbanização e que se iniciou nos anos 1970 com concentração populacional em aglomerações urbanas (MOURA; KLEINKE, 1999). Para essa redistribuição espacial também contribuíram as mudanças estruturais na economia rural, em que as mudanças nas relações de trabalho provocaram fluxos migratórios intensos. Os autores citados neste parágrafo utilizam o termo ‘esvaziamento rural’ para caracterizar os intensos fluxos migratórios que ocorreram a partir de municípios menores em direção àqueles maiores. Entretanto, no estrato IV, mesmo ocorrendo declínio na população rural de vários municípios, não é possível falar em esvaziamento rural, pois nesse a população rural corresponde a mais de 1/3 da população total.

Conforme já apontado no capítulo quatro, utilizando argumentos de Abramovay (1999a), as relações entre agricultura familiar e desenvolvimento territorial apontam para as ligações dinâmicas e diversificadas entre o meio rural e as cidades, de forma que a população rural possa estar dotada de meios que lhe permita obter proveito do dinamismo do meio urbano em seu entorno, também pela importância do mercado, tanto de oferta quanto de demanda. Para o autor, a agricultura familiar tem importante papel no desenvolvimento brasileiro, principalmente se nas regiões houver mobilização das forças sociais e locais que têm interesse na valorização do meio rural e que contribuem para o surgimento e consolidação de instituições capazes de impulsionar o desenvolvimento.

Schneider (2004) defende que o desenvolvimento rural constitui-se a partir de ações articuladas que induzam mudanças socioeconômicas e ambientais e que resultam em melhoria de renda, em aumento da qualidade de vida e em bem-estar para as populações que vivem nos espaços rurais. Já Wanderlei (2001) relaciona ruralidade e desenvolvimento, sugerindo que ao

pensar o local se valorize o urbano e o rural, devendo os dois espaços estarem interligados, mantendo, porém, suas características próprias.

Já para Ramos (2001), mesmo que ações de industrialização e urbanização exerçam papel importante no crescimento e desenvolvimento, é fundamental que nas ações e políticas não se deixe de considerar os espaços rurais e as pessoas que ali vivem, pois, conforme Wanderley (2001), as relações entre campo e cidade não destroem particularidades e não representam o fim do rural. Na concepção dessa autora, as particularidades de cada um não são anuladas, mas representam fontes de integração, cooperação, tensões e conflitos e configuram uma rede de relações recíprocas em que as particularidades podem ser reiteradas e viabilizadas. Concorde-se com esses argumentos, uma vez que não há espaço rural sem o urbano, sendo importante a articulação entre os dois de forma que as forças de ambos resultem em ganhos recíprocos, pois o meio urbano é, ao mesmo tempo, espaço de demanda para os produtos do meio rural, assim como é espaço de oferta de bens e serviços desejados e necessários pela população rural.

Sobre as taxas de urbanização, efetuando uma comparação entre os estratos, verifica-se que quanto maior a presença da agricultura familiar, menores as taxas de urbanização, conforme já fora comentado sobre a população urbana. Ao observar os parâmetros estatísticos (Apêndice J), constata-se grande amplitude entre as taxas dos municípios que compõem os estratos. No Estrato I, no ano de 2010 a menor taxa de urbanização é 0,16 (Tijucas do Sul/PR)⁹⁸ e a maior é 1 nos municípios em que toda população está concentrada no meio urbano (Curitiba/PR, Balneário Camboriú, Bombinhas e Imbituba/SC e Alvorada, Cachoerinha, Esteio, Porto Alegre, São Leopoldo, Xangri-lá no RS). Já no Estrato IV a menor taxa de urbanização é 0,06 (em Chувиска/RS)⁹⁹ e a maior é 0,99 (Pontal do Paraná/PR e Sapucaia do Sul/RS)¹⁰⁰.

Assim, apesar da tendência de que quanto maior a presença da agricultura familiar, maior o percentual de população que vive no campo, também há exceções, tais como em Tijucas do Sul/PR onde, apesar da expressiva maioria viver no campo, predomina a agricultura patronal. Enquanto nos municípios de Pontal do Paraná/PR e Sapucaia do Sul/RS, nos quais a população rural é pequena, a agropecuária é basicamente familiar.

⁹⁸ No município havia em 2010 uma população total de 14.537 habitantes, sendo que destes 12.252 eram população rural e 2.285 urbana.

⁹⁹ O município possuía em 2010 uma população total de 4.944 habitantes, dos quais 4.671 residindo no meio rural e 273 no meio urbano.

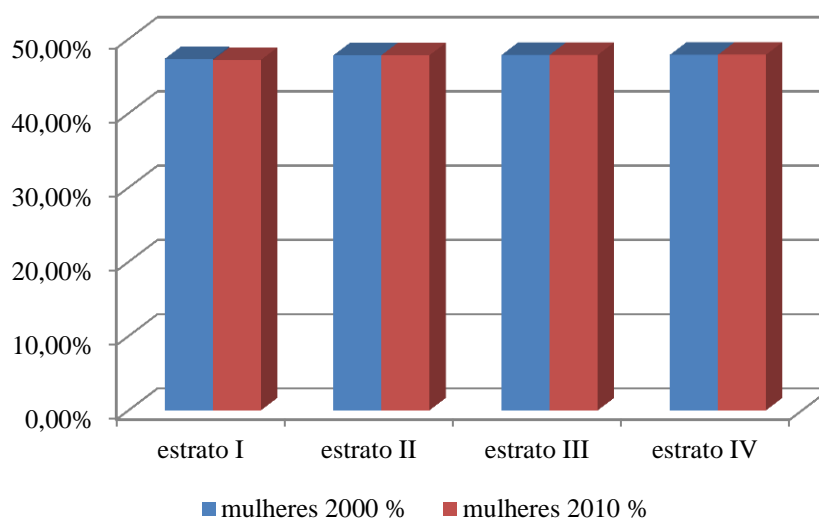
¹⁰⁰ Em Pontal do Paraná no ano de 2010 a população total era de 20.920 pessoas e destas 177 residiam no meio urbano enquanto 20.743 no meio rural. Já em Sapucaia do Sul dos 130.957 habitantes, 488 eram rurais e 130.469 urbanos.

Sobre as taxas de urbanização, cabe retomar as afirmações de Camarano e Abramovay (1999), segundo as quais, não existe um único critério válido universalmente, sendo que há países nos quais se utiliza o critério demográfico, enquanto no Brasil utiliza-se o critério administrativo, no qual a definição de zona rural e urbana é estabelecida pelos poderes públicos municipais. Nesse sentido, Sposito (2006) menciona não ser adequado reduzir a urbanização à dimensão populacional, pois, para a autora, trata-se de um processo complexo e que deve ser visto sob outras perspectivas para além das populacionais. Para essa autora, as cidades têm enquanto atributo a concentração demográfica enquanto no campo a característica é a dispersão populacional.

Após efetuar a análise das mudanças no perfil populacional dos segmentos urbanos e rurais dos quatro estratos, na continuidade passam a ser avaliados comportamentos demográficos da população rural. Em relação à variação do número de homens e mulheres residentes no meio rural, os Censos de 2000 e 2010 indicam que em todos os estratos houve redução no tamanho dessa população¹⁰¹. No entanto, no estrato IV (com maior participação da agricultura familiar) a queda foi menor, para os dois gêneros, tanto em números absolutos quanto relativos. Nesse estrato, a queda na população de homens e mulheres do meio rural é de 10,9% para eles e 10,8% para elas. De forma comparativa no Estrato I, homens diminuíram em 14,1% e mulheres em 14,6%; no estrato II são 14,7% de redução para homens e 14,6% para mulheres e no estrato III a diminuição é de 14,4% para ambos os sexos.

O Gráfico 8 permite visualizar o percentual de mulheres por estrato nos anos de 2000 e 2010, podendo-se constatar que a proporção de mulheres e de homens é muito semelhante entre os estratos e também entre os períodos da análise. Esta informação está alinhada às observações já efetuadas no capítulo quatro, em que nos itens 4.3 e 4.4 e nas tabelas 14 e 19 há havia sido apontado que, na Região Sul entre 2000 e 2010, a proporção de homens e mulheres no meio rural manteve-se praticamente inalterada, o que se repete aqui nas análises entre os estratos. Essas informações indicam que se nos anos 1990 havia uma tendência à masculinização no campo, conforme apontado por Camarano e Abramovay (1999) e Mello et al. (2003), no decênio 2000 a 2010 esta tendência não se repetiu na Região Sul.

¹⁰¹ Os dados absolutos podem ser visualizados no Apêndice K.

Gráfico 8 - População feminina no meio rural, por estrato, em 2000 e 2010

Fonte: Elaborado pela autora a partir dos Censos Demográficos de 2000 e 2010 (IBGE, 2011).

Em conformidade com o que já fora apresentado no capítulo quatro, no meio rural da Região Sul, o percentual de mulheres é menor do que o de homens, tendo se mantido a mesma proporção nos anos de 2000 e 2010. Explicações para essa predominância de homens no campo decorrem da cultura favorável a esse gênero, tais como aquela ressaltada por Woortmann (2001) e Tepicht (1973) segundo os quais os homens em idade produtiva são considerados ‘forças plenas’ enquanto as mulheres, velhos e crianças são considerados forças marginais.

Para além da verificação sobre como evoluiu a população rural por gênero, na Tabela 30 é apresentada a taxa percentual de cada faixa etária perante o total da população rural nos anos de 2000 e 2010, para cada estrato¹⁰².

Tabela 30 - População rural nas faixas etárias por estrato em 2000 e 2010 (em %)

Estratos	0 a 14 anos		15 a 24 anos		25 a 29 anos		30 a 59 anos		60 a 79 anos		Mais 80 anos	
	2000	2010	2000	2010	2000	2010	2000	2010	2000	2010	2000	2010
I	29,86	23,75	17,65	15,99	7,45	7,04	35,43	40,18	8,61	11,50	1,00	1,54
II	28,69	22,63	17,64	15,84	7,21	6,91	35,95	40,35	9,41	12,53	1,10	1,74
III	27,67	21,39	17,25	15,93	6,97	6,83	36,97	40,85	9,96	13,07	1,19	1,93
IV	27,36	21,08	16,82	15,75	6,79	6,64	37,69	41,34	10,12	13,28	1,22	1,91

Fonte: Elaborado pela autora a partir dos Censos Demográficos de 2000 e 2010 (IBGE, 2011).

¹⁰² Os dados absolutos que originam a Tabela 30 estão disponíveis no Apêndice L.

Uma primeira observação que pode ser efetuada a partir dos dados da Tabela 30 é referente à semelhança que existe na estrutura etária entre os diferentes estratos. Mesmo que os percentuais sejam distintos, a proximidade entre esses permite indicar que, em relação à população total rural de cada estrato, as diferentes faixas etárias participam com taxas semelhantes.

A partir da Tabela 30 constata-se que, observando a participação de cada faixa etária no total da população em cada estrato, no estrato IV em 2000 do total da população, 49% tinha idade superior aos 30 anos, tendo este percentual se elevado para 56,53% em 2010. Dentre os demais estratos, no III, as taxas de variação foram semelhantes ao IV, nos quais a população com mais de 30 anos passou de 48% para 56% no mesmo período. Nos demais estratos esta tendência também se manifesta, porém em percentuais levemente inferiores (45% e 53% no estrato I e 46% e 55% no estrato II). Em decorrência do crescimento percentual nas faixas etárias superiores aos 30 anos, houve declínio na participação das faixas etárias menores, sendo que no Estrato IV há o menor percentual nestas faixas.

A constatação a partir dos dados da Tabela 30 confirma o que já fora observado no capítulo quatro, de que a população rural está envelhecendo, sendo que, no ano de 2010, o percentual daqueles com mais de 30 anos está entre 53% e 56%, com maiores percentuais apresentados pelos Estratos com maior presença de agricultores familiares.

O aumento no número de pessoas mais velhas no meio rural por si só não se caracteriza como um problema, pois pode ser um indicador das melhorias nas condições de vida, pois para viver mais é preciso ter melhor acesso a recursos como alimentação, saúde, habitação, lazer. A expectativa de vida maior está relacionada ao acesso à saúde e dignidade, ou seja, maior qualidade de vida e maior nível de desenvolvimento, na linha do que foi defendido no capítulo três para o desenvolvimento rural e da liberdade de escolha. Entretanto, a redução da população mais jovem é que no longo prazo pode se tornar um problema, quando os mais velhos não tiverem mais energias para levar adiante as atividades agropecuárias e os estabelecimentos familiares em que vivem e trabalham.

Nesse contexto, cabe retomar os argumentos sobre a busca do equilíbrio entre trabalho e consumo, de Chayanov (1981), segundo o qual a autoexploração do trabalho existente dentro da unidade familiar é determinada pelas necessidades de consumo da família, que busca equilibrar volume de trabalho com necessidades de consumo. Sobre esses aspectos Schneider (1981); Woortmann (2001); Abramovay (2007) e Wanderley (2009b) também discorrem, indicando os motivos pelos quais os mais jovens buscam atividades no meio

urbano, não concordando com o nível de autoexploração necessário para acessar suas necessidades de consumo.

Após a verificação do percentual com que cada faixa etária participa na população rural total, na Tabela 31 são apresentadas as taxas de variação da população, no período, em cada faixa etária.

Tabela 31 - População rural em cada faixa etária por estrato em 2000 e 2010 (em %)

Estratos	0 a 14 anos	15 a 24 anos	25 a 29 anos	30 a 59 anos	60 a 79 anos	80 ou + anos
I	-31,85	-22,40	-19,03	-2,85	14,47	32,54
II	-32,68	-23,39	-18,22	-4,24	13,62	34,06
III	-33,86	-20,93	-16,17	-5,44	12,35	39,06
IV	-31,33	-16,52	-12,76	-2,23	17,00	39,68

Fonte: Elaborado pela autora a partir dos Censos Demográficos de 2000 e 2010 (IBGE, 2011).

De forma geral, os dados apresentados na Tabela 31 permitem constatar que, nas faixas etárias de até 59 anos, declina a população em todos os estratos, sendo que nas faixas etárias mais jovens o declínio é maior e vai diminuindo à medida que aumenta a idade¹⁰³.

Confirmando a tendência ao envelhecimento já apontada no capítulo quatro e também identificada na Tabela 30, os dados dos Censos, dispostos na Tabela 31, apontam que nas faixas etárias acima de 60 anos a população aumenta em percentuais não desprezíveis. Em relação a esse aspecto, cabe ressaltar que a população rural das faixas etárias acima de 60 anos está inclusa no grupo de aposentados por idade, pois, conforme a Constituição Federal de 1988, todos os homens maiores de 60 anos e as mulheres com mais de 55 anos, usufruem o direito de acessar a aposentadoria por idade, conforma discutido no item 4.5 dessa pesquisa.

Quando efetuadas comparações entre os estratos, nota-se que no IV as taxas de redução da população com idade de até 59 anos são menores, enquanto que nas faixas etárias maiores de 60 anos neste estrato estão os maiores crescimentos populacionais entre os estratos. Considerando que nesse estrato a maior parte dos agricultores são familiares e que os estabelecimentos tendem a ser de sua propriedade, então permanecer trabalhando ou residindo ali pode ser uma das opções, tendo em vista haver nesses municípios uma maior proximidade entre o rural e o urbano, por serem municípios com menores extensões territoriais.

Outro aspecto que contribui para menores reduções de população no Estrato com maior presença da agricultura familiar está alicerçado na importância das redes sociais que se

¹⁰³ Cabe destacar a diferença em relação à Tabela 30, na qual consta o percentual que cada faixa etária representa no total da população rural em cada estrato, sendo que naquela tabela nas faixas etárias de até 29 anos observou-se o declínio na participação percentual e, na Tabela 31, constata-se que a redução em números absolutos ocorreu também nas faixas de 30 a 59 anos.

formam nos locais em que há mais agricultores familiares, conforme mencionado no capítulo três (PLOEG, 2008; RADOMSKY; SCHNEIDER, 2007; NIEDERLE; RADOMSKY, 2007).

Conforme Ploeg (2008), as pessoas precisam ter sentimentos de pertença e avaliações positivas em relação ao lugar em que vivem para que possa existir capital social, o que passa pela disponibilidade de bens coletivos, garantias de acesso e qualidade de serviços de saúde, educação, transportes públicos, paisagem, natureza, acessibilidade, menores níveis de poluição e outros recursos já comentados no capítulo três. Neste sentido, os argumentos sobre o capital social possível de ser constituído pelos agricultores familiares no meio em que vivem pode ser um dos motivos pelos quais no Estrato IV ocorra menor incidência de saída dos mais velhos do meio rural.

Outra questão inserida na dimensão demográfica diz respeito à evolução do número de domicílios rurais e respectivo número de moradores, em cada estrato nos anos de 2000 e 2010, cujas informações estão apresentadas na Tabela 32¹⁰⁴.

Tabela 32 - Domicílios no meio rural por quantidade de moradores, por estrato, em 2000 e 2010 (em %)

Estratos	Domicílios em 2000 (moradores)				Domicílios em 2010 (moradores)			
	Um	Dois	Três	Quatro ou mais	Um	Dois	Três	Quatro ou mais
I	9,04	17,72	23,41	49,83	11,50	24,47	26,34	37,69
II	7,96	17,68	23,48	50,87	10,58	25,08	26,48	37,86
III	6,63	16,93	23,28	53,16	9,37	24,60	26,45	39,59
IV	6,58	17,49	23,81	52,12	9,53	25,46	26,98	38,03

Fonte: Elaborado pela autora a partir dos Censos Demográficos de 2000 e 2010 (IBGE, 2011).

Na Tabela 32, consta o percentual de domicílios conforme o número de moradores em cada estrato para os anos de 2000 e 2010, sendo possível observar que no período ocorreu crescimento no número de domicílios¹⁰⁵ com até três moradores, enquanto declinam aqueles com quatro ou mais moradores. Essas informações estão alinhadas à redução nos tamanhos das famílias rurais, seja pelo declínio das taxas de fecundidade ou pela migração dos mais jovens, conforme já comentado no capítulo quatro desta pesquisa. Com base nos dados apresentados na Tabela 32, observa-se que em 2000 a estrutura de domicílios por número de moradores é bastante semelhante entre os estratos, o que se mantém em praticamente todos os

¹⁰⁴ As informações a partir das quais foram elaboradas as Tabelas 32 e 33 podem ser visualizadas no Apêndice M.

¹⁰⁵ Segundo o IBGE (2011) domicílios são aqueles locais separados e independentes destinados a servir de habitação ou que esteja sendo utilizado como morada para uma ou mais pessoas. Já morador é aquele que tem no domicílio seu local habitual de residência, estando presente na data de referência ou caso ausente, que esta ausência não seja superior a 12 meses relacionados à data de referência.

estratos e tamanhos de domicílios em 2010, com exceção daqueles com um morador, nos quais consta uma diferença maior entre o Estrato I e o IV.

Neste sentido, comparando as informações da Tabela 32 com resultados apresentados no capítulo quatro, quando efetuado o cálculo do número de crianças, jovens, mulheres e homens por estabelecimento¹⁰⁶ na agricultura familiar (Tabelas 9, 12, 15 e 21) lá já havia sido constatado este declínio. E, mesmo considerando as diferentes definições para domicílios e estabelecimentos percebe-se uma realidade semelhante seja pela ótica do Censo Agropecuário ou do Censo Demográfico.

Na Tabela 32, o objetivo foi demonstrar o percentual de domicílios conforme o número de moradores. Na Tabela 33, são apontadas as taxas de evolução nos domicílios conforme o número de moradores¹⁰⁷.

Tabela 33 - Evolução percentual de domicílios rurais por número de moradores em cada estrato entre 2000 e 2010

Estrato	Um morador	Dois moradores	Três moradores	Quatro moradores	Mais de cinco moradores
I	25,07	35,71	10,60	-12,13	-37,71
II	31,49	40,26	11,53	-11,60	-39,42
III	40,99	44,86	13,25	-10,34	-38,83
IV	49,95	50,67	17,30	-9,48	-37,61

Fonte: Elaborado pela autora a partir dos Censos Demográficos de 2000 e 2010 (IBGE, 2011).

Em todos os estratos, observa-se uma elevação no número de domicílios com até três moradores, sendo que o Estrato IV foi aquele que apresentou as maiores taxas de crescimento, aumentando em 50% o número de domicílios com um e dois moradores. Nos domicílios com mais de quatro moradores, o que se observou foi uma redução em seu tamanho para todos os Estratos, sendo que o IV foi aquele em que as taxas de evolução foram menores.

Efetuando um cruzamento dessas informações com aquelas sobre a variação populacional por faixa etária, pode-se interpretar que esses domicílios rurais com um ou dois moradores podem ser constituídos por homens solteiros ou viúvos, casais ou de idosos vivendo sozinhos, uma vez que os filhos jovens apresentam uma tendência maior a evadir do

¹⁰⁶ Estabelecimentos são considerados pelo IBGE (2006) todas aquelas unidades que têm sua produção dedicada total ou parcialmente a atividades agropecuárias, florestais e aquícolas, que estejam subordinadas a uma única administração, seja do produtor ou do administrador.

¹⁰⁷ Estes percentuais são o quociente entre a diferença do número de domicílios entre 2010 e 2000 e o número de domicílios em 2000.

campo. Outro aspecto que explica o menor número de moradores por domicílio é a menor taxa de filhos por família, conforme já apontado anteriormente nessa pesquisa.

A partir da constatação de que o número de pessoas residindo nos domicílios tende à redução, associando com a abordagem de Chayanov (1981), é possível afirmar que nestas famílias o equilíbrio entre trabalho e consumo reduz a quantidade de trabalho necessária uma vez que reduz o número de pessoas cujas demandas terão de ser satisfeitas. E, diante da constatação de que as pessoas que ali permanecem são mais velhas, há também a contribuição dos recursos da Previdência Social para os aposentados, o que auxilia na redução da pensão necessária a ser autoimposta para aqueles que permanecem no campo com idades mais avançadas.

A partir da análise individualizada das variáveis citadas, constata-se que na dimensão demográfica em todos os estratos a tendência é de redução na população rural e, dentro dessa, com maior destaque a população mais jovem, corroborando o que já havia sido observado no capítulo quatro. Na comparação entre os estratos, naquele em que há maior presença de agricultura familiar (IV), a tendência é a mesma dos outros estratos, mas com variações mais favoráveis em algumas situações. Esse comportamento indica que nestes espaços o meio rural é mais atrativo do que nos estratos em que há menor presença da agricultura familiar, seja pelo capital social que ali predomina ou pela liberdade usufruída por quem vive ali.

Prosseguindo nas análises comparativas entre os estratos nas dimensões selecionadas, na sequência são observadas variáveis da dimensão social.

5.2 Dimensão social

No que tange à dimensão social, procura-se analisar a evolução de variáveis que fornecem informações sobre o meio rural para cada estrato, sendo observadas taxas de alfabetização da população rural e por gênero, grau de escolaridade dos maiores de 25 anos e índices de desenvolvimento IDH-M e IFDM¹⁰⁸. O objetivo da análise dessas variáveis é identificar comparativamente as condições sociais de desenvolvimento entre os estratos nos quais os municípios da Região Sul estão classificados.

As análises da dimensão social iniciam-se pelas taxas de alfabetização da população rural em cada estrato, nos anos de 2000 e 2010, ressaltando que a definição desta taxa é feita pelo IBGE (2004) como sendo o percentual de pessoas, com 15 anos ou mais de idade, em

¹⁰⁸ No caso do IDH-M e do IFDM os resultados dizem respeito aos municípios como um todo sem haver distinção entre meio rural e urbano.

relação ao total da população dessa mesma faixa etária, que sejam capazes de ler e escrever ao menos um bilhete. Na Tabela 34 estão ilustradas essas informações:

Tabela 34 - Taxas de alfabetização, no meio rural, por estrato em 2000 e 2010

Estratos	Taxa de alfabetização	
	2000	2010
I	0,87	0,89
II	0,87	0,90
III	0,90	0,92
IV	0,90	0,92

Fonte: Elaborada pela autora a partir dos Censos Demográficos de 2000 e 2010 (IBGE, 2011).

O resultado exposto na Tabela 34 corresponde à média entre as taxas individuais de cada município integrante dos estratos¹⁰⁹. Mesmo que as taxas de cada Estrato para o mesmo ano apresentem semelhanças estatísticas, uma primeira observação a ser efetuada indica que em todos os estratos ocorreu aumento no percentual de pessoas alfabetizadas entre os dois períodos e, observando individualmente os Estratos, constata-se que no III e IV há maior percentual de pessoas que sabem ler e escrever.

Cabe observar que na individualidade de cada estrato as amplitudes são grandes no que tange às taxas de alfabetização. Por exemplo, o Estrato I no ano de 2010 apresenta uma taxa média de alfabetização de 0,89; porém, as taxas individuais dos municípios que o compõem variam desde 0,81 (em Bom Jesus/RS) até 0,99 (em Bom Sucesso do Sul/PR e Ivatuba/PR). Outra ilustração é do Estrato IV no qual a taxa média de alfabetização em 2010 foi de 0,92, sendo que a menor taxa foi de 0,78 (em Tunas do Paraná/PR) e a maior de 0,99 (em São João do Oeste/SC, Feliz e Morro Reuter/RS). Com base nas taxas de alfabetização dos municípios que integram os estratos, foi possível constatar que no Estrato IV a dispersão entre as taxas é menor, o que resulta num desvio padrão menor¹¹⁰.

Em relação à amplitude entre as taxas de alfabetização no Estrato IV cabe ressaltar que, em se considerando o ano de 2010, a taxa de Tunas do Paraná/PR pode ser considerada um *outlier*, pois a próxima taxa já é 0,81 e dos 253 municípios do Estrato, em 148 (58,50%) as taxas de alfabetização são iguais ou maiores de 0,92. No Estrato I, excluídos os municípios sem população rural (Curitiba, Balneário Camboriú, Bombinhas, Imbituba, Alvorada, Cachoeirinha, Esteio, Porto Alegre, São Leopoldo, Xangri-lá) há 299 (69,86%) nos quais a taxa de alfabetização é igual ou maior a 0,89. No Estrato II há 152 (62,81%) municípios cujas taxas de alfabetização são iguais ou maiores a 0,90 e no Estrato III são 145 (61,44%) aqueles

¹⁰⁹ Para cada estrato foram calculados parâmetros estatísticos disponíveis no Apêndice N.

¹¹⁰ Para visualizar as outras amplitudes, vide Apêndice N.

cujas taxas de alfabetização são iguais ou maiores de 0,92. E por fim, se for utilizada a taxa média de alfabetização dos Estratos III e IV, se constata que no Estrato I há 160 municípios nessa condição; no Estrato II há 116, no Estrato III 145 e no IV 148, números que perante a totalidade dos municípios de cada estrato representam 37,38%; 47,93%; 61,44% e 58,50%, respectivamente. Na totalidade da Região, os municípios cujas taxas de alfabetização são maiores ou iguais a 0,92 perfazem 49,09% da totalidade. Portanto, as taxas de alfabetização da população rural dos estratos III e IV são superiores aquelas dos Estratos I e II e nesse sentido maiores taxas de alfabetização são indicativas de melhores condições de vida, uma vez que a educação é uma das capacidades libertadoras mencionadas por Sen (2000).

Com base nas taxas de alfabetização para o meio rural, observadas na Tabela 34, na continuidade busca-se analisar como estão os índices de alfabetização para cada gênero, informações disponíveis na Tabela 35¹¹¹.

Tabela 35 - Homens e mulheres alfabetizados, no meio rural, por estrato em 2000 e 2010 (%)

Estratos	Percentual de homens alfabetizados		Percentual de mulheres alfabetizadas	
	2000	2010	2000	2010
I	87,85	91,06	86,83	90,88
II	88,81	91,54	87,62	91,22
III	90,81	92,77	89,86	92,80
IV	90,71	92,46	89,74	92,43

Fonte: Elaborada pela autora a partir dos Censos Demográficos de 2000 e 2010 (IBGE, 2011).

Em consonância com as variações das taxas de alfabetização, o percentual de homens e mulheres alfabetizados também aumentou entre 2000 e 2010, com sinais levemente melhores nos Estratos III e IV para os dois gêneros.

Em relação à importância da educação para o meio rural e nesse para os agricultores familiares, devem ser retomados os argumentos de Schultz (1965) para quem o conhecimento é fundamental para que as melhorias possam ser implantadas na agricultura. Outro autor que também considera importante a educação e o conhecimento é Schumpeter (1988). Esses autores de enfoque neoclássico e suas afirmações são valiosas, diante das quais é importante repensar o pouco valor que continua sendo atribuído à educação no meio rural e na agricultura familiar (CARNEIRO, 1996; ABRAMOVAY, 1999a).

Diante da constatação de que cresceu o número de homens e mulheres alfabetizados no meio rural, na sequência é apresentado o nível de instrução da população com mais de 25

¹¹¹ Os dados de origem desta tabela estão disponíveis no Apêndice O.

anos nos quatro estratos, comparando os resultados entre 2000 e 2010. A opção em apresentar as informações para os maiores de 25 anos é decorrente do fato de que após esta idade a tendência é de que os indivíduos já tenham efetuado sua escolha entre residir no campo ou na cidade, apesar de que nessa pesquisa constata-se haver aqueles que após esta idade ainda migram¹¹².

Tabela 36 - Nível educacional concluído das pessoas maiores de 25 anos, residentes no meio rural, por estrato em 2000 e 2010 (em %)

Estrato	2000				2010			
	Funda- mental in- completo	Médio incom- pleto	Superior incom- pleto	Superior completo	Funda- mental in- completo	Médio incom- pleto	Superior incom- pleto	Superior completo
I	84,77	8,16	5,38	1,07	73,88	12,97	10,38	2,67
II	85,28	8,22	4,91	0,95	74,90	12,34	10,22	2,48
III	86,08	8,23	4,45	0,69	75,17	12,54	9,93	2,33
IV	87,94	7,22	3,76	0,57	77,56	12,10	8,47	1,81

Fonte: Elaborada pela autora a partir dos Censos Demográficos de 2000 e 2010 (IBGE, 2011).

Conforme vem sendo observado desde as taxas de alfabetização, houve melhorias na alfabetização da população entre 2000 e 2010 em todos os estratos, com leve favorecimento para os estratos com maior presença da agricultura familiar (III e IV). Em conformidade com o que foi apresentado neste estudo, os dados dos Censos, apresentados na Tabela 36, confirmam que há baixo nível de escolaridade por parte daqueles que vivem no meio rural desta região, dado que em 2000 praticamente 85% da população tinha no máximo ensino fundamental incompleto (neste grupo estão inclusos também aqueles sem instrução alguma).

Nos dez anos que se passaram entre 2000 e 2010, nota-se que o número de pessoas com menor grau de instrução é reduzido em aproximadamente dez pontos percentuais, com elevação no percentual daqueles com maiores instruções. Em especial, o Estrato IV permanece sendo aquele com o maior percentual de pessoas com menor grau de instrução.

Retomando autores já citados nessa pesquisa, tanto Abramovay (1999a), quanto Carneiro (1996) apontaram em seus estudos que os jovens residentes no meio rural têm baixa escolaridade, e nas faixas etárias mais altas é menor ainda. A cultura predominante no meio rural de que não é necessário estudar para ali permanecer (CARNEIRO, 1996) é um fator que dificulta a existência de agricultores familiares que possam ser mais empreendedores, na linha defendida por Schumpeter (1988). Nesse sentido, os dados apresentados na Tabela 36 permitem visualizar pequenas mudanças, pois indicam o declínio percentual daqueles que têm

¹¹² Os dados absolutos que originam a Tabela 36 estão disponíveis no Apêndice P.

apenas ensino fundamental incompleto e a elevação do percentual de quem passa a ter ao menos o ensino médio.

Em relação à educação, Veiga (2000) aponta que a qualidade do ensino no meio rural é outro estrangulamento que precisa ser superado para que o desenvolvimento rural seja uma realidade para todas as famílias, devendo essas não aceitar o ensino ruim. Mello et al. (2003b) argumentam que o ingresso ou permanência dos agricultores familiares em atividades produtivas está relacionado ao conhecimento adquirido na escola através do sistema educacional, o que em partes coincide com o que Schultz (1965) apontava em relação à necessidade de ampliar os conhecimentos por parte dos produtores.

Considerando que na dimensão demográfica verificou-se a redução no número de crianças e jovens e que, ainda assim, observou-se um declínio no percentual de pessoas com nível máximo de ensino fundamental incompleto, conclui-se que também no grupo de pessoas mais velhas melhorou o nível de instrução entre 2000 e 2010.

Nos dados da Tabela 36 verifica-se que não foi apenas no nível mais baixo de escolaridade que cresceu o acesso da população rural aos maiores níveis de instrução, pois nos outros níveis também ocorreu tal situação. No que tange à educação superior, o crescimento de pessoas com mais de 25 anos e graduadas é coerente com o crescimento no número de concluintes no ensino superior brasileiro, sendo que entre 2000 e 2007 constata-se que no Brasil e na Região Sul mais do que duplicou o número de concluintes do ensino superior (INEP, 2012).

As informações da Tabela 36 estão em concordância com aquelas apresentadas nas Tabelas 17 e 23 do capítulo quatro, nas quais constam informações sobre grau de escolaridade de pessoas que dirigem estabelecimentos agropecuários, os quais em sua maior parte têm como máximo de escolaridade o Ensino Fundamental incompleto. Esses índices, apesar de terem melhorado, exigem maior atenção para que se possa modificar a cultura predominante no meio rural: a de que para ficar ali não é necessário estudar, conforme amplamente discutido no capítulo quatro.

Schneider (2004) cita o papel dos agricultores no contexto do desenvolvimento rural falando das práticas produtivas que esses devem adotar e que tornam importante o domínio de tecnologias, a tomada de decisões, o controle e gerenciamento de processos para melhor tomada de decisões em relação ao modo de vida e trabalho. Para isso maiores níveis de instrução são relevantes. Assim como Schultz (1965) e Schumpeter (1988) argumentam sobre a importância de que mesmo no meio rural as pessoas busquem conhecimento que lhes permitirá melhores resultados e condições de inovação empreendedora.

Na linha do desenvolvimento endógeno, a identificação e mobilização do potencial de desenvolvimento de uma região tem no nível educacional da população um aspecto importante para o potencial endógeno (PAIVA, 2004). Assim, constatar que no meio rural dos estratos ocorre uma melhoria no nível educacional é aspecto importante, pois se pode ao menos ter expectativas de que avanços estão ocorrendo. Ploeg (2008) ao tratar sobre desenvolvimento rural aponta para a necessidade de processos endógenos provocados pelas comunidades em que os agricultores devem se utilizar da diversificação de seus processos produtivos para garantir espaços e enfrentar os mercados com crescente controle por parte dos impérios alimentares o que também decorre do conhecimento que a população detém.

Além das informações sobre alfabetização e grau de escolaridade, na dimensão social são analisados os índices de desenvolvimento. Foram utilizados o Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDH-M) e o Índice Firjan de Desenvolvimento Municipal (IFDM). A metodologia utilizada na elaboração desses índices tornam os mesmos referentes ao município como um todo, não sendo exclusivo do meio rural.

Inicialmente cabe ressaltar que o IDH foi criado em 1998 com a pretensão de ser uma medida do desenvolvimento humano e o IDH-M é um ajuste metodológico ao IDH Global, publicado a partir dos resultados dos Censos Demográficos (IDH, 2012). O IDH é mensurado a partir das dimensões Renda, Educação e Saúde, sendo o cálculo de cada dimensão efetuado pelos critérios apresentados a seguir: a) a *renda* indica o padrão de vida da população medido pela renda nacional bruta per capita medida em poder de paridade de compra em dólar; b) a *saúde* é medida pela expectativa de vida, do quanto essa população consegue ter uma vida longa e saudável; c) a *educação*, por sua vez, é medida pela combinação entre a média de anos de estudo de adultos (maiores de 25 anos) e expectativa de anos de escolaridade das crianças que iniciam a vida escolar (PNUD, 2012).

Em relação à utilização do IDH como medida de desenvolvimento, Veiga (2006b) apresenta críticas, pois afirma que essa e outras medidas não conseguem captar, por exemplo, o capital social, mas concorda que esta medida é melhor do que a utilização do PIB per capita como indicador do desenvolvimento. Então, mesmo que os resultados mais recentes para o IDH-M sejam de 2000 e apesar das críticas de Veiga, optou-se em apresentá-los na Tabela 37.

Tabela 37 - Índice de Desenvolvimento Humano Municipal, por estrato, em 2000

Estrato	IDH-M	IDHM Renda	IDHM Longevidade	IDHM Educação
I	0,762	0,675	0,758	0,854
II	0,766	0,672	0,772	0,855
III	0,781	0,681	0,791	0,869
IV	0,779	0,672	0,799	0,866

Fonte: Elaborado pela autora a partir de IDH (2012).

Os dados da Tabela 37 permitem constatar, de forma geral, que os Estratos III e IV apresentaram IDH-M mais elevado do que os Estratos I e II, e que este índice maior é consequência de resultados melhores em longevidade e educação¹¹³.

Em todos os estratos, os índices mais elevados estão na educação, seguidos pela longevidade e com menores resultados consta a renda. Em relação à educação o maior índice é observado no estrato III e o segundo maior no estrato IV. Quanto à longevidade, está no estrato IV o maior índice de desenvolvimento humano, o que também pode ser relacionado com o fato de que no estrato IV as taxas de envelhecimento da população são as maiores. Ao observar as taxas do IDH de 2000 em relação à renda, em todos os estratos, notem-se baixos resultados, estando o estrato IV entre os piores resultados, o que corresponde a um dos gargalos desse grupo de municípios.

Na análise individual do IDH-M para cada estrato, observa-se que no IV os índices de cada município estão mais concentrados em torno da média enquanto nos outros estratos há maior dispersão, o que pode ser visualizado no Apêndice Q. Esta maior concentração em torno da média, por parte do Estrato IV, pode ser confirmada quando observados os índices mínimos e máximos em cada estrato, confirmando uma menor dispersão dos municípios do Estrato IV. Essas informações podem ser analisadas como resultado de maior semelhança entre os municípios deste estrato se comparados com os dos outros estratos.

Considerando que até o momento não foram disponibilizadas as informações do IDH-M para o ano de 2010, optou-se em recorrer ao IFDM para análises complementares, uma vez que esse disponibiliza dados para 2000 e 2010. Esse índice foi publicado pela primeira vez em 2008 utilizando como base os dados de 2000 e de 2005. A partir de então anualmente foram publicados relatórios referentes aos anos base de 2005 a 2010 (FIRJAN, 2012)¹¹⁴.

¹¹³ No Apêndice Q estão disponíveis os parâmetros estatísticos do IDH-M 2000 para cada Estrato

¹¹⁴ No ano de 2008 foi publicado o IFDM com anos base 2000 e 2005, em 2009 a publicação utilizou o ano base 2006. Em 2010 o ano base era 2007, já em 2011 foram efetuadas duas edições de publicação referentes aos anos base 2008 e 2009. E por fim, em 2012 a publicação utilizou enquanto ano base os dados de 2010 (FIRJAN, 2012).

Em relação à metodologia utilizada pela FIRJAN para o cálculo do IFDM na dimensão *emprego e renda*, as variáveis utilizadas são a geração, o estoque e os salários médios do emprego formal, tendo como fonte dados do Ministério do Trabalho e Emprego. Já na dimensão *educação* as variáveis utilizadas são taxa de matrícula na educação infantil, taxa de abandono, taxa de distorção idade-série, percentual de docentes com ensino superior, média diária de horas aula e resultado do IDEB, utilizando como fonte dados do Ministério da Educação. A dimensão *saúde* constitui-se das variáveis: número de consultas pré-natal, óbitos por causas mal definidas e óbitos infantis por causas evitáveis, utilizando como fonte dados do Ministério da Saúde (FIRJAN, 2012).

Tabela 38 - Índice Firjan de Desenvolvimento Municipal por estrato em 2000 e 2010

Estratos	IFDM 2000				IFDM 2010			
	IFDM	Emprego e renda	Educação	Saúde	IFDM	Emprego e renda	Educação	Saúde
I	0,610	0,418	0,648	0,764	0,705	0,471	0,770	0,873
II	0,607	0,421	0,642	0,757	0,703	0,456	0,773	0,879
III	0,618	0,435	0,653	0,766	0,718	0,467	0,801	0,887
IV	0,597	0,427	0,618	0,747	0,710	0,450	0,791	0,887

Fonte: Elaborada pela autora a partir de IFDM (2012).

As informações da Tabela 38 permitem visualizar que em todos os estratos e para todos os desdobramentos ocorreram melhorias entre 2000 e 2010, sendo possível constatar que na variável Emprego e Renda houve as menores variações¹¹⁵ e analisando a totalidade dos índices observa-se que nos estratos III e IV são encontrados os melhores índices. Individualmente verifica-se que o estrato III apresenta o melhor índice do IFDM 2000, estando a segunda melhor posição ocupada pelo estrato I. Já em 2010 o IFDM nas melhores posições passou a ser dos estratos III e IV. Em todos os estratos constata-se que entre 2000 e 2010 os índices de educação e saúde foram aqueles que mais cresceram, indicando que nessas áreas estão ocorrendo ações que melhoram as variáveis que somadas formam os indicadores.

Comparando os índices de forma desdobrada, nota-se que aqueles relacionados à saúde são os mais elevados enquanto que os vinculados ao emprego e renda são os menores, em todos os estratos. Na comparação dos estratos entre 2000 e 2010 podem ser verificadas questões como: a) no IFDM referente à saúde o estrato III ocupa a maior posição nos dois anos, sendo que em 2000 a segunda posição é ocupada pelo estrato I e em 2010 a primeira posição é dividida com o estrato IV; b) no IFDM educação também o estrato III ocupa os

¹¹⁵ No Apêndice R estão disponíveis os parâmetros estatísticos calculados para cada estrato em 2000 e 2010.

melhores índices nos dois anos constando em segundo lugar em 2000 o estrato I e em 2010 o IV; c) em relação ao emprego e renda os maiores índices do IFDM em 2000 eram dos estratos III e IV e em 2010 o Estrato I passou a ter o maior índice, seguido pelo III.

Os índices de desenvolvimento podem ser questionados quanto aos seus resultados, mas podem contribuir para a avaliação sobre os níveis de avanço ou estagnação das regiões (estratos). Conforme Hirschmann (1977, p. 36) “o progresso econômico não ocorre ao mesmo tempo em toda a parte”. O crescimento desequilibrado numa região comumente gera ocorrências que afetem outra(s) região (ões), de forma que o progresso de um local provoque tensões, pressões e coerções ao crescimento de outros locais.

Conforme apontado na seção 4.5 do capítulo quatro, o meio rural oferece ambientes privilegiados para a formação de redes de relação nas quais as pessoas conhecem os nomes uns dos outros, sabem da vida e da saúde dos outros membros da comunidade, o que evita o risco de anonimato e também se insere nos preceitos do capital social (SEQUEIRA; SILVA, 2002). Este capital social contribui para que existam maiores cuidados com a educação e saúde da população nesses locais.

A geração de emprego e renda aparece como o maior gargalo em todos os estratos, ressaltando que são consideradas informações do meio urbano e rural e que para a constituição do índice, a FIRJAN leva em conta o estoque e os salários médios do emprego formal. No meio rural em que predomina a agricultura familiar, a tendência é de não haver emprego formalizado, uma vez que as relações de ocupação são informais, com laços de parentesco, conforme abordado nos capítulos anteriores. No meio urbano as relações de trabalho nas empresas familiares também podem subestimar as condições de geração de emprego e renda. Entretanto, nos Estratos I, II e III há municípios com grande tamanho populacional e apesar disso, seus índices de geração de emprego e renda não são melhores do que no Estrato IV, com leve favorecimento ao Estrato I.

Analisando os resultados do Estrato IV quanto às variáveis da dimensão social pode-se concluir que as condições são melhores no que tange às taxas de alfabetização, aos índices de educação e saúde, mas que em se tratando do nível de escolarização e também sobre aspectos relacionados ao emprego e renda estas regiões ocupam posições inferiores às dos outros estratos. Sobre o nível de escolarização cabe ressaltar que os resultados são coerentes com a cultura que predomina no meio rural e na agricultura familiar: de que para ali permanecer não seria necessário estudar.

Na continuidade procuram-se argumentos sobre as condições da população de cada Estrato no que tange à dimensão econômica.

5.3 Dimensão econômica

Nessa dimensão as variáveis utilizadas fornecem informações sobre pessoas com e sem rendimento no meio rural, rendimento médio por gênero neste espaço, transferências de renda via Bolsa Família, PIB (Produto Interno Bruto) municipal e Valor Adicionado na agropecuária, importância das receitas oriundas de aposentadorias e pensões para os estabelecimentos rurais, disponibilidade de energia elétrica, acesso a bens como eletrodomésticos e meios de transporte e serviços de comunicação.

A primeira informação desta dimensão, disponível na Tabela 39, diz respeito ao percentual de pessoas residentes no meio rural maiores de dez anos, com rendimento em cada estrato para os anos de 2000 e 2010¹¹⁶.

Tabela 39 - População rural maior de dez anos de idade, com rendimento, por estrato em 2000 e 2010 (em %)

Estrato	2000	2010
I	55,28	62,48
II	57,15	65,96
III	58,25	69,07
IV	57,96	70,64

Fonte: Elaborada pela autora a partir dos Censos Demográficos de 2000 e 2010 (IBGE, 2011).

Inicialmente cabe mencionar que o rendimento mensal corresponde “à soma do rendimento mensal de trabalho com o proveniente de outras fontes” (IBGE, 2004, p. 383; IBGE, 2011). Sendo assim, na Tabela 39, pode ser visualizado o percentual da população rural com mais de dez anos que recebe rendimentos seja do trabalho ou de outras fontes, podendo ser estas aposentadorias, pensões, transferências de programas sociais ou rendimentos de aluguéis, juros, dividendos, direitos autorais, parcerias e outros rendimentos mensais não citados.

Uma primeira avaliação sobre os dados da Tabela 39 permite constatar que em todos os Estratos aumentou o número de pessoas com rendimentos, pois em 2000 os percentuais indicam que, aproximadamente, metade das pessoas maiores de dez anos residentes no meio rural tinha renda. Na análise individual de cada Estrato percebe-se que nos estratos III e IV estão os melhores resultados, pois no ano de 2000 o estrato III apresentava o maior percentual da população rural com rendimento, constando em segunda posição o estrato IV. No ano de 2010, o estrato IV passou a apresentar a maior proporção de população rural com rendimento,

¹¹⁶ Os dados absolutos originários da Tabela 39 estão disponíveis no Apêndice S.

chegando a 70% da população do Estrato com algum tipo de rendimento, enquanto o estrato III ocupa a segunda posição nesse ano.

Na Tabela 39, as informações estão apresentadas para a totalidade da população rural maior de dez anos, na continuidade busca-se detalhar essas informações apontando para o comportamento do rendimento por gênero, o que é apresentado na Tabela 40.

Tabela 40 - Homens e mulheres, maiores de 10 anos e residentes no meio rural, com rendimentos por estrato em 2000 e 2010 (%)

Estrato	% de homens com rendimento		% de mulheres com rendimento	
	2000	2010	2000	2010
I	37,97	38,90	17,30	23,58
II	37,80	39,26	19,34	26,70
III	37,75	40,20	20,50	28,87
IV	37,49	40,28	20,47	30,36

Fonte: Elaborada pela autora a partir dos Censos Demográficos de 2000 e 2010 (IBGE, 2011).

Cabe ressaltar que os percentuais para cada ano dizem respeito à proporção de homens e mulheres que possuem rendimentos em relação à totalidade da população rural¹¹⁷. Na comparação entre 2000 e 2010, nota-se que nos dois gêneros aumentou o percentual daqueles que tem rendimentos. Entretanto, comparando os dois gêneros, verifica-se que em todos os estratos há mais homens com rendimentos do que mulheres, tanto em 2000 quanto em 2010, sendo essa informação coerente com a cultura favorável ao gênero masculino, predominante no meio rural e comentada nas seções 4.2. 4.3 e 4.4 no capítulo quatro.

Comparando entre si os estratos, observa-se que em 2000 no I e II o percentual de homens com rendimento era maior, enquanto no III e IV havia mais mulheres com rendimentos. Em 2010, foi possível verificar que cresceu o percentual dos dois grupos, sendo que nesse ano os Estratos III e IV são aqueles nos quais há mais homens e mulheres com rendimentos.

Buscando complementar as informações já apresentadas nas Tabelas 39 e 40, na sequência estão disponíveis os dados sobre valores do rendimento médio da população com mais de dez anos em cada estrato nos anos de 2000 e 2010¹¹⁸.

¹¹⁷ A tabela com os dados absolutos pode ser acessada no Apêndice T.

¹¹⁸ Cabe ressaltar que os valores de 2000 foram corrigidos com a utilização do INPC - IBGE, referente ao período de 31 de julho de 2000 a 31 de julho de 2010. Estas datas foram escolhidas devido a serem períodos de referência dos Censos Demográficos de 2000 e 2010. A taxa de atualização monetária do período corresponde a 96,32206%.

Tabela 41 - Rendimento médio mensal da população rural com mais de dez anos por estrato em 2000 e 2010 (em R\$)

Estrato	2000			2010		
	Total	Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres
I	756,98	881,24	474,17	882,56	1.007,65	671,68
II	747,67	884,56	477,21	879,80	1.006,22	688,03
III	786,51	956,62	473,49	924,19	1.060,41	730,06
IV	765,72	918,07	480,51	867,30	976,37	716,87

Fonte: Elaborada pela autora a partir dos Censos Demográficos de 2000 e 2010 (IBGE, 2011).

Com base nos dados apresentados na Tabela 41, uma primeira constatação é a de que o rendimento tanto de homens quanto de mulheres melhorou entre 2000 e 2010, sendo observáveis ganhos reais. A Tabela 40 apontava que, dentre a população rural, há proporcionalmente mais homens com rendimentos do que mulheres, sendo que aqui, na Tabela 41 é verificável que o valor médio do rendimento também é maior para os homens e isso ocorre em todos os Estratos.

Comparando os estratos entre si é possível verificar que em 2000 o rendimento médio entre homens e mulheres era maior nos estratos III e IV, sendo que em 2010 o Estrato III permaneceu tendo o maior rendimento, mas agora a segunda posição é ocupada pelo Estrato I. Também neste último ano, analisando o rendimento das mulheres constata-se que nos estratos III e IV, em média, elas ganham mais¹¹⁹. Em relação às mulheres cabe retomar o fato de que elas na agricultura são consideradas como forças marginais, conforme comentado na seção 2.4 dessa pesquisa (TEPICHT, 1973; WOORTMANN, 2001). Com exceção das mulheres no ano de 2000, nas outras situações constata-se que o rendimento superava um salário mínimo, que em 2010 correspondia a R\$ 510,00.

Observando o valor do rendimento médio total de homens e de mulheres verifica-se que nos Estratos II e III ocorreram ganhos aproximados de 17% no valor do rendimento médio, enquanto no Estrato I a elevação foi de 16,5% e no IV de 13%. Analisando individualmente os gêneros constata-se que o ganho real no rendimento dos homens foi maior no Estrato I (14,34%) e menor no Estrato IV (6,35%), já no caso das mulheres foi no Estrato IV que o rendimento mais se elevou (49,19%) e no Estrato I foi aquele em que menos aumentou (41,65%).

Na seção 3.2 do capítulo três, principalmente nas Tabelas 4 e 5, observou-se que o maior percentual de receitas da agricultura familiar na Região Sul é proveniente da produção

¹¹⁹ No apêndice U estão os rendimentos médios e parâmetros estatísticos em cada estrato nos anos de 2000 e 2010.

vegetal e nessa de atividades relacionadas à lavoura temporária, atividades com as quais a população residente no meio rural e pertencente ao Estrato IV obtém seus rendimentos. Mas esses rendimentos também têm origem em transferências como as previdenciárias uma vez que se constata elevação no número de pessoas em idade de aposentadoria no meio rural dos Estratos e mais intensamente do IV.

No caso dos homens, maiores rendimentos estão vinculados ao resultado das atividades agropecuárias ou às transferências previdenciárias, não sendo possível relacionar estes rendimentos com transferências via programas sociais, pois esses repassam os recursos para as mulheres. Já no caso das mulheres, os rendimentos são resultantes tanto das atividades agropecuárias, de recursos previdenciários para aquelas com mais de 55 anos ou então de transferências sociais como do Programa Bolsa Família.

Em sendo rendimentos resultantes das atividades agropecuárias os agricultores devem estar atentos à necessidade de diversificação sugerida por Ploeg (2008), segundo a qual o aumento do valor agregado por unidade pode ser obtido em atividades como a agricultura orgânica, a produção de alta qualidade, oferta de especialidades regionais. O autor sugere ainda que os produtores efetuem o processamento dentro da unidade agrícola e possam estabelecer relação direta com os consumidores na comercialização, estando atentos ao mercado como Ploeg (2008) sugere e comentado no capítulo três.

Conforme demonstrado no capítulo três, Veiga (2001b), Schneider (2004) e Ploeg (2008) defendem que o desenvolvimento rural não é resultado apenas de atividades agrícolas, destacando o papel da pluriatividade e da diversificação. Nesse item é importante ressaltar que nem todas as pessoas que residem no meio rural são ocupadas na agropecuária. Assim, o rendimento médio inclui atividades não agrícolas, no sentido da pluriatividade conforme defendido pelos autores. Sendo que nos Estratos I e II a tendência é de que os rendimentos sejam oriundos de salários por predominar a agricultura patronal no meio rural, já nos Estratos III e IV há rendimentos oriundos de salários obtidos com a pluriatividade, somadas às atividades produtivas e às transferências de rendas.

Especialmente nos Estratos III e IV, no que tange às fontes de rendimento oriundas das atividades agropecuárias, há as alternativas da Lei 11.947/2009 inseridas no Programa de Aquisição de Alimentos. Essas alternativas tratam da aquisição de produtos para a merenda escolar oriundos da agricultura familiar, e conforme a sugestão de Ploeg (2011) possibilita a exploração de mercados para produtos regionais, orgânicos e venda de alimentos via cadeias curtas.

No contexto das análises sobre origem dos rendimentos buscou-se avaliar a origem da produção nos quatro Estratos, verificando a participação da agropecuária e da indústria no VAB (Valor Adicionado Bruto) municipal de cada estrato¹²⁰, informações disponíveis na Tabela 42¹²¹.

Tabela 42 - Valor Adicionado Bruto por estrato em 2000 e 2010 (em %)

Estratos	2000		2010	
	VAB agropecuário em relação ao VAB municipal	VAB indústria em relação ao VAB municipal	VAB agropecuário em relação ao VAB municipal	VAB indústria em relação ao VAB municipal
I	7,37	27,81	7,34	26,24
II	7,76	33,05	7,10	31,23
III	10,73	37,28	8,81	36,52
IV	17,43	36,07	14,95	36,68

Fonte: Elaborada pela autora a partir do Produto Interno Bruto dos Municípios (IBGE, 2012).

Os dados apresentados na Tabela 42 indicam que tanto o VAB agropecuário quanto o VAB da indústria declinou em todos os estratos entre 2000 e 2010, com exceção do Estrato IV no qual a participação da indústria cresceu levemente. O declínio do VAB nessas áreas indica que houve crescimento nas demais, tais como em serviços.

Com a intenção de buscar as origens dos rendimentos da população rural, na Tabela 43 são apresentadas informações extraídas do Censo Agropecuário de 2006. Essas informações fornecem percentuais sobre receitas de atividades produtivas e de recursos de aposentadorias e pensões que os agricultores familiares de cada estrato obtêm em relação à totalidade dos estabelecimentos agropecuários existentes no estrato¹²².

¹²⁰ O Valor Adicionado Bruto corresponde à contribuição que cada setor tem com a formação do Produto Interno Bruto (PIB) o qual representa a soma de todos os bens e serviços finais produzidos em determinada região (neste caso nos municípios) durante um determinado período.

¹²¹ Os valores brutos referentes à Tabela 42 estão disponíveis no Apêndice V.

¹²² No Apêndice X podem ser visualizados os parâmetros estatísticos de cada Estrato nos anos de 2000 e 2010.

Tabela 43 - Participação percentual das receitas da agricultura familiar e de recursos oriundos de aposentadorias e pensões, por estrato, em 2006

Estratos	% das receitas da A.F. no total das receitas de todos os estabelecimentos¹²³	% de recursos de aposentadoria e pensão da A.F. nas receitas de aposentadorias e pensões de todos os estabelecimentos¹²⁴
I	26,40	71,80
II	57,10	85,50
III	75,70	90,20
IV	89,90	93,30

Fonte: Elaborada pela autora a partir do Censo Agropecuário de 2006 (IBGE, 2009).

As informações da segunda coluna da Tabela 43 são tautológicas, pois refletem que quanto maior a presença da agricultura familiar no estrato, maior o percentual das receitas da agricultura familiar perante todos os estabelecimentos. Em relação aos recursos de aposentadorias e pensões os percentuais indicam que a maior parte das aposentadorias e pensões pagas no meio rural é direcionada aos agricultores familiares. No Estrato IV, 93,33% de todos os recursos pagos em aposentadorias e pensões no meio rural, ficam na agricultura familiar.

A elevada participação da agricultura familiar no volume de recursos pagos em aposentadorias e pensões é corroborada pelas informações da seção 4.5 do capítulo quatro. Nessa constam informações sobre o crescimento no número de pessoas em idade de aposentadoria no meio rural da Região Sul (mulheres com mais de 55 anos e homens com mais de 60 anos) e também sobre a importância que estes recursos representam para essas famílias rurais (BELTRÃO; CAMARANO; MELLO, 2005; SILVA; OLIVEIRA, 2008; VEIGA, 2001b).

Outra fonte de rendimentos que pode ser observada diz respeito às transferências via programas sociais, tais como o Programa Bolsa Família. Esse é constituído por transferência de renda mediante condicionalidades, para integrar e unificar os programas Bolsa Escola, Auxílio Gás, Cartão Alimentação ao Programa Fome Zero, atual Plano Brasil Sem Miséria (MDS, 2012a).

¹²³ As receitas consideradas pelo IBGE no Censo Agropecuário de 2006 são oriundas de: produtos vegetais, animais e seus produtos, animais criados em cativeiros (jacaré, escargô, capivara e outros), húmus, esterco, atividades de turismo rural no estabelecimento, exploração mineral, produtos da agroindústria, prestação de serviços de beneficiamento e/ou transformação de produtos agropecuários para terceiros, prestação de serviços para empresas integradoras, outras atividades não agrícolas realizadas no estabelecimento (artesanato, tecelagem, etc...) (IBGE, 2012).

¹²⁴ Nestas receitas são considerados apenas os recursos de aposentadorias ou pensões recebidos pelos agricultores familiares e pelos não familiares (IBGE, 2012). O percentual apresentado corresponde à participação da agricultura familiar no total da agropecuária do município (somando produtores familiares e não familiares).

De acordo com o Decreto nº 6.824 (2009), do ano de 2010, eram atendidas pelo Programa Bolsa Família aquelas em situação de pobreza extrema, cuja renda familiar per capita era de até R\$ 69,00 e de pobreza na qual a renda estivesse entre R\$ 69,00 e R\$ 137,00. Nesse mesmo ano o valor mínimo de uma Bolsa Família era R\$ 70,00, sendo que o limite máximo que uma família enquadrada na condição de pobreza extrema poderia auferir era de R\$ 306,00, enquanto uma família em situação de pobreza poderia receber no máximo R\$ 236,00 (MDS, 2012a)¹²⁵.

Sobre as transferências repassadas pelo Governo Federal via Programa Bolsa Família, na Tabela 44 são apresentadas informações sobre o número de bolsas concedidas e valores repassados em cada estrato no período de 2004 a 2012, com destaque para as informações do ano de 2010.

Tabela 44 - Bolsas Família pagas, por estrato, entre os anos de 2004 e 2012

Estratos	Total de bolsas entre 2004 e 2012	Nº de bolsas em 2010	Valor total dos benefícios entre 2004 e 2012 (R\$)	Valor dos benefícios pagos em 2010 (R\$)	População total 2010	% População com bolsas em 2010
I	4.962.021	607.898	4.365.276.777	624.129.297	14.893.909	4,08
II	1.978.953	239.424	1.736.747.662	248.829.415	6.313.700	3,79
III	1.052.295	124.335	923.300.174	128.684.460	3.910.149	3,18
IV	767.437	92.412	670.995.102	95.151.952	2.269.134	4,07

Fonte: Elaborada pela autora a partir de MDS (2012b).

As informações da Tabela 44 indicam que em se considerando o ano de 2010, nos Estratos I e IV há maiores percentuais da população recebendo recursos do Programa Bolsa Família. Nesses estratos o número de bolsas concedidas em 2010 alcançou 4,1% de toda a população (somados os meios rural e urbano), enquanto nos demais Estratos, o percentual foi um pouco menor¹²⁶. Outra informação que a mesma tabela fornece é de que em média o valor pago para cada bolsa foi de R\$ 86,00 mensais.

Até esta parte da seção sobre a dimensão econômica, o foco esteve relacionado ao rendimento disponível para a população rural, procurando verificar as diversas fontes das

¹²⁵ Os limites atuais das situações de pobreza e de extrema pobreza são respectivamente renda familiar per capita entre R\$ 70,01 a R\$ 140,00 renda familiar per capita inferior a R\$ 70,00 (MDS, 2012a)

¹²⁶ “Há que se considerar a massificação do Programa Bolsa Família e o aumento da cobertura da previdência social, tanto em relação à aposentadoria como aos demais benefícios previstos no sistema nacional de proteção social. A transferência regular de renda para domicílios rurais modificou radicalmente o status quo de milhões de domicílios cujos moradores viviam em situação de insegurança associada tanto à incerteza da produção agrícola quanto à própria demanda por trabalho temporário – remunerado pelo pagamento de diárias que, mesmo para aqueles que trabalharam durante todo o mês, em muitas regiões, não alcançava o salário mínimo (SM)” (BUAINAIN; DEDECCA, 2010, p. 139).

quais o rendimento pode ser oriundo. Nesse sentido, cabe retomar o que Kageyama e Bergamasco (1989; 1990) afirmam quando tratam da racionalidade econômica da produção familiar, apontando que a busca de excedentes de produção é importante para que os produtores possam dar conta de suas demandas.

Na continuidade o foco de análise está relacionado à posse de bens e à utilização de serviços compreendidos como essenciais no meio rural. Como variável inicial foi verificada a disponibilidade de energia elétrica nos domicílios rurais dos estratos estudados. Neste sentido, procurou-se conhecer como era esta condição nos anos de 2000 e 2010, estando essas informações disponíveis na Tabela 45¹²⁷.

Tabela 45 - Domicílios rurais com energia elétrica, por estrato, em 2000 e 2010 (em %)

Estratos	2000	2010
I	90,48	98,33
II	90,64	98,62
III	92,93	98,87
IV	93,58	99,28

Fonte: Elaborada pela autora a partir dos Censos Demográficos de 2000 e 2010 (IBGE, 2011).

Com base nas informações disponíveis na Tabela 45 pode-se observar que entre 2000 e 2010 melhorou a disponibilidade de energia elétrica nos domicílios rurais de todos os estratos. Na comparação dos estratos entre si constata-se que o IV é aquele no qual maior percentual de domicílios tinha acesso à energia elétrica, tanto em 2000 quanto em 2010. Neste último ano 0,72% dos domicílios desse estrato não contava com esse recurso, percentual que é um pouco maior nos demais estratos. O fato de ter acesso à energia elétrica permite aos domicílios utilizar-se de recursos que melhoram suas condições de vida, desde a iluminação da casa até a possibilidade de aquisição de bens que necessitem de energia. Por outro lado a disponibilidade desse recurso adiciona mais um custo à família, exigindo valores monetários para acesso e manutenção.

Em relação ao acesso à energia elétrica, por parte dos domicílios rurais, é importante citar o Programa Luz Para Todos, do Governo Federal, criado em novembro de 2003. Esse Programa teve como objetivo proporcionar o abastecimento da energia elétrica para dois milhões de lares brasileiros (MME, 2012)¹²⁸. O acesso à energia elétrica é o primeiro passo para depois ser possível acessar bens e serviços que necessitam desse recurso. Neste sentido, a

¹²⁷ Os dados absolutos referentes a esta tabela estão disponíveis no Apêndice Y.

¹²⁸ A meta estabelecida foi alcançada em maio de 2009 e permitiu atender cerca de dez milhões de pessoas pobres que vivem nas zonas rurais do Brasil (MME, 2012).

primeira verificação é sobre a propriedade de eletrodomésticos, informações que estão disponíveis na tabela 46¹²⁹.

Tabela 46 - Domicílios rurais com eletrodomésticos, por estrato, em 2000 e 2010 (em %)

Estrato	2000				2010			
	Rádio	Televisão	Geladeira ou freezer	Máquina de lavar roupa	Rádio	Televisão	Geladeira	Máquina de lavar roupa
I	92,54	81,21	82,46	24,11	91,54	92,44	94,64	40,32
II	92,79	80,33	83,16	24,66	92,34	92,47	94,80	41,75
III	94,46	82,57	87,94	23,95	94,17	93,73	95,73	40,85
IV	94,73	82,88	88,79	20,59	94,68	94,03	96,62	38,31

Fonte: Elaborada pela autora a partir dos Censos Demográficos de 2000 e 2010 (IBGE, 2011).

Dentre os eletrodomésticos listados na Tabela 46, observa-se que praticamente em todos houve elevação no número de domicílios que passou a usufruir dos bens. Com exceção do aparelho de rádio que apresenta redução nos domicílios¹³⁰, no caso da televisão, geladeira/freezer e máquina de lavar roupa, nota-se que houve crescimento no número de domicílios que passa a ser proprietária desses bens. Analisando individualmente os Estratos, percebe-se que o IV é aquele no qual o maior percentual de domicílios possui televisão e geladeira, por outro lado é nesse estrato que o menor percentual de domicílios possui máquina de lavar roupa, sendo que este comportamento se mantém para os anos de 2000 e 2010.

A propriedade de bens está inserida na satisfação de necessidades conforme comentado no capítulo quatro, em que as pessoas buscam satisfazer as necessidades dentro de um conjunto de hierarquias e de forma a manter o equilíbrio entre trabalho e consumo (CHAYANOV, 1981). Cada pessoa busca suprir sequencialmente as necessidades fisiológicas, de segurança, amor e integração, estima e autorrealização. O estágio no qual a pessoa se encontra nessa ordem hierárquica contribui para determinar as condições de vida e o nível de satisfação que apresenta (MASLOW, 1970 apud SAMARA; MORSCH, 2005).

Carneiro (1996) afirma que o agricultor familiar merece que a vida no campo não seja considerada atrasada e desconfortável, mas que lhe permita obter condições de vida desejáveis, com liberdade de acesso a bens e serviços. Pois conforme já mencionado no capítulo quatro, se aqueles que vivem no campo forem considerados atrasados é natural que tendam a preferir a saída desse espaço, dirigindo-se para aqueles locais em que o ‘avanço’ já

¹²⁹ Os dados absolutos estão disponíveis no Apêndice W.

¹³⁰ O aparelho de rádio foi o primeiro recurso de comunicação utilizado no meio rural, mas atualmente sua substituição é feita ou pelo telefone para os recados, ou pela televisão quanto à opção como lazer.

tenha chegado. Assim, uma maior disponibilidade de bens nos domicílios rurais contribui para que as pessoas se sintam mais satisfeitas com maiores chances de os jovens optarem pela permanência no campo.

No capítulo quatro, utilizando autores como Sposito (2006), foi mencionado que diante das novas tecnologias de comunicação desenvolvidas no século XX, as distâncias se encurtam e recursos como telefone, televisão, internet e outros meios de comunicação possibilitam a integração espacial, mesmo que não exista contiguidade ou proximidade territorial. O maior ou menor potencial de integração espacial depende das condições que cada ator tem de participar das redes e usufruir dos contatos que os meios de comunicação permitem estabelecer. Nessa linha de argumentação, Carneiro (1997) já apontava para a importância dos meios de comunicação no estreitamento dos laços entre o campo e a cidade. Neste ínterim, procurou-se averiguar como é o acesso dos domicílios rurais aos serviços de comunicação, tais como linha telefônica e serviços de internet, cujas informações são apresentadas na Tabela 47¹³¹.

Tabela 47 - Domicílios com acesso à linha telefônica e internet, por estrato, em 2000 e 2010 (em %)

Estrato	Linha telefônica instalada em 2000	Telefone fixo em 2010	Telefone celular em 2010	Microcomputador - com acesso à internet em 2010
I	10,52	11,23	82,99	8,59
II	13,32	15,02	78,57	9,52
III	14,87	18,60	77,68	10,90
IV	11,91	17,69	78,29	8,28

Fonte: Elaborada pela autora a partir dos Censos Demográficos de 2000 e 2010 (IBGE, 2011).

Observando o acesso de todos os estratos à linha telefônica instalada em 2000 e ao telefone fixo em 2010, nota-se que o maior crescimento no acesso deste recurso aconteceu no Estrato IV, em que aumentou em 48,50% o número de domicílios que passaram a dispor desse bem. No Estrato III essa proporção aumentou em 25,47% enquanto nos estratos II e I a elevação foi de 12,78% e 6,75%, respectivamente.

Uma informação interessante é o elevado percentual de domicílios que passam a ter acesso ao telefone celular, recurso que, em 2000, nem mesmo era citado no Censo Demográfico e, neste caso, está no Estrato I o maior percentual de domicílios com posse deste recurso. Usufruir do serviço de telefonia móvel no meio rural contribui para facilitar o acesso e a comunicação entre familiares, com prestadores de serviços ou consumidores e, nesse sentido, o acesso a este recurso auxilia para a melhoria nas condições de vida da população

¹³¹ Dados absolutos estão no Apêndice Z.

que deles usufrui. Por outro lado, a posse destes bens (celulares) e dos serviços (linha telefônica) passa a exigir renda disponível para efetuar a aquisição do bem e o pagamento pelo serviço.

Outro recurso que passou a ser utilizado pelos domicílios no meio rural é a comunicação via internet. Na Tabela 47, está apresentado o percentual de domicílios que tinha computador com acesso à internet no ano de 2010 no meio rural da Região Sul. Percebe-se que no Estrato III 10,90% dos domicílios já tinha acesso à internet, enquanto nos demais este percentual é menor, devendo ressaltar que o Estrato IV é aquele em que está o menor percentual de domicílios com acesso a este recurso. Como no Censo Demográfico de 2000 esta informação não foi apurada, buscou-se uma análise comparativa com os dados do Censo Agropecuário de 2006 no qual está disponível a informação sobre o número de domicílios que naquele ano tinha acesso à internet.

Tendo em vista as limitações da comparação, visto que o Censo Demográfico considera domicílios e o Censo Agropecuário, estabelecimentos, nesse último os percentuais de estabelecimentos com acesso à internet no ano de 2006 correspondiam, respectivamente, a 4,52% no Estrato I; 3,35% no Estrato II; 3,39% no Estrato III e 1,99% no Estrato IV. Assim, são identificadas melhorias nos domicílios rurais da Região Sul no que tange ao acesso à internet entre 2006 e 2010.

Dispor de maior acesso aos meios de comunicação permite usufruir de melhores condições de vida, mas para que isso efetivamente ocorra são necessários recursos monetários para a aquisição de computador, modem de acesso, linha telefônica e disponibilidade do serviço de acesso à internet para a linha telefônica, além dos recursos mensais necessários para pagamento do serviço. Seguindo a linha de raciocínio defendida por Favareto (2006a) é fundamental que os bens e serviços de quem vive no campo sejam semelhantes aos de quem vive na cidade, pois assim haverá estímulos para a permanência no meio rural, principalmente dos jovens. Aspecto com o qual Wedig e Menasche (2009) concordam quando apontam o consumo como símbolo de significação social e comunicador de condições, pois à medida que os jovens rurais consomem produtos idênticos aos da cidade eles se assemelham e evitam preconceitos e discriminações.

Outro recurso importante para a população rural diz respeito às condições de locomoção e deslocamento, seja para lazer, trabalho ou acesso ao mercado (consumidor e ofertante). Buscando analisar essas condições, na Tabela 48 está informado o número de

domicílios nos quais as pessoas são proprietárias de automóveis e de motocicletas nos anos de 2000 e 2010¹³².

Tabela 48 - Domicílios proprietários de automóvel e/ou motocicleta por estrato em 2000 e 2010 (em %)

Estrato	Automóvel para uso particular em 2000	Automóvel para uso particular em 2010	Motocicleta para uso particular em 2010
I	38,71	54,13	28,09
II	40,15	54,76	32,04
III	43,53	58,94	35,27
IV	40,60	55,96	35,77

Fonte: Elaborada pela autora a partir dos Censos Demográficos de 2000 e 2010 (IBGE, 2011).

Conforme dados dos Censos, já no ano de 2000 no mínimo 38% dos domicílios rurais da Região Sul tinha ao menos um automóvel para uso particular e como meio de transporte, sendo que estes percentuais aumentaram de forma relevante em 2010. Analisando individualmente os estratos, percebe-se que no ano 2000 o Estrato III era aquele em que o maior percentual de domicílios possuía ao menos um automóvel, seguido pelo Estrato IV. No ano de 2010 em todos os estratos aumentou o número de domicílios com automóveis, sendo que o Estrato III permaneceu sendo aquele em que o maior número de domicílios possui esse bem, equivalente a 58,94% dos domicílios e o segundo maior percentual continua sendo do Estrato IV, no qual 55,96% dos domicílios possuía um automóvel. Em relação à variação no percentual de domicílios proprietários de automóvel, constata-se que o maior crescimento aconteceu no Estrato I, com um aumento em 39,83% no percentual de domicílios proprietários desse bem, enquanto o segundo maior crescimento é observado no Estrato IV, no qual o aumento foi de 37,82%.

Em relação à posse de motocicleta esta informação não está disponível no Censo Demográfico de 2000, mas em 2010 nos Estratos III e IV aproximadamente 35% dos domicílios usufruía desse bem, sendo menores os percentuais nos outros dois estratos.

Não foi somente no meio rural da Região Sul que cresceu o número de automóveis e motocicletas, pois dados do Denatran (2012), somando os espaços urbano e rural, indicam que no caso das motocicletas a frota circulante aumentou nas seguintes dimensões entre 2000 e 2010 para cada Estado: no Paraná cresceu em 246,24%, no Rio Grande do Sul aumentou em 198,01% e em Santa Catarina o percentual a mais foi de 221,85%. A mesma fonte indica que no caso dos automóveis também ocorreu um aumento relevante na frota que circula nos espaços rurais e urbanos dos três Estados. Nesse caso no Paraná há 96,04% mais carros

¹³² Dados absolutos estão disponíveis no Apêndice AA.

circulando em 2010 comparados a 2000, enquanto no Rio Grande do Sul são 69,66% mais automóveis e em Santa Catarina 105,19% (DENATRAN, 2012).

Na linha do que Abramovay (1999a) argumenta, as pessoas inseridas no meio rural precisam interagir com o meio urbano do seu entorno e para isso é necessário que existam condições de acesso. Essas condições melhoram quando a população rural tem disponibilidade maior de recursos de comunicação e de transporte, o que tende a ampliar as condições de acesso ao mercado (ofertante e demandante). Para tal feito, ressaltam-se os benefícios do contato direto entre produtores e consumidores, conforme Sabourin (2011).

O aumento no número de motocicletas pode ser um indicativo de que as pessoas estão utilizando essas como meio de transporte para as atividades pluriativas (SCHNEIDER, 2009), de que está melhorando o acesso às opções de lazer em locais distintos daquele em que vivem, pois conforme comentado no capítulo quatro as opções de lazer no meio rural são restritas e neste sentido os jovens podem buscar alternativas em outros espaços. Mas ainda há possibilidades de que exista o crescimento do acesso a esse meio de transporte devido à maior dificuldade de adquirir automóveis tendo em vista os diferenciais nos valores dos dois.

Nesse ínterim, conforme já mencionado sobre o acesso aos serviços de energia elétrica e meios de comunicação, também no acesso aos meios de transporte é necessária a disponibilidade de renda. No caso dos meios de transporte, automóvel e motocicleta, além dos recursos para a aquisição do bem, são necessários recursos para efetuar pagamentos anuais como o Imposto sobre Propriedade de Veículos Automotores (IPVA), seguro obrigatório e licenciamento e recursos mensais para combustível e manutenção. Assim, para usufruir desses recursos as famílias rurais precisam de maior disponibilidade de renda, o que por sua vez demanda maior quantidade de trabalho, resultando numa relação maior de equilíbrio entre trabalho e consumo, conforme Chayanov (1981) defendia. Neste contexto, é necessário aumentar a quantidade do trabalho ou buscar outras fontes de recursos (ABRAMOVAY, 2007; WOORTMANN, 2001; WANDERLEY, 2009b).

Na dimensão econômica é importante ter em conta a afirmação de Sen (2000, p. 28) sobre renda e riqueza mencionando que “geralmente temos excelentes razões para desejar mais renda ou riqueza. Isso acontece porque são meios admiráveis para termos mais liberdade para levar o tipo de vida que temos razão para valorizar”. O desenvolvimento, defendido nessa pesquisa, está relacionado com a melhora da vida e da liberdade desfrutada e para ter acesso a estes recursos são necessárias renda e riqueza. Nas palavras de Mello et al. (2003a, p. 4), mesmo que o nível de renda “seja apenas um dos critérios para uma estratificação social das propriedades, ele se mostra adequado para compreender a dinâmica de funcionamento, as

potencialidades e os limites de cada segmento de propriedades”, ou seja, para a discussão presente nesta pesquisa pode-se afirmar que o nível de renda de cada estrato indica as condições de desenvolvimento que existem em cada um. E no caso da dimensão econômica a renda está relacionada com o rendimento mensal apontado na Tabela 41, cuja procedência foi sugerida, bem como a utilização em bens e serviços também foi esboçada.

Sobre as características do Estrato IV comparadas as dos demais estratos, na dimensão econômica, pode-se constatar que em vários indicadores esse é o estrato em que as condições de vida são melhores, tais como nos maiores percentuais da população rural com rendimento em 2010, de mulheres com rendimento, de domicílios rurais com acesso à energia elétrica, televisão, geladeira, e no acesso a automóveis e motocicletas. Apesar de resultados não favoráveis em variáveis como no valor do rendimento médio mensal e no acesso a serviços de comunicação (telefonia e internet) pode-se concluir que nesta dimensão o Estrato IV apresenta melhores condições se comparados aos demais estratos, pois na maior parte das variáveis analisadas quando não apresenta os maiores percentuais, ocupa a segunda posição.

Na próxima seção são apresentadas as variáveis consideradas na dimensão ambiental e analisadas as condições de cada estrato no período.

5.4 Dimensão ambiental

Na dimensão ambiental são utilizadas como variáveis de análise o acesso ao abastecimento de água, a disponibilidade de banheiros, o esgotamento sanitário e a coleta de lixo¹³³. Essas informações permitem identificar como são as condições dos domicílios rurais nos estratos, iniciando as análises pelo abastecimento de água em 2000 e 2010, cujos dados estão informados na Tabela 49¹³⁴.

¹³³ Cabe ressaltar que essas são as únicas variáveis inseridas na dimensão ambiental, disponíveis nos Censos Demográficos de 2000 e 2010, relativas ao meio rural da Região Sul.

¹³⁴ Dados absolutos disponíveis no Apêndice AB.

Tabela 49 - Domicílios no meio rural por tipo de abastecimento de água, em 2000 e 2010, por estrato (em %)

Estrato	Rede geral		Poço ou nascente		Outros meios ¹³⁵	
	2000	2010	2000	2010	2000	2010
I	18,30	27,00	76,00	54,90	5,70	18,20
II	19,50	29,80	73,20	50,40	7,30	19,80
III	17,70	30,40	73,90	50,60	8,50	18,90
IV	16,80	36,70	73,40	47,30	9,80	16,00

Fonte: Elaborada pela autora a partir dos Censos Demográficos de 2000 e 2010 (IBGE, 2011).

Sobre o acesso à água, constata-se que no meio rural a maior parte dos domicílios utiliza majoritariamente poços ou nascentes como fontes de abastecimento. Cabe, no entanto, ressaltar que mudanças percentuais importantes aconteceram entre 2000 e 2010, sendo possível observar que a canalização de água através da opção rede geral aumentou consideravelmente como forma de abastecimento. Na análise individualizada dos Estratos é visualizado que o Estrato IV era aquele com menor acesso à rede geral em 2000, tendo passado a ser em 2010 o estrato com o maior percentual de domicílios que tem acesso a esse abastecimento.

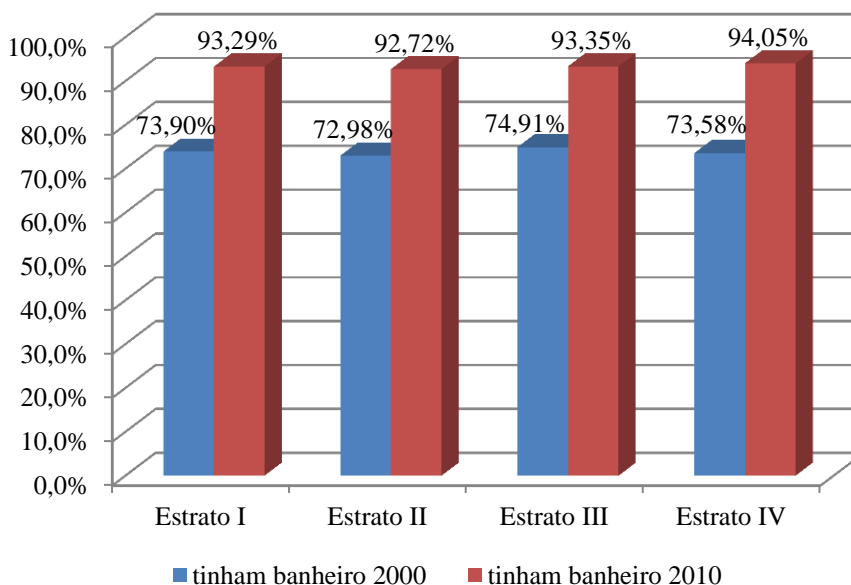
Em relação às variações no percentual de domicílios com abastecimento de água via rede geral, verifica-se que no Estrato IV, houve um crescimento em 118,45%. O segundo maior crescimento foi no Estrato III com elevação de 71,75% nos domicílios que passaram a utilizar a rede geral. Já nos Estratos II e I essas variações foram de 52,82% e 47,54%, respectivamente.

A partir da disponibilidade de rede geral, com encanamento de água, maior número de domicílios passa a ter acesso a banheiros¹³⁶. Neste sentido, no Gráfico 9 está ilustrado o percentual de domicílios em cada estrato que possuía banheiro em 2000 e 2010¹³⁷.

¹³⁵ São considerados outros meios pelo IBGE (2012): carro-pipa; água de chuva armazenada em cisternas; água de chuva armazenada de outra forma; rio, açude, lago ou igarapé; poço ou nascente na aldeia e fora da aldeia; outras formas.

¹³⁶ O IBGE (2011) considera banheiro o cômodo que possua chuveiro ou banheira e vaso sanitário (ou privada) e que seja de uso exclusivo dos moradores, mesmo que localizados em outro domicílio, mas no terreno ou propriedade. Já o sanitário é o local delimitado por paredes de qualquer material, que tenha ou não um teto, que disponha de vaso sanitário ou buraco.

¹³⁷ Dados absolutos estão disponíveis no Apêndice AC.

Gráfico 9 - Domicílios rurais com banheiro por estrato em 2000 e 2010 (em %)

Fonte: Elaborado pela autora a partir dos Censos Demográficos de 2000 e 2010 (IBGE, 2011).

A existência de banheiros no domicílio atende a uma necessidade básica de qualidade de vida nos dias atuais, mas os Censos Demográficos indicam que há domicílios no meio rural no qual esta condição ainda não é atendida. No Gráfico 9 observa-se que entre 2000 e 2010 ocorreram melhorias importantes no percentual de domicílios que dispõem de banheiro, com crescimentos percentuais, em todos os estratos, de aproximadamente 20% no número de domicílios que passaram a ter banheiros.

Individualmente, constata-se que nos Estratos III e I no ano de 2000, 74,91% e 73,90% dos domicílios possuíam banheiro. Enquanto nos Estratos II e IV os percentuais correspondiam a 72,98% e 73,58%. No ano de 2010 o Estrato IV passa a ser aquele no qual está o maior percentual de domicílios atendido com esse recurso, correspondendo a 94,05% do total de domicílios.

Na sequência são efetuadas observações sobre o acesso dos domicílios rurais ao esgotamento sanitário, sendo que a Tabela 50 permite efetuar comparações por estrato nos anos de 2000 e 2010¹³⁸.

¹³⁸ Dados absolutos disponíveis no Apêndice AD.

Tabela 50 - Domicílios rurais por tipo de esgotamento sanitário em cada estrato em 2000 e 2010

Estrato	Domicílios rurais em 2000					Domicílios rurais em 2010				
	Rede geral de esgoto ou pluvial	Fossa séptica	Fossa rudimentar	Outros escoadouros	Não tinham banheiro ou sanitário	Rede geral de esgoto ou pluvial	Fossa séptica	Fossa rudimentar	Outros escoadouros	Não tinham banheiro ou sanitário
I	2,05	19,78	62,25	9,16	6,76	3,73	25,69	62,30	6,93	1,35
II	1,17	21,64	57,98	11,43	7,77	1,59	28,42	60,85	7,35	1,78
III	1,30	24,30	54,95	12,72	6,73	1,51	33,33	54,67	8,77	1,72
IV	0,95	21,45	54,08	14,86	8,65	1,51	31,33	56,49	8,51	2,17

Fonte: Elaborada pela autora a partir dos Censos Demográficos de 2000 e 2010 (IBGE, 2011).

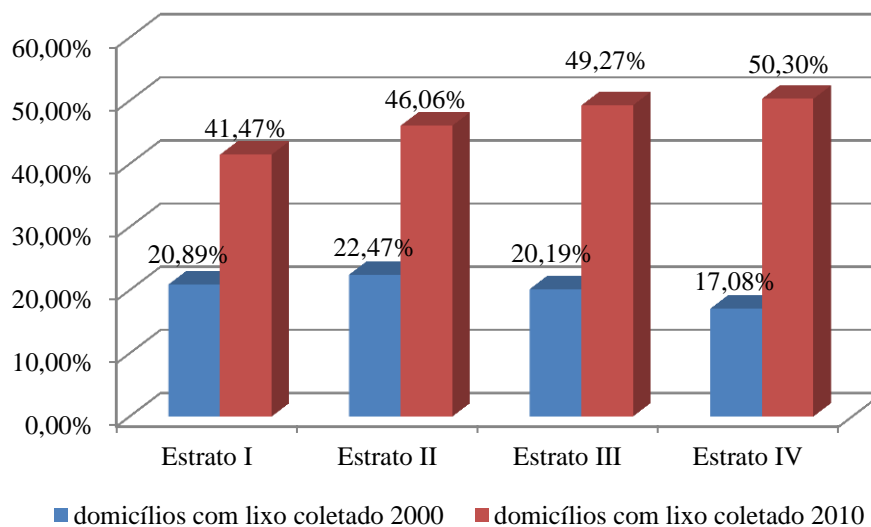
Nota: outros escoadouros são a soma de esgotamento em valas; esgotamento em rios, lagos ou mar; e outros escoadouros.

Em relação ao esgotamento sanitário, observa-se que as principais melhorias nos domicílios do meio rural da Região Sul estão relacionadas à construção de fossas sépticas, recurso que passou a ser utilizado por um maior percentual de domicílios no ano de 2010. No caso da fossa rudimentar observa-se que nos Estratos II e IV também ocorre um aumento no percentual de domicílios que a utilizam. Os melhores resultados neste item dizem respeito ao declínio no percentual de domicílios que não tinham banheiro ou sanitário, enquanto que a disponibilidade de rede geral de esgoto foi um recurso que apresentou elevação pouco considerável em termos percentuais.

Cabe ressaltar que em relação a esses itens a melhor condição seria a disponibilidade de rede de esgoto com canalização das águas servidas e dos dejetos dos banheiros ou sanitários, com ligação a um sistema de coleta que desagüe em local específico, mas esse é o tipo menos utilizado pelos domicílios rurais. Tanto em 2000 quanto em 2010 predominou a utilização da fossa rudimentar, assim considerada quando o esgotamento sanitário é direcionado para uma fossa negra, um poço ou um buraco. Como segundo tipo de esgotamento sanitário mais utilizado tem-se a fossa séptica, caracterizada pela canalização da água ou dejetos em fossa em que ocorra algum tratamento ou decantação (IBGE, 2011).

A última variável analisada na dimensão ambiental diz respeito ao sistema de coleta de lixo disponível aos domicílios do meio rural dos Estratos entre 2000 e 2010, cujas informações podem ser visualizadas no Gráfico 10¹³⁹.

¹³⁹ No Apêndice AE constam os dados absolutos que originaram esse gráfico.

Gráfico 10 - Domicílios rurais com coleta de lixo, por estrato, em 2000 e 2010

Fonte: Elaborada pela autora a partir dos Censos Demográficos de 2000 e 2010 (IBGE, 2011).

Em consonância com as outras variáveis analisadas na dimensão ambiental, as condições de coleta de lixo são precárias no meio rural da Região Sul. Entretanto, é necessário apontar para as melhorias ocorridas entre os anos de 2000 e 2010, pois se no primeiro ano as melhores condições eram do Estrato II, no qual em 22,47% dos domicílios havia coleta de lixo enquanto no estrato IV eram 17,08%. No ano de 2010 praticamente dobrou o número dos domicílios que contam com a coleta.

No ano de 2010, verificou-se que o melhor desempenho entre os estratos no que tange à coleta de lixo é do Estrato IV, no qual 50,30% dos domicílios agora contam com coleta de lixo e a pior situação é do Estrato I no qual o número de domicílios atendidos com coleta é de 41,47%. De forma geral, há muito a melhorar, pois mesmo no estrato com melhores resultados observa-se metade dos domicílios nos quais o lixo tem outro destino que não a coleta.

O lixo que não é coletado tem enquanto destinos: a queima e o enterro na propriedade; ser jogado em terreno baldio, logradouro, rio, lago ou mar; ou ter outro destino que não estes mencionados. Os dados Censitários indicam que em 2000 o principal destino era queimar o lixo nas propriedades, o que ocorria em 58,31% dos domicílios no Estrato IV e em 57,67% no III, 56,72% no II e 56,22% I. Estes percentuais foram reduzidos de forma relevante no ano de 2010, passando no Estrato IV a ser queimado o lixo em 37,92% dos domicílios enquanto no Estrato I ainda 43,35% dos domicílios utilizavam esse recurso como destino do lixo. O fato de ter aumentado a coleta de lixo também provocou uma redução no percentual dos domicílios que enterram ou jogam o lixo no ambiente.

No que tange à dimensão ambiental foi possível constatar que todos os estratos apresentam resultados não satisfatórios nas variáveis consideradas. Entretanto, em relação à existência de banheiros e também ao percentual de domicílios que possui coleta de lixo é possível afirmar que no Estrato IV as condições são melhores que nos demais estratos. Porém, vale apontar que no período de 2000 e 2010 são observadas melhorias nas variáveis consideradas o que pode ser apontado como fator favorável.

5.5 Considerações finais

No capítulo que se encerra buscou-se avaliar e analisar os municípios da Região Sul, estratificados a partir da presença da agricultura familiar, utilizando as dimensões de desenvolvimento para conhecer as condições especialmente naqueles municípios com maior participação da categoria no meio rural. A pretensão do capítulo é responder ao problema norteador da pesquisa: quais as influências que a agricultura familiar tem no desenvolvimento daqueles espaços rurais em que ela é predominante? E diante desse problema a hipótese é de que nos municípios com maior presença da agricultura familiar os indicadores são mais favoráveis, o que se confirmou na maioria das dimensões para o Estrato IV.

A busca pela influência que a agricultura familiar tem no desenvolvimento das regiões em que ela predomina decorre do valor que é atribuído à categoria quando é abordado o desenvolvimento rural. Nesse sentido uma das bases teóricas está em Schneider (2004) para quem o papel dos agricultores familiares é relevante no desenvolvimento rural. E esse papel, segundo o autor, se constitui a partir de ações articuladas que induzem mudanças socioeconômicas e ambientais, resultando em melhorias na renda, aumento de qualidade de vida e em bem estar para as populações que vivem nos espaços rurais.

Na estratificação confirmou-se a força da agricultura familiar nos municípios de Santa Catarina, o que já tinha sido observado na seção 3.2 dessa pesquisa. Isso fica evidenciado pelo fato da maioria dos municípios desse Estado fazer parte dos Estratos III e IV, nos quais há maior presença de agricultura familiar, enquanto que a maioria dos municípios do Paraná está inserida nos Estratos I e II.

Em relação aos aspectos demográficos¹⁴⁰ constatou-se que a densidade demográfica do Estrato IV é a menor dentre todos os estratos, sendo a maior a do III. Mas como esta

¹⁴⁰ Cabe ressaltar que em todas as dimensões: demográfica, social, econômica e ambiental foram utilizadas todas as variáveis disponibilizadas pelos Censos Demográficos de 2000 e 2010 e que sejam relativas ao meio rural. Assim, consequentemente, na dimensão econômica há maior número de variáveis analisadas enquanto na

densidade inclui população urbana e rural, efetuou-se a análise da distribuição da população entre o meio rural e o urbano, na qual foi possível identificar que em 2010 no Estrato IV 37,72% da população reside no meio rural, percentual que é o maior dentre os quatro estratos. Conseqüentemente, a taxa de urbanização do Estrato IV é a menor dentre todos, correspondendo a 62,28% no ano de 2010.

Os municípios inseridos no Estrato IV possuem menores dimensões territoriais, havendo maior proximidade entre o campo e a cidade, assim como nesses espaços as dimensões populacionais também são menores. Sobre o primeiro aspecto, cabe apontar que a proximidade entre o meio rural e o urbano oferece vantagens, pois, conforme Kageyama (2008) argumenta, essa proximidade favorece a interconectividade e a articulação entre os sistemas urbanos e os espaços rurais.

Wanderley (2001) relaciona ruralidade e desenvolvimento, propondo que ao pensar o local seja valorizado o urbano e o rural, interligando os dois e mantendo as características próprias de cada um. Ao rural são atribuídas especificidades como ser um espaço físico diferenciado e um lugar de vida, podendo constituir um *continuum* rural-urbano. Os espaços rural e urbano podem ser observados como dois extremos nos quais as relações entre campo e cidade não destroem particularidades e não representem o fim do rural. Podem constituir dois mundos em que as particularidades de cada um não são anuladas, mas sim, representam fontes de integração, cooperação, tensões e conflitos e configuram uma rede de relações recíprocas em que as particularidades podem ser reiteradas e viabilizadas.

Sobre a distribuição da população rural por gênero cabem comentários específicos, pois conforme já fora observado no capítulo quatro, o meio rural da Região Sul é uma região com predomínio masculino, em que aproximadamente 52% da população são homens e 48% são mulheres. Entretanto, de forma contrária ao que Camarano e Abramovay (1999) no período de 2000 a 2010 não é possível apontar para a ocorrência de masculinização, pois os percentuais para os dois gêneros se mantiveram inalterados, e semelhantes em todos os estratos.

Ao observar a participação percentual de cada faixa etária no total da população por estrato, observa-se que no Estrato IV nas idades inferiores aos 29 anos estão as menores participações percentuais ao comparar com os demais estratos. Por outro lado, quando são observadas as faixas etárias acima dos 30 anos é no Estrato IV que há mais pessoas comparando-se com a população total. Também foi possível constatar que a população com

mais de 30 anos passou de 49% para 56% no período de 2000 a 2010 no mesmo Estrato. Nesse aspecto as informações coincidem com o estudo de Camarano e Abramovay (1999) quando esses abordam a tendência ao envelhecimento no campo.

Mesmo que os dados demográficos apontem para uma redução da população mais jovem e uma elevação no número daqueles com idades mais altas, no Estrato IV é possível evidenciar que os argumentos de Lênin (1982) e Kautsky (1972) não se confirmam, pois nesse conjunto de municípios a agricultura familiar continua com uma presença relevante. Quando analisadas as taxas de variação das populações por faixa etária entre 2000 e 2010, constata-se que dentre os Estratos, no IV ocorrem as menores quedas percentuais nas idades até 59 anos, enquanto que nas idades superiores aos 60 anos é nesse Estrato que a população mais cresce proporcionalmente.

Ploeg (2008) relaciona o desenvolvimento rural à qualidade de vida nas zonas rurais, alegando que aquele pode contribuir para esta. Baseado na experiência europeia, o autor salienta que aquelas pessoas com liberdade de escolher onde desejam viver optam por novas zonas rurais, sendo essas constituídas como atrativas e foco de ‘repovoamento do campo’. A qualidade de vida mencionada por Ploeg (2008) é definida a partir das dimensões social, econômica e física. Na dimensão social, estão inseridos aspectos como coesão e redes sociais que interligam as pessoas, formando o capital social. No que tange à dimensão econômica, a referência é à qualidade de serviços e das atividades produtivas e, por fim, na dimensão física, estão inseridas a paisagem, sua qualidade, acesso e capacidade de mantê-la.

Em consonância com as conclusões do capítulo quatro, nesse que aqui se encerra observa-se a elevação no número de domicílios com até três moradores e o declínio no número de domicílios com mais de três moradores. Esses resultados são consequência das menores taxas de fecundidade e também da migração dos mais jovens do campo para as cidades, resultando em famílias menores. Comparando os resultados dos Estratos, observa-se que no IV há o maior crescimento no percentual de domicílios com até três moradores e por outro lado há o menor declínio no número de domicílios com mais de três moradores.

Conforme apresentado no decorrer do capítulo o tamanho da área territorial e populacional diminui na medida em que aumenta a presença da agricultura familiar, de forma que no estrato IV estão concentrados municípios com menor população, cujas taxas de urbanização são reduzidas e devido à menor área territorial há maior proximidade entre o rural e o urbano. Nesse sentido, nos amparamos em Favareto (2006a) o qual afirma que aquelas regiões rurais mais próximas do urbano são favorecidas em detrimento daquelas que estão distantes, e esta proximidade favorece o acesso para o fornecimento de produtos aos

mercados urbanos, mas também permite maior facilidade de acesso aos recursos que o meio urbano oferece, resultando numa maior inter-relação entre meio rural e urbano.

Na dimensão social, no que tange às taxas de alfabetização, constatou-se que os estratos III e IV são aqueles em que há os maiores percentuais de pessoas que sabem ler e escrever. No entanto, melhores resultados em relação à alfabetização não correspondem a maiores níveis de escolarização, pois no Estrato IV está o maior percentual de pessoas que tem no máximo ensino fundamental e apresenta ainda a menor proporção de pessoas com maior escolaridade. Mesmo nesse estrato há bons resultados quanto à educação, pois entre 2000 e 2010, cresceu a escolaridade, pois o percentual de pessoas com nível máximo de ensino fundamental declinou em dez pontos percentuais, aumentando o percentual de pessoas com maior escolaridade. A esse respeito deve-se ressaltar que esta melhora ocorreu num contexto de menor número de crianças e jovens e de maior quantidade de pessoas com mais de 60 anos, e também num ambiente cultural que ainda não valoriza a educação na dimensão que ela necessita (MELLO et al., 2003b; ABRAMOVAY, 1999a; CARNEIRO, 1996 e 1997).

Quanto aos índices do IDH-M e IFDM, percebe-se que em relação à longevidade/saúde e educação o Estrato IV apresenta resultados dentre os maiores índices. No caso da saúde há maior facilidade de acesso à saúde preventiva e aos demais recursos devido às redes sociais e o capital social, bem como a maior proximidade entre população e setor público contribuem na explicação do índice, o que justifica melhores índices em educação. Entretanto, cabe ressaltar que os índices de desenvolvimento referentes à geração de emprego e renda nos estratos com maior presença de agricultura familiar fazem parte dos piores resultados, o que contribui para entender sobre os motivos que estimulam jovens a migrar para as cidades, tais como argumentado por Carneiro (1996); Mello et al. (2003b); Brumer (2004); Schneider (2006) e Weisheimer (2009). Nesses espaços torna-se importante o estímulo para a diversificação e agregação de valor no meio rural contribuindo para maiores volumes de ocupação de pessoas e geração de renda, conquistando e se mantendo em novos mercados, conforme sugerido por Ploeg (2008 e 2011).

Falta às políticas públicas brasileiras a efetividade que é observada em países desenvolvidos, tais como nas condições em que Veiga (2000) explica como os Estados Unidos e países da Europa Ocidental adotaram políticas preferenciais para a agricultura familiar desde final do século XVII, enquanto no Japão essas medidas passaram a ser adotadas logo depois da II Guerra Mundial. Ações que garantam o acesso à terra, à educação, apoio ao cooperativismo, adequado sistema de crédito rural, pesquisa agropecuária adequada a sistemas de menor escala e assistência técnica, foram adotadas pelos países que valorizaram

a agricultura familiar no meio rural. Argumentos também apresentados por Abramovay (2007) quando esse ressalta que as ações do Estado como fundamentais para o desenvolvimento e a existência da agricultura familiar.

Sobre as variáveis inseridas na dimensão econômica, constatou-se que nos Estratos III e IV há o maior percentual de pessoas com acesso a algum tipo de rendimento, correspondendo a três quartos do total da população no ano de 2010. Quanto ao valor médio do rendimento mensal, observa-se que no Estrato IV ocorre o menor crescimento percentual no rendimento médio, com peso expressivo da baixa taxa de crescimento no rendimento médio dos homens, informação que está alinhada com o que fora observado na variável renda dos índices de desenvolvimento (IDH-M e IFDM).

Na dimensão econômica podemos constatar que no Estrato IV a tendência percebida é semelhante a dos outros estratos, mas com percentuais distintos, com queda na população rural, aumento na população urbana, declínio nas populações mais jovens, crescimento da população mais velha, redução no número de domicílios com maior número de moradores e elevação no número daqueles com menos moradores. O aspecto positivo a favor do Estrato IV é de que no caso da evolução da população por faixas etárias, foi nesse estrato que ocorreu o menor declínio nas faixas etárias de até 59 anos, tendo sido ali que o percentual de pessoas com mais de 60 anos, mais aumentou. Essas duas informações indicam que o espaço rural do Estrato IV é o local preferido por maior percentual de pessoas dentre todos os estratos, o que pode ser um indicador da importância que maior presença da agricultura familiar tem no meio rural.

Em relação à disponibilidade de energia elétrica nos domicílios rurais, constatou-se que o Estrato IV foi aquele em que tanto no ano de 2000 quanto em 2010 havia o maior percentual com acesso ao recurso, assim como nesse estrato observou-se um aumento no número de domicílios proprietários de Televisão, geladeira e máquina de lavar roupa. Quanto aos meios de comunicação, no Estrato IV nota-se que o acesso à telefonia fixa aumentou em 48,53% dos domicílios. Já na telefonia móvel 78,29% dos domicílios do Estrato IV tinham telefone celular em 2010, e mesmo esta sendo a terceira proporção em ordem de tamanho, para o estrato é representativo. Também no acesso à internet, 8,28% dos domicílios já tem acesso, apesar de ser a menor proporção dentre todos os estratos.

No que tange aos meios de transporte, os estratos III e IV contam com o maior percentual de domicílios com acesso ao recurso, chegando a aproximadamente 56% dos domicílios do Estrato IV que tem automóveis. No caso de motocicletas, nos Estratos III e IV, aproximadamente, 35% dos domicílios são proprietários desse meio de transporte.

Considerando que as condições de acesso a bens e serviços no Estrato IV são relativamente boas, mas que o rendimento médio mensal é dos menores, no caso dos homens extraímos que a opção de evasão dos mais jovens está relacionada à insatisfação de suas necessidades e a uma busca por padrões urbanos. Esses padrões são de morada, estudo, trabalho e vida e que no meio rural especialmente na agricultura familiar nem todos conseguem alcançar, na linha do que apontam Carneiro (1996); Brumer (2004); Schneider (2006); Stropasolas (2006); Spanevello (2008) e Weisheimer (2009).

Na dimensão ambiental foi verificado que em relação ao abastecimento de água o Estrato IV em 2000 era aquele em que o menor percentual de domicílios tinha acesso à rede geral, passando em 2010 a ser o Estrato com o maior percentual nesse tipo de abastecimento. O poço ou nascente em 2000 era recurso utilizado por praticamente três quartos dos domicílios em todos os estratos, tendo sido reduzido para a metade dos domicílios, sendo que o Estrato IV é aquele que em 2010 acessa menos esse tipo de abastecimento. Entretanto, os outros meios passaram a ser mais utilizados.

Em relação ao número de domicílios que tem banheiros, observam-se melhorias relevantes, de forma que o Estrato IV passa de 73,58% para 94,05% dos domicílios com banheiros, no período de 2000 a 2010. Quanto ao esgotamento sanitário, visualizam-se condições que precisam melhorar muito, pois é elevado o número de domicílios que escoam os dejetos sanitários em valas, rios, lagos e outros escoadouros, tendo sido observado um crescimento pouco relevante no número de domicílios com rede geral de esgoto. Desta forma, os tipos de esgotamento sanitário, mais utilizados, são as fossas sépticas ou rudimentares.

Quanto ao lixo, constate-se que em 2000 no Estrato IV 17,08% dos domicílios contavam com esse recurso, e no ano de 2010, esse percentual se elevou para 50,30% o que demonstra melhorias relevantes nessa variável, tendo sido observada uma redução no número de domicílios que queimam ou jogam o lixo no meio ambiente.

Assim, no que tange às variáveis ambientais, pode-se observar que nessas as condições do Estrato IV podem ser melhoradas, assim como dos demais, pois são variáveis em que apesar das mudanças constatadas entre 2000 e 2010 há uma grande parte dos domicílios nos quais é possível serem melhorados aspectos sobre abastecimento de água, esgotamento sanitário e coleta de lixo. Não devem ser desconsideradas as melhorias ocorridas entre 2000 e 2010, as quais contribuem para que as condições de vida, das pessoas que vivem nos domicílios, sejam melhores.

Desta forma, a partir da análise das quatro dimensões consideradas nesse capítulo e avaliando o papel que a maior presença da agricultura tem entre os estratos, pode-se constatar

que em diversas variáveis o Estrato IV, no qual há maior participação de agricultores familiares, é local em que as condições ou são as melhores ou estão entre as melhores. Na dimensão demográfica os índices são mais favoráveis ao Estrato IV, indicando que há menor migração destes locais quando comparados aos demais estratos, apesar da tendência ao envelhecimento populacional.

Na dimensão social, na maior parte das variáveis, o Estrato IV está entre os dois estratos com os melhores resultados, exceto quando a variável é nível de escolaridade. Já na dimensão econômica constata-se que parece haver uma melhor distribuição de rendimentos entre a população do Estrato IV, mesmo que parte dos rendimentos seja oriunda de transferências: previdenciárias ou de programas sociais. E mesmo na disponibilidade de serviços e bens pode-se observar que os domicílios do Estrato IV estão dentre aqueles com melhores resultados com exceção dos serviços de comunicação. Já na dimensão ambiental pode-se verificar que em todos os estratos há melhorias importantes a serem realizadas, podendo-se afirmar que em variáveis como existência de banheiros e coleta de lixo os resultados do Estrato IV são melhores do que os demais, mas em relação ao abastecimento de água e esgotamento sanitário há melhorias importantes a serem realizadas.

Ao finalizar este capítulo retomamos os argumentos mencionados anteriormente, segundo os quais a agricultura familiar possui papel importante no desenvolvimento dos locais em que está inserida. Se em países desenvolvidos ela é priorizada nas políticas públicas não devemos nós desconsiderar o papel que a mesma desempenha, seja pela capacidade de ocupação de pessoas, pela liberdade que permite aos seus integrantes uma vez que estes são proprietários de seus meios de produção, pelo papel que exerce na segurança alimentar. Motivos pelos quais se trata de uma categoria que necessita ser valorizada pelas políticas públicas brasileiras. Entretanto, são necessárias políticas mais efetivas que possam contribuir para que os agricultores familiares consigam obter níveis de renda suficientes para dar conta das necessidades de consumo, as quais conforme apontado no capítulo, mudaram e certamente permanecerão mudando, acompanhando o dinamismo econômico e cultural que também alcança o meio rural.

6 CONCLUSÕES

Esta pesquisa procurou investigar como evoluíram as condições de desenvolvimento rural nos municípios da Região Sul do Brasil nos quais a agricultura familiar apresenta maior participação na produção agropecuária municipal. A observação dessas condições foi efetuada a partir de variáveis inseridas nas dimensões demográfica, social, econômica e ambiental, comparando os resultados dos Censos Demográficos de 2000 e 2010 e do Censo Agropecuário de 2006. A premissa utilizada é de que os agricultores familiares apresentam elevada capacidade de formação de capital social e, por dispor de liberdade de escolha, contribuem para que as condições sociais, demográficas, econômicas e ambientais sejam melhores nos municípios em que sua presença é maior.

A opção pela utilização da categoria agricultura familiar decorreu do interesse em conhecer as influências que essa exerce sobre o desenvolvimento das regiões em que predomina no meio rural. Para tal foram consideradas enquanto características da categoria a utilização, de forma predominante, de mão de obra familiar, a atuação conjunta da família na gestão do estabelecimento e a renda predominantemente oriunda de atividades agropecuárias e com dimensões de área delimitadas pela Lei 11326/06.

Em relação à demonstração teórica da importância da agricultura familiar para o desenvolvimento, a pesquisa bibliográfica permitiu constatar que a tendência de desaparecimento, apontada pelos autores marxistas apresentados no texto, representa um risco real. Essa ameaça existe caso se mantenha o fluxo de migração do campo para a cidade dos mais jovens, conforme constatado nos resultados do capítulo 4. A opção brasileira por políticas agrícolas, baseadas no enfoque da teoria econômica neoclássica e favoráveis aos agricultores não familiares, contribuiu para aumentar o risco de que as previsões marxistas se confirmem no longo prazo. O risco crescente torna necessária a adoção de políticas com maior nível de eficiência a favor dos agricultores familiares.

No que tange aos argumentos da teoria econômica neoclássica, concorda-se com aqueles que dizem respeito à necessidade de que os agricultores busquem conhecimentos, tanto pelo sistema formal de escolarização quanto por meio de treinamentos, cursos, palestras, de forma a alcançar melhores resultados em suas propriedades.

Na abordagem de Chayanov são encontradas explicações sobre as escolhas que os agricultores familiares fazem quando optam entre permanecer ou evadir do campo. Considerando a liberdade que tem de escolher onde preferem viver e qual será o nível de penosidade ao qual aceitarão se expor, a abordagem Chayanoviana permite concluir que

atualmente é necessário maior volume de recursos para dar conta das necessidades de consumo existentes. A propriedade de bens (automóveis, motocicleta, eletrodomésticos) e de serviços (internet, linha telefônica fixa e celular) no meio rural, ilustrada na dimensão econômica do capítulo 5 demonstra a necessidade de que os agricultores familiares disponham de renda para a aquisição e manutenção desses bens e serviços.

Contatou-se nessa pesquisa que apesar das políticas nacionais terem favorecido a industrialização e a modernização agrícola, investindo em tecnologias poupadoras de trabalho, ainda assim os agricultores familiares não desapareceram, e na Região Sul os números apontam para um percentual relevante permanecendo no campo. Em 2006, o número de estabelecimentos familiares correspondia a quatro quintos da totalidade dos estabelecimentos agropecuários, caracterizados por extensões médias de terra entre 14 e 16 hectares nos estados da Região Sul. Outra característica que valoriza a categoria é o percentual de pessoas ocupadas na agricultura familiar, constatando-se que dentre os ocupados na agropecuária para os Estados do Rio Grande do Sul e Santa Catarina 80% e 82% são da agricultura familiar, enquanto no Paraná são 69,85%. Observa-se ainda que a maior parte dos agricultores familiares atua em estabelecimentos que são de sua propriedade, cujo acesso ocorreu principalmente por meio da compra de particulares ou herança, sendo que os agricultores familiares atuam na direção do estabelecimento, em sua maioria, há mais de dez anos.

Na verificação sobre a tendência à permanência ou ao êxodo do meio rural de grupos constituintes das famílias de agricultores familiares, constatou-se o declínio em números absolutos e percentuais de crianças e jovens. Esses dados, somados ao crescimento da população, com maiores faixas etárias, apontam para o envelhecimento da população rural e na agricultura familiar entre 2000 e 2010. Em relação às diferenças entre gêneros a pesquisa indicou um predomínio de homens no meio rural em relação às mulheres. Enquanto elas correspondem a 48% do total da população, o percentual deles é de 52%. Assim, confirma-se o predomínio masculino, porém não é possível falar em masculinização no período, pois a proporção se manteve a mesma.

Os motivos para o declínio no número de crianças estão relacionados às quedas nas taxas de natalidade e do número de domicílios no meio rural. Entretanto, observou-se que no meio rural da Região Sul, entre 2000 e 2010, a redução no percentual de pessoas com menos de 14 anos foi maior do que no Brasil, correspondendo a 32,29% e 23,40%, respectivamente. Mesmo que as taxas de natalidade tenham apresentado quedas mais importantes na Região Sul, parte da redução tem explicação na migração do campo para a cidade. Esses dados

refletem a realidade rural como um todo na Região Sul e, quando são estimadas informações para a agricultura familiar, conclui-se que há menos de uma criança por estabelecimento familiar nos dois anos censitários, o que também ocorre no caso de jovens. As fragilidades em relação à educação no campo, com o fechamento de escolas e com a utilização de conteúdos que não refletem a realidade rural, contribuem para que as crianças que optam por estudar tendam a ser atraídas pelos atrativos urbanos e, em muitos casos, para poder concluir os estudos passam a residir na cidade.

Em relação ao grupo dos jovens, observou-se no capítulo quatro que declinou entre 2000 e 2010 o número daqueles que residem no meio rural da Região Sul e também no Brasil e isso ocorre concomitantemente ao crescimento no número daqueles residentes no meio urbano dos dois espaços. Constatou-se que no meio rural da Região Sul, no período o número de jovens declinou em 21,23% enquanto no Brasil rural essa redução foi de 13,19%. Em consonância com o que fora observado para as crianças, também na Região Sul as menores taxas de fecundidade contribuem na explicação, entretanto é relevante o número daqueles que optaram pelas cidades como novo local de vida.

Nas estimativas feitas para a agricultura familiar, de forma similar ao caso das crianças, há menos de um jovem por estabelecimento familiar, o que ocorreu nos dois anos analisados. Quando comparada a migração de rapazes e moças observou-se na pesquisa que o número de rapazes foi reduzido em 96.396 (declínio em 21,71%) enquanto o de moças em 80.369 (redução em 20,69%), demonstrando a superioridade masculina na migração de jovens para o período. Ao mesmo tempo em que se verifica uma redução na população de crianças e de jovens ocorre uma elevação na proporção daqueles mais velhos, intensificada nas faixas etárias com idade para aposentadoria.

A redução no número de jovens residentes no meio rural ao mesmo tempo em que cresce a proporção da população mais velha é uma ameaça à continuidade da agricultura familiar quando se pensa no longo prazo. Mesmo que os recursos previdenciários recebidos pelos aposentados possam contribuir para melhorar o nível de renda nos estabelecimentos familiares em que há pessoas mais velhas residindo, é necessário que os jovens permaneçam no campo, pois o futuro dos mais velhos é a redução no nível de esforço e também nas atividades às quais tenham condições de se dedicar. Portanto, é primordial que as políticas agrícolas foquem em estímulos para que os jovens se sintam motivados a construir seus projetos de vida na agricultura familiar. Para os jovens é fundamental que possam ter acesso à educação e formação e efetuem suas escolhas pela permanência ou retorno ao campo, identificando no estabelecimento familiar uma possibilidade de atuar de forma

empreendedora, rentável e que satisfaça suas necessidades, alcançando o equilíbrio defendido por Chayanov.

Na estratificação dos 1.159 municípios da Região Sul, nota-se que em Santa Catarina predominam municípios com maior presença da agricultura familiar, sendo que a maioria está incluída nos Estratos III e IV. No Paraná a maior parte dos municípios está distribuída entre os Estratos I e II, com menor presença de agricultores familiares. Já no Rio Grande do Sul, a presença da categoria familiar e não familiar é distribuída de igual forma, sendo que 50% dos municípios nos estratos I e II e os outros 50% nos estratos III e IV.

Nos municípios em que os agricultores familiares têm baixa participação, tais como nos estratos I e II, não é possível afirmar que seja relevante estimular a agricultura familiar. Nesses locais observa-se algum dos seguintes fatores: a tendência de saída dos agricultores familiares do campo foi maior, os fatores de atração da cidade predominaram sobre os de permanência no campo ou são locais que se constituíram com menor presença da categoria. Assim, seriam pouco eficientes políticas de estímulo à permanência de agricultores familiares no campo desses locais.

Por outro lado, nos municípios inseridos nos estratos III e IV, o apoio e incentivo para que os agricultores familiares possam permanecer no campo ultrapassa a importância restrita ao próprio grupo. Nesses municípios as variáveis observadas no que tange à evolução em aspectos demográficos, sociais, econômicos e ambientais apresentaram resultados mais favoráveis, o que indica ser relevante e importante apoiar a agricultura familiar nesses locais. Essa importância ultrapassa os limites do meio rural alcançando os espaços urbanos desses municípios, nos quais a agricultura familiar também exerce papel relevante, tendo em vista que essas cidades consistem em espaço de demanda para produtos agrícolas e de oferta de bens e serviços para os agricultores familiares. Cabe ressaltar a relevância de valorizar o tamanho do estrato IV, no qual há 252 municípios nos quais os agricultores familiares representam mais de 85% do VBP agropecuário municipal.

Os resultados apontam para o fato de que nos estratos em que há maior presença de agricultores familiares (III e IV) as variáveis evoluem de forma mais favorável. Na dimensão demográfica o Estrato IV é aquele que em 2010 apresenta a maior taxa de população rural (37,72%) e a menor taxa de urbanização (62,28%), apontando para uma caracterização com forte relação entre campo e cidade, em que as atividades desenvolvidas no campo apresentam grande importância para a cidade. Nesse estrato constata-se que estão as menores participações percentuais da população com idade de até 29 anos, enquanto que a população

com mais de 30 anos corresponde a 56% do total no ano de 2010, apontando para a tendência ao envelhecimento no campo.

Na dimensão social o percentual de pessoas que sabem ler e escrever são maiores nos estratos III e IV, entretanto nesse último estrato há o menor percentual de pessoas que sequer concluiu o ensino fundamental. O aspecto positivo nesse contexto é o fato de que no período considerado aumentou a escolaridade em todos os estratos. No que tange à escolarização observa-se a necessidade de que se ampliem os níveis de conhecimento da população rural, seja via educação formal, cursos, treinamentos, palestras ou atividades afins.

Na dimensão econômica observa-se que nos estratos III e IV estão os maiores percentuais da população que possui rendimento, mesmo que esse apresente uma média baixa. Nesses estratos constata-se uma maior participação da agropecuária na produção municipal, com maior presença das receitas oriundas de aposentadorias e transferências de rendas como no Programa Bolsa Família. Assim, no que diz respeito à renda dos agricultores familiares constata-se restrições relevantes sobre as quais as políticas públicas também devem atuar. Entretanto, mesmo que nesses estratos a média do rendimento seja baixa, ainda assim constata-se que a disponibilidade de energia elétrica, eletrodomésticos, meios de comunicação e transporte são uma realidade para uma significativa parcela dos domicílios, sendo possível alcançar melhorias em relação ao acesso à internet, que é para os mais jovens uma demanda existente.

O acesso aos bens e serviços, conforme ilustrado na dimensão econômica, contribui para explicar os motivos pelos quais a população rural do Estrato IV permanece no campo, na linha do desenvolvimento como liberdade de forma que a vida no campo possa não ser considerada atrasada e desconfortável.

A partir da análise destes resultados fica evidente que nos municípios nos quais a agricultura familiar tem maior participação no VBP agropecuário, a sua influência no desenvolvimento local é relevante, o que justifica o apoio e estímulo para o alcance de melhores resultados em termos de renda para a categoria. Os estímulos ao agricultor familiar podem estar inseridos nos programas já existentes, tais como no PRONAF, cujos recursos podem estar atrelados aos serviços de assistência técnica da EMATER ou das Secretarias Municipais da Agricultura. Esses técnicos devem ter condições de orientar os produtores de forma que seja possível aos agricultores familiares dedicarem-se às atividades produtivas adequadas à sua disponibilidade de fatores de produção e que permitam a obtenção de valores agregados maiores e conseqüentemente maiores níveis de renda.

No que diz respeito à assistência técnica, além das orientações sobre a produção é importante que os agricultores familiares sejam detentores de conhecimentos sobre as possibilidades de processamento da produção, dominando informações sobre procedimentos e legislação. Outro aspecto sobre o qual os agricultores familiares precisam obter maiores conhecimentos é na comercialização de seus produtos, desde a consciência sobre as estruturas de mercado dentre as quais os produtos estejam inseridos, passando pelo conhecimento sobre o mercado consumidor e suas características, alcançando o aprendizado sobre técnicas de venda que permitam a inserção dos produtos no mercado. Ainda é fundamental que a orientação técnica auxilie na obtenção e aplicação de recursos financeiros, que podem ser acessados a taxas de juros baixas, mas cuja aplicação deve considerar viabilidade e retorno. Assim, conseqüentemente, ampliam-se as possibilidades de alcançar maiores níveis de renda que permitam aos agricultores familiares alcançar o equilíbrio entre trabalho e consumo, em nível de penosidade aceitável.

O papel relevante que os agricultores familiares desempenham no que tange à segurança alimentar e à evolução de variáveis de desenvolvimento são argumentos que justificam a maior intervenção pública em favor da categoria. Utilizando enquanto parâmetros as informações do capítulo quatro, os jovens são o grupo que maiores ações precisam receber de forma a combater a ameaça de que no longo prazo a agricultura familiar possa realmente desaparecer, conforme previam os marxistas.

Alegar que no meio rural da Região Sul o desenvolvimento é satisfatório é algo difícil de afirmar, no entanto a influência que a presença e cultura de agricultores familiares exercem no grupo de municípios do Estrato IV não pode ser desprezada ou menosprezada. Não se pretende defender a retomada da categoria onde ela já não existe mais, pois se acredita que esse esforço seria mal sucedido. Entretanto, apoiar e estimular a categoria nas regiões em que tem presença representativa é condição necessária para que as pessoas que vivem nesses espaços possam continuar evoluindo em suas condições de vida. E assim, a escolha entre a permanência ou o retorno ao campo como modo de vida, com satisfação das necessidades de todos os grupos, sejam crianças, jovens, mulheres, homens ou idosos será um resultado possível. Para isso sabemos que não basta vontade da população rural e dos agricultores familiares, são necessárias ações públicas que ofereçam auxílio desde a produção até à comercialização de bens e/ou serviços nos quais seja possível agregar valor e alcançar os níveis de renda necessários e suficientes para manter o agricultor familiar no campo, sendo essa uma opção e não fatalidade.

No desenvolvimento daqueles municípios em que existe alta participação de agricultores familiares, a manutenção da categoria é fundamental para que os municípios mantenham ou melhorem seus indicadores de desenvolvimento. Para tal é importante que sejam identificadas quais são as atividades que oferecem melhores condições para equilibrar a relação trabalho e consumo, demandando técnicos que possam auxiliar em conhecimentos desde a produção, passando pela distribuição e chegando ao consumo.

São necessárias políticas e ações mais eficientes direcionadas aos jovens e às mulheres estimulando o desenvolvimento de culturas mais rentáveis e que possam ser praticadas dentro das condições de disponibilidade de fatores produtivos da agricultura familiar. O apoio à ampliação de conhecimentos sobre produtos diferenciados tais como orgânicos, agroindustrializados, produzidos conforme demanda e conhecendo aspectos da comercialização desses produtos, potencializando a utilização de estruturas já existentes como as da EMATER/EPAGRI e das Secretarias Municipais da Agricultura, são ações possíveis.

As informações sobre variáveis demográficas, sociais, econômicas e ambientais que evoluíram de forma mais positiva nos estratos em que a agricultura familiar tem maior participação são argumentos que reforçam o apoio aos agricultores familiares. A contribuição da categoria na formação de capital social é fator relevante para indicar o quanto os agricultores familiares contribuem para o desenvolvimento do meio rural e do município em que estão inseridos e conseqüentemente da região e país, ao menos nas variáveis das dimensões que essa pesquisa permitiu identificar.

Quanto às políticas e ações a favor da agricultura familiar, não se deve delegar somente à União essa responsabilidade, cabendo aos governos estaduais e municipais o conhecimento da importância da categoria no seu território e agir para auxiliar os agricultores familiares de forma que em troca o desenvolvimento seja maior. Diante dessa sugestão, é importante conhecer as expectativas e necessidades dos grupos que compõem as famílias de agricultores familiares, para então oferecer o suporte necessário. Essas ações dependem de fatores técnicos como o planejamento e de fatores políticos como a decisão de apoiar e valorizar a categoria, devendo ser efetuados estudos sobre quais são atividades produtivas apropriadas para serem desenvolvidas pelos agricultores familiares em cada município, seja pela necessidade de combinação dos fatores produtivos disponíveis, pela demanda existente ou então pela renda que necessitam alcançar para atender às suas necessidades.

Assim, a pesquisa aqui apresentada teve enquanto objetivo central analisar a evolução das condições de desenvolvimento municipal rural a partir da influência da agricultura familiar, utilizando enquanto subsídios variáveis inseridas nas dimensões demográfica, social,

econômica e ambiental. Os resultados permitiram apontar que nos estratos em que a agricultura familiar apresenta maior participação no VBP agropecuário, essa categoria exerce influência no desenvolvimento dos locais, tornando relevante o apoio e estímulo à manutenção desses produtores no campo. Entende-se que novos estudos poderão ser realizados sobre o tema, com investigações que utilizem fontes primárias no estrato com maior presença de agricultura familiar, buscando conhecer aspectos que essa pesquisa não conseguiu alcançar devido à utilização de dados secundários.

REFERÊNCIAS

- ABRAMOVAY, Ricardo. De volta para o futuro: mudanças recentes na agricultura familiar. In.: **Anais do 1º Seminário Nacional do Programa de Pesquisa em Agricultura Familiar da Embrapa**. Petrolina, 1997, p. 17-27.
- _____. O admirável mundo novo de Alexander Chayanov. São Paulo/USP: **Estudos Avançados**, jan/abr, v. 12, n. 32: 69-74. 1998a.
- _____. Agricultura familiar e desenvolvimento territorial. Reforma Agrária. **Revista da Associação Brasileira de Reforma Agrária**. v. 28, n. 1, 2, 3 e 29, n. 1 – jan/dez 1998 e jan/ago 1999(a).
- _____. Do setor ao território: funções e medidas da ruralidade no desenvolvimento contemporâneo. **Relatório de pesquisa**, IPEA. São Paulo/Rio de Janeiro, Projeto BRA/97/013, junho 1999(b).
- _____. Subsídios e multifuncionalidade na política agrícola europeia. **Economia Rural**. v. 40, n. 2: 235-264, abr/jun 2002.
- _____. **Paradigmas do capitalismo agrário em questão**. 3. ed. São Paulo: Edusp, 2007.
- ABRAMOVAY, Ricardo (Coord.). **Juventude e Agricultura familiar: desafios dos novos padrões sucessórios**. Brasília: Unesco, 1998(b).
- ABRAMOVAY, R.; SILVESTRO, M. L.; MELLO, M. A.; DORIGON, C.; BALDISSERA, I. T. **Juventude e agricultura familiar: desafio dos novos padrões sucessórios**. Brasília: Unesco, 1998. 104 p.
- AEPS. **Anuário Estatístico da Previdência Social**. Ministério da Previdência Social/Instituto Nacional do Seguro Social/Empresa de Tecnologia e Informações da Previdência Social. Brasília v. 19, p. 1-868, 2010.
- AGROSOFT. **Manifesto denuncia fechamento de 24 mil escolas rurais no Brasil**. Disponível em: <<http://www.agrosoft.org.br/agropag/219933.htm>>. Acesso em: nov. 2011.
- AGUIAR, Marcos Daniel Schmidt de. **Condições de vida, políticas públicas e efeitos no desenvolvimento regional: uma análise do programa RS Rural no contexto das desigualdades regionais no Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: UFRGS, tese de doutorado em Desenvolvimento Rural, 2011.
- ALMEIDA, M. W. B. Redescobrimo a família rural. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**. São Paulo, n. 1, v.1, p. 66-83, 1986.
- ALVES, P. A.; MATTEI, L. F. Migrações no Oeste Catarinense: história e elementos explicativos. In.: **Trabalho apresentado no XV Encontro Nacional de Estudos Populacionais**, ABEP. Realizado em Caxambu/MG, de 18 a 22 de setembro de 2006.

ALVES, Lucir Reinaldo. **Distribuição das Atividades Econômicas e Desenvolvimento Regional em Mesorregiões Selecionadas no Sul do Brasil: 1970 a 2000**. Santa Cruz do Sul: Unisc/Programa de Pós Graduação em Desenvolvimento Regional: Dissertação de mestrado. Março de 2008. 184 p. Disponível em: <<http://www.unisc.br/servicos/btd/index.html>>. Acesso em: nov. 2009.

ALVES, José Eustáquio Diniz; CAVENAGHI, Suzana. **Tendências demográficas, dos domicílios e das famílias no Brasil**. Aparte Inclusão Social. 2012. Disponível em: <<http://www.ie.ufrj.br/aparte>>. Acesso em: dez. 2012.

ANDRADE, Manuel Correia de. Formação territorial do Brasil. In.: BECKER, Berta et al. **Geografia e Meio Ambiente**. São Paulo: Hucitec, 2002.

ANJOS, Flávio Sacco dos; CALDAS, Nádia Velleda. O futuro ameaçado: o mundo rural face aos desafios da masculinização, do envelhecimento e da desagrarização. **Ensaio FEE**, Porto Alegre, v. 26, n. 1, p. 661-694, jun. 2005.

ARRAIS, Tadeu Alencar. A cidade e a região/a cidade-região: reconhecer processos, construir políticas. **Cadernos Metrópole** 20. 2. sem. 2008, p. 81-91.

ASMUS, Rosa Maria Farias. **Qualidade de vida na agricultura familiar**. Tese de doutorado. Universidade de Brasília: Centro de Desenvolvimento Sustentável, junho de 2004.

BACEN (Banco Central do Brasil). **Correção de valores**. Disponível em: <<http://www4.bcb.gov.br/pec/Correcao/result.asp?idpai=correcao>>. Acesso em: set. 2012a.

BACEN (Banco Central do Brasil). **Anuários Estatísticos do Crédito Rural - 2000/2010**. Disponível em: <<http://www.bcb.gov.br/?CREDRURAL>>. Acesso em: mar. 2012b.

BASSO, David; DELGADO, Nelson G.; SILVA NETO, Benedito. O estudo de trajetórias de desenvolvimento rural: caracterização e comparação de diferentes abordagens. In.: **Desenvolvimento em questão**. Ijuí: Ed. UNIJUI, ano 1, n.1, jan/jun, 2003, p. 73-105.

BECKER, Bertha D.; EGLER, Cláudio A. G. **Brasil: Uma nova potência na Economia-mundo**. 2. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1994, 268p.

_____. **Brasil uma nova potência na Economia-mundo**. 4. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003, 272 p.

BELTRÃO, Kaizô Iwakami; CAMARANO, Ana Amélia; MELLO, Juliana Leitão e. **Mudanças nas condições de vida dos idosos rurais brasileiros: resultados não-esperados dos avanços da seguridade social**. Rio de Janeiro: Ipea. Texto para discussão nº 1066. Janeiro de 2005.

BERNARDES, Lysia Maria Cavalcanti. O problema das 'frentes pioneiras' no Estado do Paraná. **Revista Brasileira de Geografia**. Ano XV, n.3. Julho-setembro de 1953.

BERNARDES, Nilo. **Bases geográficas do povoamento do Estado do Rio Grande do Sul**. Ijuí: Ed. Unijui, 1997. 147 p.

_____. Expansão do povoamento no Estado do Paraná. **Revista Brasileira de Geografia**. Ano XIV. v. 4. Outubro/dezembro de 1952. p.427 a 450.

BRIXIUS, Leandro; AGUIAR, Raquel; MORAES; Vanessa Almeida de. A força da Agricultura familiar no Rio Grande do Sul. **Extensão Rural e Desenvolvimento Sustentável**. Porto Alegre, v. 2, n.1/3, set/dez 2006.

BRUM, A. J. **O desenvolvimento econômico brasileiro**. 21. ed. Ijuí: Unijui, 2000. 571p.

BRUMER, Anita. Gênero e Agricultura: a situação da mulher na agricultura do Rio Grande do Sul. **Estudos Feministas**, Florianópolis, 12(1): 360, janeiro-abril/2004.

BRUMER, Anita. PANDOLFO, Graziela Castro; CORADINI, Lucas. Gênero e agricultura familiar: projetos de jovens filhos de agricultores familiares na Região Sul do Brasil. **Fazendo Gênero 8 – Corpo, Violência e Poder**. Florianópolis, de 25 a 28 de agosto de 2008.

BUAINAIN, A. M.; ROMEIRO, A. R.; GUANZIROLI, C. Agricultura Familiar e o Novo Mundo Rural. **Sociologias**, Porto Alegre, ano 5, n. 10, jul/dez 2003, p. 312-347

BUAINAIN, Antonio Márcio (coord.). **Agricultura familiar e inovação tecnológica no Brasil: características, desafios e obstáculos**. Campinas/SP: Editora da Unicamp, 2007.

BUAINAIN, Antonio Márcio; DEDECCA, Claudio Salvadori. Mudanças e reiteração da heterogeneidade do mercado de trabalho agrícola. In: GASQUES, J.G; VIEIRA FILHO, J.E.R.; NAVARRO, Z. (orgs). **A agricultura brasileira: desempenho, desafios e perspectivas**. Brasília: IPEA, 2010, 298 p.

CAMARANO, Ana A.; ABRAMOVAY, Ricardo. Êxodo rural, envelhecimento e masculinização no Brasil: panorama dos últimos 50 anos. **Texto para discussão n° 621**. Rio de Janeiro: Ipea. Janeiro de 1999.

CAMARANO, Ana A.; KANSO, Solange. **Perspectivas de crescimento para a população brasileira: velhos e novos resultados**. Rio de Janeiro/IPEA: texto para discussão n° 1426, outubro de 2009.

CANDIDO, A. **Os parceiros do Rio Bonito – Estudo sobre o caipira e a transformação dos seus meios de vida**. 3.ed. São Paulo: Livraria Duas Cidades, 1975.

CANO, Wilson. Perspectivas para a questão regional no Brasil. **Ensaio**, FEE, Porto Alegre, (15)2: 312-320, 1994.

CARBAUGH, Robert J. **Economia Internacional**. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2008. 584 p.

CARNEIRO, Maria José. Pluriatividade no Campo: o caso francês. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, n. 32, ano 11, 1996.

_____. Política Pública e Agricultura Familiar: uma leitura do PRONAF. **Estudos Sociedade e Agricultura**, 8, abril 1997: 70-82.

_____. O ideal urbano: campo e cidade no imaginário de jovens rurais. In.: SILVA, F.C.T. da; SANTOS, R.; COSTA, L.F. de C. (Eds.). **Mundo rural e política: Ensaio interdisciplinares**: 95-118. Rio de Janeiro: Campus, 1998.

_____. Herança e gênero entre agricultores familiares. **Revista de Estudos feministas**. v. 9, n. 1, Florianópolis, 2001.

CASTRO, Zulamar Maria de B. Santa Catarina – raízes e traços. A singularidade de um cenário propício ao desenvolvimento de comunidade (1960-1980). **Revista Katálisis**. v. 0, nº1, 1997.

CERVO, A.L.; BERVIAN, P. A.; SILVA, R. da. **Metodologia científica**. 6. ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2007.

CHAYANOV, Alexander V. Sobre a teoria dos sistemas econômicos não capitalistas. In.: GRAZIANO DA SILVA, José; STOLCKE, Verena (orgs). **A questão Agrária**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1981, p. 133 a 163.

CF 1988 - **CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL DE 1988**. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para assuntos jurídicos. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constitui%C3%A7ao.htm>. Acesso em: set. 2011.

CONTERATO, Marcelo Antonio. **Dinâmicas Regionais do Desenvolvimento Rural e Estilos de Agricultura Familiar: uma análise a partir do Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: UFRGS. Tese de doutorado em Desenvolvimento Rural. 2008.

CONTERATO, M.; GAZOLLA, M.; SCHNEIDER, S. A dinâmica agrícola do desenvolvimento da agricultura familiar no Alto Uruguai, Rio Grande do Sul: suas metamorfoses e reações locais. In.: TONNEAU, Jean Philippe; SABOURIN, Eric. **Agricultura familiar: interação entre políticas públicas e dinâmicas locais: ensinamentos a partir de casos**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2007.

CORREA, Roberto Lobato. **Trajatórias Geográficas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997.

DAB. Departamento de Atenção Básica do Ministério da Saúde. **Atenção Básica e a Saúde da Família**. Disponível em: <http://dab.saude.gov.br/atencao_basica.php>. Acesso em: dez. 2012.

DALL'ACQUA, Fernando Maida. O problema da agregação de capital: uma crítica ao modelo de inovações induzidas de Hayami e Ruttan. Rio de Janeiro: **Revista Pesquisa e Planejamento Econômico**. 13(3), p. 921 a 944, dez. 1983.

DATASUS. **Taxa de fecundidade total: número médio anual de filhos por mulher por ano segundo região e UF, entre 1991 e 2007**. Disponível em: <<http://tabnet.datasus.gov.br/cgi/idb2009/a05a.htm>>. Acesso em: out. 2011.

DAVID, Paul A. **Technical Choice Innovation and Economic Growth: essays on American and British experience in the nineteenth century**. Nova York: Cambridge University Press, 1975.

DECRETO N° 6.824. **Atualização de valores referenciais para caracterização das situações de pobreza e extrema pobreza no âmbito do Programa Bolsa Família.** Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. Decreto nº 6.824, de 16 de abril de 2009.

DENATRAN. **Departamento Nacional de Trânsito.** Informações sobre Frota de Veículos em 2000 e 2010. Disponível em: <<http://www.denatran.gov.br/frota.htm>>. Acesso em: dez. 2012.

DINIZ, Clélio C.; CROCCO, Marco. **Economia Regional e Urbana: contribuições teóricas recentes.** Belo Horizonte: UFMG, 2006, p. 9-32.

DINIZ, Clélio C. Celso Furtado e o desenvolvimento regional. **Nova Economia.** Belo Horizonte: 19 (2). p. 227-248, maio-agosto de 2009.

DUFUMIER, Marc. **Projetos de Desenvolvimento agrícola: manual para especialistas.** 2. ed. Salvador: EDUFBA, 2010.

ECKERT, Córdula (org.). **Sistematização de experiências, uma nova prática na Emater/RS-Ascar: apresentação das 10 experiências selecionadas no II Seminário Estadual de Sistematização de Experiências de 2004.** Porto Alegre: EMATER/RS – ASCAR, 2007. 164 p.

EMBRAPA. Secretaria de Administração e Estratégia. **IV Plano Diretor da Embrapa: 2004-2007.** Embrapa. DF. 2004, 48 p. Disponível em: <<http://www.slideshare.net/guestaa563b/plano-diretor-embrapa>>. Acesso em: set. 2011.

EMBRAPA. Secretaria de Gestão e Estratégia. **V Plano-Diretor da Embrapa: 2008-2011-2023.** Brasília, DF, Embrapa, 2008. 44 p.

FAO/INCRA. **Diretrizes de Política Agrária e Desenvolvimento Sustentável.** Versão Resumida do Relatório Final do Projeto UTF/BRA/036. Coordenação de Carlos E. Guanziroli. Novembro de 1994.

FAO/INCRA. **Perfil da Agricultura familiar no Brasil: dossiê estatístico.** Projeto UFT/BRA/036/BRA. Coordenação de Carlos E. Guanziroli. Agosto de 1996.

FAORO, R. **Os donos do poder: a formação do patronato político brasileiro.** 3.ed. ver. Porto Alegre: Globo, 2001

FAVARETO, Arilson da Silva. **Paradigmas do desenvolvimento rural em questão – do agrário ao territorial.** São Paulo: USP. Tese de Doutorado em Ciência Ambiental. 2006a.

_____. A racionalização da vida rural. **Estud. soc. agric.,** Rio de Janeiro, v. 14, n. 1, 2006b.

FIRJAN. Federação das Indústrias do Rio de Janeiro. **IFDM – Índice Firjan de Desenvolvimento Municipal Ano base 2010.** Disponível em: <www.firjan.org.br>. Acesso em: dez. 2012.

FRANÇA, Caio Galvão de; GROSSI, Mauro Eduardo Del; MARQUES, Vicente P.M. de Azevedo. **O Censo Agropecuário 2006 e a agricultura familiar no Brasil**. Brasília: MDA, 2009. 96 p.

FRANTZ, Telmo Rudi; SILVA NETO, Benedito. A formação histórica dos sistemas agrários do Rio Grande do Sul. In.: SILVA NETO, Benedito; BASSO, David (orgs.). **Sistemas Agrários do Rio Grande do Sul: análise e recomendações de políticas**. Ijuí: Unijui, 2005.

FUNASA. Fundação Nacional de Saúde. Ministério da Saúde. **Saneamento Rural/Sistema de Abastecimento de água/Sistema de Esgotamento Sanitário/Resíduos Sólidos**. Disponível em: <<http://www.funasa.gov.br/site/engenharia-de-saude-publica-2/saneamento-rural/>>. Acesso em: dez. 2012.

FUNK, Fabiana. **A agricultura familiar diversificada e qualidade de vida: o caso do município de São Pedro do Butiá – Rio Grande do Sul**. Unisc: Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional. Dissertação de Mestrado, fevereiro de 2008. 197 p. Disponível em: <<http://www.unisc.br/servicos/btd/index.html>>. Acesso em: dez. 2010.

FURTADO, Celso. **Formação Econômica do Brasil**. 32. ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2003.

GASQUES, José Garcia et al. Produtividade Total dos Fatores e transformações da agricultura brasileira: análise dos dados dos Censos Agropecuários. In.: GASQUES, J.G; VIEIRA FILHO, J.E.R.; NAVARRO, Z. (orgs.). **A agricultura brasileira: desempenho, desafios e perspectivas**. Brasília: IPEA, 2010, 298 p.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 1999.

_____. **Como Elaborar Projetos de Pesquisa**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

GOMES, Paulo Cesar da Costa. O conceito de região e sua discussão. In.: CASTRO, Iná Elias et al. **Geografia: conceitos e temas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995.

GRANOVETTER, Mark. Ação econômica e estrutura social: o problema da imersão. **RAE-eletrônica**, v. 6, n.1, Art. 9, jan./jun. 2007.

GUANZIROLI, Carlos (Coord) et al. **Perfil da Agricultura familiar no Brasil: dossiê estatístico**. Projeto UFT/BRA/036/BRA. FAO/INCRA. Agosto de 1996.

GUANZIROLI, Carlos; DI SABBATO, Alberto; VIDAL, Maria de Fátima. **Agricultura Familiar no Nordeste: uma análise comparativa entre dois Censos Agropecuários**. Fortaleza: Banco do Nordeste do Brasil, 2011. 172 p.

GUILHOTO, Joaquim J.M.; SILVEIRA, Fernando G.; AZZONI, Carlos R.; ICHIHARA, Silvio M. **Agricultura Familiar na Economia: Brasil e Rio Grande do Sul**. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário (Estudos Nead, 9), 2005, 44 p.

HAESBAERT, Rogério. Região, diversidade territorial e globalização. **Geographia**. Ano 1, n.1, 1999. Disponível em: <http://www.uff.br/geographia/rev_01/rogerio%20haesbaert.pdf>. Acesso em: set. 2012.

HAYAMI, Y.; RUTTAN, V. W. **Desenvolvimento agrícola: teoria e experiências internacionais**. Brasília: EMBRAPA, DPU, 1988.

HERRLEIN JR. Ronaldo. A transição capitalista no Rio Grande do Sul, 1889-1930: uma nova interpretação. **Economia e Sociedade**, Campinas. v. 13, n.1. p.175-207, jan/jun 2004.

HIRSCHMAN, Albert. Transmissão Inter-Regional e Internacional do Crescimento Econômico. In.: SCHWARTZMAN, Jacques (org.). **Economia Regional**. Belo Horizonte: Cedeplar, 1977.

_____. **A estratégia do desenvolvimento econômico**. São Paulo: Abril Cultural, 1982.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Indicadores de desenvolvimento sustentável – Brasil 2004. **Glossário**. Disponível em: <ftp://geoftp.ibge.gov.br/documentos/recursos_naturais/indicadores_desenvolvimento_sustentavel/glossario.pdf.> Acesso em: dez. 2012.

_____. **Censo Agropecuário de 2006: resultados preliminares**. Rio de Janeiro, 2006, p. 1-146.

_____. **Censo Agropecuário de 2006**. Disponível em: <www.sidra.IBGE.gov.br>. Acesso em: out. 2009.

_____. **Projeção da população do Brasil por sexo e idade – 1980 - 2050**. IBGE: Rio de Janeiro, Estudos e Pesquisas (Informação demográfica e socioeconômica 24) 2008. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/projecao_da_populacao/2008/projecao.pdf>. Acesso em: nov. 2012

_____. **Pesquisa de Informações básicas municipais: Perfil dos municípios brasileiros em 2009**. Rio de Janeiro, 2010.

_____. **Censo Demográfico 2010: características gerais da população, religião e pessoas com deficiência**. Disponível em <ftp://ftp.ibge.gov.br/Censos/Censo_Demografico_2010/Caracteristicas_Gerais_Religiao_Deficiencia/caracteristicas_religiao_deficiencia.pdf.> Acesso em: dez. 2012.

_____. **Censos Demográficos**. Disponível em: <www.sidra.ibge.gov.br>. Acesso em: jul. 2011.

_____. **Censo Demográfico 2010: características da população e dos domicílios – resultados do universo**. Rio de Janeiro, IBGE, 2011.

_____. **Censos Demográficos**. Disponível em: <www.sidra.ibge.gov.br>. Acesso em: jul. 2012.

IDH. **Índice de Desenvolvimento Humano**. Disponível em: <www.idh.org.br> Acesso em: ago. 2012.

IFDM. **Índice Firjan de Desenvolvimento Municipal.** Disponível em: <www.firjan.org.br/ifdm/>. Acesso em: ago. 2012.

INCRA. Lei 6746/79 de 10 de dezembro de 1979. Disponível em <<http://www.jusbrasil.com.br/legislacao/128322/lei-6746-79>>. Acesso em: mar. 2013(a).

_____. Instrução Especial/Incra/nº 20, de 28 de maio de 1980. Disponível em <<http://www.incra.gov.br/index.php/institucional/legislacao--/atos-internos/instrucoes/file/129-instrucao-especial-n-20-28051980>>. Acesso em: mar. 2013(b).

INEP. DataEscolaBrasil. **Informações sobre Escolas existentes no meio rural em 2010.** Disponível em: <<http://www.dataescolabrasil.inep.gov.br/dataEscolaBrasil/home.seam>>. Acesso em: jun. 2011.

INEP. **Censo da Educação Superior: Evolução da Educação Superior – Graduação.** Disponível em: <<http://portal.inep.gov.br/web/censo-da-educacao-superior/evolucao-1980-a-2007>> Acesso em: dez. 2012.

IPEADATA. **Macroindicadores/população.** Disponível em: <http://www.ipeadata.gov.br/ipeaweb.dll/ipeadata?SessionID=1385039536&Tick=1255729036125&VAR_FUNCAO=Ser_Temas%28133%29&Mod=R>. Acesso em: out. 2009.

KAGEYAMA, Angela; BERGAMASCO, Sonia M. **A estrutura da produção no campo em 1980.** São Paulo: Perspectivas, 12/13: 55-72, 1989/1990.

KAGEYAMA, Angela. **Desenvolvimento Rural: conceitos e aplicações ao caso brasileiro.** Porto Alegre: Editora da UFRGS; Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural, 2008.

KAYSER, Bernard. **La renaissance rurale. Sociologie des campagnes du monde occidental.** Paris, Armand Colin, 1990.

KAUTSKY, Karl. Socialização da agricultura: Prólogo à primeira edição. In GRAZIANO DA SILVA, José; STOLCKE, Verena (Orgs). **A questão Agrária.** São Paulo: Editora Brasiliense, 1981, p. 127 a 132.

KAUTSKY, Karl. **A questão Agrária.** Porto: Portucalense, 1972.

KONDER, Leandro. **O que é dialética.** 25.ed. São Paulo: Brasiliense. 1995.

LAMARCHE, Hughes (coord). A agricultura familiar: comparação internacional. Volume I: **Uma realidade Multiforme.** Tradução: de Angela Maria Naoko Tijiwa. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 1993.

LANDAU, Elena Charlotte; CRUZ, Roberta Kelly da; HIRSCH, André; PIMENTA, Fernando Martins; GUIMARÃES, Daniel Pereira. Variação geográfica do tamanho dos módulos fiscais no Brasil. Embrapa Milho e Sorgo: Documentos 146, Sete Lagoas, MG, 2012.

LARAIA, Roque de Barros. **Cultura: um conceito antropológico**. 11 ed. Rio de Janeiro: Zahar Editor, 1997.

LEFEBVRE, Henri. **A revolução urbana**. Tradução de Sérgio Martins. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1999.

LEI 4.504. **Dispõe sobre o Estatuto da Terra**. Lei nº 4.504, de 30 de novembro de 1964. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br/ccivil/leis/L4504.htm>>. Acesso em: maio 2011.

LEI 11326/06 de 24 de julho de 2006. **Estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais**. Presidência da República, Casa Civil: subchefia para assuntos jurídicos. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2006/Lei/L11326.htm>. Acesso em: mai. 2010.

LEI 11.497/2009. **Dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar e do Programa Dinheiro Direto na Escola aos alunos da educação básica**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2009/Lei/L11947.htm>. Acesso em: dez. 2011.

LENCIONI, Sandra. Da cidade e sua região à cidade-região. In SILVA, José B. da; LIMA, Luiz C.; ELIAS, Denise (orgs.). **Panorama da Geografia Brasileira I**. São Paulo: Annablume, 2006. 368 p.

LÊNIN, V. L. **O desenvolvimento do capitalismo na Rússia: o processo de formação do mercado interno para a grande indústria**. Tradução de José Paulo Netto. São Paulo: Abril Cultural, 1982.

LIMONAD, Ester. Brasil século XXI, Regionalizar para que? Para quem? In. LIMONAD, E.; HAESBART, R.; MOREIRA, R. (orgs.). **Brasil, Século XXI por uma nova regionalização: agentes, processos, escalas**. São Paulo: Max Limonad, 2004.

MARCONI, M. de A.; LAKATOS, E. M. **Técnicas de Pesquisa**. 6 ed. rev. ampl. São Paulo: Atlas, 2006.

_____. **Metodologia Científica**. 5. ed. 4.reimpr. São Paulo: Atlas, 2010.

MARSHALL, Alfred. **Princípios de economia: tratado introdutório**. Tradução revista de Rômulo de Almeida e Ottolmy Strauch. 3. ed. São Paulo: Nova Cultural, 1988.

MASSUQUETI, Angélica. Modernização agrícola francesa: a construção de um modelo analítico. **Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural (SOBER)**. Rio Branco (AC), 20 a 23 de julho de 2008.

MAZOYER, Marcel; ROUDART, Laurence. **História das Agriculturas do Mundo: do neolítico à crise contemporânea**. Tradução de Cláudia F. Falluh Balduino Ferreira. São Paulo: Editora UNESP; Brasília, DF: NEAD, 2010.

MDS. Ministério do Desenvolvimento Social. **Bolsa Família e valor dos benefícios**. Disponível em: <<http://www.mds.gov.br/bolsafamilia/>> Acesso em: dez. 2012a.

MDS. Ministério do Desenvolvimento Social. **Relatório de Informações Sociais**. Disponível em: <<http://aplicacoes.mds.gov.br/sagi/RIv3/geral/index.php>>. Acesso em: set. 2012b.

MEC. Ministério da Educação e Cultura. **Programa Brasil alfabetizado: orientações sobre o Programa Brasil Alfabetizado**. Manual elaborado por Miguel Silveira Rocha. Julho de 2011. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=12280&Itemid=817> Acesso em: dez. 2012.

MELICZEK, Hans. A política da FAO para a promoção da agricultura familiar. **Redes**, Santa Cruz do Sul, v. 8, n.2, p. 45-66, maio/ago. 2003.

MELLO, Márcio Antonio et al. Sucessão hereditária e reprodução social da agricultura familiar. **Agriculturas**. São Paulo (SP), 50 (1): 11-24, 2003a.

_____. Educação formal e os desafios para a formação de uma nova geração de agricultores. **XLI Congresso da Sober**. Juiz de Fora, MG, 27 a 30 de julho de 2003b.

MENASCHE, Renata. Capinar: verbo conjugado no Feminino? Notas de pesquisa sobre gênero e percepções de risco na agricultura familiar. **Mneme Revista de Humanidades**. Departamento de História e Geografia da Universidade Federal do Rio Grande do Norte. v.05. n.11, julho/set de 2004, semestral.

MENDES, José Sacchetta Ramos. Desígnios da Lei de Terras: imigração, escravismo e propriedade fundiária no Brasil Império. **Cad. CRH** [online]. 2009, v.22, n. 55, pp. 173-184.

MENDES, Judas Tadeu Grassi; PADILHA JR. João Batista. **Agronegócios: uma abordagem econômica**. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2007.

MENDRAS, Henri. **Sociedades camponesas**. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.

MINISTÉRIO DA SAÚDE. **Estatísticas Essenciais 1990 – 2000**. Série G. Estatística e Informação para Saúde n. 22. Brasília/DF, novembro de 2001.

_____. **Manual de Orientações sobre o Bolsa Família**. 3. ed. Brasília – DF: Ministério da Saúde, Série Normas e Manuais Técnicos, 2010. 68 p.

MME. Ministério de Minas e Energia. **Programa Luz para Todos**. Disponível em: <<http://www.brasil.gov.br/sobre/economia/energia/programa-luz-para-todos>>. Acesso em: dez. 2012.

MONTIEL, Edgar. A Nova Ordem Simbólica: a diversidade cultural na era da globalização. In.: SIDEKUN, Antonio (org.). **Alteridade e multiculturalismo**. Ijuí: Unijui, 2003. 464 p.

MORAES, Maria Dione C. de. De camponês a agricultor familiar: imagens do campesinato, como identidades na ordem da razão. **Revista Raízes** ano XVII, n. 17, junho/1998.

MOREIRA, R.J. **Agricultura familiar: processos sociais e competitividade**. Mauad: UFRRJ/CPDA; REDCAPA, Rio de Janeiro, 1999.

MOURA, Rosa; KLEINKE, Maria de Lourdes Urban. Espacialidades de concentração na rede urbana da Região Sul. **Revista Paranaense de Desenvolvimento**. Curitiba, n. 95, jan/abr. 1999, p. 3-25.

NAVARRO, Zander. A agricultura familiar no Brasil: entre a política e as transformações da vida econômica. In.: GASQUES, J.G; VIEIRA FILHO, J.E.R.; NAVARRO, Z. (orgs). **A agricultura brasileira: desempenho, desafios e perspectivas**. Brasília: IPEA, 2010, 298 p. Cap. 7.

NAVARRO, Zander. PEDROSO, Maria Theresa Macedo. **Agricultura familiar: é preciso mudar para avançar**. Brasília: Embrapa Informação tecnológica: texto para discussão 42, 2011.

NIEDERLE, Paulo André; RADOMSKY, Guilherme F. W. Atores sociais, mercados e reciprocidade: convergências entre a Nova Sociologia Econômica e o “Paradigma da Dádiva”. **Revista Teoria e Sociedade**, v. 15, p. 146-177, 2007.

NOVAIS, F. A. **Portugal e Brasil na crise do antigo sistema colonial (1777-1808)**. 2. ed. São Paulo: Hucitec, 1983.

PAIVA, Carlos Águedo Nagel. Como identificar e mobilizar o potencial de desenvolvimento endógeno de uma região? **Documentos FEE**. n. 59. Porto Alegre: maio de 2004.

_____. **O Complexo Agrário Nacional e a Agricultura Familiar: contribuição para uma política de ‘divisão do trabalho agropecuário’ voltada à maximização da rentabilidade da Agricultura Familiar no Brasil**. Disponível em: <www.territoriopaiva.com>. Acesso em: set. 2010.

_____. **RS em Mapas e Dados: Sistema de conversão municipal**. Disponível em: <www.territoriopaiva.com>. Acesso em: mai. 2012.

PERACI; Adoniram S.; BITTENCOURT, Gilson A. Agricultura familiar e os programas de garantia de preços no Brasil: O programa de aquisição de alimentos (PAA). In: SILVA, J.G.da; DEL GROSSI, M.E.; FRANÇA, C.G.de (orgs.) **Fome Zero: a experiência brasileira**. Brasília: MDA, 2010, 360 p.

PESAVENTO, Sandra J. **História do Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1980.

PLOEG, Jan Douwe Van Der. **Camponeses e impérios alimentares: lutas por autonomia e sustentabilidade na era da globalização**. Tradução de Rita Pereira. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2008.

_____. Trajetórias do desenvolvimento rural: pesquisa comparativa internacional. **Sociologias**, Porto Alegre, ano 13, n. 27, mai./ago. 2011, p. 114-140.

PNUD. Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento. **O que é o IDH**. Disponível em: <www.pnud.org.br>. Acesso em: dez. 2012.

PONTES, Beatriz Maria Soares. A organização da unidade econômica Camponesa: Alguns aspectos do pensamento de Chayanov e de Marx. **Revista NERA**, v. 8, n 7, p.35-47, Jul./Dez.2005.

PUNTEL, Jovani Augusto. **Situação e Perspectivas para o desenvolvimento dos jovens rurais: um estudo a partir dos jovens formados no programa de empreendedorismo do jovem rural no centro de desenvolvimento do jovem rural no Vale do Rio Pardo**. Santa Cruz do Sul: UNISC, Dissertação de Mestrado em Desenvolvimento Regional, 2011.

PUTNAM, Robert D. **Comunidade e democracia: a experiência da Itália moderna**. 5 ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.

RADOMSKY, Guilherme; SCHNEIDER, Sérgio. Nas teias da economia: o papel das redes sociais e da reciprocidade nos processos locais de desenvolvimento. **Sociedade e Estado**, Brasília, v. 22, n.2, p. 249-284, maio/ago. 2007.

RAMOS, M. P.; AREND, S.C. O impacto da reforma da previdência social rural brasileira nos arranjos familiares. **R. bras. Est. Pop.**, Rio de Janeiro, v. 29, n. 1, p. 67-86, jan./jun. 2012.

RAMOS, Pedro. Propriedade, estrutura fundiária e desenvolvimento (rural). **Estudos Avançados** 15 (43), 2001.

RAMPAZZO, Sônia E.; CORRÊA; Fernanda Z. M.; **Desmistificando a Metodologia Científica: guia prático para produção de trabalhos acadêmicos**. Erechim, RS: Habilis, 2008.

ROMEIRO, Ademar Ribeiro. Dinâmica de introdução de inovações na agricultura: uma crítica à abordagem neoclássica. **Revista de Economia Política**, v. 11, n. 1(41), janeiro-março/1991.

SABOURIN, Eric. Teoria da Reciprocidade e sócio-antropologia do desenvolvimento. **Sociologias**, Porto Alegre, ano 13, n.27, mai./ago.2011, p. 24-51.

SACCO DOS ANJOS, Flávio; CALDAS, Nádia Velleda. O futuro ameaçado: o mundo rural face aos desafios da masculinização, do envelhecimento e da desagrarização. **Ensaio FEE**, Porto Alegre, v. 26, n.1, p. 661-694, jun. 2005.

SAMARA, Beatriz Santos; MORSCH, Marco Aurélio. **Comportamento do consumidor: conceitos e casos**. São Paulo: Prentice Hall, 2005.

SCHNEIDER, Sergio. A abordagem territorial do desenvolvimento rural e suas articulações externas. **Sociologias**, Porto Alegre, ano 6, n. 11, jan/jun. 2004, p. 88-125.

_____. Agricultura Familiar e desenvolvimento rural endógeno: elementos teóricos e um estudo de caso. In: FROEHLICH, J. M.; DIESEL, Vivien (org.). **Desenvolvimento Rural – Tendências e debates contemporâneos**. Ijuí: Unijui, 2006.

_____. **A pluriatividade na agricultura familiar**. 2. ed. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.

SCHULTZ, Theodore W. **A transformação da agricultura tradicional**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1965.

SCHUMPETER, Joseph Alois. **Teoria do desenvolvimento econômico: uma investigação sobre lucros, capital, crédito, juro e o ciclo econômico**. Tradução de Maria Silvia Possas. 3. Ed. São Paulo: Nova Cultural, 1988.

SEN, Amartya Kumar. **Desenvolvimento como Liberdade**. Tradução Laura Teixeira Motta. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

SEQUEIRA, Arménio; SILVA, Marlene Nunes. O bem estar da pessoa idosa em meio rural. **Análise Psicológica** (2002), 3 (XX): 505-516.

SILVA, Christian Luiz da (Org.). **Desenvolvimento sustentável: um modelo analítico integrado e adaptativo**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2006.

SILVA, José Graziano da. **A modernização dolorosa**. Rio de Janeiro: Zahar, 1982.

_____. **O que é a questão agrária**. 2.ed. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1993. 106 p.

_____. **O novo rural brasileiro**. 2. ed. Campinas, IE/Unicamp, 1999.

_____. Velhos e Novos Mitos do Rural Brasileiro. **Estudos Avançados** 15 (43), 2001.

_____. Os desafios das agriculturas brasileiras. In.: GASQUES, J.G; VIEIRA FILHO, J.E.R.; NAVARRO, Z. (orgs). **A agricultura brasileira: desempenho, desafios e perspectivas**. Brasília: IPEA, 2010, 298 p. Cap. 6.

SILVA NETO, Benedito; BASSO, David (orgs). **Sistemas Agrários do Rio Grande do Sul: análise e recomendações de políticas**. Ijuí: Unijui, 2005. 312 p.

SILVA NETO, Benedito; FRANTZ, Telmo Rudi. Dinâmica da agricultura e desenvolvimento no Rio Grande do Sul. **Revista de Economia e Sociologia Rural**. Brasília, v. 41, n.3, jul./set. 2003.

SILVA NETO, B.; OLIVEIRA, A. Agricultura familiar, desenvolvimento rural e formação dos municípios do Estado do Rio Grande do Sul. **Estudos Sociedade e Agricultura**, abril de 2008, v. 16, n. 1, p. 83-108.

SPANEVELLO, R. M. **A dinâmica sucessória na agricultura familiar**. Tese de doutorado em Desenvolvimento Rural. Porto Alegre: UFRGS, 2008.

SPANEVELLO, R.M.; DREBES, L.M.; LAGO, A. A influência das ações cooperativistas sobre a reprodução social da agricultura familiar e seus reflexos sobre o desenvolvimento rural. In.: **Anais do I Circuito de Debates Acadêmicos**. Ipea: Code 2011.

SPOSITO, Maria E.B.; A questão cidade-campo: perspectivas a partir da cidade. In SPOSITO, M. E. B.; WHITACKER, A. M.(Org.). **Cidade e campo: relações e contradições entre urbano e rural**. 1. ed. São Paulo: Editora Expressão Popular, 2006.

STROPASOLAS, Valmir Luiz. O valor (do) casamento na agricultura familiar. **Estudos feministas**, Florianópolis, 12(1): 360, janeiro-abril/2004. P. 253 a 267.

STROPASOLAS, Valmir Luiz. **O mundo rural no horizonte dos jovens**. Florianópolis: UFSC, 2006, 346 p.

SWAIN, Tania Navarro. Fronteiras do Paraná: da colonização à migração. In: AUBERTIN, C.. **Fronteiras**. Brasília: Universidade de Brasília, 1988.

TEPICHT, Jerzy. *Marxisme et agriculture; le paysan polonais*. Paris, A. Colin, 1973.

UNFPA/IBGE. Indicadores Sociodemográficos: prospectivos para o Brasil 1991-2030. **Fundo de População das Nações Unidas (UNFPA)/Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)**: Rio de Janeiro, 2006.

VAINER, Carlos B. A configuração de novos espaços regionais e a emergência de novos atores políticos. **Ensaio FEE**, Porto Alegre, (16) 2: 455-471, 1995.

VALENTIM, Rosa de Fátima. **Distribuição da renda, confiança e civismo: uma avaliação crítica de Comunidade e Democracia, de Robert Putnam**. Santa Cruz do Sul: UNISC, Tese de doutorado em Desenvolvimento Regional, 2009.

VASCONCELOS, Helenira Ellery Marinho; PAIVA, Francisco Fábio de Assis. Prioridade de Pesquisa para agricultura familiar: discursos que se renovam práticas que se adiam. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE SISTEMAS DE PRODUÇÃO, 7. 2007, Fortaleza-CE, **Agricultura Familiar, políticas públicas e inclusão social**. Fortaleza: Embrapa Agroindústria Tropical: BNB, 2007. 11 p.

VEIGA, José Eli da. Agricultura familiar e sustentabilidade. **Cadernos de Ciência & Tecnologia**. Brasília, v. 13, n.3, p. 383-404, 1996.

_____. Diretrizes para uma nova política agrária. In.: Ministério do Desenvolvimento Agrário/NEAD. **Reforma Agrária e Desenvolvimento Sustentável**. Brasília, 2000.

_____. O Brasil rural ainda não encontrou seu eixo de desenvolvimento. **Estudos Avançados 15** (43), 2001(a).

_____. O Brasil Rural precisa de uma estratégia de desenvolvimento. **Série Textos para Discussão nº 1**. Brasília: Convênio FIPE – IICA (MDA – CNDRS/NEAD). Agosto de 2001(b).

_____. Destinos da ruralidade no processo de globalização. São Paulo: **Estudos Avançados**, v. 18, n. 51, p. 51-67, maio/agosto de 2004.

_____. Nascimento de outra ruralidade. **Estudos Avançados**, v. 20, n. 57, 333-353. Maio-agosto de 2006a.

_____. Neodesenvolvimentismo: quinze anos de gestação. **São Paulo em Perspectiva**, v. 20, n. 3, p. 83-94, jul./set. 2006b.

_____. **O desenvolvimento agrícola: uma visão histórica.** 2. ed. São Paulo: Edusp, 2007.

WACHOWICZ, Ruy Christovam. **História do Paraná.** 5 ed. Curitiba/PR: Gráfica Vicentina Ltda. 1982.

WAIBEL, Leo. Princípios da colonização europeia no Sul do Brasil. **Revista Brasileira de Geografia.** Ano XI. abril-junho de 1949, n.2.

WANDERLEY, M. de N. B. Raízes históricas do campesinato brasileiro. **XX Encontro anual do ANPOCS.** GT 17, processos sociais agrários. Caxambu/MG, outubro de 1996.

_____. **Urbanização e ruralidade: relações entre a pequena cidade e o mundo rural e Estudo preliminar sobre os pequenos municípios em Pernambuco.** Brasília, NEAD/MAD, 2001. Disponível em: <www.nead.com.br>. Acesso em: set. 2011.

_____. A ruralidade no Brasil moderno. Por um pacto social pelo desenvolvimento rural. *En publicación: Uma nueva ruralidade en América Latina? Norma Giarracca. CLACSO, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales, Ciudad Autónoma de Buenos Aires, Argentina.* 2001. Disponível em: <<http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/rural/wanderley.pdf>>. Acesso em: set. 2009a.

_____. **O mundo rural como um espaço de vida: reflexões sobre a propriedade da terra, agricultura familiar e ruralidade.** Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009b.

WEDIG, Josiane Carine; MENASCHE, Renata. Entre o campo e a cidade: o lugar do consumo na mobilidade material e simbólica de jovens rurais. In: PINTO, Michele de Lavra; PACHECO, Janie K.(orgs.) **Juventude, consumo e educação 2.** Porto Alegre: ESPM, 2009.

WEISHEIMER, Nilson. **A situação juvenil na agricultura familiar.** Tese de doutorado em Sociologia. Porto Alegre: UFRGS, 2009.

_____. A situação juvenil na agricultura familiar: elementos para uma interpretação sociológica da construção de projetos profissionais por jovens agricultores familiares. **XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais: diversidades e (des)igualdades.** Salvador: Universidade Federal da Bahia, 7 a 10 de agosto de 2011.

WOORTMANN, Klaas. **O modo de produção doméstico em duas perspectivas: Chayanov e Sahlins.** Brasília: UNB/ Departamento de Antropologia/Instituto de Ciências Sociais. Série Antropologia. N. 293. 2001.

APÊNDICES

APÊNDICE A - EVOLUÇÃO DA POPULAÇÃO URBANA, RURAL E TOTAL NOS ESTADOS DA REGIÃO SUL NO PERÍODO DE 1940 ATÉ 2010

Estado	1940			1950			1960		
	Urbana	Rural	Total	Urbana	Rural	Total	Urbana	Rural	Total
Paraná	302.272	934.004	1.236.276	528.288	1.587.259	2.115.547	1.327.982	2.968.393	4.296.375
Rio Grande do Sul	1.034.486	2.286.203	3.320.689	1.421.980	2.742.841	4.164.821	2.445.774	3.003.049	5.448.823
Santa Catarina	253.717	924.623	1.178.340	362.717	1.197.785	1.560.502	695.347	1.451.562	2.146.909
Estado	1970			1980			1991		
	Urbana	Rural	Total	Urbana	Rural	Total	Urbana	Rural	Total
Paraná	2.546.899	4.450.783	6.997.682	4.566.755	3.182.997	7.749.752	6.192.976	2.250.323	8.443.299
Rio Grande do Sul	3.620.588	3.134.870	6.755.458	5.385.866	2.556.856	7.942.722	6.994.134	2.141.345	9.135.479
Santa Catarina	1.266.709	1.663.702	2.930.411	2.201.350	1.486.302	3.687.652	3.205.600	1.332.648	4.538.248
Brasil	52.097.260	41.037.586	93.134.846	80.437.327	38.573.725	119.011.052	110.990.990	35.834.485	146.825.475
Estado	2000			2010					
	Urbana	Rural	Total	Urbana	Rural	Total			
Paraná	7.781.664	1.776.790	9.558.454	8.912.692	1.531.834	10.444.526			
Rio Grande do Sul	8.312.899	1.868.850	10.181.749	9.100.291	1.593.638	10.693.929			
Santa Catarina	4.211.979	1.137.601	5.349.580	5.247.913	1.000.523	6.248.436			
Brasil	137.925.238	31.947.618	169.872.856	160.925.792	29.830.007	190.755.799			

Fonte: Elaborado pela autora a partir de Ipeadata (2009) (dados de 1940 a 1960) e Ibge (2011) para demais dados.

Nota: As informações da população brasileira não foram informadas antes de 1970 por não terem sido utilizadas no texto desta pesquisa.

**APÊNDICE B - POPULAÇÃO RURAL (%) EM RELAÇÃO À POPULAÇÃO TOTAL
EM CADA ESTADO DA REGIÃO SUL ENTRE 1940 E 2010**

Estado/ano	1940	1950	1960	1970	1980	1991	2000	2010
Paraná	75,55	75,03	69,09	63,60	41,07	26,65	18,59	14,67
Rio Grande do Sul	68,85	65,86	55,11	46,40	32,19	23,44	18,35	14,90
Santa Catarina	78,47	76,76	67,61	56,77	40,30	29,36	21,27	16,01

Fonte: Elaborado pela autora a partir de Ipeadata (2009) e Ibge (2011).

APÊNDICE C - CRIANÇAS COM IDADE ATÉ 14 ANOS, RESIDENTES NOS MEIOS RURAL E URBANO, NA REGIÃO SUL EM 2000 E 2010

Crianças de 0 a 14 anos	Masculino			Feminino			Total na Região Sul	
	PR	RS	SC	PR	RS	SC	Masculino	Feminino
Crianças em 2000 (urbana)	1.116.249	1.103.323	596.512	1.080.105	1.068.919	576.872	2.816.084	2.725.896
Crianças em 2010 (urbana)	1.023.948	969.864	577.694	991.879	937.825	556.328	2.571.506	2.486.032
Total população urbana por gênero em 2000	3.802.017	4.018.384	2.076.216	3.984.067	4.299.600	2.141.715	20.321.999	36.841.981
Total população urbana por gênero em 2010	4.374.901	4.424.057	2.601.433	4.662.813	4.842.510	2.711.394	23.617.108	42.859.315
Crianças em 2000 (rural)	283.016	248.418	172.123	267.760	234.067	163.976	703.557	665.803
Crianças em 2010(rural)	193.599	165.333	117.163	182.074	156.482	111.128	476.095	449.684
Total população rural por gênero em 2000	935.403	976.335	593.095	841.971	893.479	545.334	4.785.617	8.635.831
Total população rural por gênero em 2010	805.009	834.273	521.839	726.825	759.365	478.684	4.125.995	7.446.981

Fonte: Elaborado pela autora a partir dos Censos Demográficos de 2000 e 2010 (IBGE, 2011).

APÊNDICE D – JOVENS ENTRE 15 A 24 ANOS DE IDADE, RESIDENTES NOS MEIOS RURAL E URBANO, DISTRIBUÍDOS POR GÊNERO, NOS ESTADOS DA REGIÃO SUL EM 2000 E 2010

Jovens no meio urbano e rural	Masculino			Feminino			Total na Região Sul	
	PR	RS	SC	PR	RS	SC	Masculino	Feminino
15 a 24 anos em 2000 (urbano)	739.783	760.509	405.649	751.578	760.786	406.981	1.905.941	1.919.345
15 até 24 anos em 2010 (urbano)	786.494	756.122	474.934	787.989	757.549	468.622	2.017.550	2.014.160
Total população urbana por gênero em 2000	3.802.017	4.018.384	2.076.216	3.984.067	4.299.600	2.141.715	9.896.617	10.425.382
Total população urbana por gênero em 2010	4.374.901	4.424.057	2.601.433	4.662.813	4.842.510	2.711.394	11.400.391	12.216.717
15 a 24 anos em 2000 (rural)	176.073	160.474	107.431	153.292	140.870	94.361	443.978	388.523
15 até 24 anos em 2010 (rural)	135.007	124.020	88.559	120.473	108.952	78.729	347.586	308.154
Total população rural por gênero em 2000	935.403	976.335	593.095	841.971	893.479	545.334	2.504.833	2.411.401
Total população rural por gênero em 2010	805.009	834.273	521.839	726.825	759.365	478.684	2.161.121	2.082.937

Fonte: Elaborado pela autora a partir do Censo Demográfico 2010 (IBGE, 2011).

APÊNDICE E – POPULAÇÃO POR GÊNERO E FAIXA ETÁRIA, RESIDENTE NOS MEIOS RURAL E URBANO DO BRASIL, EM 2000 E 2010

Faixas etárias por gênero		Rural		Urbano	
		2000	2010	2000	2010
Gênero Feminino	0 a 14 anos	5.441.751	4.149.045	19.317.453	18.416.706
	De 15 até 24 anos	2.940.498	2.576.964	14.073.484	14.470.001
	De 25 até 39 anos	2.974.314	2.995.012	17.031.638	20.797.177
	De 40 até 54 anos	2.012.889	2.284.363	11.569.412	15.851.179
	De 55 a 59 anos	503.611	586.932	2.355.860	3.786.943
	Mais de 60 anos	1.279.126	1.768.979	6.723.119	11.467.971
	Total de mulheres	15.152.189	14.361.295	71.070.966	84.789.977
	População total por tipo de domicílio	31.845.211	30.272.369	137.953.959	163.419.015
	% de mulheres em relação ao total dos residentes	47,58	47,44	51,52	51,89
Gênero Masculino	0 a 14 anos	5.711.842	4.389.835	19.795.076	18.976.709
	De 15 até 24 anos	3.385.161	2.914.030	13.682.187	14.275.065
	De 25 até 39 anos	3.350.188	3.382.212	15.783.998	19.563.105
	De 40 até 54 anos	2.261.648	2.621.596	10.486.887	14.225.982
	De 55 a 59 anos	553.109	663.813	2.032.135	3.238.531
	Mais de 60 anos	1.431.074	1.939.588	5.102.710	8.349.646
	Total de homens	16.693.022	15.911.074	66.882.993	78.629.038
	População total por tipo de domicílio	31.845.211	30.272.369	137.953.959	163.419.015
	% de homens em relação ao total dos residentes	52,42	52,56	48,48	48,11

Fonte: Elaborado pela autora a partir dos Censos Demográficos de 2000 e 2010 (IBGE, 2011).

**APÊNDICE F- MULHERES POR FAIXA ETÁRIA NOS MEIOS URBANO E RURAL
NOS ESTADOS DA REGIÃO SUL - 2000 E 2010**

Faixa etária, por tipo de domicílio		Número de Mulheres por Estado					
		PR		RS		SC	
		2000	2010	2000	2010	2000	2010
Meio rural	De 15 até 24 anos	153.292	120.473	140.870	108.952	94.361	78.729
	De 25 até 39 anos	187.751	155.557	188.766	145.845	122.457	101.394
	De 40 até 54 anos	130.882	145.851	166.224	164.040	89.369	98.238
	De 55 a 59 anos	31.045	36.648	43.162	49.156	20.848	25.349
	Mais de 60 anos	71.241	86.222	120.390	134.890	54.323	63.846
	Total de mulheres no meio rural	841.971	726.825	893.479	759.365	545.334	478.684
	População total rural	1.777.374	1.531.834	1.869.814	1.593.638	1.138.429	1.000.523
	% de mulheres em relação ao total dos residentes	47,40	47,40	47,78	47,60	47,90	47,80
Meio urbano	De 15 até 24 anos	751.578	787.989	760.786	757.549	406.981	468.622
	De 25 até 39 anos	991.535	1.116.958	1.013.048	1.091.142	542.637	670.319
	De 40 até 54 anos	666.731	922.118	798.419	987.747	365.189	548.630
	De 55 a 59 anos	137.033	220.038	167.395	258.007	68.274	127.557
	Mais de 60 anos	357.085	623.831	491.033	810.240	181.762	339.938
	Total de mulheres no meio urbano	3.984.067	4.662.813	4.299.600	4.842.510	2.141.715	2.711.394
	População total urbana	7.786.084	9.037.714	8.317.984	9.266.567	4.217.931	5.312.827
	% de mulheres em relação ao total dos residentes	51,17	51,59	51,69	52,26	50,78	51,03

Fonte: Elaborado pela autora a partir dos Censos Demográficos de 2000 e 2010 (IBGE, 2011).

**APÊNDICE G - HOMENS POR FAIXA ETÁRIA NOS MEIOS URBANO E RURAL
NOS ESTADOS DA REGIÃO SUL - 2000 E 2010**

Faixa etária, por tipo de domicílio		Número de homens por Estado					
		PR		RS		SC	
		2000	2010	2000	2010	2000	2010
Meio rural	De 15 até 24 anos	176.073	135.007	160.474	124.020	107.431	88.559
	De 25 até 39 anos	205.956	169.298	215.072	162.548	137.270	111.724
	De 40 até 54 anos	148.883	164.137	188.265	190.018	99.686	112.007
	De 55 a 59 anos	36.264	42.525	47.106	56.542	22.479	28.270
	Mais de 60 anos	85.211	100.443	117.000	135.812	54.106	64.116
	Total de homens (rural)	935.403	805.009	976.335	834.273	593.095	521.839
	População total rural	1.777.374	1.531.834	1.869.814	1.593.638	1.138.429	1.000.523
	% em relação ao total dos residentes	52,63	52,60	52,22	52,40	52,10	52,20
Meio urbano	De 15 até 24 anos	739.783	786.494	760.509	756.122	405.649	474.934
	De 25 até 39 anos	921.506	1.062.166	949.117	1.047.874	522.383	665.283
	De 40 até 54 anos	606.472	827.344	725.121	884.462	348.777	513.970
	De 55 a 59 anos	122.113	189.468	143.253	220.804	62.653	115.625
	Mais de 60 anos	295.894	485.481	337.061	544.931	140.242	253.927
	Total de homens (urbano)	3.802.017	4.374.901	4.018.384	4.424.057	2.076.216	2.601.433
	População total urbana	7.786.084	9.037.714	8.317.984	9.266.567	4.217.931	5.312.827
	% em relação ao total dos residentes	48,83	48,41	48,31	47,74	49,22	48,97

Fonte: Elaborado pela autora a partir dos Censos Demográficos de 2000 e 2010 (IBGE, 2011).

APÊNDICE H – MUNICÍPIOS POR ESTRATO

ESTRATO I							
UF	MUNICÍPIO	VBP A.F./Total agropecuária	Área (km ²)	População total		Densidade demográfica	
				2000	2010	2000	2010
PR	Adrianópolis	0,1742	1.349,34	7.007	6.376	5,19	4,73
PR	Alto Piquiri	0,2123	447,72	10.761	10.179	24,04	22,74
PR	Alvorada do Sul	0,4082	424,25	9.253	10.283	21,81	24,24
PR	Amaporã	0,1372	384,73	4.655	5.443	12,10	14,15
PR	Andirá	0,4175	234,80	21.663	20.610	92,26	87,78
PR	Antonina	0,1992	882,32	19.174	18.891	21,73	21,41
PR	Apucarana	0,4313	558,39	107.827	120.919	193,10	216,55
PR	Arapongas	0,4561	381,09	85.428	104.150	224,17	273,29
PR	Arapoti	0,0761	1.360,50	23.884	25.855	17,56	19,00
PR	Araucária	0,3656	469,17	94.258	119.123	200,91	253,90
PR	Ariranha do Ivaí	0,4549	240,63	2.883	2.453	11,98	10,19
PR	Astorga	0,2496	434,79	23.637	24.698	54,36	56,80
PR	Atalaia	0,4946	137,66	4.015	3.913	29,17	28,42
PR	Balsa Nova	0,1620	396,91	10.153	11.300	25,58	28,47
PR	Bandeirantes	0,4853	447,62	33.732	32.184	75,36	71,90
PR	Bela Vista do Paraíso	0,4388	242,69	15.031	15.079	61,93	62,13
PR	Boa Esperança	0,3052	307,38	5.162	4.568	16,79	14,86
PR	Bom Sucesso	0,1608	322,76	6.173	6.561	19,13	20,33
PR	Bom Sucesso do Sul	0,4562	195,87	3.392	3.293	17,32	16,81
PR	Borrazópolis	0,4649	334,38	9.453	7.878	28,27	23,56
PR	Brasilândia do Sul	0,2869	291,04	3.889	3.209	13,36	11,03
PR	Cafeara	0,2729	185,80	2.485	2.695	13,37	14,51
PR	Cafelândia	0,0980	271,72	11.143	14.662	41,01	53,96
PR	Cambará	0,3446	366,17	22.740	23.886	62,10	65,23
PR	Cambé	0,3070	494,69	88.186	96.733	178,26	195,54
PR	Cambira	0,2786	162,64	6.688	7.236	41,12	44,49
PR	Campina da Lagoa	0,3039	808,82	17.018	15.394	21,04	19,03
PR	Campina do Simão	0,3012	449,40	4.365	4.076	9,71	9,07
PR	Campina Grande do Sul	0,4726	539,86	34.566	38.769	64,03	71,81
PR	Campo Bonito	0,4102	433,84	5.128	4.407	11,82	10,16
PR	Campo do Tenente	0,1220	304,49	6.335	7.125	20,81	23,40
PR	Campo Mourão	0,1452	757,11	80.476	87.194	106,29	115,17
PR	Candói	0,1801	1.512,77	14.185	14.983	9,38	9,90
PR	Cantagalo	0,3876	583,54	12.810	12.952	21,95	22,20
PR	Carambeí	0,0914	649,68	14.860	19.163	22,87	29,50
PR	Carlópolis	0,4496	447,86	13.305	13.706	29,71	30,60
PR	Cascavel	0,3815	2.100,11	245.369	286.205	116,84	136,28
PR	Castro	0,2396	2.531,50	63.581	67.084	25,12	26,50
PR	Catanduvas	0,4333	581,75	10.421	10.202	17,91	17,54
PR	Centenário do Sul	0,1911	371,84	11.817	11.190	31,78	30,09
PR	Céu Azul	0,3968	1.179,44	10.445	11.032	8,86	9,35
PR	Chopinzinho	0,4930	959,69	20.543	19.679	21,41	20,51
PR	Cianorte	0,4331	811,67	57.401	69.958	70,72	86,19
PR	Cidade Gaúcha	0,0274	403,04	9.531	11.062	23,65	27,45
PR	Clevelândia	0,2758	704,63	18.338	17.240	26,02	24,47
PR	Colorado	0,1084	403,26	20.957	22.345	51,97	55,41
PR	Conselheiro Mairinck	0,2187	204,71	3.463	3.636	16,92	17,76
PR	Contenda	0,4487	299,04	13.241	15.891	44,28	53,14
PR	Corbélia	0,3188	529,39	15.803	16.312	29,85	30,81
PR	Cornélio Procópio	0,1689	637,32	46.861	46.928	73,53	73,63
PR	Coronel Domingos Soares	0,2498	1.557,89	7.004	7.238	4,50	4,65

ESTRATO I (continuação)

UF	MUNICÍPIO	VBP A.F./Total agropecuária	Área (km ²)	População total		Densidade demográfica	
				2000	2010	2000	2010
PR	Cruzeiro do Iguaçu	0,2498	161,49	4.394	4.278	27,21	26,49
PR	Cruzeiro do Oeste	0,3778	779,22	20.222	20.416	25,95	26,20
PR	Cruzmalina	0,2746	312,30	3.459	3.162	11,08	10,12
PR	Curitiba	0,4648	434,97	1.587.315	1.751.907	3649,28	4027,68
PR	Curiúva	0,4903	576,26	12.904	13.923	22,39	24,16
PR	Diamante do Norte	0,2492	242,89	6.099	5.516	25,11	22,71
PR	Engenheiro Beltrão	0,3139	467,26	14.082	13.906	30,14	29,76
PR	Entre Rios do Oeste	0,3103	122,07	3.328	3.926	27,26	32,16
PR	Farol	0,1582	289,23	3.963	3.472	13,70	12,00
PR	Faxinal	0,3975	715,94	15.608	16.314	21,80	22,79
PR	Fênix	0,4014	234,10	4.942	4.802	21,11	20,51
PR	Fernandes Pinheiro	0,3762	406,50	6.368	5.932	15,67	14,59
PR	Floraí	0,3415	191,13	5.285	5.050	27,65	26,42
PR	Floresta	0,1928	158,09	5.122	5.931	32,40	37,52
PR	Florestópolis	0,1823	246,33	12.190	11.222	49,49	45,56
PR	Flórida	0,2939	83,05	2.434	2.543	29,31	30,62
PR	Foz do Iguaçu	0,4228	617,70	258.543	256.088	418,56	414,58
PR	Francisco Alves	0,4169	321,90	6.956	6.418	21,61	19,94
PR	Foz do Jordão	0,1007	235,40	6.378	5.420	27,09	23,02
PR	General Carneiro	0,2161	1.070,25	13.899	13.669	12,99	12,77
PR	Goioerê	0,2021	564,05	29.750	29.018	52,74	51,45
PR	Goioxim	0,4189	702,47	8.086	7.503	11,51	10,68
PR	Guafra	0,4208	560,51	28.659	30.704	51,13	54,78
PR	Guairaçá	0,0658	493,94	5.898	6.197	11,94	12,55
PR	Guaporema	0,2287	200,19	2.244	2.219	11,21	11,08
PR	Guaraci	0,3856	211,73	4.919	5.227	23,23	24,69
PR	Guarapuava	0,0745	3.115,33	155.161	167.328	49,81	53,71
PR	Guaratuba	0,3020	1.325,88	27.257	32.095	20,56	24,21
PR	Honório Serpa	0,2911	502,24	6.896	5.955	13,73	11,86
PR	Ibaiti	0,4266	896,85	26.448	28.751	29,49	32,06
PR	Ibiporã	0,3423	300,19	42.153	48.198	140,42	160,56
PR	Imbaú	0,0988	331,20	9.474	11.274	28,61	34,04
PR	Inácio Martins	0,3255	936,91	10.963	10.943	11,70	11,68
PR	Inajá	0,2248	194,71	2.915	2.988	14,97	15,35
PR	Indianópolis	0,3573	122,62	4.212	4.299	34,35	35,06
PR	Ipiranga	0,2354	927,09	13.308	14.150	14,35	15,26
PR	Itaipulândia	0,2557	336,17	6.836	9.026	20,33	26,85
PR	Itambaracá	0,3920	207,00	7.090	6.759	34,25	32,65
PR	Itambé	0,2374	243,82	5.956	5.979	24,43	24,52
PR	Itapejara d'Oeste	0,4871	254,08	9.162	10.531	36,06	41,45
PR	Ivatuba	0,3155	96,79	2.796	3.010	28,89	31,10
PR	Jaboti	0,4773	139,21	4.590	4.902	32,97	35,21
PR	Jacarezinho	0,1239	602,53	39.625	39.121	65,76	64,93
PR	Jaguapitã	0,1007	475,00	10.932	12.225	23,01	25,74
PR	Jaguariaíva	0,1883	1.523,79	30.780	32.606	20,20	21,40
PR	Janiópolis	0,3887	335,61	8.084	6.532	24,09	19,46
PR	Japira	0,3741	189,14	4.901	4.903	25,91	25,92
PR	Jardim Olinda	0,1836	128,52	1.523	1.409	11,85	10,96
PR	Jataizinho	0,2431	159,18	11.327	11.875	71,16	74,60
PR	Jundiá do Sul	0,3039	320,82	3.659	3.433	11,41	10,70
PR	Juranda	0,3783	349,72	8.134	7.641	23,26	21,85

ESTRATO I (continuação)							
UF	MUNICÍPIO	VBP A.F./Total agropecuária	Área (km ²)	População total		Densidade demográfica	
				2000	2010	2000	2010
PR	Jussara	0,2518	210,81	6.299	6.610	29,88	31,35
PR	Lapa	0,1544	2.045,89	41.838	44.932	20,45	21,96
PR	Laranjeiras do Sul	0,4766	671,12	30.025	30.777	44,74	45,86
PR	Leópolis	0,1652	344,92	4.440	4.145	12,87	12,02
PR	Lobato	0,4875	240,90	4.064	4.401	16,87	18,27
PR	Londrina	0,2421	1.650,81	447.065	506.701	270,82	306,94
PR	Luiziana	0,0982	908,60	7.540	7.315	8,30	8,05
PR	Lupionópolis	0,1906	121,07	4.323	4.592	35,71	37,93
PR	Mamborê	0,2030	778,68	15.156	13.961	19,46	17,93
PR	Mandaguaçu	0,4721	294,01	16.828	19.781	57,24	67,28
PR	Mangueirinha	0,2981	1.073,79	17.760	17.048	16,54	15,88
PR	Maria Helena	0,4184	486,23	6.384	5.956	13,13	12,25
PR	Marialva	0,4260	475,47	28.702	31.959	60,37	67,22
PR	Marilândia do Sul	0,0615	384,42	9.071	8.863	23,60	23,06
PR	Mariluz	0,1381	433,17	10.296	10.224	23,77	23,60
PR	Maringá	0,3392	487,93	288.653	357.077	591,59	731,82
PR	Mariópolis	0,4141	230,74	6.017	6.268	26,08	27,16
PR	Marumbi	0,2418	208,47	4.612	4.603	22,12	22,08
PR	Matinhos	0,3252	117,06	24.184	29.428	206,59	251,38
PR	Mato Rico	0,4427	394,53	4.496	3.818	11,40	9,68
PR	Mauá da Serra	0,1184	108,32	6.471	8.555	59,74	78,98
PR	Mirador	0,3083	221,51	2.500	2.327	11,29	10,51
PR	Moreira Sales	0,2240	353,89	13.395	12.606	37,85	35,62
PR	Munhoz de Melo	0,3551	137,02	3.401	3.672	24,82	26,80
PR	Nossa Senhora das Graças	0,3870	185,72	3.833	3.836	20,64	20,66
PR	Nova Aliança do Ivaí	0,2345	131,27	1.338	1.431	10,19	10,90
PR	Nova América da Colina	0,3663	129,48	3.585	3.478	27,69	26,86
PR	Nova Cantu	0,4652	543,78	9.914	7.425	18,23	13,65
PR	Nova Esperança	0,2597	401,59	25.729	26.615	64,07	66,27
PR	Nova Fátima	0,1962	283,42	8.305	8.147	29,30	28,75
PR	Nova Londrina	0,0393	269,39	13.169	13.067	48,88	48,51
PR	Nova Santa Bárbara	0,2660	71,76	3.611	3.908	50,32	54,46
PR	Ourizona	0,2608	176,46	3.396	3.380	19,25	19,15
PR	Ouro Verde do Oeste	0,3361	293,04	5.472	5.692	18,67	19,42
PR	Paçandu	0,2338	170,84	30.764	35.936	180,08	210,35
PR	Palmas	0,1418	1.567,36	34.819	42.888	22,22	27,36
PR	Palotina	0,4410	651,23	25.771	28.683	39,57	44,04
PR	Paraíso do Norte	0,4534	204,57	9.739	11.772	47,61	57,55
PR	Paranapoema	0,0169	175,87	2.393	2.791	13,61	15,87
PR	Paranavaí	0,2691	1.202,47	75.750	81.590	63,00	67,85
PR	Pato Branco	0,3326	539,42	62.234	72.370	115,37	134,16
PR	Paula Freitas	0,3491	420,33	5.060	5.434	12,04	12,93
PR	Peabiru	0,2318	469,50	13.487	13.624	28,73	29,02
PR	Pinhalão	0,4706	220,69	6.217	6.215	28,17	28,16
PR	Pinhão	0,4385	2.001,59	28.408	30.208	14,19	15,09
PR	Piraí do Sul	0,3304	1.403,07	21.647	23.424	15,43	16,69
PR	Piraquara	0,2747	227,56	72.886	93.207	320,29	409,59
PR	Pitangueiras	0,1899	123,23	2.418	2.814	19,62	22,84
PR	Ponta Grossa	0,0941	2.067,55	273.616	311.611	132,34	150,72

ESTRATO I (continuação)							
UF	MUNICÍPIO	VBP A.F./Total agropecuária	Área (km²)	População total		Densidade demográfica	
				2000	2010	2000	2010
PR	Porto Amazonas	0,0878	186,58	4.236	4.514	22,70	24,19
PR	Prado Ferreira	0,0271	153,40	3.152	3.434	20,55	22,39
PR	Presidente Castelo Branco	0,0903	155,73	4.305	4.784	27,64	30,72
PR	Quarto Centenário	0,1645	321,88	5.333	4.856	16,57	15,09
PR	Quatiguá	0,4244	112,69	6.742	7.045	59,83	62,52
PR	Quatro Barras	0,3268	179,54	16.161	19.851	90,01	110,57
PR	Quedas do Iguaçu	0,3707	821,50	27.364	30.605	33,31	37,25
PR	Quinta do Sol	0,2049	326,18	5.759	5.088	17,66	15,60
PR	Rancho Alegre	0,3285	167,65	4.197	3.955	25,03	23,59
PR	Rancho Alegre D'Oeste	0,4157	241,42	3.117	2.847	12,91	11,79
PR	Renascença	0,4413	425,08	6.959	6.812	16,37	16,03
PR	Reserva	0,2632	1.635,03	23.977	25.172	14,66	15,40
PR	Reserva do Iguaçu	0,0948	834,23	6.678	7.307	8,00	8,76
PR	Ribeirão Claro	0,4736	632,78	10.903	10.678	17,23	16,87
PR	Ribeirão do Pinhal	0,1941	374,73	14.341	13.524	38,27	36,09
PR	Rio Bom	0,3041	177,84	3.546	3.334	19,94	18,75
PR	Rio Branco do Ivaí	0,1756	385,60	3.758	3.898	9,75	10,11
PR	Rolândia	0,1906	460,15	49.410	57.862	107,38	125,75
PR	Roncador	0,2429	750,99	13.632	11.537	18,15	15,36
PR	Rondon	0,2416	556,08	8.527	8.996	15,33	16,18
PR	Sabáudia	0,1336	190,32	5.413	6.096	28,44	32,03
PR	Santa Fé	0,2656	276,24	8.870	10.432	32,11	37,76
PR	Santa Inês	0,3612	138,48	2.099	1.818	15,16	13,13
PR	Santa Isabel do Ivaí	0,3548	349,50	9.154	8.760	26,19	25,06
PR	Santa Mariana	0,1754	423,91	13.470	12.435	31,78	29,33
PR	Santana do Itararé	0,3941	251,27	5.638	5.249	22,44	20,89
PR	Santa Tereza do Oeste	0,2821	326,92	10.754	10.332	32,90	31,60
PR	Santa Terezinha de Itaipu	0,2823	259,39	18.368	20.841	70,81	80,35
PR	Santo Antônio da Platina	0,3716	721,63	39.943	42.707	55,35	59,18
PR	Santo Antônio do Paraíso	0,1635	165,90	2.790	2.408	16,82	14,51
PR	Santo Antônio do Sudoeste	0,4533	325,67	17.870	18.893	54,87	58,01
PR	Santo Inácio	0,1987	306,87	5.188	5.269	16,91	17,17
PR	São Carlos do Ivaí	0,1275	225,08	5.904	6.354	26,23	28,23
PR	São Jerônimo da Serra	0,3326	823,77	11.750	11.337	14,26	13,76
PR	São João do Caiuá	0,1971	304,41	6.091	5.911	20,01	19,42
PR	São João do Ivaí	0,4268	353,33	13.196	11.525	37,35	32,62
PR	São Jorge do Ivaí	0,1353	315,09	5.590	5.517	17,74	17,51
PR	São José da Boa Vista	0,4153	399,67	6.978	6.511	17,46	16,29
PR	São José das Palmeiras	0,4578	182,42	4.102	3.830	22,49	21,00
PR	São Manoel do Paraná	0,1251	95,38	2.072	2.098	21,72	22,00
PR	São Mateus do Sul	0,3991	1.342,63	36.569	41.257	27,24	30,73
PR	São Miguel do Iguaçu	0,4834	851,30	24.432	25.769	28,70	30,27
PR	São Pedro do Ivaí	0,3027	322,69	9.473	10.167	29,36	31,51
PR	São Pedro do Paraná	0,3782	250,65	2.738	2.491	10,92	9,94
PR	São Sebastião da Amoreira	0,1642	227,98	8.548	8.626	37,49	37,84

ESTRATO I (continuação)							
UF	MUNICÍPIO	VBP A.F./Total agropecuária	Área (km ²)	População total		Densidade demográfica	
				2000	2010	2000	2010
PR	São Tomé	0,1005	218,62	5.045	5.349	23,08	24,47
PR	Sapopema	0,4161	677,61	6.872	6.736	10,14	9,94
PR	Sengés	0,1959	1.366,63	17.778	18.414	13,01	13,47
PR	Serranópolis do Iguaçu	0,4849	483,66	4.740	4.568	9,80	9,44
PR	Sertaneja	0,0720	444,49	6.521	5.817	14,67	13,09
PR	Sertanópolis	0,2234	505,53	15.147	15.638	29,96	30,93
PR	Teixeira Soares	0,3340	902,79	8.192	10.283	9,07	11,39
PR	Telêmaco Borba	0,0063	1.225,68	61.238	69.872	49,96	57,01
PR	Terra Boa	0,4349	320,91	14.640	15.776	45,62	49,16
PR	Terra Rica	0,1594	700,59	13.797	15.221	19,69	21,73
PR	Terra Roxa	0,3193	800,79	16.300	16.759	20,36	20,93
PR	Tibagi	0,0607	3.108,75	18.434	19.344	5,93	6,22
PR	Tijucas do Sul	0,2730	672,20	12.260	14.537	18,24	21,63
PR	Toledo	0,3713	1.197,02	98.200	119.313	82,04	99,68
PR	Tuneiras do Oeste	0,3472	698,87	9.013	8.695	12,90	12,44
PR	Turvo	0,3346	902,25	14.530	13.811	16,10	15,31
PR	Ubiratã	0,4974	652,58	22.593	21.558	34,62	33,03
PR	Umarama	0,3133	1.232,80	90.690	100.676	73,56	81,66
PR	União da Vitória	0,4667	720,01	48.522	52.735	67,39	73,24
PR	Uniflor	0,3631	94,82	2.362	2.466	24,91	26,01
PR	Uraí	0,1432	237,81	11.876	11.472	49,94	48,24
PR	Ventania	0,0514	759,37	8.024	9.957	10,57	13,11
PR	Vera Cruz do Oeste	0,4791	327,08	9.651	8.973	29,51	27,43
PR	Alto Paraíso	0,2964	967,77	3.783	3.206	3,91	3,31
PR	Vitorino	0,4887	307,95	6.285	6.513	20,41	21,15
SC	Abelardo Luz	0,2752	955,37	16.440	17.100	17,21	17,90
SC	Água Doce	0,4092	1.313,01	6.843	6.961	5,21	5,30
SC	Araquari	0,4171	401,83	23.645	24.810	58,84	61,74
SC	Balneário Arroio do Silva	0,1533	93,82	6.043	9.586	64,41	102,18
SC	Balneário Camboriú	0,1648	46,49	73.455	108.089	1580,05	2325,04
SC	Balneário Barra do Sul	0,3048	110,43	6.045	8.430	54,74	76,34
SC	Bocaina do Sul	0,4383	496,25	2.980	3.290	6,01	6,63
SC	Bombinhas	0,0000	34,49	8.716	14.293	252,72	414,42
SC	Bom Jardim da Serra	0,4959	935,18	4.079	4.395	4,36	4,70
SC	Bom Jesus	0,1149	63,55	2.046	2.526	32,19	39,75
SC	Bom Retiro	0,2602	1.055,50	7.967	8.942	7,55	8,47
SC	Botuverá	0,2896	303,02	3.756	4.468	12,40	14,74
SC	Braço do Trombudo	0,3803	89,68	3.187	3.457	35,54	38,55
SC	Brunópolis	0,4538	335,51	3.331	2.850	9,93	8,49
SC	Brusque	0,3838	283,45	76.058	105.503	268,33	372,22
SC	Calmon	0,0593	639,53	3.467	3.387	5,42	5,30
SC	Capão Alto	0,0996	1.335,28	3.020	2.753	2,26	2,06
SC	Campo Belo do Sul	0,3730	1.027,41	8.051	7.483	7,84	7,28
SC	Campo Erê	0,2758	478,73	10.353	9.370	21,63	19,57
SC	Campos Novos	0,2140	1.659,63	28.729	32.824	17,31	19,78
SC	Capinzal	0,2760	333,98	19.955	20.769	59,75	62,19
SC	Capivari de Baixo	0,3108	53,17	18.561	21.674	349,12	407,67
SC	Catanduvás	0,3001	198,03	8.291	9.555	41,87	48,25
SC	Chapecó	0,2432	624,31	146.967	183.530	235,41	293,97
SC	Correia Pinto	0,4801	651,61	17.026	14.785	26,13	22,69

ESTRATO I (continuação)							
UF	MUNICÍPIO	VBP A.F./Total agropecuária	Área (km ²)	População total		Densidade demográfica	
				2000	2010	2000	2010
SC	Curitibanos	0,3116	952,28	36.061	37.748	37,87	39,64
SC	Doutor Pedrinho	0,4344	375,76	3.082	3.604	8,20	9,59
SC	Faxinal dos Guedes	0,2308	339,64	10.767	10.661	31,70	31,39
SC	Fraiburgo	0,1189	546,25	32.948	34.553	60,32	63,26
SC	Garuva	0,4052	501,39	11.378	14.761	22,69	29,44
SC	Guatambú	0,4159	204,76	4.702	4.679	22,96	22,85
SC	Imbituba	0,2205	184,79	35.700	40.170	193,20	217,39
SC	Iomerê	0,4379	114,74	2.553	2.739	22,25	23,87
SC	Itapema	0,2687	59,02	25.869	45.797	438,29	775,93
SC	Itapoá	0,0939	257,16	8.839	14.763	34,37	57,41
SC	Lages	0,0666	2.644,31	157.682	156.727	59,63	59,27
SC	Laguna	0,4735	440,53	47.568	51.562	107,98	117,05
SC	Monte Castelo	0,2946	561,73	8.350	8.346	14,86	14,86
SC	Otaclílo Costa	0,3360	846,58	13.993	16.337	16,53	19,30
SC	Ouro Verde	0,3719	189,27	2.352	2.271	12,43	12,00
SC	Painel	0,2744	742,10	2.384	2.353	3,21	3,17
SC	Palma Sola	0,4317	331,78	8.206	7.765	24,73	23,40
SC	Papanduva	0,4894	759,83	16.822	17.928	22,14	23,59
SC	Passos Maia	0,3821	614,43	4.763	4.425	7,75	7,20
SC	Paulo Lopes	0,3270	450,37	5.924	6.692	13,15	14,86
SC	Pomerode	0,1766	215,90	22.127	27.759	102,49	128,57
SC	Ponte Alta	0,0971	566,75	5.168	4.894	9,12	8,64
SC	Ponte Alta do Norte	0,0904	400,97	3.221	3.303	8,03	8,24
SC	Ponte Serrada	0,1557	564,01	10.561	11.031	18,73	19,56
SC	Porto Belo	0,0344	92,76	10.704	16.083	115,39	173,38
SC	Rio Negrinho	0,1834	908,39	37.707	39.846	41,51	43,86
SC	Salto Veloso	0,2617	105,04	3.910	4.301	37,22	40,95
SC	Santa Cecília	0,0782	1.145,32	14.802	15.757	12,92	13,76
SC	São Cristovão do Sul	0,0023	348,96	4.504	5.012	12,91	14,36
SC	São Francisco do Sul	0,2752	492,82	32.301	42.520	65,54	86,28
SC	São Joaquim	0,1920	1.885,61	22.836	24.812	12,11	13,16
SC	São José	0,2867	113,17	173.559	209.804	1533,60	1853,87
SC	Tijucas	0,4983	276,62	23.499	30.960	84,95	111,92
SC	Três Barras	0,1409	438,07	17.124	18.129	39,09	41,38
SC	Vargeão	0,4088	166,45	3.526	3.532	21,18	21,22
SC	Xanxerê	0,1964	377,55	37.429	44.128	99,14	116,88
SC	Xaxim	0,4943	294,72	22.857	25.713	77,56	87,25
SC	Zortéa	0,3708	190,15	2.633	2.991	13,85	15,73
RS	Alegrete	0,108	7.803,97	84.338	77.653	10,81	9,95
RS	Alto Feliz	0,473	79,20	2.834	2.917	35,78	36,83
RS	Alvorada	0,091	70,81	183.968	195.673	2598,01	2763,31
RS	André da Rocha	0,116	329,74	1.113	1.216	3,38	3,69
RS	Arambaré	0,042	519,12	3.917	3.693	7,55	7,11
RS	Arroio dos Ratos	0,159	425,94	13.335	13.606	31,31	31,94
RS	Arroio Grande	0,093	2.518,48	19.152	18.470	7,60	7,33
RS	Bagé	0,347	5.645,05	118.767	121.188	21,04	21,47
RS	Balneário Pinhal	0,113	103,76	7.452	10.856	71,82	104,63
RS	Barracão	0,464	516,29	5.592	5.357	10,83	10,38
RS	Barra do Quaraí	0,024	1.056,15	3.884	4.012	3,68	3,80
RS	Barra do Ribeiro	0,033	730,82	11.845	12.572	16,21	17,20
RS	Boa Vista das Missões	0,209	195,36	2.188	2.114	11,20	10,82

ESTRATO I (continuação)							
UF	MUNICÍPIO	VBP A.F./Total agropecuária	Área (km²)	População total		Densidade demográfica	
				2000	2010	2000	2010
RS	Bom Jesus	0,168	2.625,68	12.014	11.519	4,58	4,39
RS	Bossoroca	0,268	1.596,22	7.757	6.884	4,86	4,31
RS	Butiá	0,046	768,89	20.322	20.406	26,43	26,54
RS	Cacequi	0,100	2.370,02	15.311	13.676	6,46	5,77
RS	Cachoeira do Sul	0,185	3.735,17	87.873	83.827	23,53	22,44
RS	Cachoeirinha	0,165	43,77	107.564	118.278	2457,71	2702,51
RS	Camaquã	0,499	1.679,56	60.383	62.764	35,95	37,37
RS	Cambará do Sul	0,047	1.212,53	6.840	6.542	5,64	5,40
RS	Campo Bom	0,244	61,41	54.018	60.074	879,69	978,31
RS	Campo Novo	0,269	222,10	6.721	5.459	30,26	24,58
RS	Canela	0,391	254,58	33.625	39.229	132,08	154,09
RS	Capão da Canoa	0,400	97,10	30.498	42.040	314,10	432,97
RS	Capão do Leão	0,057	785,37	23.718	24.298	30,20	30,94
RS	Capivari do Sul	0,012	417,61	3.107	3.890	7,44	9,31
RS	Capela de Santana	0,302	184,00	10.032	11.612	54,52	63,11
RS	Carazinho	0,122	930,46	59.894	61.384	64,37	65,97
RS	Catuípe	0,450	583,24	10.198	9.323	17,49	15,98
RS	Chapada	0,384	684,04	9.746	9.377	14,25	13,71
RS	Charqueadas	0,046	216,51	29.961	35.320	138,38	163,13
RS	Chiapetta	0,134	396,48	4.481	4.044	11,30	10,20
RS	Chuí	0,080	203,20	5.167	5.917	25,43	29,12
RS	Cidreira	0,008	246,36	8.882	12.668	36,05	51,42
RS	Condor	0,294	465,19	6.491	6.552	13,95	14,08
RS	Coqueiros do Sul	0,438	275,55	2.695	2.457	9,78	8,92
RS	Coronel Bicaco	0,287	492,12	8.435	7.748	17,14	15,74
RS	Coxilha	0,092	422,79	2.979	2.826	7,05	6,68
RS	Cruz Alta	0,183	2.300,51	71.254	66.725	30,97	29,00
RS	Dilermando de Aguiar	0,175	602,57	3.200	3.064	5,31	5,08
RS	Dois Irmãos	0,444	65,16	22.435	27.572	344,33	423,17
RS	Dois Irmãos das Missões	0,228	225,68	2.365	2.157	10,48	9,56
RS	Dom Pedrito	0,067	5.192,11	40.410	38.898	7,78	7,49
RS	Eldorado do Sul	0,193	509,70	27.268	34.343	53,50	67,38
RS	Encruzilhada do Sul	0,484	3.438,50	23.902	24.534	6,95	7,14
RS	Erebango	0,383	151,78	3.023	2.970	19,92	19,57
RS	Ernestina	0,401	273,01	3.941	3.895	14,44	14,27
RS	Esmeralda	0,234	1.267,39	5.521	5.298	4,36	4,18
RS	Espumoso	0,385	927,47	16.185	16.386	17,45	17,67
RS	Esteio	0,000	27,54	80.048	80.755	2906,29	2931,96
RS	Eugênio de Castro	0,285	419,38	3.313	2.798	7,90	6,67
RS	Fortaleza dos Valos	0,230	681,24	5.079	4.724	7,46	6,93
RS	Garibaldi	0,363	268,12	28.337	32.333	105,69	120,59
RS	Garruchos	0,257	799,85	3.675	3.234	4,59	4,04
RS	Giruá	0,396	855,92	18.749	17.075	21,91	19,95
RS	Glorinha	0,455	323,64	5.684	6.891	17,56	21,29
RS	Guaíba	0,264	376,97	94.307	95.204	250,17	252,55
RS	Ibirapuitã	0,450	363,27	5.170	5.402	14,23	14,87
RS	Itaara	0,347	171,08	4.578	5.010	26,76	29,28
RS	Itacurubi	0,254	1.118,01	3.503	3.441	3,13	3,08
RS	Itaqui	0,008	3.404,05	39.770	38.159	11,68	11,21
RS	Jacutinga	0,386	202,87	4.248	3.848	20,94	18,97
RS	Jaguarão	0,059	2.054,39	30.093	27.931	14,65	13,60

ESTRATO I (continuação)							
UF	MUNICÍPIO	VBP A.F./Total agropecuária	Área (km ²)	População total		Densidade demográfica	
				2000	2010	2000	2010
RS	Jaquirana	0,280	907,94	4.814	4.177	5,30	4,60
RS	Jari	0,496	856,46	3.751	3.575	4,38	4,17
RS	Jóia	0,373	1.235,89	8.284	8.331	6,70	6,74
RS	Júlio de Castilhos	0,152	1.929,38	20.416	19.579	10,58	10,15
RS	Lagoa Vermelha	0,285	1.789,29	29.833	29.279	16,67	16,36
RS	Lavras do Sul	0,129	2.599,81	8.109	7.679	3,12	2,95
RS	Maçambará	0,017	1.682,82	5.035	4.738	2,99	2,82
RS	Manoel Viana	0,100	1.390,70	6.995	7.072	5,03	5,09
RS	Mariana Pimentel	0,393	338,13	3.733	3.768	11,04	11,14
RS	Mato Castelhano	0,330	238,36	2.454	2.470	10,30	10,36
RS	Minas do Leão	0,017	424,01	7.321	7.631	17,27	18,00
RS	Monte Alegre dos Campos	0,327	549,74	3.040	3.102	5,53	5,64
RS	Montenegro	0,255	457,31	54.692	60.707	119,60	132,75
RS	Mostardas	0,134	1.983,12	11.658	12.124	5,88	6,11
RS	Muitos Capões	0,072	1.193,13	2.867	2.988	2,40	2,50
RS	Não-Me-Toque	0,303	361,67	14.413	15.936	39,85	44,06
RS	Nicolau Vergueiro	0,451	155,82	1.812	1.721	11,63	11,04
RS	Nonoai	0,422	469,31	12.822	12.074	27,32	25,73
RS	Nova Petrópolis	0,439	291,08	16.891	19.045	58,03	65,43
RS	Nova Santa Rita	0,290	217,87	15.750	22.716	72,29	104,26
RS	Novo Hamburgo	0,406	223,61	236.193	238.940	1056,29	1068,58
RS	Palmares do Sul	0,394	946,24	10.854	10.969	11,47	11,59
RS	Palmeira das Missões	0,124	1.498,85	38.192	36.214	25,48	24,16
RS	Panambi	0,365	490,86	32.610	38.058	66,43	77,53
RS	Pantano Grande	0,033	847,61	10.979	9.895	12,95	11,67
RS	Passo Fundo	0,197	780,36	168.458	184.826	215,87	236,85
RS	Pedro Osório	0,069	603,91	8.107	7.811	13,42	12,93
RS	Pejuçara	0,349	414,24	4.189	3.973	10,11	9,59
RS	Pinhal Grande	0,484	477,13	4.725	4.471	9,90	9,37
RS	Pinheiro Machado	0,499	2.698,73	14.594	13.537	5,41	5,02
RS	Piratini	0,161	3.561,48	19.414	19.841	5,45	5,57
RS	Pontão	0,218	505,71	3.904	3.857	7,72	7,63
RS	Portão	0,116	159,94	24.657	30.920	154,16	193,32
RS	Porto Alegre	0,433	496,83	1.360.590	1.409.351	2738,56	2836,70
RS	Quaraí	0,084	3.147,64	24.002	23.021	7,63	7,31
RS	Quevedos	0,385	543,36	2.691	2.710	4,95	4,99
RS	Rio Grande	0,127	2.813,91	186.544	197.228	66,29	70,09
RS	Rio Pardo	0,430	2.050,53	37.783	37.591	18,43	18,33
RS	Rosário do Sul	0,130	4.369,66	41.058	39.707	9,40	9,09
RS	Saldanha Marinho	0,467	221,61	3.195	2.869	14,42	12,95
RS	Salto do Jacuí	0,172	690,51	12.948	13.241	18,75	19,17
RS	Salvador do Sul	0,252	114,25	6.913	7.270	60,51	63,63
RS	Santa Bárbara do Sul	0,126	971,15	10.003	8.829	10,30	9,09
RS	Santa Maria	0,454	1.779,56	243.611	261.031	136,89	146,68
RS	Santana do Livramento	0,254	6.950,37	90.849	82.464	13,07	11,86
RS	Santa Rosa	0,497	489,81	65.016	68.587	132,74	140,03
RS	Santa Tereza	0,487	72,39	1.768	1.720	24,42	23,76
RS	Santa Vitória do Palmar	0,047	5.244,18	33.304	30.990	6,35	5,91
RS	Santiago	0,383	3.301,56	52.138	51.769	15,79	15,68
RS	Santo Antônio da Patrulha	0,402	1.048,90	37.035	39.685	35,31	37,83

ESTRATO I (continuação)							
UF	MUNICÍPIO	VBP A.F./Total agropecuária	Área (km ²)	População total		Densidade demográfica	
				2000	2010	2000	2010
RS	Santo Antônio das Missões	0,281	1.714,24	12.691	11.210	7,40	6,54
RS	Santo Antônio do Planalto	0,232	206,51	2.001	1.987	9,69	9,62
RS	Santo Augusto	0,219	468,02	14.426	13.968	30,82	29,84
RS	São Borja	0,035	3.616,03	64.869	61.671	17,94	17,05
RS	São Gabriel	0,137	5.975,79	62.249	62.777	10,42	10,51
RS	São José do Ouro	0,492	334,77	7.051	6.904	21,06	20,62
RS	São José dos Ausentes	0,157	1.176,69	3.104	3.290	2,64	2,80
RS	São Leopoldo	0,362	102,31	193.547	214.087	1891,71	2092,47
RS	São Luiz Gonzaga	0,325	1.591,41	39.553	37.102	24,85	23,31
RS	São Martinho da Serra	0,256	671,85	3.246	3.201	4,83	4,76
RS	São Miguel das Missões	0,180	1.363,55	7.682	7.827	5,63	5,74
RS	São Nicolau	0,433	485,33	6.406	5.727	13,20	11,80
RS	São Pedro do Butiá	0,475	107,63	2.862	2.873	26,59	26,69
RS	São Sepé	0,357	2.188,83	24.621	23.798	11,25	10,87
RS	São Vicente do Sul	0,185	1.174,94	8.336	8.440	7,09	7,18
RS	Sarandi	0,312	353,36	18.162	21.285	51,40	60,24
RS	Soledade	0,412	1.213,41	29.727	30.044	24,50	24,76
RS	Tapera	0,497	179,63	10.564	10.448	58,81	58,17
RS	Tapes	0,082	804,09	16.291	16.629	20,26	20,68
RS	Tramandaí	0,130	143,92	31.040	41.585	215,68	288,95
RS	Trindade do Sul	0,474	268,42	5.922	5.787	22,06	21,56
RS	Triunfo	0,340	823,42	22.166	25.793	26,92	31,32
RS	Tupanciretã	0,105	2.251,86	20.947	22.281	9,30	9,89
RS	Unistalda	0,332	602,39	2.644	2.450	4,39	4,07
RS	Uruguaiana	0,028	5.715,78	126.936	125.435	22,21	21,95
RS	Vacaria	0,168	2.123,67	57.341	61.342	27,00	28,88
RS	Vale Verde	0,432	329,40	3.057	3.253	9,28	9,88
RS	Viamão	0,268	1.494,26	227.429	239.384	152,20	160,20
RS	Vila Flores	0,445	107,82	3.086	3.207	28,62	29,75
RS	Xangri-lá	0,000	60,95	8.197	12.434	134,49	204,00

ESTRATO II							
UF	MUNICÍPIO	VBP A.F./Total agropecuária	Área (km ²)	População total		Densidade demográfica	
				2000	2010	2000	2010
PR	Almirante Tamandaré	0,5677	195,15	88.277	103.204	452,37	528,86
PR	Altamira do Paraná	0,6481	388,63	6.999	4.306	18,01	11,08
PR	Altônia	0,6809	661,56	19.230	20.516	29,07	31,01
PR	Alto Paraná	0,6410	407,72	12.717	13.663	31,19	33,51
PR	Anahy	0,6557	102,65	3.011	2.874	29,33	28,00
PR	Ângulo	0,5063	106,02	2.840	2.859	26,79	26,97
PR	Antônio Olinto	0,6312	469,76	7.407	7.351	15,77	15,65
PR	Arapuã	0,5464	218,84	4.172	3.561	19,06	16,27
PR	Araruna	0,5233	493,19	13.081	13.419	26,52	27,21
PR	Assaí	0,5242	440,35	18.045	16.354	40,98	37,14
PR	Assis Chateaubriand	0,5198	969,59	33.317	33.025	34,36	34,06
PR	Barbosa Ferraz	0,6723	538,62	14.110	12.656	26,20	23,50
PR	Barra do Jacaré	0,5147	115,59	2.723	2.727	23,56	23,59

ESTRATO II (continuação)							
UF	MUNICÍPIO	VBP A.F./Total agropecuária	Área (km ²)	População total		Densidade demográfica	
				2000	2010	2000	2010
PR	Bituruna	0,6199	1.214,91	15.733	15.880	12,95	13,07
PR	Boa Ventura de São Roque	0,5296	622,19	6.780	6.554	10,90	10,53
PR	Bocaiúva do Sul	0,6706	826,34	9.050	10.987	10,95	13,30
PR	Braganey	0,6306	343,32	6.191	5.735	18,03	16,70
PR	Cafezal do Sul	0,6226	336,21	4.648	4.290	13,82	12,76
PR	Campo Largo	0,6675	1.249,42	92.782	112.377	74,26	89,94
PR	Campo Magro	0,6931	275,47	20.409	24.843	74,09	90,19
PR	Cândido de Abreu	0,6134	1.510,16	18.795	16.655	12,45	11,03
PR	Cerro Azul	0,6405	1.341,19	16.352	16.938	12,19	12,63
PR	Colombo	0,6198	198,01	183.329	212.967	925,87	1075,55
PR	Congonhinhas	0,5259	535,96	7.851	8.279	14,65	15,45
PR	Coronel Vivida	0,5886	684,42	23.306	21.749	34,05	31,78
PR	Cruzeiro do Sul	0,5130	258,78	4.759	4.563	18,39	17,63
PR	Diamante do Sul	0,6722	359,95	3.659	3.510	10,17	9,75
PR	Diamante D'Oeste	0,5273	309,11	4.878	5.027	15,78	16,26
PR	Dois Vizinhos	0,5466	418,32	31.986	36.179	76,46	86,49
PR	Douradina	0,5581	419,85	6.160	7.445	14,67	17,73
PR	Espigão Alto do Iguaçu	0,6281	326,45	5.388	4.677	16,51	14,33
PR	Fazenda Rio Grande	0,6997	116,68	62.877	81.675	538,90	700,02
PR	Figueira	0,5406	129,81	9.038	8.293	69,63	63,89
PR	Flor da Serra do Sul	0,6812	254,89	5.059	4.726	19,85	18,54
PR	Francisco Beltrão	0,6565	734,99	67.132	78.943	91,34	107,41
PR	Godoy Moreira	0,6777	131,01	3.836	3.337	29,28	25,47
PR	Grandes Rios	0,6878	309,31	7.868	6.625	25,44	21,42
PR	Guapirama	0,5062	189,10	4.068	3.891	21,51	20,58
PR	Guaraniaçu	0,6502	1.225,61	17.201	14.582	14,03	11,90
PR	Guaraqueçaba	0,5941	2.018,91	8.288	7.871	4,11	3,90
PR	Ibema	0,6768	145,44	5.872	6.066	40,37	41,71
PR	Iguaçu	0,5260	164,98	3.598	3.982	21,81	24,14
PR	Iguatu	0,6287	106,94	2.255	2.234	21,09	20,89
PR	Imbituva	0,5135	756,53	24.496	28.455	32,38	37,61
PR	Iporã	0,5467	647,89	16.445	14.981	25,38	23,12
PR	Iracema do Oeste	0,5677	81,54	2.951	2.578	36,19	31,62
PR	Irati	0,6607	999,52	52.352	56.207	52,38	56,23
PR	Iretama	0,5712	570,46	11.335	10.622	19,87	18,62
PR	Itaguajé	0,6593	190,37	4.771	4.568	25,06	24,00
PR	Ivaí	0,6531	607,85	11.899	12.815	19,58	21,08
PR	Ivaiporã	0,6350	432,47	32.270	31.816	74,62	73,57
PR	Ivaté	0,5245	410,91	6.925	7.514	16,85	18,29
PR	Jandaia do Sul	0,5386	187,60	19.676	20.269	104,88	108,04
PR	Joaquim Távora	0,5656	289,17	9.661	10.736	33,41	37,13
PR	Kaloré	0,5976	193,30	5.044	4.506	26,09	23,31
PR	Lidianópolis	0,6671	169,14	4.783	3.973	28,28	23,49
PR	Lindoeste	0,5320	361,37	6.224	5.361	17,22	14,84
PR	Loanda	0,6014	722,50	19.549	21.201	27,06	29,34
PR	Lunardelli	0,6893	199,22	5.668	5.160	28,45	25,90
PR	Manoel Ribas	0,6743	571,34	13.066	13.169	22,87	23,05
PR	Marechal Cândido Rondon	0,6653	748,00	41.007	46.819	54,82	62,59
PR	Maripá	0,6450	283,80	5.889	5.684	20,75	20,03
PR	Matelândia	0,5320	639,75	14.344	16.078	22,42	25,13

ESTRATO II (continuação)							
UF	MUNICÍPIO	VBP A.F./Total agropecuária	Área (km ²)	População total		Densidade demográfica	
				2000	2010	2000	2010
PR	Medianeira	0,5645	328,73	37.827	41.817	115,07	127,21
PR	Miraselva	0,5104	90,29	1.961	1.862	21,72	20,62
PR	Morretes	0,5300	684,58	15.275	15.718	22,31	22,96
PR	Nova Aurora	0,5633	474,01	13.641	11.866	28,78	25,03
PR	Nova Laranjeiras	0,6308	1.145,49	11.699	11.241	10,21	9,81
PR	Nova Olímpia	0,6248	136,31	5.280	5.503	38,74	40,37
PR	Nova Tebas	0,5923	545,69	9.476	7.398	17,37	13,56
PR	Ortigueira	0,5852	2.429,56	25.216	23.380	10,38	9,62
PR	Palmeira	0,5663	1.457,26	30.847	32.123	21,17	22,04
PR	Paranaguá	0,6010	826,65	127.339	140.469	154,04	169,93
PR	Pato Bragado	0,5409	135,29	4.049	4.822	29,93	35,64
PR	Perobal	0,5649	406,71	5.291	5.653	13,01	13,90
PR	Pitanga	0,5917	1.663,75	35.861	32.638	21,55	19,62
PR	Planaltina do Paraná	0,5057	356,19	3.992	4.095	11,21	11,50
PR	Porto Barreiro	0,6382	361,98	4.206	3.663	11,62	10,12
PR	Porto Rico	0,5235	217,68	2.550	2.530	11,71	11,62
PR	Pranchita	0,6285	225,84	6.260	5.628	27,72	24,92
PR	Primeiro de Maio	0,5411	414,44	10.728	10.832	25,89	26,14
PR	Querência do Norte	0,5084	914,76	11.438	11.729	12,50	12,82
PR	Ramilândia	0,5819	237,20	3.868	4.134	16,31	17,43
PR	Rio Branco do Sul	0,6471	814,36	29.341	30.650	36,03	37,64
PR	Salto do Itararé	0,6941	200,52	5.549	5.178	27,67	25,82
PR	Santa Amélia	0,5778	77,90	4.407	3.803	56,57	48,82
PR	Santa Cruz de Monte Castelo	0,6866	442,01	8.578	8.092	19,41	18,31
PR	Santa Helena	0,6287	758,23	20.491	23.413	27,02	30,88
PR	Santa Izabel do Oeste	0,6636	321,17	11.711	13.132	36,46	40,89
PR	Santa Maria do Oeste	0,5480	847,14	13.639	11.500	16,10	13,58
PR	São Jorge do Patrocínio	0,5911	404,69	6.604	6.041	16,32	14,93
PR	São Pedro do Iguaçu	0,6555	308,33	7.277	6.491	23,60	21,05
PR	Sarandi	0,6547	103,23	71.422	82.847	691,90	802,58
PR	Tamarana	0,5264	472,15	9.713	12.262	20,57	25,97
PR	Tamboara	0,6919	193,35	4.255	4.664	22,01	24,12
PR	Tomazina	0,6405	591,44	9.931	8.791	16,79	14,86
PR	Tupãssi	0,5493	310,91	8.018	7.997	25,79	25,72
PR	Wenceslau Braz	0,5559	397,92	19.559	19.298	49,15	48,50
PR	Doutor Ulysses	0,5390	781,45	6.003	5.727	7,68	7,33
PR	Virmond	0,6651	243,18	3.949	3.950	16,24	16,24
PR	Xambê	0,6914	359,71	6.500	6.012	18,07	16,71
SC	Armazém	0,6046	173,48	6.873	7.753	39,62	44,69
SC	Ascurra	0,6523	111,67	6.934	7.412	62,09	66,37
SC	Balneário Gaivota	0,6773	147,71	5.450	8.234	36,90	55,74
SC	Barra Velha	0,6723	140,16	15.530	22.386	110,80	159,72
SC	Blumenau	0,5995	519,84	261.808	309.011	503,63	594,44
SC	Caçador	0,5859	981,90	63.322	70.762	64,49	72,07
SC	Camboriú	0,6101	214,50	41.445	62.361	193,22	290,73
SC	Canoinhas	0,5625	1.144,84	51.631	52.765	45,10	46,09
SC	Celso Ramos	0,6390	207,41	2.844	2.771	13,71	13,36
SC	Dona Emma	0,5343	181,02	3.309	3.721	18,28	20,56
SC	Eral Velho	0,5807	207,69	4.269	4.352	20,56	20,95
SC	Florianópolis	0,5911	433,32	342.315	421.240	789,99	972,13

ESTRATO II (continuação)							
UF	MUNICÍPIO	VBP A.F./Total agropecuária	Área (km ²)	População total		Densidade demográfica	
				2000	2010	2000	2010
SC	Forquilha	0,6343	181,92	18.348	22.548	100,86	123,95
SC	Galvão	0,6176	121,90	4.235	3.472	34,74	28,48
SC	Garopaba	0,5887	114,67	13.164	18.138	114,80	158,18
SC	Governador Celso Ramos	0,6448	93,06	11.598	12.999	124,63	139,68
SC	Grão Pará	0,6482	328,10	5.817	6.223	17,73	18,97
SC	Guabiruba	0,5521	173,59	12.976	18.430	74,75	106,17
SC	Guarujá do Sul	0,6380	100,55	4.696	4.908	46,70	48,81
SC	Içara	0,6835	292,78	48.634	58.833	166,11	200,95
SC	Ilhota	0,5611	253,44	10.574	12.355	41,72	48,75
SC	Indaial	0,5988	430,53	40.194	54.854	93,36	127,41
SC	Ipuaçú	0,6201	261,39	6.122	6.798	23,42	26,01
SC	Irineópolis	0,6864	591,29	9.734	10.448	16,46	17,67
SC	Itaiópolis	0,6123	1.295,32	19.086	20.301	14,73	15,67
SC	Itajaí	0,6666	289,26	147.494	183.373	509,91	633,95
SC	Jaguaruna	0,6480	329,46	14.613	17.290	44,35	52,48
SC	Joaçaba	0,6924	232,35	24.066	27.020	103,57	116,29
SC	Lebon Régis	0,6912	940,66	11.682	11.838	12,42	12,58
SC	Mafra	0,5414	1.404,21	49.940	52.912	35,56	37,68
SC	Matos Costa	0,6137	432,18	3.204	2.839	7,41	6,57
SC	Mirim Doce	0,6873	336,31	2.753	2.513	8,19	7,47
SC	Monte Carlo	0,6339	162,79	8.579	9.312	52,70	57,20
SC	Passo de Torres	0,5648	95,05	4.400	6.627	46,29	69,72
SC	Piratuba	0,6673	145,70	5.812	4.786	39,89	32,85
SC	Porto União	0,6145	851,24	31.858	33.493	37,43	39,35
SC	Rio das Antas	0,6988	317,19	6.129	6.143	19,32	19,37
SC	Santo Amaro da Imperatriz	0,6795	310,74	15.708	19.823	50,55	63,79
SC	São Bento do Sul	0,6829	495,58	65.437	74.801	132,04	150,94
SC	São Bonifácio	0,6890	461,30	3.218	3.008	6,98	6,52
SC	São João Batista	0,6748	220,73	14.861	26.260	67,33	118,97
SC	São João do Itaperiú	0,6581	151,93	3.161	3.435	20,81	22,61
SC	São José do Cerrito	0,5210	946,24	10.393	9.273	10,98	9,80
SC	São Ludgero	0,6902	107,57	8.587	10.993	79,83	102,19
SC	Sombrio	0,6053	142,75	22.962	26.613	160,86	186,44
SC	Timbó	0,6557	127,25	29.358	36.774	230,71	288,99
SC	Treze Tílias	0,6923	185,21	4.840	6.341	26,13	34,24
SC	Trombudo Central	0,5196	102,80	5.795	6.553	56,37	63,75
SC	Tubarão	0,5504	300,27	88.470	97.235	294,63	323,82
SC	Urubici	0,6404	1.019,23	10.252	10.699	10,06	10,50
SC	Vargem	0,5076	350,12	3.225	2.808	9,21	8,02
SC	Videira	0,6775	377,85	41.589	47.188	110,07	124,88
RS	Água Santa	0,604	329,83	4.127	4.044	12,51	12,26
RS	Amaral Ferrador	0,690	506,46	5.740	6.353	11,33	12,54
RS	Arroio do Sal	0,597	120,94	5.273	7.740	43,60	64,00
RS	Augusto Pestana	0,662	426,38	8.173	7.371	19,17	17,29
RS	Barão	0,577	124,50	5.397	5.741	43,35	46,11
RS	Bom Progresso	0,606	88,76	2.831	2.328	31,90	26,23
RS	Bom Retiro do Sul	0,667	102,33	10.788	11.472	105,43	112,11
RS	Caçapava do Sul	0,683	3.047,12	34.643	33.690	11,37	11,06
RS	Campestre da Serra	0,533	538,00	3.170	3.247	5,89	6,04
RS	Campinas do Sul	0,580	427,04	8.258	7.647	19,34	17,91

ESTRATO II (continuação)							
UF	MUNICÍPIO	VBP A.F./Total agropecuária	Área (km ²)	População total		Densidade demográfica	
				2000	2010	2000	2010
RS	Campos Borges	0,530	237,29	3.785	3.494	15,95	14,72
RS	Canoas	0,609	131,10	306.093	323.827	2334,86	2470,13
RS	Carlos Barbosa	0,695	229,91	20.519	25.192	89,25	109,58
RS	Caseiros	0,633	240,06	2.899	3.044	12,08	12,68
RS	Caxias do Sul	0,534	1.643,91	360.419	435.564	219,24	264,96
RS	Cerrito	0,510	451,89	6.925	6.402	15,32	14,17
RS	Cerro Largo	0,602	177,67	12.665	13.289	71,28	74,79
RS	Ciríaco	0,549	273,87	5.252	4.922	19,18	17,97
RS	Colorado	0,518	286,18	4.072	3.550	14,23	12,40
RS	Cristal	0,588	681,56	6.632	7.280	9,73	10,68
RS	Cristal do Sul	0,681	97,72	2.874	2.826	29,41	28,92
RS	Cruzeiro do Sul	0,609	155,22	11.664	12.320	75,14	79,37
RS	Encantado	0,667	139,16	18.528	20.510	133,14	147,39
RS	Entre-Ijuís	0,563	552,55	9.702	8.938	17,56	16,18
RS	Erechim	0,530	771,44	90.347	99.074	117,11	128,43
RS	Erval Seco	0,687	363,89	9.177	7.878	25,22	21,65
RS	Estação	0,664	100,27	6.228	6.011	62,11	59,95
RS	Estrela Velha	0,564	281,67	3.691	3.628	13,10	12,88
RS	Faxinalzinho	0,563	143,38	2.923	2.567	20,39	17,90
RS	Fontoura Xavier	0,658	583,47	11.473	10.719	19,66	18,37
RS	Formigueiro	0,510	581,99	7.598	7.014	13,06	12,05
RS	Gaurama	0,685	204,15	6.391	5.862	31,31	28,71
RS	General Câmara	0,648	494,03	8.737	8.447	17,69	17,10
RS	Gentil	0,534	184,01	1.771	1.677	9,62	9,11
RS	Getúlio Vargas	0,676	286,56	16.509	16.154	57,61	56,37
RS	Gramado dos Loureiros	0,655	131,40	2.543	2.269	19,35	17,27
RS	Gravataí	0,600	463,76	232.629	255.660	501,62	551,28
RS	Guabiju	0,639	148,39	1.749	1.598	11,79	10,77
RS	Hulha Negra	0,623	822,94	5.359	6.043	6,51	7,34
RS	Ibiaçá	0,544	402,06	5.233	5.143	13,02	12,79
RS	Ibirubá	0,571	611,81	18.633	19.310	30,46	31,56
RS	Ijuí	0,642	1.044,76	78.461	81.653	75,10	78,16
RS	Imbé	0,590	39,55	12.242	17.670	309,54	446,79
RS	Independência	0,526	357,44	7.308	6.618	20,45	18,52
RS	Ipê	0,619	599,95	5.456	6.016	9,09	10,03
RS	Ivoti	0,683	63,14	15.318	19.874	242,61	314,77
RS	Maquiné	0,699	622,12	7.304	6.905	11,74	11,10
RS	Marau	0,623	649,30	28.361	36.364	43,68	56,00
RS	Muçum	0,596	110,89	4.728	4.791	42,64	43,20
RS	Nova Bassano	0,671	211,61	7.836	8.840	37,03	41,77
RS	Nova Palma	0,691	313,51	6.312	6.342	20,13	20,23
RS	Nova Prata	0,649	258,75	18.344	22.830	70,89	88,23
RS	Nova Ramada	0,577	254,91	2.723	2.437	10,68	9,56
RS	Parobé	0,524	109,03	44.776	51.502	410,69	472,38
RS	Pelotas	0,655	1.733,09	323.158	331.005	186,46	190,99
RS	Pinhal	0,571	68,22	2.503	2.513	36,69	36,84
RS	Pirapó	0,676	291,74	3.349	2.757	11,48	9,45
RS	Pouso Novo	0,629	106,53	2.195	1.875	20,60	17,60
RS	Protásio Alves	0,690	172,81	2.112	2.000	12,22	11,57
RS	Quinze de Novembro	0,541	223,64	3.582	3.653	16,02	16,33
RS	Restinga Seca	0,532	961,79	16.400	15.849	17,05	16,48

ESTRATO II (continuação)							
UF	MUNICÍPIO	VBP A.F./Total agropecuária	Área (km ²)	População total		Densidade demográfica	
				2000	2010	2000	2010
RS	Riozinho	0,510	239,34	4.071	4.330	17,01	18,09
RS	Rodeio Bonito	0,579	83,20	5.751	5.743	69,12	69,03
RS	Ronda Alta	0,524	426,34	10.051	10.221	23,58	23,97
RS	Salvador das Missões	0,651	94,04	2.665	2.669	28,34	28,38
RS	Sananduva	0,668	504,55	14.744	15.373	29,22	30,47
RS	Santana da Boa Vista	0,684	1.420,62	8.621	8.242	6,07	5,80
RS	Santo Ângelo	0,514	680,50	76.745	76.275	112,78	112,09
RS	São Francisco de Assis	0,504	2.508,45	20.810	19.254	8,30	7,68
RS	São Francisco de Paula	0,603	3.273,50	19.725	20.537	6,03	6,27
RS	São Jerônimo	0,528	937,05	20.283	22.134	21,65	23,62
RS	São José do Herval	0,673	103,09	2.530	2.204	24,54	21,38
RS	São José do Norte	0,543	1.117,87	23.796	25.503	21,29	22,81
RS	São Pedro da Serra	0,512	35,38	2.843	3.315	80,35	93,69
RS	São Pedro do Sul	0,606	873,59	16.989	16.368	19,45	18,74
RS	São Valério do Sul	0,682	107,97	2.625	2.647	24,31	24,52
RS	Seberi	0,534	301,42	11.349	10.897	37,65	36,15
RS	Sede Nova	0,616	118,52	3.208	3.011	27,07	25,41
RS	Sentinela do Sul	0,526	281,96	4.892	5.198	17,35	18,44
RS	Sertão	0,548	439,47	7.466	6.294	16,99	14,32
RS	Taquara	0,517	457,13	52.825	54.643	115,56	119,53
RS	Tavares	0,659	604,26	5.342	5.351	8,84	8,86
RS	Três Palmeiras	0,626	188,70	4.620	4381	24,48	23,22
RS	Tupanci do Sul	0,678	135,12	1.728	1.573	12,79	11,64
RS	Turuçu	0,627	254,93	3.710	3.522	14,55	13,82
RS	Veranópolis	0,623	289,43	19.466	22.810	67,26	78,81
RS	Victor Graeff	0,571	262,41	3.924	3.612	14,95	13,76
RS	Vila Lângaro	0,698	152,17	2.277	2.152	14,96	14,14
RS	Vila Nova do Sul	0,583	523,94	4.263	4.221	8,14	8,06

ESTRATO III							
UF	MUNICÍPIO	VBP A.F./Total agropecuária	Área (km ²)	População total		Densidade demográfica	
				2000	2010	2000	2010
PR	Abatiá	0,7380	229,083	8.259	7.764	36,05	33,89
PR	Barracão	0,8455	163,931	9.271	9.735	56,55	59,38
PR	Bela Vista da Caroba	0,8035	148,107	4.503	3.945	30,40	26,64
PR	Boa Esperança do Iguaçu	0,7787	151,986	3.107	2.764	20,44	18,19
PR	Boa Vista da Aparecida	0,7499	256,296	8.423	7.911	32,86	30,87
PR	Califórnia	0,7014	141,816	7.678	8.069	54,14	56,90
PR	Corumbataí do Sul	0,7077	164,442	4.946	4.002	30,08	24,34
PR	Cruz Machado	0,8110	1.478,351	17.667	18.040	11,95	12,20
PR	Doutor Camargo	0,7193	118,278	5.777	5.828	48,84	49,27
PR	Enéas Marques	0,7168	191,998	6.382	6.103	33,24	31,79
PR	Esperança Nova	0,7511	138,56	2.308	1.970	16,66	14,22
PR	Formosa do Oeste	0,7849	275,712	8.755	7.541	31,75	27,35
PR	Guamiranga	0,7635	259,632	7.134	7.900	27,48	30,43
PR	Itaperuçu	0,8238	312,382	19.344	23.887	61,92	76,47
PR	Itaúna do Sul	0,8236	128,87	4.447	3.583	34,51	27,80

ESTRATO III (continuação)							
UF	MUNICÍPIO	VBP A.F./Total agropecuária	Área (km ²)	População total		Densidade demográfica	
				2000	2010	2000	2010
PR	Japurá	0,7307	165,184	7.755	8.549	46,95	51,75
PR	Jardim Alegre	0,7564	393,62	13.673	12.324	34,74	31,31
PR	Jesuítas	0,7581	247,496	9.832	9.001	39,73	36,37
PR	Laranjal	0,7913	559,505	7.121	6.360	12,73	11,37
PR	Mallet	0,7156	723,085	12.602	12.973	17,43	17,94
PR	Mandaguari	0,7054	335,816	31.395	32.658	93,49	97,25
PR	Marilena	0,7084	232,366	6.756	6.858	29,07	29,51
PR	Marmeleiro	0,8055	387,68	13.665	13.900	35,25	35,85
PR	Marquinho	0,7169	511,147	5.659	4.981	11,07	9,74
PR	Mercedes	0,7960	200,864	4.608	5.046	22,94	25,12
PR	Missal	0,7493	319,51	10.433	10.474	32,65	32,78
PR	Nova Santa Rosa	0,8042	204,666	7.125	7.626	34,81	37,26
PR	Nova Prata do Iguaçu	0,8033	352,565	10.397	10.377	29,49	29,43
PR	Novo Itacolomi	0,7664	162,163	2.866	2.827	17,67	17,43
PR	Palmital	0,7533	815,893	16.958	14.865	20,78	18,22
PR	Paulo Frontin	0,8102	369,21	6.565	6.913	17,78	18,72
PR	Pérola	0,7922	240,635	9.282	10.208	38,57	42,42
PR	Pinhais	0,8061	61,007	102.985	117.008	1688,08	1917,94
PR	Porto Vitória	0,7665	212,582	4.051	4.020	19,06	18,91
PR	Prudentópolis	0,8034	2307,897	46.346	48.792	20,08	21,14
PR	Quatro Pontes	0,7078	114,393	3.646	3.803	31,87	33,25
PR	Quitandinha	0,7535	447,023	15.272	17.089	34,16	38,23
PR	Realeza	0,7690	353,415	16.023	16.338	45,34	46,23
PR	Rebouças	0,8379	481,843	13.663	14.176	28,36	29,42
PR	Rio Bonito do Iguaçu	0,7625	746,12	13.791	13.661	18,48	18,31
PR	Rio Negro	0,7613	603,246	28.710	31.274	47,59	51,84
PR	Rosário do Ivaí	0,7324	371,248	6.585	5.588	17,74	15,05
PR	Salto do Lontra	0,7218	313,29	12.757	13.689	40,72	43,69
PR	Santa Lúcia	0,8266	116,857	4.126	3.925	35,31	33,59
PR	Santa Mônica	0,7226	259,956	3.190	3.571	12,27	13,74
PR	Santo Antônio do Caiuá	0,7029	219,066	2.878	2.727	13,14	12,45
PR	São João	0,7241	388,06	11.207	10.599	28,88	27,31
PR	São João do Triunfo	0,7612	720,407	12.418	13.704	17,24	19,02
PR	São Jorge d'Oeste	0,8103	379,047	9.307	9.085	24,55	23,97
PR	Saudade do Iguaçu	0,8184	152,084	4.608	5.028	30,30	33,06
PR	Siqueira Campos	0,7408	278,035	16.000	18.454	57,55	66,37
PR	Sulina	0,7293	170,76	3.918	3.394	22,94	19,88
PR	Tapejara	0,8030	591,4	13.120	14.598	22,18	24,68
PR	Tapira	0,8412	434,367	6.282	5.836	14,46	13,44
PR	Três Barras do Paraná	0,7183	504,172	11.822	11.824	23,45	23,45
PR	Verê	0,7500	312,418	8.721	7.878	27,91	25,22
SC	Abdon Batista	0,7640	235,600	2.775	2.653	11,78	11,26
SC	Agrolândia	0,7529	207,119	7.810	9.323	37,71	45,01
SC	Agronômica	0,7629	135,923	4.257	4.904	31,32	36,08
SC	Anchieta	0,7796	228,580	7.133	6.380	31,21	27,91
SC	Anita Garibaldi	0,7602	588,612	10.273	8.623	17,45	14,65
SC	Anitápolis	0,8471	542,380	3.234	3.214	5,96	5,93
SC	Apiúna	0,8076	493,529	8.520	9.600	17,26	19,45
SC	Araranguá	0,7247	303,799	54.706	61.310	180,07	201,81
SC	Arroio Trinta	0,7216	94,333	3.490	3.502	37,00	37,12
SC	Atalanta	0,8194	94,527	3.429	3.300	36,28	34,91

ESTRATO III (continuação)							
UF	MUNICÍPIO	VBP A.F./Total agropecuária	Área (km ²)	População total		Densidade demográfica	
				2000	2010	2000	2010
SC	Bela Vista do Toldo	0,7682	534,618	5.721	6.004	10,70	11,23
SC	Belmonte	0,7948	93,604	2.588	2.635	27,65	28,15
SC	Benedito Novo	0,7378	385,402	9.071	10.336	23,54	26,82
SC	Biguaçu	0,7450	324,521	48.077	58.206	148,15	179,36
SC	Braço do Norte	0,7595	221,311	24.802	29.018	112,07	131,12
SC	Caibi	0,8084	171,711	6.354	6.219	37,00	36,22
SC	Campo Alegre	0,7245	496,146	11.634	11.748	23,45	23,68
SC	Canelinha	0,7514	151,409	9.004	10.603	59,47	70,03
SC	Cerro Negro	0,7624	416,774	4.098	3.581	9,83	8,59
SC	Concórdia	0,7436	797,260	63.058	68.621	79,09	86,07
SC	Coronel Freitas	0,7875	234,157	10.535	10.213	44,99	43,62
SC	Coronel Martins	0,7706	107,408	2.388	2.458	22,23	22,88
SC	Corupá	0,7473	405,003	11.847	13.852	29,25	34,20
SC	Criciúma	0,8184	235,628	170.420	192.308	723,26	816,15
SC	Cunha Porã	0,7809	220,293	10.229	10.613	46,43	48,18
SC	Dionísio Cerqueira	0,7911	377,704	14.250	14.811	37,73	39,21
SC	Entre Rios	0,8240	105,167	2.857	3.018	27,17	28,70
SC	Ermo	0,7285	63,868	2.057	2.050	32,21	32,10
SC	Frei Rogério	0,7506	157,845	2.971	2.474	18,82	15,67
SC	Gravatal	0,7242	168,473	10.799	10.635	64,10	63,13
SC	Guaramirim	0,7196	268,119	23.794	35.172	88,74	131,18
SC	Ibiam	0,7673	147,329	1.955	1.945	13,27	13,20
SC	Ibicaré	0,7938	150,512	3.587	3.373	23,83	22,41
SC	Imaruí	0,7855	542,236	13.404	11.672	24,72	21,53
SC	Ipira	0,7466	150,304	4.979	4.752	33,13	31,62
SC	Irani	0,8000	321,559	8.602	9.531	26,75	29,64
SC	Itá	0,8312	165,463	6.764	6.426	40,88	38,84
SC	Itapiranga	0,8084	280,116	13.998	15.409	49,97	55,01
SC	Jacinto Machado	0,8285	428,650	10.923	10.609	25,48	24,75
SC	Jaraguá do Sul	0,7073	532,590	108.489	143.123	203,70	268,73
SC	Joinville	0,7110	1130,878	429.604	515.288	379,89	455,65
SC	Luiz Alves	0,7170	260,079	7.974	10.438	30,66	40,13
SC	Major Vieira	0,7455	525,988	6.906	7.479	13,13	14,22
SC	Massaranduba	0,8147	373,296	12.562	14.674	33,65	39,31
SC	Meleiro	0,8458	186,618	7.080	7.000	37,94	37,51
SC	Morro da Fumaça	0,7920	82,935	14.551	16.126	175,45	194,44
SC	Navegantes	0,7375	111,461	39.317	60.556	352,74	543,29
SC	Nova Erechim	0,8472	64,400	3.543	4.275	55,02	66,38
SC	Nova Veneza	0,7092	293,557	11.511	13.309	39,21	45,34
SC	Ouro	0,7977	206,229	7.419	7.372	35,97	35,75
SC	Palhoça	0,8037	394,662	102.742	137.334	260,33	347,98
SC	Penha	0,7536	58,783	17.678	25.141	300,73	427,69
SC	Balneário Piçarras	0,7338	99,071	10.911	17.078	110,13	172,38
SC	Pinhalzinho	0,8038	128,298	12.356	16.332	96,31	127,30
SC	Pinheiro Preto	0,7512	65,705	2.729	3.147	41,53	47,90
SC	Pouso Redondo	0,8445	359,519	12.203	14.810	33,94	41,19
SC	Presidente Nereu	0,7361	224,672	2.305	2.284	10,26	10,17
SC	Quilombo	0,7880	279,279	10.736	10.248	38,44	36,69
SC	Rio do Campo	0,7002	506,198	6.522	6.192	12,88	12,23
SC	Rio dos Cedros	0,8367	555,654	8.939	10.284	16,09	18,51
SC	Rio do Sul	0,7689	258,401	51.650	61.198	199,88	236,83

ESTRATO III (continuação)							
UF	MUNICÍPIO	VBP A.F./Total agropecuária	Área (km ²)	População total		Densidade demográfica	
				2000	2010	2000	2010
SC	Rio Fortuna	0,7800	300,315	4.320	4.446	14,38	14,80
SC	Rio Rufino	0,8463	282,569	2.414	2.436	8,54	8,62
SC	Rodeio	0,8256	130,942	10.380	10.922	79,27	83,41
SC	Salete	0,8291	179,308	7.163	7.370	39,95	41,10
SC	Sangão	0,7085	83,058	8.128	10.400	97,86	125,21
SC	Santa Rosa de Lima	0,7502	202,977	2.007	2.065	9,89	10,17
SC	São Domingos	0,8244	383,653	9.540	9.491	24,87	24,74
SC	São Martinho	0,7530	224,531	3.274	3.209	14,58	14,29
SC	São Pedro de Alcântara	0,8153	139,635	3.584	4.704	25,67	33,69
SC	Saudades	0,8120	205,554	8.324	9.016	40,50	43,86
SC	Schroeder	0,8065	143,818	10.811	15.316	75,17	106,50
SC	Seara	0,8017	312,540	16.484	16.936	52,74	54,19
SC	Serra Alta	0,7608	90,444	3.330	3.285	36,82	36,32
SC	Siderópolis	0,8376	262,700	12.082	12.998	45,99	49,48
SC	Taió	0,8102	693,025	16.257	17.260	23,46	24,91
SC	Tangará	0,8218	389,184	8.754	8.674	22,49	22,29
SC	Tigrinhos	0,7038	57,439	1.878	1.757	32,70	30,59
SC	Timbó Grande	0,7447	596,942	6.501	7.167	10,89	12,01
SC	Tunápolis	0,8138	132,909	4.777	4.633	35,94	34,86
SC	Turvo	0,8228	233,941	10.887	11.854	46,54	50,67
SC	Urupema	0,7023	353,126	2.527	2.482	7,16	7,03
SC	Vargem Bonita	0,8170	298,610	5.158	4.793	17,27	16,05
RS	Ajuricaba	0,717	323,239	7.709	7.255	23,85	22,44
RS	Alegria	0,841	172,686	5.367	4.301	31,08	24,91
RS	Alto Alegre	0,846	114,523	2.137	1.848	18,66	16,14
RS	Antônio Prado	0,841	347,616	12.918	12.833	37,16	36,92
RS	Barão de Cotegipe	0,824	308,052	6.927	7.242	22,49	23,51
RS	Barão do Triunfo	0,773	436,679	6.662	7.018	15,26	16,07
RS	Bento Gonçalves	0,808	382,513	91.486	107.278	239,17	280,46
RS	Bom Princípio	0,784	88,242	9.494	11.789	107,59	133,60
RS	Braga	0,761	128,992	4.198	3.702	32,54	28,70
RS	Cacique Doble	0,820	203,908	4.770	4.868	23,39	23,87
RS	Camargo	0,847	138,069	2.498	2.592	18,09	18,77
RS	Candelária	0,823	943,731	29.585	30.171	31,35	31,97
RS	Capitão	0,816	74,619	2.565	2.636	34,37	35,33
RS	Casca	0,776	271,740	8.440	8.651	31,06	31,84
RS	Centenário	0,805	134,331	3.127	2.965	23,28	22,07
RS	Colinas	0,843	58,374	2.462	2.420	42,18	41,46
RS	Constantina	0,838	283,586	11.667	11.509	41,14	40,58
RS	Coronel Barros	0,720	162,949	2.454	2.459	15,06	15,09
RS	Cotiporã	0,784	172,375	4.093	3.917	23,74	22,72
RS	Derrubadas	0,787	361,284	3.715	3.190	10,28	8,83
RS	Dois Lajeados	0,842	133,373	3.224	3.278	24,17	24,58
RS	Dom Feliciano	0,819	1260,176	13.297	14.380	10,55	11,41
RS	Engenho Velho	0,784	71,193	2.134	1.527	29,97	21,45
RS	Entre Rios do Sul	0,824	120,444	3.491	3.080	28,98	25,57
RS	Herval	0,770	2664,277	8.487	8.208	3,19	3,08
RS	Estância Velha	0,809	52,378	35.132	42.574	670,74	812,82
RS	Estrela	0,774	184,178	27.401	30.619	148,77	166,25
RS	Fagundes Varela	0,782	134,291	2.471	2.579	18,40	19,20
RS	Farroupilha	0,801	361,788	55.308	63.635	152,87	175,89

ESTRATO III (continuação)							
UF	MUNICÍPIO	VBP A.F./Total agropecuária	Área (km ²)	População total		Densidade demográfica	
				2000	2010	2000	2010
RS	Faxinal do Soturno	0,771	169,945	6.841	6.672	40,25	39,26
RS	Flores da Cunha	0,726	272,662	23.678	27.126	86,84	99,49
RS	Florianópolis	0,837	168,429	2.361	2.018	14,02	11,98
RS	Gramado	0,819	237,019	28.593	32.273	120,64	136,16
RS	Horizontina	0,833	228,849	17.699	18.348	77,34	80,18
RS	Ibiraiaras	0,716	300,650	7.163	7.171	23,83	23,85
RS	Ilópolis	0,760	116,481	4.255	4.102	36,53	35,22
RS	Inhacorá	0,728	114,135	2.378	2.267	20,83	19,86
RS	Ipiranga do Sul	0,757	159,230	2.057	1.944	12,92	12,21
RS	Itatiba do Sul	0,795	212,121	5.252	4.171	24,76	19,66
RS	Jaguari	0,836	673,459	12.488	11.473	18,54	17,04
RS	Lagoa dos Três Cantos	0,735	138,636	1.627	1.598	11,74	11,53
RS	Lajeado	0,724	256,486	64.133	75.511	250,05	294,41
RS	Machadinho	0,795	334,449	5.728	5.510	17,13	16,47
RS	Marcelino Ramos	0,821	229,619	6.108	5.134	26,60	22,36
RS	Marques de Souza	0,731	125,175	4.241	4.068	33,88	32,50
RS	Mata	0,737	312,120	5.575	5.111	17,86	16,38
RS	Miraguaí	0,842	130,425	5.034	4.855	38,60	37,22
RS	Mormaço	0,777	146,109	2.435	2.749	16,67	18,81
RS	Morro Redondo	0,804	244,643	5.998	6.227	24,52	25,45
RS	Nova Alvorada	0,824	149,362	2.757	3.182	18,46	21,30
RS	Nova Candelária	0,836	97,832	2.883	2.751	29,47	28,12
RS	Nova Esperança do Sul	0,760	191,394	4.010	4.671	20,95	24,41
RS	Nova Pádua	0,846	103,239	2.396	2.450	23,21	23,73
RS	Novo Cabrais	0,705	192,342	3.565	3.855	18,53	20,04
RS	Novo Barreiro	0,843	123,582	3.867	3.978	31,29	32,19
RS	Osório	0,775	663,267	36.131	40.906	54,47	61,67
RS	Paim Filho	0,843	182,182	4.831	4.243	26,52	23,29
RS	Pinheirinho do Vale	0,798	105,344	4.184	4.497	39,72	42,69
RS	Porto Mauá	0,801	105,560	2.802	2.542	26,54	24,08
RS	Porto Xavier	0,824	280,511	11.190	10.558	39,89	37,64
RS	Putinga	0,830	219,937	4.629	4.141	21,05	18,83
RS	Redentora	0,719	302,640	8.846	10.222	29,23	33,78
RS	Rio dos Índios	0,742	236,966	4.702	3.616	19,84	15,26
RS	Roca Sales	0,829	213,439	9.284	10.365	43,50	48,56
RS	Rondinha	0,824	252,235	6.107	5.518	24,21	21,88
RS	Roque Gonzales	0,778	346,622	7.799	7.203	22,50	20,78
RS	Santa Clara do Sul	0,839	86,552	4.806	5.697	55,53	65,82
RS	Santa Cruz do Sul	0,775	733,473	107.632	118.374	146,74	161,39
RS	Santo Antônio do Palma	0,743	126,095	2.207	2.139	17,50	16,96
RS	Santo Cristo	0,741	366,878	14.890	14.378	40,59	39,19
RS	Santo Expedito do Sul	0,823	125,735	2.683	2.461	21,34	19,57
RS	São João do Polêsine	0,739	85,633	2.745	2.635	32,06	30,77
RS	São Jorge	0,790	118,053	2.875	2.774	24,35	23,50
RS	São Lourenço do Sul	0,758	2036,130	43.691	43.111	21,46	21,17
RS	São Marcos	0,810	256,254	18.958	20.103	73,98	78,45
RS	São Martinho	0,829	171,661	6.321	5.773	36,82	33,63
RS	São Sebastião do Caí	0,802	111,452	19.700	21.932	176,76	196,78
RS	São Valentim	0,840	154,187	4.109	3.632	26,65	23,56
RS	São Valentim do Sul	0,840	92,240	2.140	2.168	23,20	23,50
RS	Sapiranga	0,797	137,519	69.189	74.985	503,12	545,27

ESTRATO III (continuação)							
UF	MUNICÍPIO	VBP A.F./Total agropecuária	Área (km²)	População total		Densidade demográfica	
				2000	2010	2000	2010
RS	Selbach	0,763	176,728	4.861	4.929	27,51	27,89
RS	Senador Salgado Filho	0,830	147,209	2.927	2.814	19,88	19,12
RS	Serafina Corrêa	0,818	163,287	10.894	14.253	66,72	87,29
RS	Tabaí	0,840	94,755	3.563	4.131	37,60	43,60
RS	Tapejara	0,724	342,551	15.115	20.113	44,12	58,71
RS	Taquari	0,740	349,968	25.887	26.092	73,97	74,56
RS	Teutônia	0,751	216,366	22.891	28.903	105,80	133,58
RS	Três Arroios	0,804	148,667	3.144	2.855	21,15	19,20
RS	Três Coroas	0,776	185,535	19.430	23.848	104,72	128,54
RS	Três de Maio	0,828	422,199	24.136	23.726	57,17	56,20
RS	Tucunduva	0,848	180,804	6.305	5.898	34,87	32,62
RS	Tuparendi	0,741	307,675	9.542	8.557	31,01	27,81
RS	Vespasiano Correa	0,805	113,887	2.209	1.974	19,40	17,33
RS	Vila Maria	0,715	181,440	4.173	4.221	23,00	23,26
RS	Vista Alegre	0,780	77,454	2.996	2.832	38,68	36,56
RS	Vista Gaúcha	0,817	88,719	2.725	2.759	30,71	31,10
RS	Vitória das Missões	0,748	259,609	3.979	3.485	15,33	13,42

ESTRATO IV							
UF	MUNICÍPIO	VBP A.F./Total agropecuária	Área (km²)	População total		Densidade demográfica	
				2000	2010	2000	2010
PR	Agudos do Sul	0,9022	192,228	7.221	8.270	37,56	43,02
PR	Ampére	0,8780	298,334	15.623	17.308	52,37	58,02
PR	Bom Jesus do Sul	0,8661	173,972	4.154	3.796	23,88	21,82
PR	Capanema	0,8540	418,705	18.239	18.526	43,56	44,25
PR	Capitão Leônidas Marques	0,8920	275,748	14.377	14.970	52,14	54,29
PR	Icaraíma	0,9527	675,241	10.048	8.839	14,88	13,09
PR	Mandirituba	0,8556	379,179	17.540	22.220	46,26	58,60
PR	Manfrinópolis	0,9300	215,682	3.802	3.127	17,63	14,50
PR	Nova Esperança do Sudoeste	0,9126	208,472	5.258	5.098	25,22	24,45
PR	Paranacity	0,9183	348,951	9.109	10.250	26,10	29,37
PR	Pérola d'Oeste	0,9403	206,048	7.354	6.761	35,69	32,81
PR	Piên	0,9022	254,903	9.798	11.236	38,44	44,08
PR	Pinhal de São Bento	0,9458	96,855	2.560	2.625	26,43	27,10
PR	Planalto	0,9314	345,74	14.122	13.654	40,85	39,49
PR	Pontal do Paraná	0,9915	200,551	14.323	20.920	71,42	104,31
PR	Porecatu	0,8752	291,665	15.881	14.189	54,45	48,65
PR	Rio Azul	0,8594	629,739	13.023	14.093	20,68	22,38
PR	Salgado Filho	0,8823	183,08	5.338	4.403	29,16	24,05
PR	Santa Cecília do Pavão	0,8769	110,2	4.064	3.646	36,88	33,09
PR	São José dos Pinhais	0,8526	945,717	204.316	264.210	216,04	279,38
PR	Tunas do Paraná	0,8865	668,481	3.611	6.256	5,40	9,36

ESTRATO IV (continuação)							
UF	MUNICÍPIO	VBP A.F./Total agropecuária	Área (km ²)	População total		Densidade demográfica	
				2000	2010	2000	2010
SC	Águas de Chapecó	0,8931	139,132	5.782	6.110	41,56	43,92
SC	Águas Frias	0,9856	75,162	2.525	2.424	33,59	32,25
SC	Águas Mornas	0,9401	360,757	5.390	5.548	14,94	15,38
SC	Alfredo Wagner	0,8772	732,277	8.857	9.410	12,10	12,85
SC	Alto Bela Vista	0,9324	103,592	2.098	2.005	20,25	19,35
SC	Angelina	0,9084	499,947	5.776	5.250	11,55	10,50
SC	Antônio Carlos	0,9607	229,118	6.434	7.458	28,08	32,55
SC	Arabutã	0,8519	132,232	4.160	4.193	31,46	31,71
SC	Arvoredo	0,9433	90,709	2.305	2.260	25,41	24,91
SC	Aurora	0,9199	206,947	5.474	5.549	26,45	26,81
SC	Bandeirante	0,8904	146,255	3.177	2.906	21,72	19,87
SC	Barra Bonita	0,8698	93,469	2.118	1.878	22,66	20,09
SC	Bom Jesus do Oeste	0,8756	67,899	2.150	2.132	31,66	31,40
SC	Caxambu do Sul	0,9065	140,578	5.263	4.411	37,44	31,38
SC	Chapadão do Lageado	0,9151	124,472	2.561	2.762	20,57	22,19
SC	Cocal do Sul	0,8668	71,210	13.726	15.159	192,75	212,88
SC	Cordilheira Alta	0,9127	83,768	3.093	3.767	36,92	44,97
SC	Cunhataí	0,8921	54,511	1.822	1.882	33,42	34,53
SC	Descanso	0,9013	285,571	9.129	8.634	31,97	30,23
SC	Flor do Sertão	0,8739	58,708	1.612	1.588	27,46	27,05
SC	Formosa do Sul	0,9735	99,576	2.725	2.601	27,37	26,12
SC	Gaspar	0,8725	386,354	46.414	57.981	120,13	150,07
SC	Guaraciaba	0,8733	330,646	11.038	10.498	33,38	31,75
SC	Herval d'Oeste	0,8792	222,405	20.044	21.239	90,12	95,50
SC	Ibirama	0,9606	246,705	15.802	17.330	64,05	70,25
SC	Imbuia	0,9429	121,891	5.246	5.707	43,04	46,82
SC	Iporã do Oeste	0,9300	202,369	7.877	8.409	38,92	41,55
SC	Ipumirim	0,9178	247,067	6.907	7.220	27,96	29,22
SC	Iraceminha	0,9231	164,375	4.592	4.253	27,94	25,87
SC	Irati	0,8666	69,802	2.202	2.096	31,55	30,03
SC	Ituporanga	0,8610	336,955	19.492	22.250	57,85	66,03
SC	Jaborá	0,8893	191,117	4.194	4.041	21,94	21,14
SC	Jardinópolis	0,9502	68,097	1.994	1.766	29,28	25,93
SC	José Boiteux	0,9065	405,519	4.594	4.721	11,33	11,64
SC	Jupia	0,8658	91,710	2.220	2.148	24,21	23,42
SC	Lacerdópolis	0,9337	68,453	2.173	2.199	31,74	32,12
SC	Lajeado Grande	0,8544	65,928	1.572	1.490	23,84	22,60
SC	Laurentino	0,9190	79,506	5.062	6.004	63,67	75,52
SC	Lauro Muller	0,9180	270,508	13.604	14.367	50,29	53,11
SC	Leoberto Leal	0,9695	291,191	3.739	3.365	12,84	11,56
SC	Lindóia do Sul	0,8780	195,056	4.877	4.642	25,00	23,80
SC	Lontras	0,9458	198,397	8.381	10.244	42,24	51,63
SC	Luzerna	0,9319	116,832	5.572	5.600	47,69	47,93
SC	Macieira	0,8931	260,072	1.900	1.826	7,31	7,02
SC	Major Gercino	0,9543	285,679	3.143	3.279	11,00	11,48
SC	Maracajá	0,9593	63,401	5.541	6.404	87,40	101,01
SC	Maravilha	0,8838	169,447	18.521	22.101	109,30	130,43
SC	Marema	0,8699	103,616	2.651	2.203	25,58	21,26
SC	Modelo	0,8968	92,717	3.930	4.045	42,39	43,63
SC	Mondaí	0,9398	200,980	8.728	10.231	43,43	50,91
SC	Morro Grande	0,9027	256,468	2.917	2.890	11,37	11,27

ESTRATO IV (continuação)							
UF	MUNICÍPIO	VBP A.F./Total agropecuária	Área (km ²)	População total		Densidade demográfica	
				2000	2010	2000	2010
SC	Nova Itaberaba	0,8931	137,583	4.256	4.267	30,93	31,01
SC	Nova Trento	0,9170	402,118	9.852	12.190	24,50	30,31
SC	Novo Horizonte	0,8952	151,672	3.101	2.750	20,45	18,13
SC	Orleans	0,9285	549,824	20.031	21.393	36,43	38,91
SC	Paial	0,8810	85,761	2.052	1.763	23,93	20,56
SC	Palmeira	0,9228	292,216	2.133	2.373	7,30	8,12
SC	Palmitos	0,8828	350,690	16.034	16.020	45,72	45,68
SC	Paraíso	0,8925	178,607	4.796	4.080	26,85	22,84
SC	Pedras Grandes	0,8629	171,821	4.921	4.107	28,64	23,90
SC	Peritiba	0,8771	96,407	3.230	2.988	33,50	30,99
SC	Petrolândia	0,8926	306,153	6.406	6.131	20,92	20,03
SC	Planalto Alegre	0,9179	62,632	2.452	2.654	39,15	42,37
SC	Praia Grande	0,9222	278,576	7.286	7.267	26,15	26,09
SC	Presidente Castello Branco	0,9146	76,940	2.160	1.725	28,07	22,42
SC	Presidente Getúlio	0,9134	295,650	12.333	14.887	41,71	50,35
SC	Princesa	0,9279	86,215	2.613	2.758	30,31	31,99
SC	Rancho Queimado	0,9538	286,432	2.637	2.748	9,21	9,59
SC	Rio do Oeste	0,9068	245,633	6.730	7.090	27,40	28,86
SC	Riqueza	0,9701	190,279	5.166	4.838	27,15	25,43
SC	Romelândia	0,8854	223,749	6.491	5.551	29,01	24,81
SC	Saltinho	0,9248	156,528	4.196	3.961	26,81	25,31
SC	Santa Helena	0,9375	80,982	2.588	2.382	31,96	29,41
SC	Santa Rosa do Sul	0,9472	151,440	7.810	8.054	51,57	53,18
SC	Santa Terezinha	0,8528	716,253	8.840	8.767	12,34	12,24
SC	Santa Terezinha do Progresso	0,9693	118,997	3.416	2.896	28,71	24,34
SC	Santiago do Sul	0,9726	73,562	1.696	1.465	23,06	19,92
SC	São Bernardino	0,9030	144,960	3.140	2.677	21,66	18,47
SC	São Carlos	0,8504	158,988	9.364	10.291	58,90	64,73
SC	São João do Oeste	0,9325	163,650	5.789	6.036	35,37	36,88
SC	São João do Sul	0,8945	182,699	6.784	7.002	37,13	38,33
SC	São José do Cedro	0,9070	279,581	13.678	13.684	48,92	48,94
SC	São Lourenço do Oeste	0,8987	369,478	19.647	21.792	53,18	58,98
SC	São Miguel da Boa Vista	0,8813	71,922	2.018	1.904	28,06	26,47
SC	São Miguel do Oeste	0,8640	234,396	32.324	36.306	137,90	154,89
SC	Sul Brasil	0,9029	112,701	3.116	2.766	27,65	24,54
SC	Timbé do Sul	0,8886	333,426	5.323	5.308	15,96	15,92
SC	Treviso	0,9336	157,667	3.144	3.527	19,94	22,37
SC	Treze de Maio	0,9007	161,081	6.716	6.876	41,69	42,69
SC	União do Oeste	0,9071	93,058	3.391	2.910	36,44	31,27
SC	Urussanga	0,8967	240,476	18.727	20.223	77,87	84,10
SC	Vidal Ramos	0,8782	339,068	6.279	6.290	18,52	18,55
SC	Vitor Meireles	0,8970	371,560	5.519	5.207	14,85	14,01
SC	Witmarsum	0,8572	150,798	3.251	3.600	21,56	23,87
SC	Xavantina	0,8864	215,069	4.404	4.142	20,48	19,26
RS	Agudo	0,879	536,117	17.455	16.722	32,56	31,19
RS	Alecrim	0,933	314,745	8.487	7.045	26,96	22,38
RS	Alpestre	0,989	328,749	10.266	8.027	31,23	24,42
RS	Ametista do Sul	0,987	93,490	7.414	7.323	79,30	78,33
RS	Anta Gorda	0,938	242,963	6.327	6.073	26,04	25,00
RS	Araricá	0,968	35,292	4.032	4.864	114,25	137,82

ESTRATO IV (continuação)							
UF	MUNICÍPIO	VBP A.F./Total agropecuária	Área (km ²)	População total		Densidade demográfica	
				2000	2010	2000	2010
RS	Aratiba	0,875	341,072	7.116	6.565	20,86	19,25
RS	Arroio do Meio	0,886	157,955	16.951	18.783	107,32	118,91
RS	Arroio do Tigre	0,962	318,524	12.216	12.648	38,35	39,71
RS	Arvorezinha	0,944	271,643	10.262	10.225	37,78	37,64
RS	Áurea	0,875	158,291	3.889	3.665	24,57	23,15
RS	Barra do Guarita	0,896	64,590	2.987	3.089	46,25	47,82
RS	Barra do Rio Azul	0,938	147,571	2.414	2.003	16,36	13,57
RS	Barra Funda	0,924	60,033	2.231	2.367	37,16	39,43
RS	Barros Cassal	0,873	648,897	11.347	11.133	17,49	17,16
RS	Benjamin Constant do Sul	0,960	132,396	2.727	2.307	20,60	17,42
RS	Boa Vista do Buricá	0,938	108,732	6.587	6.574	60,58	60,46
RS	Boa Vista do Sul	0,983	94,349	2.840	2.776	30,10	29,42
RS	Boqueirão do Leão	0,884	265,527	7.825	7.673	29,47	28,90
RS	Brochier	0,944	109,695	4.372	4.675	39,86	42,62
RS	Caibaté	0,898	373,575	7.243	6.753	19,39	18,08
RS	Caiçara	0,860	189,238	5.580	5.071	29,49	26,80
RS	Campina das Missões	0,887	225,762	7.014	6.117	31,07	27,09
RS	Cândido Godói	0,876	246,275	7.092	6.535	28,80	26,54
RS	Candiota	0,919	933,843	8.065	8.771	8,64	9,39
RS	Canguçu	0,851	3.525,068	51.447	53.259	14,59	15,11
RS	Caraá	0,966	294,336	6.403	7.312	21,75	24,84
RS	Carlos Gomes	0,922	83,154	1.912	1.607	22,99	19,33
RS	Cerro Branco	0,944	154,105	4.297	4.454	27,88	28,90
RS	Cerro Grande	0,879	73,459	2.601	2.417	35,41	32,90
RS	Cerro Grande do Sul	0,900	324,758	8.273	10.268	25,47	31,62
RS	Charrua	0,873	198,125	3.783	3.471	19,09	17,52
RS	Chувиска	0,934	219,170	4.502	4.944	20,54	22,56
RS	Crissiumal	0,875	362,151	15.180	14.084	41,92	38,89
RS	David Canabarro	0,920	174,940	4.740	4.683	27,10	26,77
RS	Dezesseis de Novembro	0,861	216,848	3.444	2.866	15,88	13,22
RS	Dom Pedro de Alcântara	0,851	78,158	2.636	2.550	33,73	32,63
RS	Dona Francisca	0,887	114,346	3.902	3.401	34,12	29,74
RS	Doutor Maurício Cardoso	0,933	256,323	6.329	5.313	24,69	20,73
RS	Doutor Ricardo	0,940	108,434	2.128	2.030	19,62	18,72
RS	Ervál Grande	0,878	285,913	5.647	5.163	19,75	18,06
RS	Esperança do Sul	0,907	148,381	3.755	3.272	25,31	22,05
RS	Fazenda Vilanova	0,882	84,794	2.833	3.697	33,41	43,60
RS	Feliz	0,871	96,232	11.316	12.359	117,59	128,43
RS	Frederico Westphalen	0,912	264,975	26.759	28.843	100,99	108,85
RS	Gramado Xavier	0,867	217,524	3.666	3.970	16,85	18,25
RS	Guaporé	0,901	297,661	20.064	22.814	67,41	76,64
RS	Guarani das Missões	0,879	290,495	8.990	8.115	30,95	27,94
RS	Harmonia	0,970	44,579	3.659	4.254	82,08	95,43
RS	Herveiras	0,949	118,280	2.957	2.954	25,00	24,97
RS	Humaitá	0,872	135,246	5.228	4.919	38,66	36,37
RS	Ibarama	0,974	193,109	4.454	4.371	23,06	22,63
RS	Igrejinha	0,873	136,816	26.767	31.660	195,64	231,41
RS	Imigrante	0,857	99,861	3.850	4.185	38,55	41,91
RS	Itaí	0,939	182,185	9.250	8.078	50,77	44,34
RS	Itapuca	0,938	184,249	2.691	2.344	14,61	12,72

ESTRATO IV (continuação)							
UF	MUNICÍPIO	VBP A.F./Total agropecuária	Área (km ²)	População total		Densidade demográfica	
				2000	2010	2000	2010
RS	Ivorá	0,986	122,887	2.495	2.156	20,30	17,54
RS	Jaboticaba	0,910	128,053	4.536	4.098	35,42	32,00
RS	Lagoão	0,888	383,658	6.098	6.185	15,89	16,12
RS	Lajeado do Bugre	0,886	67,903	2.463	2.487	36,27	36,63
RS	Liberato Salzano	0,893	245,629	6.574	5.780	26,76	23,53
RS	Lindolfo Collor	0,941	33,055	4.414	5.227	133,54	158,13
RS	Linha Nova	0,961	63,733	1.564	1.624	24,54	25,48
RS	Mampituba	0,938	157,875	3.106	3.003	19,67	19,02
RS	Maratá	0,872	88,078	2.513	2.795	28,53	31,73
RS	Mariano Moro	0,958	99,110	2.474	2.210	24,96	22,30
RS	Mato Leitão	0,950	45,903	3.210	3.865	69,93	84,20
RS	Maximiliano de Almeida	0,904	208,524	5.651	4.911	27,10	23,55
RS	Montauri	0,922	82,077	1.684	1.542	20,52	18,79
RS	Monte Belo do Sul	0,898	68,369	2.880	2.670	42,12	39,05
RS	Morrinhos do Sul	0,958	165,440	3.533	3.182	21,36	19,23
RS	Morro Reuter	0,908	88,066	4.984	5.676	56,59	64,45
RS	Muliterno	0,895	111,132	1.768	1.813	15,91	16,31
RS	Nova Araçá	0,872	74,360	3.236	4.001	43,52	53,81
RS	Nova Boa Vista	0,921	94,240	2.222	1.960	23,58	20,80
RS	Nova Bréscia	0,942	199,252	4.564	4.504	22,91	22,61
RS	Nova Hartz	0,969	62,558	15.071	18.346	240,91	293,26
RS	Nova Roma do Sul	0,859	149,057	3.032	3.343	20,34	22,43
RS	Novo Machado	0,912	218,669	4.718	3.925	21,58	17,95
RS	Novo Tiradentes	0,970	75,396	2.412	2.277	31,99	30,20
RS	Palmitinho	0,908	144,046	6.943	6.920	48,20	48,04
RS	Paraí	0,914	120,418	6.020	6.812	49,99	56,57
RS	Paraíso do Sul	0,891	342,448	7.212	7.336	21,06	21,42
RS	Pareci Novo	0,884	57,405	3.242	3.511	56,48	61,16
RS	Passa Sete	0,919	304,760	4.644	5.154	15,24	16,91
RS	Passo do Sobrado	0,860	265,108	5.566	6.011	21,00	22,67
RS	Paverama	0,969	171,607	7.744	8.044	45,13	46,87
RS	Picada Café	0,868	85,094	4.673	5.182	54,92	60,90
RS	Planalto	0,915	230,417	11.302	10.524	49,05	45,67
RS	Poço das Antas	0,960	62,102	1.946	2.017	31,34	32,48
RS	Ponte Preta	0,895	104,186	2.153	1.806	20,67	17,33
RS	Porto Lucena	0,938	250,078	6.398	5.413	25,58	21,65
RS	Porto Vera Cruz	0,931	113,646	2.464	1.852	21,68	16,30
RS	Presidente Lucena	0,873	49,426	2.069	2.484	41,86	50,26
RS	Progresso	0,888	265,177	6.497	6.383	24,50	24,07
RS	Relvado	0,910	123,761	2.294	2.363	18,54	19,09
RS	Rolante	0,927	296,992	17.851	19.485	60,11	65,61
RS	Sagrada Família	0,974	78,254	2.648	2.595	33,84	33,16
RS	Santa Maria do Herval	0,974	139,224	5.891	6.053	42,31	43,48
RS	São Domingos do Sul	0,931	78,952	2.831	2.926	35,86	37,06
RS	São João da Urtiga	0,971	171,177	4.929	4.726	28,79	27,61
RS	São José das Missões	0,921	98,070	3.000	2.720	30,59	27,74
RS	São José do Hortêncio	0,892	64,113	3.387	4.094	52,83	63,86
RS	São José do Inhacorá	0,975	77,806	2.402	2.200	30,87	28,28
RS	São Paulo das Missões	0,854	223,886	7.187	6.364	32,10	28,43
RS	São Vendelino	0,982	32,087	1.682	1.944	52,42	60,59
RS	Sapucaia do Sul	0,894	58,644	122.751	130.957	2.093,16	2233,08

ESTRATO IV (continuação)							
UF	MUNICÍPIO	VBP A.F./Total agropecuária	Área (km ²)	População total		Densidade demográfica	
				2000	2010	2000	2010
RS	Segredo	0,953	247,485	6.911	7.158	27,92	28,92
RS	Sério	0,946	99,721	2.706	2.281	27,14	22,87
RS	Sertão Santana	0,867	251,605	5.272	5.850	20,95	23,25
RS	Sete de Setembro	0,877	129,995	2.357	2.124	18,13	16,34
RS	Severiano de Almeida	0,917	167,615	4.153	3.842	24,78	22,92
RS	Silveira Martins	0,897	118,307	2.571	2.449	21,73	20,70
RS	Sinimbu	0,963	510,120	10.210	10.068	20,01	19,74
RS	Sobradinho	0,934	238,890	16.328	16.945	68,35	70,93
RS	Taquaruçu do Sul	0,882	76,848	2.921	2.966	38,01	38,60
RS	Tenente Portela	0,863	338,085	14.343	13.719	42,42	40,58
RS	Terra de Areia	0,977	349,121	11.453	12.462	32,81	35,70
RS	Tiradentes do Sul	0,932	234,482	7.497	6.461	31,97	27,55
RS	Toropi	0,863	202,978	3.196	2.952	15,75	14,54
RS	Torres	0,902	162,128	30.880	34.656	190,47	213,76
RS	Travesseiro	0,852	81,106	2.349	2.314	28,96	28,53
RS	Três Cachoeiras	0,952	250,478	9.523	10.217	38,02	40,79
RS	Três Forquilhas	0,858	217,379	3.239	2.914	14,90	13,41
RS	Três Passos	0,928	268,395	24.656	23.965	91,86	89,29
RS	Tunas	0,895	217,969	4.310	4.395	19,77	20,16
RS	Tupandi	0,863	59,541	2.958	3.924	49,68	65,90
RS	Ubiretama	0,980	126,694	2.677	2.296	21,13	18,12
RS	União da Serra	0,942	130,991	1.908	1.487	14,57	11,35
RS	Vale do Sol	0,909	328,227	10.558	11.077	32,17	33,75
RS	Vale Real	0,974	44,198	4.340	5.118	98,19	115,80
RS	Vanini	0,938	64,872	1.887	1.984	29,09	30,58
RS	Venâncio Aires	0,918	773,239	61.234	65.946	79,19	85,29
RS	Vera Cruz	0,922	309,620	21.300	23.983	68,79	77,46
RS	Viadutos	0,912	268,473	6.087	5.311	22,67	19,78
RS	Vicente Dutra	0,959	195,043	6.128	5.285	31,42	27,10
RS	Vista Alegre do Prata	0,949	119,326	1.618	1.569	13,56	13,15

Fonte: Elaborado pela autora.

**APÊNDICE I - POPULAÇÃO POR TIPO DE DOMICÍLIO EM CADA ESTRATO -
2000 E 2010**

Estrato	2000			2010		
	Rural	Urbana	Total	Rural	Urbana	Total
Estrato I	1.673.353	12.104.786	13.778.139	1.433.629	13.460.280	14.893.909
Estrato II	1.134.464	4.560.497	5.697.684	967.919	5.345.781	6.313.700
Estrato III	1.014.857	2.487.531	3.502.388	868.467	3.041.681	3.910.149
Estrato IV	960.220	1.169.185	2.129.405	855.980	1.413.154	2.269.134
Total da região	4.782.894	20.321.999	25.107.616	4.125.995	23.260.896	27.386.891

Fonte: Elaborado pela autora a partir dos Censos Demográficos de 2000 e 2010 (IBGE, 2011).

**APÊNDICE J – PARÂMETROS ESTATÍSTICOS PARA AS TAXAS DE
URBANIZAÇÃO EM CADA ESTRATO - 2000 E 2010**

Urbanização por estrato em 2000 e 2010	Estrato I		Estrato II		Estrato III		Estrato IV	
	2000	2010	2000	2010	2000	2010	2000	2010
Taxa urbanização	0,88	0,90	0,80	0,85	0,71	0,78	0,55	0,62
Média	0,68	0,73	0,57	0,64	0,48	0,56	0,38	0,45
Desvio padrão	0,22	0,20	0,24	0,22	0,22	0,21	0,22	0,21
Mediana	0,73	0,79	0,57	0,64	0,45	0,54	0,32	0,40
Mínimo	0,04	0,16	0,00	0,09	0,09	0,10	0,04	0,06
Máximo	1,00	1,00	1,00	1,00	0,98	1,00	0,99	1,00
Coefficiente de variação	0,33	0,27	0,41	0,34	0,46	0,38	0,57	0,47

Fonte: Elaborado pela autora a partir dos Censos Demográficos de 2000 e 2010 (IBGE, 2011).

APÊNDICE K - POPULAÇÃO RURAL POR GÊNERO EM CADA ESTRATO -2000 E 2010

	2000			2010		
	Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres	Total
Estrato I	881.465	791.888	1.673.353	757.070	676.560	1.433.629
Estrato II	592.292	542.172	1.134.464	505.109	462.809	967.919
Estrato III	529.126	485.731	1.014.857	452.804	415.664	868.467
Estrato IV	500.539	459.681	960.220	446.138	409.842	855.980
Região	2.503.422	2.279.472	4.782.894	2.161.121	1.964.874	4.125.995

Fonte: Elaborado pela autora a partir dos Censos Demográficos de 2000 e 2010 (IBGE, 2011).

**APÊNDICE L - POPULAÇÃO RURAL POR FAIXA ETÁRIA NOS ESTRATOS - 2000
E 2010**

Faixa etária por estrato	0 a 14 anos	15 a 24 anos	25 a 29 Anos	30 a 59 anos	60 a 79 anos	mais 80 anos	Total
	2000						
Estrato I	499.712	295.382	124.710	592.876	144.002	16.671	1.673.353
Estrato II	325.429	200.126	81.774	407.876	106.725	12.534	1.134.464
Estrato III	280.837	175.026	70.736	375.147	101.042	12.069	1.014.857
Estrato IV	262.758	161.503	65.173	361.915	97.171	11.700	960.220
Região	1.368.736	832.037	342.393	1.737.814	448.940	52.974	4.782.894
	2010						
Estrato I	340.540	229.214	100.972	575.973	164.834	22.096	1.433.629
Estrato II	219.071	153.312	66.878	390.590	121.265	16.803	967.919
Estrato III	185.743	138.390	59.300	354.733	113.517	16.784	868.467
Estrato IV	180.426	134.824	56.854	353.846	113.687	16.342	855.980
Região	925.779	655.740	284.005	1.675.142	513.304	72.025	4.125.995

Fonte: Elaborado pela autora a partir dos Censos Demográficos de 2000 e 2010 (IBGE, 2011).

**APÊNDICE M – DOMICÍLIOS RURAIS CONFORME O NÚMERO DE
MORADORES POR ESTRATO EM 2000 E 2010**

Estratos	Total	1 morador	2 moradores	3 moradores	4 moradores	5 ou + moradores
Domicílios em 2000						
Estrato I	451.412	40.811	79.999	105.681	106.135	118.789
Estrato II	304.388	24.216	53.831	71.485	72.453	82.403
Estrato III	266.411	17.652	45.099	62.024	64.927	76.709
Estrato IV	256.729	16.895	44.907	61.115	62.521	71.291
Domicílios em 2010						
Estrato I	443.748	51.041	108.567	116.886	93.264	73.990
Estrato II	301.038	31.841	75.505	79.726	64.049	49.920
Estrato III	265.600	24.888	65.332	70.241	58.216	46.923
Estrato IV	265.752	25.334	67.662	71.690	56.591	44.475

Fonte: Elaborado pela autora a partir dos Censos Demográficos de 2000 e 2010 (IBGE, 2011).

APÊNDICE N – PARÂMETROS ESTATÍSTICOS PARA AS TAXAS DE ALFABETIZAÇÃO NO MEIO RURAL POR ESTRATO - 2000 E 2010

Parâmetros	Estrato I		Estrato II		Estrato III		Estrato IV	
	2000	2010	2000	2010	2000	2010	2000	2010
Média	0,87	0,89	0,87	0,90	0,90	0,92	0,90	0,92
Desvio padrão	0,09	0,12	0,10	0,09	0,04	0,07	0,04	0,04
Mediana	0,87	0,91	0,88	0,92	0,91	0,93	0,91	0,93
Mínimo	0,73	0,81	0,72	0,80	0,73	0,82	0,71	0,78
Máximo	0,97	0,99	0,97	0,98	0,98	0,99	0,99	0,99
Coefficiente de variação	0,11	0,13	0,11	0,10	0,05	0,08	0,05	0,04

Fonte: Elaborado pela autora a partir dos Censos Demográficos de 2000 e 2010 (IBGE, 2011).

**APÊNDICE O - HOMENS E MULHERES RESIDENTES NO MEIO RURAL,
MAIORES DE 10 ANOS, ALFABETIZADOS E NÃO ALFABETIZADOS EM CADA
ESTRATO - 2000 E 2010**

Homens e mulheres por alfabetização em cada ano		Estrato I		Estrato II		Estrato III		Estrato IV	
		Absoluto	Relativo	Absoluto	Relativo	Absoluto	Relativo	Absoluto	Relativo
2000	Homens alfabetizados	625.905	87,85%	430.356	88,81%	397.092	90,81%	375.899	90,71%
	Homens não alfabetizados	86.550	12,15%	54.216	11,19%	40.179	9,19%	38.480	9,29%
	Mulheres alfabetizadas	547.908	86,83%	438.514	87,62%	357.287	89,86%	339.489	89,74%
	Mulheres não alfabetizadas	83.077	13,17%	384.246	12,38%	40.332	10,14%	38.815	10,26%
2010	Homens alfabetizados	592.775	91,06%	400.248	91,54%	367.270	92,77%	361.671	92,46%
	Homens não alfabetizados	58.363	8,97%	37.009	8,46%	28.619	7,23%	29.511	7,54%
	Mulheres alfabetizadas	523.442	90,88%	363.380	91,22%	335.423	92,80%	330.403	92,43%
	Mulheres não alfabetizadas	52.511	9,12%	34.982	8,78%	26.037	7,20%	27.065	7,57%

Fonte: Elaborado pela autora a partir dos Censos Demográficos de 2000 e 2010 (IBGE, 2011).

APÊNDICE P - PESSOAS DE 25 ANOS OU MAIS DE IDADE, RESIDENTES NO MEIO RURAL, NÍVEL EDUCACIONAL CONCLUÍDO, POR ESTRATO - 2000 E 2010

Estrato	Total	Sem instrução e fundamental incompleto	Fundamental completo e médio incompleto	Médio completo e superior incompleto	Superior completo
Estrato I	877.213	743.578	71.570	47.181	9.402
Estrato II	610.851	520.905	50.192	30.014	5.785
Estrato III	559.092	481.245	45.997	24.885	3.878
Estrato IV	535.476	470.884	38.654	20.110	3.051
Região Sul	2.582.632	2.216.612	206.413	122.190	22.116
	2010				
Estrato I	854.187	631.043	110.795	88.696	22.845
Estrato II	594.171	445.018	73.330	60.723	14.749
Estrato III	542.988	408.155	68.095	53.900	12.662
Estrato IV	540.086	418.915	65.369	45.765	9.787
Região Sul	2.531.431	1.903.131	317.588	249.084	60.043

Fonte: Elaborado pela autora a partir dos Censos Demográficos de 2000 e 2010 (IBGE, 2011).

APÊNDICE Q – PARÂMETROS ESTATÍSTICOS PARA OS ÍNDICES DE DESENVOLVIMENTO IDHM EM CADA ESTRATO NO ANO 2000

		IDHM	IDHM Renda	IDHM Longevidade	IDHM Educação
Estrato I	Média	0,762	0,675	0,758	0,854
	Desvio padrão	0,042	0,049	0,053	0,044
	Mediana	0,764	0,673	0,755	0,856
	Mínimo	0,640	0,548	0,594	0,702
	Máximo	0,867	0,869	0,872	0,952
	Coefficiente de variação	0,055	0,072	0,069	0,051
Estrato II	Média	0,766	0,672	0,772	0,855
	Desvio padrão	0,047	0,056	0,053	0,051
	Mediana	0,768	0,671	0,777	0,858
	Mínimo	0,620	0,516	0,608	0,687
	Máximo	0,875	0,867	0,875	0,978
	Coefficiente de variação	0,062	0,083	0,069	0,059
Estrato III	Média	0,781	0,681	0,791	0,869
	Desvio padrão	0,044	0,056	0,053	0,043
	Mediana	0,792	0,686	0,799	0,877
	Mínimo	0,651	0,536	0,618	0,732
	Máximo	0,870	0,813	0,880	0,952
	Coefficiente de variação	0,057	0,083	0,067	0,049
Estrato IV	Média	0,779	0,672	0,799	0,866
	Desvio padrão	0,036	0,048	0,044	0,040
	Mediana	0,781	0,674	0,801	0,870
	Mínimo	0,666	0,555	0,651	0,695
	Máximo	0,855	0,796	0,882	0,949
	Coefficiente de variação	0,047	0,071	0,056	0,046

Fonte: Elaborado pela autora a partir de IDH (2012).

**APÊNDICE R – PARÂMETROS ESTATÍSTICOS PARA OS ÍNDICES DE
DESENVOLVIMENTO IFDM EM CADA ESTRATO - 2000 E 2010**

		IFDM 2000	Emprego Rend00	Educa- ção2000	Saúde 2000	IFDM 2010	Emprego Rend10	Educa- ção 2010	Saúde 2010
Estrato I	Média	0,610	0,418	0,648	0,764	0,705	0,471	0,770	0,873
	Desvip	0,067	0,110	0,091	0,096	0,061	0,145	0,064	0,065
	Mediana	0,608	0,405	0,654	0,763	0,700	0,436	0,768	0,883
	Min	0,303	0,158	0,304	0,369	0,564	0,000	0,573	0,644
	Max	0,837	0,784	0,902	0,989	0,902	1,000	0,946	1,000
	CV	0,110	0,262	0,140	0,126	0,087	0,308	0,083	0,074
Estrato II	Média	0,607	0,421	0,642	0,757	0,703	0,456	0,773	0,879
	Desvip	0,076	0,122	0,096	0,101	0,063	0,141	0,069	0,065
	Mediana	0,607	0,401	0,659	0,767	0,702	0,436	0,783	0,885
	Min	0,324	0,156	0,359	0,359	0,550	0,000	0,579	0,633
	Max	0,779	0,904	0,896	0,982	0,885	0,932	0,914	0,992
	Cv	0,126	0,289	0,149	0,133	0,089	0,309	0,089	0,074
Estrato III	Média	0,618	0,435	0,653	0,766	0,718	0,467	0,801	0,887
	Desvip	0,066	0,106	0,091	0,099	0,059	0,125	0,066	0,066
	Mediana	0,621	0,418	0,659	0,764	0,713	0,448	0,808	0,893
	Min	0,391	0,193	0,369	0,518	0,535	0,192	0,533	0,625
	Max	0,774	0,809	0,834	0,952	0,910	0,947	0,959	1,000
	Cv	0,107	0,244	0,140	0,130	0,082	0,267	0,083	0,075
Estrato IV	Média	0,597	0,427	0,618	0,747	0,710	0,450	0,791	0,887
	Desvip	0,060	0,096	0,093	0,100	0,051	0,104	0,074	0,059
	Mediana	0,605	0,420	0,627	0,741	0,708	0,448	0,799	0,891
	Min	0,398	0,168	0,357	0,509	0,535	0,000	0,555	0,699
	Max	0,759	0,903	0,798	0,974	0,845	0,882	0,942	1,000
	Cv	0,100	0,225	0,150	0,134	0,072	0,230	0,094	0,067

Fonte: Elaborado pela autora a partir de IFDM (2012).

APÊNDICE S - POPULAÇÃO RURAL COM MAIS DE DEZ ANOS, COM E SEM RENDIMENTO, EM CADA ESTRATO - 2000 E 2010

	2000		2010	
	Com rendimento	Sem rendimento	Com rendimento	Sem rendimento
Estrato I	743.267 55,28%	601.350 44,72%	766.609 62,48%	460.385 37,52%
Estrato II	529.083 57,15%	396.719 42,85%	551.189 65,96%	284.395 34,04%
Estrato III	485.593 58,25%	348.057 41,75%	523.037 69,07%	234.261 30,93%
Estrato IV	460.102 57,96%	333.723 42,04%	528.811 70,64%	219.799 29,36%

Fonte: Elaborado pela autora a partir dos Censos Demográficos de 2000 e 2010 (IBGE, 2011).

**APÊNDICE T - HOMENS E MULHERES MAIORES DE 10 ANOS, RESIDENTES
NO MEIO RURAL, COM RENDIMENTO (VALORES ABSOLUTOS E
RELATIVOS¹⁴¹), EM CADA ESTRATO - 2000 E 2010**

	Homens com rendimento em 2000		Mulheres com rendimento em 2000		Homens com rendimento em 2010		Mulheres com rendimento em 2010	
	Absoluto	Relativo	Absoluto	Relativo	Absoluto	Relativo	Absoluto	Relativo
Estrato I	510.585	38,0%	232.672	17,3%	477.308	38,9%	289.301	23,6%
Estrato II	349.984	37,8%	179.095	19,3%	328.088	39,3%	223.101	26,7%
Estrato III	314.670	37,7%	170.927	20,5%	304.406	40,2%	218.631	28,9%
Estrato IV	297.568	37,5%	162.525	20,5%	301.568	40,3%	227.243	30,4%

Fonte: Elaborado pela autora a partir dos Censos Demográficos de 2000 e 2010 (IBGE, 2011).

¹⁴¹Estes percentuais referem-se ao total da população rural com mais de 10 anos.

APÊNDICE U - RENDIMENTO MÉDIO DA POPULAÇÃO RURAL COM MAIS DE DEZ ANOS EM CADA ESTRATO E PARÂMETROS ESTATÍSTICOS - 2000 E 2010

Parâmetros		Rendimento rural em 2000			Rendimento Rural em 2010		
		Total	Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres
Estrato I	Média	756,98	881,24	474,17	882,56	1.007,65	671,68
	Desvio padrão	268,70	353,07	169,74	311,80	382,11	228,88
	Mediana	709,01	815,04	445,74	822,58	926,32	632,29
	Mínimo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	Máximo	2.217,26	2.942,59	1.494,70	3.141,30	3.568,87	2.488,49
	Cv	0,35	0,40	0,36	0,35	0,38	0,34
Estrato II	Média	747,67	884,56	477,21	879,80	1.006,22	688,03
	Desvio padrão	288,78	397,73	194,38	336,64	432,42	226,51
	Mediana	694,57	818,21	443,62	815,21	918,36	647,68
	Mínimo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	Máximo	2.384,37	3.149,75	2.534,26	2.703,58	3.242,49	1.921,33
	Cv	0,39	0,45	0,41	0,38	0,43	0,33
Estrato III	Média	786,51	956,62	473,49	924,19	1.060,41	730,06
	Desvio padrão	301,72	431,28	126,96	334,48	427,02	237,29
	Mediana	716,25	850,07	449,22	878,45	986,03	705,24
	Mínimo	377,13	404,01	283,69	0,00	0,00	0,00
	Máximo	2.816,67	3.990,27	1.313,77	3.086,75	3.321,67	2.822,01
	Cv	0,38	0,45	0,27	0,36	0,40	0,33
Estrato IV	Média	765,72	918,07	480,51	867,30	976,37	716,87
	Desvio padrão	281,64	404,35	128,03	242,87	315,43	167,38
	Mediana	715,12	840,14	458,57	834,06	923,37	689,89
	Mínimo	370,60	372,54	227,24	497,77	506,29	425,91
	Máximo	2.362,76	3.491,25	1.685,52	2.858,94	3.730,45	1.657,30
	Cv	0,37	0,44	0,27	0,28	0,32	0,23

Fonte: Elaborado pela autora a partir dos Censos Demográficos de 2000 e 2010 (IBGE, 2011).

APÊNDICE V - PIB E VAB MUNICIPAL E AGROPECUÁRIO (MIL R\$) EM CADA ESTRATO - 2000 E 2010

	PIB	VAB	VAB Indústria	VAB Agropecuária
	2000			
I	109.692.587,00	96.259.750,00	26.766.513,00	7.097.962,00
II	42.957.802,00	37.998.022,00	12.560.126,00	2.949.293,00
III	26.578.096,00	23.583.302,00	8.792.346,00	2.530.567,00
IV	15.028.886,00	13.292.907,00	4.794.233,00	2.317.110,00
	2010			
I	334.885.625,79	288.180.525,29	75.606.160,91	21.162.648,98
II	148.244.649,46	124.542.649,71	38.893.361,85	8.844.788,01
III	90.007.824,70	80.142.069,81	29.266.719,99	7.057.040,41
IV	49.116.499,05	44.063.675,19	16.161.697,25	6.587.457,61

Fonte: Elaborado pela autora a partir do Produto Interno Bruto dos Municípios (IBGE, 2012).

**APÊNDICE X - PARTICIPAÇÃO PERCENTUAL DAS RECEITAS DA
AGRICULTURA FAMILIAR E DE RECURSOS ORIUNDOS DE
APOSENTADORIAS E PENSÕES EM CADA ESTRATO NO ANO DE 2006**

	Estrato	% das receitas da A.F. no total das receitas de todos os estabelecimentos agropecuários	% de recursos de aposentadoria e pensão retidos pela A.F. nas receitas de aposentadorias e pensões de todos os estabelecimentos agropecuários
Estrato I	Média	0,264	0,718
	Desvip	0,146	0,245
	Mediana	0,263	0,795
	Min	0,000	0,000
	Max	0,802	1,000
	Cv	0,555	0,341
Estrato II	Média	0,571	0,855
	Desvip	0,095	0,132
	Mediana	0,573	0,877
	Min	0,231	0,000
	Max	0,948	1,000
	Cv	0,166	0,154
Estrato III	Média	0,757	0,902
	Desvip	0,057	0,094
	Mediana	0,763	0,920
	Min	0,515	0,000
	Max	0,933	1,000
	Cv	0,076	0,105
Estrato IV	Média	0,899	0,933
	Desvip	0,061	0,097
	Mediana	0,901	0,951
	Min	0,264	0,000
	Max	0,988	1,000
	Cv	0,068	0,104

Fonte: Elaborado pela autora a partir do Censo Agropecuário de 2006 (IBGE, 2009).

APÊNDICE Y - DOMICÍLIOS RURAIS CONFORME DISPONIBILIDADE DE ENERGIA ELÉTRICA EM CADA ESTRATO - 2000 E 2010

Estrato	Domicílios em 2000			Domicílios em 2010		
	Total	Com energia elétrica	Sem energia elétrica	Total	Com energia elétrica	Sem energia elétrica
I	448.586	405.866	42.720	443.748	436.338	7.410
II	303.549	275.123	28.426	301.041	296.892	4.149
III	264.988	246.255	18.733	265.600	262.612	2.988
IV	256.305	239.856	16.449	265.752	263.846	1.906
Região	1.273.428	1.167.100	106.328	1.276.141	1.259.688	16.453

Fonte: Elaborado pela autora a partir dos Censos Demográficos de 2000 e 2010 (IBGE, 2011).

**APÊNDICE W – DOMICÍLIOS, PROPRIETÁRIOS DE BENS, NO MEIO RURAL
EM CADA ESTRATO - 2000 E 2010**

Estrato	Domicílios 2000				Domicílios 2010			
	Rádio	Televisão	Geladeira ou freezer	Máquina de lavar	Rádio	Televisão	Geladeira	Máquina de lavar
I	415.124	364.301	369.915	108.140	405.624	409.605	419.355	178.661
II	281.670	243.827	252.427	74.854	277.686	278.063	285.080	125.538
III	250.308	218.805	233.022	63.473	249.951	248.780	254.099	108.437
IV	242.795	212.428	227.570	52.773	251.613	249.880	256.773	101.809

Fonte: Elaborado pela autora a partir dos Censos Demográficos de 2000 e 2010 (IBGE, 2011).

APÊNDICE Z - DOMICÍLIOS RURAIS POR DISPONIBILIDADE DE SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO EM CADA ESTRATO - 2000 E 2010

Estrato	Domicílios em 2000		Domicílios em 2010			
	Total domicílios	Linha telefônica instalada	Total domicílios	Telefone celular	Telefone fixo	Microcomputador - com acesso à internet
I	448.586	47.185	443.109	367.741	49.758	38.058
II	303.549	40.420	300.713	236.281	45.159	28.639
III	264.988	39.410	265.422	206.193	49.527	28.930
IV	256.305	30.525	265.755	208.049	47.001	21.999

Fonte: Elaborado pela autora a partir dos Censos Demográficos de 2000 e 2010 (IBGE, 2011).

APÊNDICE AA - DOMICÍLIOS RURAIS POR DISPONIBILIDADE DE MEIOS DE TRANSPORTE EM CADA ESTRATO - 2000 E 2010

Estrato	Domicílios 2000		Domicílios 2010		
	Total domicílios	Automóvel para uso particular	Total domicílios	Motocicleta para uso particular	Automóvel para uso particular
I	448.586	173.647	443.109	124.471	239.844
II	303.549	121.861	300.713	96.336	164.672
III	264.988	115.343	265.422	93.604	156.448
IV	256.305	104.062	265.755	95.070	148.704

Fonte: Elaborado pela autora a partir dos Censos Demográficos de 2000 e 2010 (IBGE, 2011).

**APÊNDICE AB - TIPO DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA NO MEIO RURAL EM
CADA ESTRATO - 2000 E 2010**

Estrato	Rede geral		Poço ou nascente		Outros meios ¹⁴²	
	2000	2010	2000	2010	2000	2010
I	82.461	119.732	343.032	243.453	25.922	80.563,39
II	59.578	89.808	223.343	151.757	22.266	59.476
III	47.046	80.834	196.838	134.495	22.527	50.272
IV	43.204	97.545	188.429	125.682	25.096	42.524

Fonte: Elaborado pela autora a partir dos Censos Demográficos de 2000 e 2010 (IBGE, 2011).

¹⁴² São considerados outros meios: carro-pipa; água de chuva armazenada em cisterna ou de outra forma; poço ou nascente na aldeia e fora da aldeia; outras formas.

**APÊNDICE AC - DOMICÍLIOS RURAIS POR DISPONIBILIDADE DE BANHEIROS
EM CADA ESTRATO - 2000 E 2010**

Estratos	Total de domicílios	Não tinha banheiro	Com banheiro
	2000		
I	451.412 100%	117.837 26,10%	333.575 73,90%
II	304.388 100%	82.249 27,02%	222.139 72,98%
III	266.411 100%	66.843 25,09%	199.568 74,91%
IV	256.729 100%	67.828 26,42%	188.901 73,58%
Estrato	2010		
I	443.748 100%	29.778 6,71%	413.970 93,29%
II	301.038 100%	21.919 7,28%	279.122 92,72%
III	265.600 100%	17.658 6,65%	247.943 93,35%
IV	265.752 100%	15.819 5,95%	249.933 94,05%

Fonte: Elaborado pela autora a partir dos Censos Demográficos de 2000 e 2010 (IBGE, 2011).

**APÊNDICE AD - DOMICÍLIOS RURAIS POR TIPO DE ESGOTAMENTO
SANITÁRIO EM CADA ESTRATO - 2000 E 2010**

Estrato	Total	Rede geral de esgoto ou pluvial	Fossa séptica	Fossa rudimentar	Outros escoadouros	Não tinham banheiro ou sanitário
Domicílios em 2000 por tipo de esgotamento sanitário						
I	451.415	9.267	89.276	281.015	41.344	30.513
II	305.187	3.571	66.054	176.959	34.878	23.725
III	266.411	3.457	64.737	146.401	33.880	17.936
IV	256.729	2.444	55.077	138.848	38.141	22.219
Domicílios em 2010 por tipo de esgotamento sanitário						
I	443.748	16.568	113.999	276.445	30.743	5.994
II	301.041	4.791	85.556	183.192	22.139	5.363
III	265.600	4.009	88.528	145.202	23.299	4.562
IV	265.752	4.003	83.255	150.114	22.614	5.765

Fonte: Elaborado pela autora a partir dos Censos Demográficos de 2000 e 2010 (IBGE, 2011).

APÊNDICE AE - DOMICÍLIOS RURAIS EM QUE HAVIA COLETA DE LIXO, POR ESTRATO, EM 2000 E 2010

Estratos	2000		2010	
	Total de domicílios	Domicílios com coleta de lixo	Total de domicílios	Domicílios com coleta de lixo
I	451.412	94.318	443.748	184.017
II	304.388	68.395	301.038	138.661
III	266.411	53.788	265.600	130.861
IV	256.729	43.848	265.752	133.671

Fonte: Elaborado pela autora a partir dos Censos Demográficos de 2000 e 2010 (IBGE, 2011).